



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

JOSÉ DA ROCHA COUQUEIRO

As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015: limites e possibilidades

SÃO PAULO

2016

JOSÉ DA ROCHA COUQUEIRO

As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015: limites e possibilidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.
Orientador: Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira.

SÃO PAULO

2016

Couqueiro, José da Rocha.

C857 As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015 : limites e possibilidades / José da Rocha Couqueiro. – São Paulo, 2016.

204 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Água – Captação. 4. Brasil, Nordeste – Recursos hídricos – Desenvolvimento. 5. Pau Branco (Riacho de Santana, Bahia). 6. Tanque de Claudiano (Riacho de Santana, Bahia). 7. Articulação Semiárido Brasileiro. I. Título.

CDD 333.911

JOSÉ DA ROCHA COUQUEIRO

As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015: limites e possibilidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 23 de março de 2016

Dedico este trabalho aos camponeses e às camponesas que teimam em conviver e resistir no semiárido e aos lutadores e às lutadoras da causa camponesa.

AGRADECIMENTOS

Ao Poder Superior, que na minha concepção é Deus, por ter me concedido forças para realizar este trabalho.

A Solange, minha querida e admirada esposa, pelo estímulo, paciência e dedicação.

À minha família, por sempre acreditar em mim.

Aos camponeses e às camponesas das comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano, pela hospitalidade, colaboração e boa vontade.

Ao orientador João Márcio pela competência, pelos diálogos, pela prontidão na orientação e pelo compromisso.

Aos professores Paulo Roberto Raposo Alentejano e Bernardo Mançano Fernandes, por terem gentilmente aceitado o convite para compor a banca de qualificação e pelas valiosas contribuições.

Aos professores Claudio Ubiratan Gonçalves e Paulo Roberto Raposo Alentejano, por terem gentilmente aceitado o convite para compor a banca de defesa deste trabalho e pelas valiosas contribuições.

A Roberto Malvezzi, por ter me concedido gentilmente uma entrevista.

Aos companheiros e às companheiras do CASA, Dona Luzia, Ângelo, Suzane, Donizete, Aurita, Sônia, Eugênia, Leidjane, Tatyane, Roberto Carlos, Maria Mendes, Valdirene, Josemira, Zé Vieira, Edcarlos, Marcos, Zé Cruz, Cleidiane, Andressa, Janete, Vânia, Ângela, Patrícia, Juliano, Madalena, Idelson, Jean, Anselmo, Elismar, Rômulo, Eliésio, Isaac, Iuri, Marcelo e Osmar, pelo incentivo e apoio.

À diretoria do CASA, pelo apoio e valorização dada a este estudo.

À CPT, à ASA e à EFA de Caculé, pelas oportunidades de formação e trabalho junto aos camponeses e às camponesas.

A Kiki, pela generosidade e amizade.

Aos companheiros Edcarlos e Marcos, pela contribuição na realização do trabalho de campo.

A Sônia, pelo estímulo e entusiasmo a mim dedicados.

A Eugênia, com quem compartilhei ideias, livros e discussões.

A Edna e Djacira, colaboradoras do curso de mestrado, pelo compromisso e dedicação.

À Escola Nacional Florestan Fernandes, pela acolhida e pela oportunidade de formação extraclasse durante os ciclos de debates, entrevistas, seminários, místicas,

manifestações culturais e possibilidade de convivência com pessoas de outros países da América Latina.

Aos companheiros e às companheiras das brigadas da ENFF e em especial à brigada Apolônio de Carvalho, pela dedicação e compromisso.

Ao Programa TerritoriAl da Unesp, pela oportunidade de cursar o mestrado com uma temática tão importante como o desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe.

Ao CNPQ, pelo apoio dado ao curso e pela bolsa de estudo disponibilizada.

Ao Pronera, por possibilitar um curso de mestrado que valoriza os movimentos sociais camponeses.

Às companheiras Ana Chã e Rosana Fernandes e aos companheiros Araê, Gutemberg e Talles, pelo apoio.

Aos companheiros e às companheiras, colegas da turma de mestrado José Carlos Mariátegui, pela convivência, discussões e troca de experiências.

Aos professores e às professoras, aos funcionários e às funcionárias do Curso de Mestrado da UNESP, pelo muito que contribuíram para a minha formação.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem. O homem, fator de desenvolvimento, o homem beneficiário do desenvolvimento. (CASTRO, 2003, p. 105).

RESUMO

Esta pesquisa analisa as experiências de convivência com o Semiárido desenvolvidas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede composta por um coletivo de mais de mil organizações da sociedade civil que atuam na região semiárida. O estudo aborda o Semiárido brasileiro, uma das maiores e mais populosas regiões semiáridas do mundo, a partir dos elementos que o caracterizam como o clima, o bioma caatinga, a população e a cultura. Desmistifica a seca como principal problema da região, pelo fato de não se restringir apenas a um fator físico-climático, como uma questão social, cultural, política e econômica. Demonstra que a imagem negativa e depreciativa do Semiárido, como lugar seco e inóspito e de povo indolente e incapaz de desenvolver-se, é fruto da construção estereotipada sobre o Nordeste, que se deu desde o início do século XX. Apresenta a concentração da terra, resultante da ocupação do Semiárido, ocorrida com a implantação de imensos latifúndios, desde os primórdios da colonização, por meio da concessão de sesmarias pela coroa portuguesa e que tem sido a principal causa de impedimento do desenvolvimento regional. Contestando o paradigma do combate à seca, diversas organizações da sociedade civil intensificaram o debate sobre a convivência com o Semiárido, que resultou no surgimento da ASA em 1999. As organizações sociais integradas à ASA têm conseguido formular e executar políticas públicas de acesso à água para a população difusa da região, tendo como pressuposto a convivência com o Semiárido. Este paradigma prima por nova relação do sertanejo com a natureza, na perspectiva de um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável. De 2003 a 2015, a ASA, através dos Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2) beneficiou mais de dois milhões e meio de pessoas. A pesquisa foi realizada nas comunidades camponesas Pau Branco e Tanque de Claudiano, ambas no município de Riacho de Santana, localizado na região sudoeste da Bahia. Buscamos analisar os impactos promovidos pela implantação das tecnologias de captação de água de chuva para o consumo humano e produção de alimentos, bem como seus limites e suas possibilidades.

Palavras-chaves: Questão agrária. Semiárido. Captação de água de chuva.

ABSTRACT

This research analyzes the experiences of coexistence with the Semi-Arid developed by *Articulação Semiárido Brasileiro - ASA*, (The Brazilian Semi-Arid Articulation), a collective network of over one thousand civil society organizations working in the semiarid region. The study addresses the Brazilian semiarid, one of the largest and most populated semi-arid regions of the world, from the elements that characterize it as the weather, the savanna biome, population and culture. Demystifies the drought as the main problem of the region, because not be restricted to a physical-climatic factor, but as a social, cultural, political and economic issue. It shows that the negative and derogatory image of the Semi-Arid, as dry and inhospitable place and indolent people and unable to develop, as the fruit of stereotypical construction on the Northeast, which took place from the beginning of the twentieth century. It displays the concentration of land, semiarid occupation resulting occurred with the implementation of huge estates, since the early days of colonization, through the granting of land grants by the Portuguese crown and it has been the leading cause of disability of regional development. Challenging the paradigm of combating drought, several civil society organizations have intensified the debate on coexistence with semiarid conditions, which resulted in the emergence of ASA in 1999. Social organizations integrated into the ASA have been able to develop and implement public policies on access to water for diffuse population of the region, with the assumption coexistence with semiarid conditions. This paradigm press for the frontiersman new relationship with nature, from the perspective of a social, economic and environmentally sustainable development. From 2003 to 2015, the ASA *through Programas Um Milhão de Cisternas - P1MC and Uma Terra e Duas Águas - P1+2* (The One Million Cisterns Program and One Land and Two Waters) benefited more than two million and a half people. The survey was conducted in rural communities Pau Branco and Tanque de Claudiano, both in the municipality of Riacho de Santana, located in the southwestern region of Bahia. We analyze the impacts promoted by the implementation of rainwater harvesting technologies for human consumption and food production, as well as its limits and its possibilities.

Key words: Agrarian issue. Semiarid. Rain water harvesting.

RESUMEN

Esta investigación analiza las experiencias de convivencia con el Semiárido desarrolladas por la Articulación Semiárido Brasileño (ASA), red compuesta por un colectivo de más de mil organizaciones de sociedad civil que actúan en la región semiárida. El estudio abarca el Semiárido brasileño, una de las mayores y más populosas regiones semiáridas del mundo, desde los elementos que lo caracterizan como el clima, el bioma catinga, la población y la cultura. Desmitifica la seca como principal problema de la región por el hecho de no restringirse apenas a un factor físico climático, pero con una cuestión social, cultural, política y económica. Demuestra que la imagen negativa y depreciada del Semiárido, como lugar seco e inhóspito y de pueblo indolente e incapaz de desarrollarse, es fruto de la construcción estereotipada sobre el Nordeste, que ocurrió desde el inicio del siglo XX. Presenta la concentración de tierra, resultante de la ocupación del Semiárido, ocurrida con la implantación de inmensos latifundios, desde los primordios de la colonización, por medio de la concesión de sesmarias por la corona portuguesa y que ha sido la principal causa de impedimento del desarrollo regional. Contestando el paradigma del combate a la seca, diversas organizaciones de sociedad civil intensificaron el debate sobre la convivencia con el Semiárido que resultó en el surgimiento de ASA, en 1999. Las organizaciones sociales integradas a la ASA han logrado formular y ejecutar políticas públicas de acceso al agua para la población difusa de la región, teniendo como presupuesto la convivencia con el Semiárido. Este paradigma prima por una nueva relación del pueblerino con la naturaleza, en la perspectiva de un desarrollo social, económico y ambientalmente sustentable. De 2003 a 2015, la ASA, a través de los Programas Un Millón de Cisternas (P1MC) y Una Tierra y Dos Aguas (P1+2) benefició más de 2,5 millones de personas. La investigación ha sido realizada en las comunidades campesinas Pau Branco y Tanque de Claudiano, ambas en la ciudad de Riacho de Santana, ubicada en la región sudoeste de Bahía. Buscamos analizar los impactos promovidos por la implantación de tecnología de captación de agua de lluvia para el consumo humano y producción de alimentos, así como sus límites y sus posibilidades.

Palabras-Claves: Cuestión agraria. Semiárido. Captación de agua de lluvia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Nova delimitação da Região Semiárida	30
Mapa 02 – Áreas suscetíveis à desertificação e área de incidência de secas - 2007	34
Mapa 03 – Áreas afetadas por processos de desertificação	41
Figura 01 – Ruínas da Casa da Torre	52
Figura 02 – Maquete da Casa da Torre.....	53
Organograma 01 – Estrutura organizacional da Articulação Semiárido Brasileiro	97
Figura 03 – Cisterna de consumo humano	108
Figura 04 – Cisterna-enxurrada – comunidade Pau Branco	109
Figura 05 – Cisterna-calçadão – comunidade Tanque de Claudiano	110
Figura 06 – Barragem subterrânea em construção – Guanambi-BA	111
Figura 07 – Barreiro trincheira	112
Figura 08 – Tanque de pedra	113
Figura 09 – Bomba BAP	114
Figura 10 – Barraginha	115
Mapa 04 – Bahia: Macrorregião Sudoeste e município de Riacho de Santana.....	118
Figura 11 – Imagem de satélite com a localização de Riacho de Santana	119
Quadro 01 – Índice de Gini de Riacho de Santana e do Estado da Bahia (1920-2006).....	123
Figura 12 – Comunidade Pau Branco	128
Figura 13 – Comunidade Pau Branco	129
Figura 14 – Comunidade Tanque de Claudiano	131
Figura 15 – Comunidade Tanque de Claudiano	131
Gráfico 01 – Estrutura fundiária da comunidade Pau Branco	133
Gráfico 02 – Estrutura fundiária da comunidade Tanque de Claudiano	134
Figura 16 – Jumento transportando água.....	143
Figura 17 – Jumento para montaria	143
Figura 18 – Casa com cisterna de consumo em Tanque de Claudiano	146
Figura 19 – Cisterna-enxurrada	148
Figura 20 – Cisterna-enxurrada	149
Figura 21 – Cisterna-calçadão	149
Figura 22 – Cebola colhida na cisterna-calçadão	150
Figura 23 – Barragem subterrânea em T. de Claudiano	151
Figura 24 – Barragem subterrânea em construção	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Nova Delimitação da Região Semiárida	31
Tabela 02 – Estrutura Fundiária Brasileira 2003 – INCRA	57
Tabela 03 – Estrutura Fundiária Brasileira 2009 – INCRA	58
Tabela 04 – Estrutura Fundiária – Brasil 2006 – IBGE	61
Tabela 05 – Estrutura Fundiária – Nordeste 2006 – IBGE	61
Tabela 06 – Estrutura Fundiária – Bahia 1996 – IBGE.....	62
Tabela 07 – Estrutura Fundiária – Bahia 2006 – IBGE	62
Tabela 08 – Estrutura Fundiária de Riacho de Santana–BA 2006 – IBGE.....	122
Tabela 09 – Estrutura fundiária da comunidade Pau Branco	132
Tabela 10 – Estrutura fundiária da comunidade Tanque de Claudiano	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPARS	Associação Beneficente e Promocional Agrícola de Riacho de Santana
AECOFABA	Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia
AECID	Fondo de Cooperación para Agua y Saneamento do governo da Espanha
ANA	Agência Nacional de Águas
AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASACOM	Assessoria de Comunicação da ASA
ASAMIL	Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento
ASFAB	Associação de Agricultores Familiares Camponeses da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAP	Bomba D'Água Popular
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CASA	Centro de Agroecologia no Semiárido
CE	Coordenação Executiva Nacional da ASA
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDASB	Centro de C. e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CEI	Conferência Episcopal Italiana
CEM	Comissão Executiva Municipal – ASA
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
C. COMUNIT.	Centro Comunitário da Paróquia de Aracatu
C. NE 3	Cáritas Regional Nordeste 3
C. SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COP 3	3ª Conferência das Partes da Convenção de C. à Desertificação e à Seca

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIACONIA	Organização Social Brasileira de Inspiração Cristã para a Promoção da Justiça e do Desenvolvimento Social
D. LIVRAM.	Diocese de Livramento de Nossa Senhora
D. PROVID.	Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestam Fernandes
FBB	Fundação Banco do Brasil
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GAPA	Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IABS	Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
M. UNIDAS	Associação da I. Católica da Espanha para a Ajuda, Promoção e Desenvolvimento do Terceiro Mundo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização de Sociedade Civil de Interesse Público
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro SA
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
P 1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
REFAISA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
RESAB	Rede de educação do Semiárido Brasileiro
RTS	Rede de Tecnologias Sociais
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SIGANET	Sistema de Informação Gestão e Auditoria
SOSE	Sociedade de Obras Sociais e Educacionais
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo de Água
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TerritoriAL	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
UGC	Unidade Gestora Central
UGM	Unidade Gestora Microrregional
UGT	Unidade Gestora Territorial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
ZANE	Zoneamento Agroecológico do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Pressupostos metodológicos	20
1.2	Sujeitos da pesquisa	24
1.3	Instrumentos para coleta de dados e procedimentos de análise.....	24
2	O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM A SEMIARIDEZ.....	28
2.1	Conhecendo o Semiárido.....	28
2.1.1	O clima.....	32
2.1.2	O bioma caatinga	38
2.1.3	População do Semiárido: uma diversidade de povos e etnias	43
2.1.4	Surgimento do Nordeste: uma construção estereotipada.....	45
2.1.5	A cultura no Semiárido: um jeito de ser e viver de um povo plural	48
2.2	A ocupação e a questão agrária no Semiárido	49
2.3	O campesinato no Semiárido	66
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO	74
3.1	Políticas de combate à seca	79
3.2	Políticas públicas para a convivência com o Semiárido	87
4	A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA): EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO	93
4.1	A cisterna chega ao território da Diocese de Caetité: da CPT ao CASA	99
4.2	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: P1MC e P1+2.....	102
4.2.1	Tecnologias Sociais implementadas pelo P1MC e P1+2	106
5	EXPERIÊNCIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA	116
5.1	Caracterização do município de Riacho de Santana	116
5.1.1	Aspectos históricos	116
5.1.2	Aspectos geográficos	118
5.1.3	A questão agrária	121
5.1.4	Aspectos econômicos e socioambientais	124
5.2	As comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano.....	127
5.2.1	Caracterizando a comunidade Pau Branco	127
5.2.2	Caracterizando a comunidade Tanque de Claudiano.....	129

5.2.3	A questão agrária nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano	132
5.2.4	Impactos das experiências de captação de água de chuva da ASA: comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano.	134
5.2.5	Limites e possibilidades das ações de convivência	159
5.2.6	A convivência com o Semiárido e o desenvolvimento regional sustentável.....	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
	REFERÊNCIAS	182
	ANEXO A – Declaração do Semiárido	196
	ANEXO B – Carta de Princípios	204

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar os impactos ocorridos na vida das famílias beneficiárias das comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano, no município de Riacho de Santana-BA, mediante implementação de três tecnologias sociais de captação e estocagem de água de chuva: a cisterna para consumo humano, a cisterna para produção de alimentos e a barragem subterrânea.

A proposta de convivência com o Semiárido tem como objetivo principal superar a insegurança hídrica e alimentar causada pela adoção de políticas de combate à seca e ausência de políticas públicas estruturantes contextualizadas com o clima da região semiárida. Tal proposta e suas ações também têm contribuído para a desconstrução de dizeres e imagens depreciativos e equivocados divulgados sobre o Semiárido, que construíram no imaginário popular a falsa ideia da inviabilidade da região, da incapacidade do povo em solucionar seus problemas e da negação das potencialidades sociais, culturais e econômicas regionais. A omissão do Estado foi encoberta pelo discurso hegemônico de que o problema da região é a seca, um determinismo geográfico impossível de ser superado.

Diante desse contexto, nas últimas décadas, diversas organizações sociais e movimentos camponeses deram início a ações de convivência com o clima que foram se espalhando por todo o Semiárido. Esses sujeitos coletivos ampliaram o debate sobre a convivência em contraposição ao combate à seca e criaram, em 1999, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede de organizações da sociedade civil atuantes na região. Desde então, a ação ASA tem possibilitado a implementação de tecnologias sociais para captação e estocagem de água de chuva por toda a região semiárida.

Essas tecnologias sociais realizadas pela ASA, por meio dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), estão sendo executadas pelo Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) em diversos municípios do Sudoeste baiano, entre eles o município de Riacho de Santana. O trabalho das organizações integradas à ASA está fundamentado na convivência com o Semiárido e vai além das ações de estocagem de água. Outros dois programas estão sendo executados: o Cisternas nas Escolas e o Sementes do Semiárido¹; além de ações que envolvem a educação contextualizada, o combate à desertificação, as relações de gênero e intergeracionais, a assistência técnica e extensão rural (ATER), entre outras.

¹ Esse programa é resultado das experiências de estocagem de sementes nos bancos ou casas de sementes em vários estados do Nordeste.

A partir desse contexto, decidimos pesquisar a convivência com o Semiárido em duas comunidades da região sudoeste da Bahia. O objetivo geral consiste em analisar as experiências da ASA de captação de água de chuva, buscando compreender seus limites e possibilidades, nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município Riacho de Santana-BA. Os objetivos específicos da pesquisa são: a) analisar o processo de implementação das tecnologias sociais de captação e estocagem de água de chuva, para consumo humano e produção de alimentos nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano; b) compreender as contribuições econômicas, educativas, culturais e sociais das experiências desenvolvidas pela ASA, para as famílias das comunidades; c) refletir sobre limites e possibilidades gerados pelas experiências de captação de água de chuva implementadas.

Com a intenção de alcançar esses objetivos, buscamos responder as seguintes questões: a) Como as experiências de captação de água de chuva para consumo humano e produção de alimentos, realizadas pela ASA, impactaram a vida das famílias nas referidas comunidades e quais mudanças ocorreram?; b) Quais novas possibilidades surgiram para as famílias e comunidades a partir da implementação das tecnologias de captação de água de chuva?; c) Quais limites podem ser observados nas comunidades a partir da implantação das experiências de captação de água de chuva?; d) Que elementos evidenciam a concepção de convivência com o Semiárido apreendida pelas famílias?

O fato de estar envolvido com a temática desta pesquisa suscitou o desejo de conhecer com mais profundidade as ações de convivência com o Semiárido, mas outras motivações foram consideradas, entre elas o fato de ser filho de uma família camponesa sem-terra, o sentimento de pertencimento à região semiárida, além de apoiar ativamente as propostas de convivência com o Semiárido. Como militante na área social e exercendo atividades profissionais junto às famílias camponesas, trabalhei como educador em Escolas Famílias Agrícolas (EFAs): de 1985 a 1990 atuei na EFA de Caculé, município localizado no Sudoeste baiano, e de 1991 a 1995 nas EFAs de Pinheiros e São Gabriel da Palha, municípios que estão situados no norte do estado do Espírito Santo.

Após uma temporada no Espírito Santo, retornei à Bahia para atuar como agente de pastoral na equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Caetité, sediada em Caetité, município do sudoeste do estado. Na CPT, atuei de 1996 a 2002 junto às

comunidades camponesas e quilombolas. Em 2003, fui contratado pelo CASA² para atuar como coordenador técnico do PIMC.

Por essa razão, o curso de mestrado em Geografia suscitou-me grande interesse em virtude de seu projeto político-pedagógico ir ao encontro das demandas dos camponeses, oferecer como linhas de pesquisa as temáticas: Campesinato, Capitalismo e Tecnologias; Ambiente, Sustentabilidade e Território; Educação, Saúde e Cultura, ser de responsabilidade de instituições parceiras comprometidas com a educação do e no campo e contar com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) mantido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA).

O curso de mestrado em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), que por sua vez integra o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de São Paulo, é realizado em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), com a Via Campesina e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Conta também com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), (UNESP, 2015). A relevância dessas instituições e da temática, desenvolvimento territorial, motivou-me a buscar mais conhecimento sobre o desenvolvimento regional do Semiárido.

Outro fator que considerei importante para a realização deste trabalho foi a possibilidade de avaliar as mudanças ocorridas nas comunidades e o alcance dos objetivos propostos pelos programas.

Na convivência com o Semiárido estão inter-relacionados diversos temas e interesses de sujeitos e organizações sociais, de modo que nas relações sociais de produção na região estão presentes conflitos e contradições. Pretendendo chegar mais próximo do real, ou compreendê-lo melhor, adotamos na pesquisa pressupostos metodológicos na perspectiva histórico-dialética e utilizamos como instrumentos de investigação a entrevista semiestruturada, a aplicação de questionário detalhado, a observação participante e a análise documental.

² Alguns meses após o início do mestrado, requeri ao CASA afastamento de minhas atividades profissionais por interesse particular até a conclusão do curso quando deverei ser recontratado.

O trabalho de campo foi desenvolvido nas comunidades camponesas de Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana, localizado na região sudoeste da Bahia.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, abordamos a introdução, os pressupostos metodológicos e instrumentos para a investigação e análise dos dados. No segundo capítulo, abordamos o Semiárido brasileiro, caracterizando-o geográfica, histórica, social e culturalmente; discutimos a questão agrária, evidenciando-a como fator de impedimento para o desenvolvimento sustentável e também refletimos sobre o campesinato no país e no semiárido. No terceiro capítulo, tratamos da relação entre Estado, sociedade civil e políticas públicas para o Semiárido. No quarto capítulo, apresentamos a ASA e o CASA, a sua constituição e emergência, os seus programas, ações e proposições, bem como discutimos as tecnologias sociais que estão sendo implementadas na região semiárida. No quinto e último capítulo, analisamos sobre as experiências de captação de água de chuva realizadas nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano. Nas considerações finais, retomamos algumas questões pertinentes e apresentamos algumas possibilidades que podem ampliar a organização das comunidades e melhorar a qualidade de vida das famílias, aprofundando a convivência com o Semiárido. Ao final, anexamos dois documentos fundamentais da ASA: a Declaração do Semiárido e a Carta de Princípios.

1.1 Pressupostos metodológicos

No decorrer deste capítulo, abordaremos os pressupostos metodológicos que orientaram esta investigação. Minayo apresenta elementos que julgamos importantes a esse respeito, ao ressaltar que:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (MINAYO, 2013, p. 14).

Ao delimitarmos inicialmente o tema de pesquisa, tínhamos conhecimento prévio de alguns aspectos da realidade a ser investigada, como os impactos positivos promovidos pelo armazenamento e uso da água de chuva para beber e cozinhar para as famílias beneficiárias. Acreditávamos que as experiências de captação de água de chuva tinham a capacidade de melhorar a vida das famílias. Contudo, compreendíamos que somente com uma pesquisa mais

aprofundada melhor entenderíamos essas mudanças e suas diversas dimensões³, porque, segundo José Paulo Netto, “o objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador” (PAULO NETTO, 2011, p. 22). O autor, no entanto, explicita que o sujeito estará cada vez mais inter-relacionado ao objeto na medida em que a pesquisa se desenvolve, pois “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado com o objeto” (PAULO NETTO, 2011, p. 23). Concordamos com essa afirmação, pois nos consideramos envolvidos e comprometidos com o objeto de estudo da pesquisa, visto que trabalhamos com captação e estocagem de água de chuva desde o ano de 1996. Ainda sobre as relações de interdependência entre sujeito e objeto, citamos Minayo também corrobora essa abordagem, ao dizer que:

É preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma *identidade entre sujeito e objeto*. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos. (MINAYO, 2013, p. 13, grifo do autor).

Quando iniciamos o trabalho de investigação nas comunidades, sentimos seus moradores distantes, curiosos e com expectativas de que receberiam algum benefício. Na medida em que as relações se estabeleceram, ganhamos a confiança e fomos percebendo as particularidades presentes no cotidiano das famílias, bem como nas relações sociais de produção. O que era latente foi se revelando, possibilitando a percepção da complexidade das questões referentes ao objeto, de modo que avançamos em direção ao essencial, aproximando-nos do real. Na perspectiva da dialética, saímos das “determinações simples” para as “determinações complexas” da realidade. Nesse sentido, constatamos que a pesquisa é um processo dinâmico, conforme afirma José Paulo Netto:

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. (PAULO NETTO, 2011, p. 25, grifos do autor).

³ Acreditamos que, por melhor que seja o trabalho investigativo, é impossível ter conhecimento pleno do real.

As comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano, antes de serem beneficiadas pelas cisternas de consumo e produção, viviam privações pelo difícil acesso à água, um direito humano básico. Porém, inicia-se uma mudança a partir do momento em que as ações da ASA começaram a interagir com a realidade local e alterar a dinâmica e a estrutura dessas comunidades, gerando conflitos, contradições e interferindo no cotidiano e na ação das pessoas. Quando todos os processos de implementação do P1MC e P1+2 foram concluídos, a estrutura e dinâmica dessas comunidades haviam se modificado, melhorando sensivelmente a vida das famílias. Compreendemos que, por ser a realidade dinâmica, a vida das famílias continuará se modificando, na medida em que novos processos intervierem em sua realidade. Assim, entendemos que a realização das experiências de convivência com o Semiárido nas comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano é um processo dialético e histórico, constituído por tese, antítese e síntese⁴, pois:

Para Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento na História. Esse movimento ocorre quando, na confrontação de tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez, se coloca também como uma nova tese. (SPOSITO, 2004, p. 44).

Com base nisso, entendemos que para o desenvolvimento deste estudo, deveríamos seguir a perspectiva histórico-dialética, além de nossa intuição e criatividade, buscando construir questões relevantes.

Para isso, julgamos importante explicitar como entendemos que o processo de execução das experiências da ASA é dialético. O estágio anterior ao início das ações nas comunidades representa a tese; as mudanças ocorridas a partir da mobilização, capacitação e construção das cisternas denominamos de antítese, porque negou o estágio anterior ao promover modificações na estrutura e dinâmica das comunidades. Uma vez finalizadas as ações da ASA, temos uma nova realidade que chamamos de síntese, porque é resultado do confronto entre tese e antítese e porque nela existem elementos anteriores (tese) e posteriores (antítese) às cisternas. Ainda sobre a dialética, concordamos com Brochardt (2013, p. 85), quando diz que “dessa forma o combate à seca é a tese e a convivência com o Semiárido é a antítese. A Síntese, portanto, é o que resultar desse confronto”.

⁴ “O pensamento que é elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando uma tensão entre dois modos de pensamento. A isso Hegel chamou de processo dialético. Uma afirmação, ou seja, uma posição claramente definida atrai necessariamente uma negação. A tensão entre afirmação e negação leva necessariamente a uma nova posição, superior às duas, mas que contém suas ideias confrontadas, chegando-se à negação da negação. Esses três estágios do conhecimento (a tríade) foram chamados por Hegel de tese, antítese e síntese”. (SPOSITO, 2004, p. 42).

As experiências de captação de água de chuva realizadas pela ASA nas comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano produziram mudanças substanciais, que levaram as famílias dessas localidades a uma condição de vida superior àquela vivida anteriormente. Desse modo, acreditamos que a pesquisa adotou uma perspectiva histórico-dialética, debruçando-se sobre conflitos e contradições,⁵ que são categorias constituintes da dialética e elementos inerentes a qualquer processo de mudança.

A construção do paradigma da convivência com o Semiárido, em contraposição ao do combate à seca, além de evidenciar uma enorme contradição, demonstra a força da articulação, da consciência e do conhecimento acumulado de homens e mulheres da região. Esse processo social é permeado de avanços e recuos, altos e baixos e requer uma pauta de luta unificada. A esperança pela emancipação da população da região semiárida alimenta essa construção histórica, pois:

A história é um processo feito pelos homens. Um exemplo para avivar a memória. A luta de classes não existe na natureza, mas, sem o trabalho que transforma a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social, portanto sem ter por base a natureza, as classes sociais sequer podem existir. (LESSA; TONET, 2008, p. 37).

Lessa e Tonet, referindo-se a Marx, destacam que natureza e trabalho são indissociáveis: sem trabalho é impossível qualquer reprodução social e, sem recursos naturais, o mesmo ocorre. Nesse sentido, é importante salientar que a convivência com o Semiárido exige relação respeitosa dos sertanejos com a natureza, tendo por base a agroecologia.

Considerando que os camponeses das comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano não estão isolados numa dimensão local (particular), estando conectados com todo o Semiárido, o país e o mundo, fazem parte da totalidade. São frutos das relações sociais de produção e estão condicionadas às leis do modo de produção capitalista. Estão em constante movimento.

⁵ Durante a realização da pesquisa, lidamos com processos de natureza tanto objetiva quanto subjetiva. Por exemplo, a fabricação de bolos e/ou a produção de hortaliças, antes eram consideradas apenas atividades de mulheres, mas quando foram assumidas também pelos homens, como trabalho gerador de renda, se estabeleceram nas relações produtivas nova divisão do trabalho entre homens e mulheres. Essa divisão do trabalho foi provocando mudanças de pensamento nos homens, pois as mulheres são, assim como eles, agentes ativos nas relações de produção. Enfim, pode-se afirmar que o mesmo trabalho assumido igualmente por homens e mulheres numa perspectiva de produção material possibilita mudanças nas relações de gênero sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também fomos envolvidos por diversas questões que nos pareceram ir além da temática do objeto, e por isso, compreendemos que, na pesquisa, a realidade foi sendo percebida, cada vez mais complexa e não compartimentada, se revelando numa totalidade composta de particularidades organicamente imbricadas. Todas as questões são dependentes e complementares, exigindo do sujeito clareza e delimitação sobre o objeto da pesquisa, busca por mais conhecimentos em diversas áreas.

Nossa pretensão de trabalhar na perspectiva histórico-dialética levou em conta a necessidade e desejo de nos aproximarmos do real, sabendo que é impossível entender inteiramente a realidade. Temos a consciência dos nossos limites. Ao final das atividades da pesquisa, confirmamos a compreensão de que as experiências de captação de água de chuva não são ações acabadas e sim processos históricos.

1.2 Sujeitos da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, contamos com a participação das famílias camponesas moradoras nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano. No questionário aplicado para essas famílias, por exemplo, alcançou-se 70% e 82% de participação, respectivamente. Para manter o anonimato, preservamos os nomes dos moradores entrevistados. Para identificá-los, outros nomes lhes foram dados aleatoriamente. Também foram sujeitos da pesquisa o presidente da associação de Pau Branco, Edson, e Roberto Malvezzi⁶.

As comunidades foram escolhidas em virtude de serem atendidas pelos programas P1MC e P1+2 da ASA, por terem bom nível de organização e compromisso com a realização dos objetivos dos programas citados, bem como a facilidade de acesso aos locais onde se situam.

1.3 Instrumentos para coleta de dados e procedimentos de análise

a) Entrevista semiestruturada

As pessoas entrevistadas foram selecionadas a partir de informações dadas por lideranças das comunidades. Levamos em conta aspectos como idade, gênero, envolvimento nas atividades coletivas e outros. As entrevistas ocorreram num clima de tranquilidade e confiança, porque os entrevistados foram motivados e informados sobre a finalidade e importância da pesquisa. Também contribuiu o fato de ser conhecido por lideranças dessas comunidades e ter sido assessorado pelos companheiros, Edcarlos morador em Pau Branco e Marcos que atuou em Tanque de Claudiano acompanhando a execução das atividades do P1+2. De modo que os entrevistados, à medida que respondiam às questões, iam além,

⁶ Roberto Malvezzi é membro da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). É músico, filósofo, teólogo e autor do livro *Semi-árido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

relembrando os acontecimentos passados, e muitas vezes, comparando-os com a realidade atual. Nesse sentido, concordamos com Minayo quando destaca que a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2013, p. 64).

Em Pau Branco entrevistamos dez pessoas. A primeira entrevista foi coletiva e aconteceu em setembro de 2014, durante uma reunião em que participaram moradores da comunidade. Com a finalidade de conhecer as tecnologias implementadas e o espaço físico da comunidade realizamos uma segunda visita nos dias 21 e 22 de maio de 2015. Outras visitas ocorreram nos dias 21, 29, 30 e 31 de julho e 04, 05, 06, 10 e 11 de agosto de 2015, quando foram aplicados questionários e entrevistamos dois casais com idade entre 30 e 55 anos; uma mulher casada e com cerca de 30 anos de idade; cinco homens: um viúvo com 90 anos, três casados com idade entre 55 e 70 anos e um solteiro com 28 anos. Também entrevistamos o presidente da associação da comunidade.

Na comunidade Tanque de Claudiano a primeira reunião com os moradores aconteceu no dia 5 de julho de 2015 para apresentação da pesquisa⁷. Nos dias 13, 15, 16, 22, 23 e 24 do mês de julho de 2015 foram aplicados questionários e realizadas 8 entrevistas, das quais participaram: uma família composta por pai, mãe, filho/cunhado e nora; duas mulheres casadas, com idade entre 50 e 65 anos; além de quatro homens casados, com idade entre 35 e 80 anos.

b) Observação participante

A inserção nas comunidades foi facilitada pela colaboração de companheiros que trabalham em programas da ASA executados pelo CASA. Em Pau Branco, um dos companheiros é morador da comunidade e, em Tanque de Claudiano, o outro companheiro atuou na execução de duas etapas do P1+2. Desse modo, estabeleceu-se prontamente uma relação de confiança entre o pesquisador e moradores, pois, segundo Minayo (2013, p. 70), “a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade”. Outro fator que permitiu um bom relacionamento com as pessoas foi a clareza na exposição dos objetivos e do desenvolvimento das etapas da pesquisa. Diante do exposto,

⁷ A comunidade Tanque de Claudiano foi incluída com o aval do orientador, posteriormente, porque avaliamos que a pesquisa ficaria mais rica em dados e possibilitaria fazer comparações com Pau Branco.

concordamos “que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida do grupo a partir do interior dele mesmo” (GIL, 2006, p. 113).

Durante as visitas, observamos as moradias, as cisternas de água para beber, os quintais produtivos com as cisternas de produção, as instalações coletivas, a organização das propriedades, o relevo, estradas e distâncias no interior das comunidades. Também foi possível, por meio das conversas, da observação de comportamentos e modo de viver, perceber questões subjetivas em cada comunidade.

A observação participante nos permitiu estabelecer uma relação amistosa e de cooperação com algumas pessoas das comunidades e proporcionou uma visão de conjunto e complementar à coleta de dados adquiridos por outras técnicas e instrumentos como o questionário e as entrevistas.

c) Aplicação de questionário

Com a finalidade de ampliar a coleta de dados sobre temas como organização social, questão agrária, produção agrícola e pecuária, abastecimento hídrico, geração de renda, convivência com o Semiárido, secas e outros, foram aplicados questionários para 139 famílias das duas comunidades, sendo 62 de Pau Branco e 77 de Tanque de Claudiano. As questões foram respondidas por uma ou mais pessoas de cada família em suas próprias casas, fato que permitiu visitar cerca de 70% e 82% das moradias das comunidades, respectivamente, além de ter nos possibilitado conhecer grande parte do espaço geográfico dessas localidades.

d) Análise documental

Segundo Lüdke e André (1986, p. 39), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa na abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Desse modo, fizemos uso dessa técnica para analisar alguns documentos com a intenção exclusiva de identificar a criação e emergência da ASA, bem como as suas proposições. Queremos salientar que não estudamos os documentos na sua integralidade. Os textos analisados foram os seguintes:

- Declaração do Semiárido Brasileiro (1999);
- Carta de Princípios (2000);

- Documento: O lugar da convivência na erradicação da extrema pobreza - Coordenação Executiva da ASA - Recife-PE (2011);
- Texto base do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais P1MC (2003);
- Cartilhas diversas sobre P1+2 e tecnologias sociais.

e) Análise dos dados

A análise foi feita a partir do agrupamento dos dados em categorias identificadas no material recolhido na pesquisa de campo. Os dados adquiridos na análise documental foram confrontados com aqueles coletados no trabalho de campo realizado nas comunidades. Na preparação dos dados para a análise, foram adotados os seguintes procedimentos:

- As entrevistas foram gravadas, através de gravador digital de áudio, com a devida permissão da pessoa entrevistada, documentado por termo de consentimento assinado em duas vias. As referidas entrevistas foram transcritas, posteriormente pelo pesquisador.
- Os questionários foram aplicados a várias famílias em suas próprias residências e também foram consentidos pelos participantes, através do termo de consentimento assinado em duas vias. As principais questões foram tabuladas e analisadas, de modo a se produzir a síntese. A partir dos dados, foram produzidos gráficos, tabelas e quadros.
- As observações participantes feitas nas duas comunidades foram anotadas em diário de bordo e contribuíram na elaboração do texto sobre a análise da pesquisa de campo.
- As imagens de lugares, pessoas, instalações e outros foram devidamente registrados por meio fotográfico e também com o consentimento das pessoas envolvidas.
- Os documentos analisados foram acessados no site da ASA e outros.

2 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM A SEMIARIDEZ

Neste capítulo abordaremos temáticas relacionadas ao Semiárido brasileiro, como a área e a composição de seu território; aspectos climáticos como a precipitação pluviométrica, a distribuição das chuvas, as elevadas temperaturas, os tipos de solo e a incidência de secas. Também será discutido o bioma caatinga e as suas peculiaridades, diversidades e problemas, a exemplo da desertificação. Outros aspectos de considerada relevância serão descritos: primeiro, a questão agrária e a ocupação da região semiárida ocorrida sob o signo da concentração da terra, da violência contra índios e negros, do favorecimento do Estado aos latifundiários; segundo, a construção do Nordeste como grande região da federação a partir de estereótipos depreciativos que desqualificam a região e seu povo. Por fim, será retratado o campesinato pela importância que tem o grande número de famílias camponesas que habita o Semiárido.

2.1 Conhecendo o Semiárido Brasileiro

No mundo existem diversas áreas semiáridas que, juntas, representam 25% do território do planeta (ANDRADE, 2011). No Brasil, também se encontra uma extensa área que, pelas características peculiares, consagrou-se como o nosso Semiárido. Contudo, apesar de ser conhecido como tal, esta denominação é recente. Inicialmente, era chamado de sertão⁸, depois passou a ser conhecido também por Polígono da Seca⁹ pela Lei Federal Nº 175, de 06 de janeiro de 1936, constituindo-se uma área demarcada pela ocorrência de secas. O conceito de Semiárido surge com a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989 (BRASIL, 1989), que regulamenta o artigo 159 da Constituição Brasileira de 1988, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e define como Semiárido brasileiro a região que apresenta características de semiaridez com precipitação pluviométrica igual ou inferior a 800mm anuais e que esteja inserida na área de atuação da Superintendência do

⁸ É importante salientar que o termo sertão, neste estudo, refere-se apenas ao sertão nordestino, uma vez que o significado de sertão é muito amplo, pois essa denominação é dada a outras regiões do Brasil, como o sertão de Minas Gerais, de Goiás, etc.

⁹ Polígono das Secas (1936) caracteriza o território de clima semiárido e de ocorrência de grandes secas que vitimaram grande contingente de nordestinos. A sua delimitação decorreu da necessária aplicação de políticas públicas de socorro às vítimas do flagelo das secas, assim como para a construção de médios e grandes reservatórios de água, os açudes. Essas ações ficaram conhecidas como políticas de “combate à seca”.

Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰ (SILVA, 2010). Em 10 de março de 2005, a portaria do Ministro da Integração Nacional (MI) instituiu a Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Resultante de estudos, realizados em 2004, pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por técnicos dos Ministérios da Integração Nacional (MI), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Meio Ambiente (MMA) e de órgãos públicos federais, a Nova Delimitação redimensionou o espaço geográfico para atender às demandas pela inclusão de novos municípios na área compreendida como semiárida, que tinha, entre outros objetivos, a operacionalização do FNE.

O GTI definiu outros critérios para a inclusão de municípios, pois a “precipitação pluviométrica média anual” como critério único, até então considerado, não dava conta para determinar se o território de um determinado município se caracterizava como área de clima semiárido ou não. Portanto,

Para a nova delimitação do semi-árido brasileiro, o GTI tomou por base três critérios técnicos: I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Ii. índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e Iii. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. (BRASIL, 2005a, p. 3).

Com a nova delimitação, foram incluídos 102 novos municípios no território do Semiárido, totalizando 1.135. O estado de Minas Gerais teve maior número de inclusão, passando de 40 para 85 municípios.

Atualmente, o Semiárido brasileiro possui uma área de 982.563,3 km², representando 62% do território do Nordeste e 11,39% do território nacional. É o Semiárido mais populoso e mais chuvoso do planeta e é constituído por 8 estados do Nordeste: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e 1 do Sudeste: Minas Gerais. Pelo fato de o estado de Minas Gerais fazer parte do Semiárido, este adquire dimensão nacional e por isso é denominado de Semiárido Brasileiro.

No mapa 01, verifica-se o Semiárido delimitado dentro das regiões: Nordeste e Sudeste. Estende-se do norte de Minas Gerais até o litoral dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em se tratando de área, ocupa:

¹⁰ A Medida Provisória nº 2.146-1 de 04 de maio de 2001, editada pelo governo FHC, extingue a antiga SUDENE e cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) que se revelou incapaz de adotar políticas de desenvolvimento da região. O período de 2001 a 2003 foi marcado por mobilizações de forças sociais, políticas e econômicas em favor de constituição de Autarquia com recursos e capacidade de promover o desenvolvimento regional. A Lei complementar nº 125 de 03 de janeiro de 2007 institui a SUDENE. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/> Acesso em: 13 jul. 2015.

92,97% do território do Rio Grande do Norte estão na porção Semiárida, Pernambuco 87,60%, Ceará 86,74%, Paraíba 86,20%, Bahia 69,31%, Piauí 59,41%, Sergipe 50,67%, Alagoas 45,28% e Minas Gerais 17,49%. Porém, considerando a dimensão territorial das grandes regiões, o Nordeste apresenta 56,46% de seu território na porção Semiárida, o Sudeste com 11,09% e o País alcança os 11,53%. (INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO, 2012, p. 28).

Mapa 01 - Nova Delimitação da Região Semiárida



Fonte: BRASIL - Ministério da Integração Nacional. 2005a

A fim de verificarmos como estão distribuídos os municípios na região semiárida, apresentamos a tabela 01. Os 1.135 municípios que compõem o Semiárido brasileiro correspondem a 20,40% dos 5.565 municípios do país. No Nordeste, dos 1.794 municípios,

1.050 (58,53%) deles estão inseridos na região semiárida. Enquanto a região Sudeste, de seus 1.668 municípios, tem somente 85 (5,10%) compondo o território do Semiárido.

Tabela01 - Nova Delimitação da Região Semiárida

Estados da Federação e Grandes Regiões	Número de municípios por estado e Grandes Regiões ¹	Número de municípios de cada estado incluídos na área da SUDENE ²	Número e percentual de municípios de cada estado incluídos no Semiárido ³	Número e percentual de municípios de cada estado fora do Semiárido ³
Alagoas	102	102	38 (37,25%)	64 (62,75%)
Bahia	417	417	266 (63,79%)	151 (36,21%)
Ceará	184	184	150 (81,52%)	34 (18,48%)
Minas Gerais	853	168	85 (9,96%)	768 (90,04%)
Paraíba	223	223	170 (76,23%)	53 (23,77%)
Pernambuco	185	185	122 (65,95%)	63 (34,05%)
Piauí	224	223	128 (57,14%)	96 (42,86%)
Rio Grande do Norte	167	167	147 (88,02%)	20 (11,98%)
Sergipe	75	75	29 (38,67%)	46 (61,33%)
Maranhão	217	217	0 (0,00%)	0 (100,00%)
Espírito Santo	78	28	0 (0,00%)	0 (100,00%)
SUDENE		1.989		
SEMIÁRIDO			1.135	
NORDESTE	1.794	1.793	1.050	744
SUDESTE	1.668	196	85	1.583
CENTRO OESTE	466			466
NORTE	449			449
SUL	1.188			1.188
BRASIL	5.565	1.989	1.135	4.430

¹ Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (10/12/2015)

² Fonte: Elaboração própria com base em dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - (10/12/2015)

³ Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional do Semiárido - (10/12/2015)

Com a nova delimitação ampliou-se o número de municípios (1135) beneficiados pelo FNE visto que "a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semi-árido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região" (BRASIL, 2005a, p. 5).

Os recursos liberados não atendem plenamente às necessidades dos camponeses, que praticam agricultura de autoconsumo, seja pelo volume insuficiente diante da demanda, ou por interferência política exercida pela elite agrária e políticos nordestinos na distribuição dos

créditos. Os projetos financiados, em sua maioria, seguem o receituário do atual modelo de desenvolvimento agrícola em vigor na região e país, o agronegócio, centrado numa agricultura artificializada que emprega técnicas e insumos inadequados ao clima, desconsiderando a complexidade do bioma caatinga, a tradição e conhecimentos agropecuários acumulados pela população do Semiárido.

2.1.1 O clima

No Semiárido, o clima tal como conhecemos atualmente nos leva a acreditar que sempre foi seco, com elevadas temperaturas e baixa umidade do ar. Entretanto, “o clima nessa região nem sempre foi o semi-árido. A mudança climática de úmido para semi-árido ocorreu há cerca de 10 mil anos” (NERI et al, 2007, p. 133). Assim, esse clima tornou-se meio seco e meio úmido, com chuvas concentradas em dois períodos: o período das chuvas ou “das águas,” ocorre entre os meses de outubro a março, enquanto que o período sem chuvas, ou de estiagem, perdura de abril a novembro. As chuvas na região são irregulares no tempo e no espaço. Contudo, em determinados anos, ela se concentra em um ou dois meses apenas, fato que deixa as famílias sertanejas na incerteza de quando iniciarão os plantios e na insegurança se terão colheitas. Em todos os anos, a partir do mês de outubro, os sertanejos ficam na espera das primeiras chuvas e confiantes que o período que vai até março¹¹ do ano seguinte seja bom de chuva em quantidade e regularidade. Viver no sertão é conviver com a espera de bons anos de chuva e com a certeza de que de tempos em tempos a seca chega.

A quantidade de chuva que cai na maior parte do Semiárido pode variar de 250 a 800 milímetros (mm) (MAIA, 2004). Todavia, 750 mm como média de chuva é suficiente para a reprodução da vida no sertão, pois quando as chuvas caem, o solo fica completamente umedecido e com isso todas as plantas da caatinga brotam, florescem e produzem frutos e sementes pouco tempo depois. É impressionante a capacidade que têm as plantas da caatinga de saírem de um estado de dormência em que se encontram durante a estiagem, para um estado de plena vitalidade quando transformam a cor acinzentada, característica do tempo sem chuvas, em um mosaico de cores.

¹¹ No Semiárido existe diversos microclimas. Portanto, há uma variação de quando inicia e termina o período de chuvas. É certo, porém, que em todos os anos, na região semiárida não chove por período contínuo que varia entre seis e oito meses. Esse período é chamado de “tempo da seca” ou “tempo da estiagem”, que na maior parte da região, vai de outubro a março.

No ciclo hidrológico da região, uma condição desfavorável é a alta temperatura que provoca a evaporação das águas dos mananciais e do solo, aumentando a transpiração das plantas. Segundo Bloch, “a evapotranspiração potencial é superior a 2.000 mm por ano (pode chegar a mais de 3.000 mm por ano)” (BLOCH, 2001, p. 8). Desse modo, o balanço hídrico, que é a relação entre a água da chuva que cai no sertão e a sua perda pela evapotranspiração, condiciona a oferta de água. Essa condição possibilita a perda de volume das fontes de água, porque o calor intenso provoca a redução da umidade do solo e do ar, prejudicando as atividades agropecuárias.

No Semiárido, o subsolo é composto por mais de 70% de rocha cristalina e de solos rasos, por isso é comum a ocorrência de grandes lajedos, isto é, áreas que apresentam rochas na superfície do solo e totalmente descobertas de vegetação. Nesse tipo de rocha, há pouco acúmulo de água, que pode ser encontrada apenas em fendas ou rachaduras. Por essa razão, a maioria dos poços artesianos perfurados na região apresenta uma quantidade reduzida de água, geralmente salinizada em decorrência dos sais contidos nas rochas.

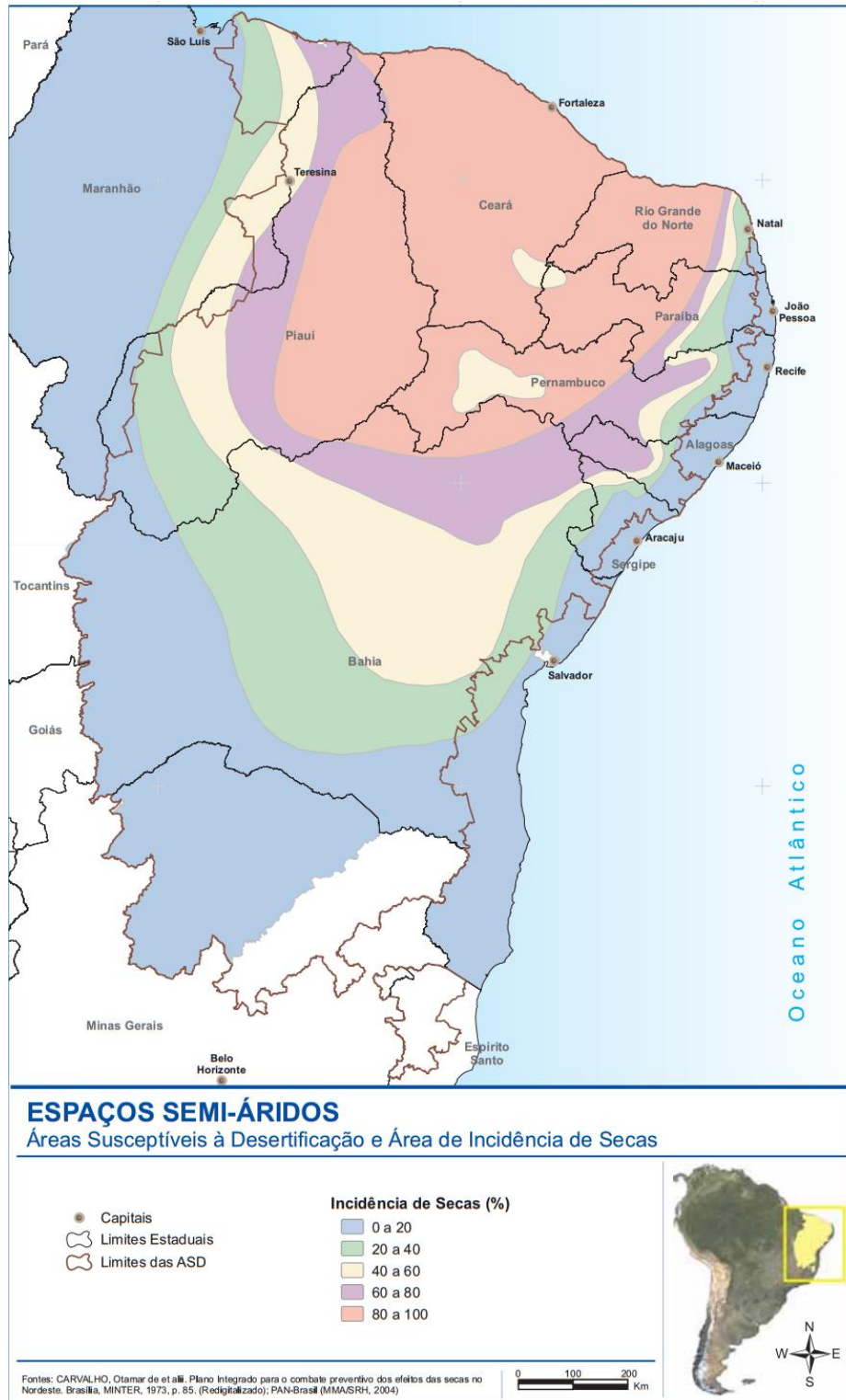
Por outro lado, em algumas regiões do sertão existe outro tipo de subsolo, o arenito, que se formou pela sedimentação de solos. O arenito é uma rocha porosa, com grande capacidade de retenção de água de boa qualidade. Devido a essa característica, os poços perfurados neste tipo de rocha podem encontrar grandes lençóis freáticos. O subsolo de arenito está presente em “uma grande parte do Piauí, do Maranhão e da Bahia (por exemplo, Cícero Dantas ou Barreiras)” (GNADLINGER, 2011, p. 50).

Além dos tipos de solos supracitados, são também encontrados no Semiárido, porém em menor proporção, os solos de aluvião e calcário. Os de calcário se encontram ao longo de rios, em cavernas por onde geralmente circula água. Na Chapada Diamantina, no estado da Bahia, a maior parte do seu território é composta por subsolo de calcário. Já os de aluvião são compostos por bancos de areia, onde também é possível encontrar água. Este tipo de subsolo é mais comum no litoral dos estados do Maranhão e Ceará (GNADLINGER, 2011).

As condições de clima, solo e temperatura, bem como a irregularidade da chuva no tempo e no espaço, tornam o semiárido uma região propensa a longos períodos de estiagem conhecidos por grandes secas. No mapa 02, podemos verificar as áreas de maior incidência dessas secas. Observamos que os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia apresentam cerca da metade de suas áreas suscetíveis à ocorrência de secas de leve a moderada incidência. Todavia, no norte da Bahia, verifica-se que a propensão dessa incidência de seca pode atingir de 60 a 100%. Já no Ceará, essa possibilidade é ainda mais severa, podendo chegar de 80 a

100% de incidência, em quase a totalidade do território do estado. Nos demais estados como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, a incidência de secas é de 60 a 100% e alcança mais da metade de seus territórios.

Mapa 02 - Áreas suscetíveis à desertificação e área de incidência de secas - 2007



Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. 2007a

Podemos constatar, portanto, que a propensão de secas no Nordeste é muito grande. A seca é um fenômeno natural, mas é, sobretudo, um problema social, político e econômico. A gravidade dos problemas causados pelos efeitos das secas, durante muitos séculos, é consequência do descaso dos governos na implementação de políticas estruturantes e adequadas ao clima semiárido. Essa condição foi denunciada por Josué de Castro em meados do século XX:

Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 2011, p. 242).

Em cada século, um terço dos anos foi de secas, de modo que “de acordo com os registros históricos, houve 85 anos de secas no Nordeste, nos séculos XVIII, XIX e XX” (GOMES, 2001, p. 75). É possível fazer uma previsão de quando ocorrerá uma grande seca no Semiárido, uma vez que esse fenômeno é cíclico e ocorre em média a cada três décadas. Entretanto, outras secas menores podem ocorrer nesse intervalo.

As grandes secas sempre foram fator de desagregação social e desordem econômica, e muitas delas vitimaram milhares de pessoas. Dentre as secas ocorridas no Nordeste brasileiro, vale ressaltar algumas que tiveram grande importância no contexto histórico da região: as de 1877-79, 1915, 1932, 1951-53, 1976, 1983, 1992-93, 1998-99. A última grande seca no Semiárido, ainda em ocorrência, foi iniciada em 2011 e tem sido considerada a pior dos últimos cinquenta anos¹². Seus efeitos, entretanto, estão sendo minimizados pela adoção de

¹² "Desde setembro de 2011, não chove regularmente no Semiárido nordestino. A seca atual já é considerada a pior dos últimos 30 anos e atinge cerca de 8 milhões de pessoas na região, de acordo com dados do Ministério da Integração Nacional. Um total de R\$ 2,7 bilhões foram liberados pelo governo federal para serem aplicados em ações emergenciais para amenizar as consequências da estiagem" (AQUINO, 2012). Em 2012 "somente na Bahia a seca já é considerada pelo governo estadual como a pior dos últimos 47 anos – mais de 200 municípios estão em situação de emergência no Estado" (MADEIRO, 2012). "O nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados". (ONU. Nações Unidas no Brasil, 2013). No ano de 2015: "O Piauí tem o maior número de cidades em emergência: 152, dos 224 municípios do estado [...] Em Alagoas, 38 dos 102 municípios do estado estão em emergência em consequência da dificuldade de acesso aos mananciais [...] Na Bahia, o reconhecimento da situação de emergência abrange 106 dos 417 municípios do estado (NOGUEIRA, 2015). "Campos explica que, embora esta seja a pior seca dos últimos tempos, a repercussão dos fatos foi atenuada por vários motivos. 'Um, deles, talvez o principal, é que a população atingida diminuiu muito nos últimos anos devido ao êxodo rural. Depois, devido às medidas mitigadoras como a construção de cisternas, açudes, adutoras (obras de infraestrutura hídrica), colaboram para que os efeitos sejam reduzidos e outro motivo que podemos destacar é que a fome praticamente desapareceu do meio rural do Nordeste por causa dos programas sociais', aponta" (FAUSTINO, 2013).

ações de convivência, como a estocagem de água de chuva em cisternas e pelos programas sociais. A grande seca ocorrida entre os anos de 1877-79 foi a pior do século XIX, pois nela foram vitimadas cerca de quinhentas mil pessoas, ou seja, a metade da população do Ceará e vizinhança (GOMES, 2001).

Essas secas atingiram também a Bahia e, de modo particular, o Alto Sertão da Bahia¹³, como destacam os registros da seca de 1860, quando ressaltam que:

A freguesia do Gentio, atual Ceraíma, em Guanambi, viveu situação semelhante. Depois de queixar-se do “abuso” de “se enterrarem corpos pelas estradas, matos” e “lugares que denominam cemitério sem o ser”, o padre Pedro Orlando Jatobá estimou entre 350 e 400 o número dos que sucumbiram de fome ou suas consequências. E desse modo, vários outros párocos transmitiram ao governante provincial as suas trágicas estatísticas. (NEVES, 2008, p. 211).

O município de Guanambi, citado por Neves, encontra-se localizado próximo ao município de Riacho de Santana, o campo desta pesquisa. Ambos fazem parte da microrregião de Guanambi fortemente atingida não só pela seca de 1860, mas, sobretudo, pela grande seca de 1877-79 que trouxe consequências devastadoras para todo o Nordeste. Quanto ao município de Riacho de Santana, vitimado por esse longo período de estiagem, é citado no trecho abaixo como lugar onde as pessoas também sofreram com a escassez de alimentos e com a fome que avassalou essa região:

O Alto Sertão da Bahia sofreu, em 1878, outra seca e suas terríveis consequências. O mesmo juiz comunicou ao presidente da província que a “seca extraordinária” matava criações e os gêneros alimentícios escasseavam, alcançavam “preços excessivos”, e os “desvalidos” já passavam fome. A farinha ainda existente no município era transferida para Monte Alto e Riacho de Santana, onde não mais havia. (NEVES, 2008, p. 213).

As consequências sofridas pela população sertaneja devido às grandes secas foram resultantes da falta de políticas adequadas à região e da aplicação de recursos que ainda hoje são insuficientes para combater os efeitos que essas secas têm provocado no semiárido. Isso se dá em decorrência tanto da falta de conhecimento da região, como também do mau uso desses recursos. Os recursos que foram aplicados resultaram na construção de um grande número de açudes que juntos acumulam cerca de 37 bilhões de metros cúbicos de água, mas

¹³ Segundo Erivaldo Fagundes Neves, o Alto Sertão da Bahia se constitui como: [...] região semi-árida, demarcada pelos fenômenos climáticos; região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação. [...] a designação de Alto Sertão da Bahia referencia-se, pois, na sua distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil.” (NEVES, 2008, p. 26-28)

grande parte deles está concentrada e a serviço de grandes propriedades privadas e não da população difusa do Semiárido.

As ações de combate às secas não resolvem os problemas da população do Semiárido, porque desconsideram fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Recursos e esforços são desperdiçados na tentativa de adequar os fatores climáticos à essas ações, o que não é possível. É preciso conviver com os fenômenos naturais, pois “não se pode combater ecossistemas, variações climáticas, direção de ventos e o sol” (SCHISTEK, 2013, p. 32).

É preciso conhecer adequadamente o clima para planejar ações que viabilizem a vida no sertão. Uma dessas ações é a captação de água de chuva tanto para o consumo humano quanto para a produção de alimentos, como hortaliças e frutas, que tem sido aplicada em praticamente todo o Semiárido brasileiro. É importante a estocagem de água porque, como não é possível prever quando as chuvas caem e nem saber se a precipitação pluviométrica será suficiente em cada ano, faz-se necessário que o planejamento das atividades agropecuárias seja para dois ou mais períodos chuvosos, sendo recomendadas as culturas perenes e semi-perenes, visto que “as atividades introduzidas pelos humanos no Semiárido precisam atender ao conceito da pluri-anuidade. A reserva de água precisa ser planejada, não para oito meses, mas para dois anos ou mais” (SCHISTEK, 2013, p. 37).

Outra questão fundamental para o Semiárido diz respeito ao acesso e uso da terra, uma vez que a concentração fundiária tem se constituído em grande impedimento para o desenvolvimento regional. Além disso, é preciso ainda considerar a aptidão dos solos da região. Por essa razão, o Zoneamento Agroecológico do Nordeste (ZANE)¹⁴, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006), demonstra que somente 16% das terras da região semiárida são indicados para o cultivo de lavouras de sequeiro¹⁵, 36% devem ser preservados e usados somente para o extrativismo¹⁶; 44% da caatinga são mais adequados para a criação de animais de pequeno porte de modo racional e apenas 4% das terras podem ser irrigados.

Desse modo, constatamos que o Semiárido brasileiro apresenta particularidades que, se conhecidas e valorizadas, podem se tornar fatores de desenvolvimento social, cultural e economicamente sustentável. Desde as duas últimas décadas do século passado organizações

¹⁴ ZANE - Zoneamento Agroecológico do Nordeste – Estudos realizados pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA) e pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos – CNPS da EMBRAPA, produziram o “Diagnóstico do Quadro Natural e Agrossocioeconômico da Região Nordeste do Brasil”.

¹⁵ Sequeiro significa lugar ou terreno não regado, irrigado. Lavoura de Sequeiro é aquela que é produzida exclusivamente com a água de chuva.

¹⁶ No Semiárido, tem crescido o extrativismo de frutos do umbuzeiro e maracujazeiro nativo, para a produção de doces, geleias e sucos.

sociais atuantes na região têm implementado tecnologias bem sucedidas, como as cisternas para captação de água de chuva para o consumo humano. Isso demonstra que, se políticas públicas adequadas ao clima, e baseadas na convivência com o semiárido, fossem aplicadas em grande escala para todo o sertão, teríamos um desenvolvimento para todos e com o devido respeito à natureza. Entretanto, o que temos na verdade é um desenvolvimento assentado na ideia de progresso, que explora recursos naturais como a água e a terra, por meio de grandes empreendimentos, a exemplo do agronegócio e das mineradoras, onde o capital auferes altas taxas de lucro.

Convém assinalar que a estrutura fundiária da região semiárida, que resulta na concentração de terras e na pouca disponibilidade destas para os camponeses, é a principal causa da insuficiente capacidade de produção agropecuária desse povo. Em grandes propriedades, há maior geração de renda, além de possibilitar condições mais favoráveis à captação de água de chuva, que se constitui também em fator de desenvolvimento. Tais condições evidenciam as desigualdades sociais da população sertaneja, pois “se se quisesse encontrar uma explicação única para a pobreza dos que habitam o Semi-Árido, a falta de terra, mais uma vez comprovada na pesquisa de campo, seria candidata natural” (GOMES, 2001, p. 65).

A água, a terra e demais recursos naturais do Semiárido são partes integrantes de um organismo vivo de grande complexidade, peculiaridade e diversidade chamado “bioma caatinga”. A caatinga, além de ser vista biologicamente, apresenta-se também como lugar acolhedor para os sertanejos, que mantêm com ela uma relação de identidade e pertencimento. É um espaço onde é possível a reprodução material da vida dos povos que habitam o Semiárido. É desse importante bioma que iremos tratar.

2.1.2 O Bioma Caatinga

O Semiárido brasileiro é constituído pelos biomas caatinga e cerrado. A caatinga, bioma genuinamente brasileiro, é predominante e ocupa uma área de 734.478 km². Apesar de sua importância é insuficientemente estudado e pouco do conhecimento produzido foi apropriado pela população. Muito ainda precisa ser pesquisado sobre este importante bioma que abriga animais e plantas, muitos dos quais endêmicos, adaptados ao clima semiárido e capazes de resistir às adversidades naturais desse clima.

Ao longo de milhares de anos de formação, a caatinga tornou-se riquíssima em biodiversidade, constituída por tipos vegetais com potencial nutricional, farmacológico e

industrial e por animais cujas características lhes permitem viver conforme as complexidades desse bioma (MAIA, 2004, p. 20).

A natureza no Semiárido é prodigiosa se conservada em seu estado original, mantém-se o equilíbrio que possibilita as condições para a existência harmoniosa entre todos os seres vivos. A vegetação da caatinga constitui-se de plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas. As herbáceas cobrem o chão durante os períodos chuvosos, evitando erosão, impedindo o aquecimento do solo e, conseqüentemente, o desaparecimento de pequenos insetos e micro-organismos. “É esta vegetação rasteira que dá ao fenômeno da ressurreição da natureza nordestina após as chuvas um signo de transformação sobrenatural, mudando a cor de toda a paisagem em alguns dias...” (CASTRO, 2011, p. 166).

Os arbustos que apresentam porte intermediário, somados às árvores, completam a cobertura vegetal da caatinga. Toda a vegetação catingueira, durante as chuvas, produz folhagens, flores e frutos capazes de alimentar os animais, sendo que alguns desses frutos são também utilizados na alimentação humana.

Na região Sudoeste da Bahia, assim como na maior parte do Semiárido, ocorrem dois períodos climáticos distintos: o tempo das chuvas ou "das águas", de novembro a março e o tempo da estiagem ao "da seca" que vai de abril a outubro. As chuvas são irregulares no tempo e no espaço, e podem ser concentrar em poucos meses. A flora e a fauna estão adaptadas às mudanças que ocorrem no clima semiárido. As plantas do sertão, em sua maioria, possuem folhas pequenas, muitas delas espessas, cuja finalidade é economizar água. Certas plantas desenvolveram mecanismos de acumulação de água em seus troncos e folhas, como as cactáceas, mandacarus, palmatórias, bromélias, etc. Outras guardam água em suas raízes, a exemplo do umbuzeiro, do mamãozinho, dentre outras.

No período chuvoso, as plantas da caatinga repõem toda a folhagem. No caso do umbuzeiro, floresce antes mesmo de iniciar o período das chuvas. A natureza sabiamente se adaptou ao clima semiárido. As plantas, por exemplo, durante os meses sem chuva, diminuem o seu metabolismo para economizar água e nutrientes, de modo que:

As folhas se reduzem ao mínimo para evitar a evaporação, os caules se impermeabilizam, as raízes se espalham em todas as direções para sugar a umidade escassa. Todos os órgãos da planta se apresentam nesta luta incessante contra a falta d'água. As espécies que sobrevivem o fazem, ou à custa de uma economia rigorosa em seus gastos, ou à custa da formação de reservas aquosas nos bulbos, raízes e caules. (CASTRO, 2011, p. 162).

Durante o período em que não ocorrem as chuvas, as folhas e sementes que caem servem de cobertura vegetal e de alimentos para os animais. Os arbustos e árvores desfolhados adquirem uma cor acinzentada, modificando a paisagem, dando a aparência de plantas mortas para quem não conhece a caatinga.

O porte da vegetação varia de região para região em função da pluviosidade, da temperatura, do tipo de solo, da altitude e de microclimas presentes nas diversas regiões do Semiárido. O Zoneamento Agroecológico do Nordeste, realizado pela Embrapa, “dividiu a Região em 20 Grandes Unidades de Paisagem, que agrupam 172 Unidades Geoambientais” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006). A caatinga apresenta grande diversidade de vegetais e animais, pois, de acordo com Maia “[...] somente de plantas lenhosas, os botânicos já identificaram quase 600 espécies na caatinga, do total de 1.356 espécies de plantas” (MAIA, 2004, p. 20). A fauna é também muito rica abriga “[...] 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas” (BRASIL, 2015a). Essa rica biodiversidade vem sofrendo gradativa erosão genética devido aos processos de desertificação presentes em todos os estados que compõem o Semiárido.

Nas áreas preservadas, o solo coberto pela vegetação nativa é permeável. Por essa razão, “a água da chuva absorvida pelo solo também alimenta as reservas de água subterrânea, os poços, as fontes e os cursos d’água” (MAIA, 2004, p. 35). A água da chuva que se infiltra e armazena no solo vai escorrendo por dentro do próprio solo, das áreas elevadas para as mais baixas e durante um longo período vai recompondo os lençóis freáticos, o que garante água por mais tempo nas fontes superficiais.

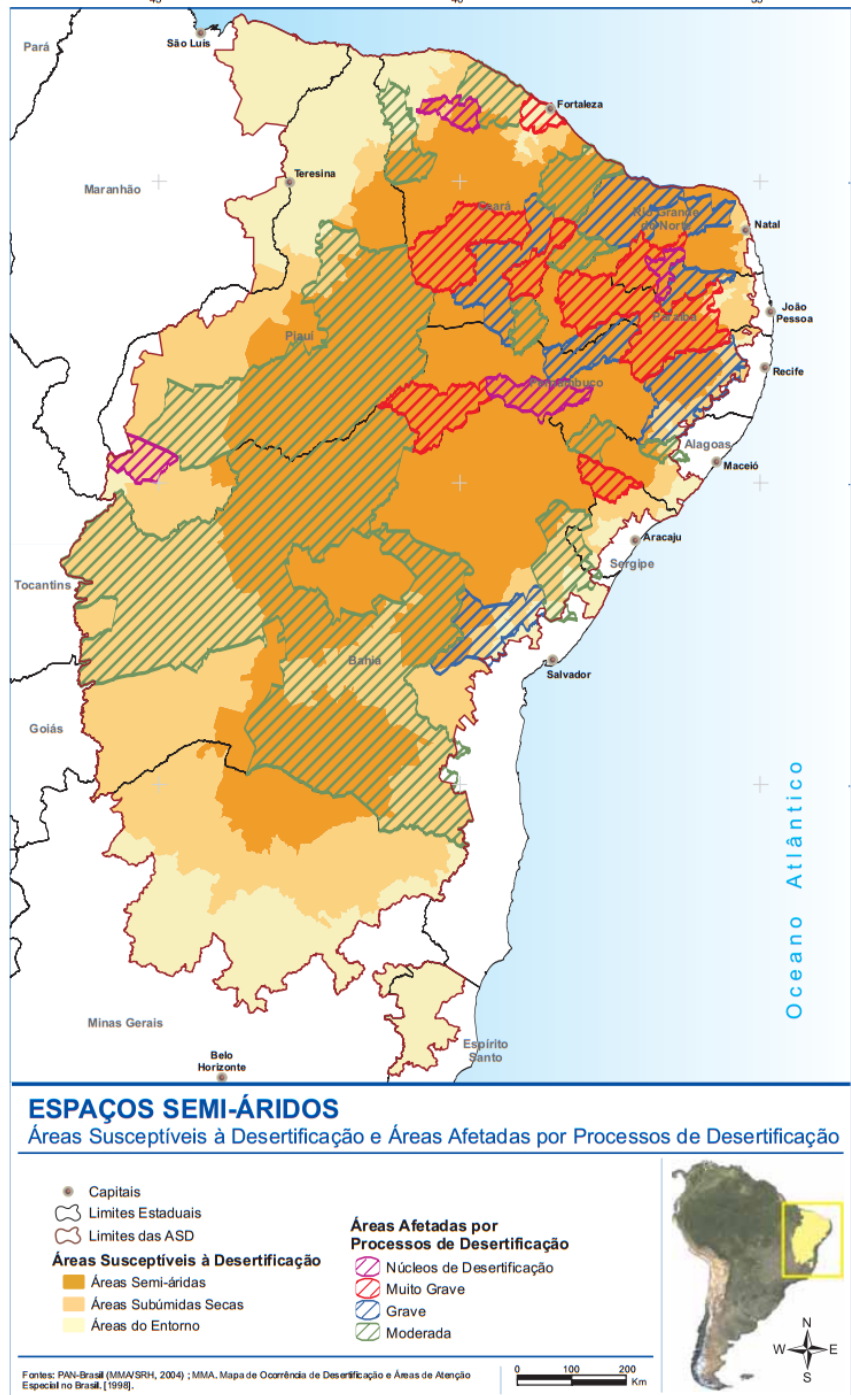
Por outro lado, o desmatamento, as queimadas, e a mecanização intensa, práticas tão usadas nas monoculturas de soja, eucalipto, algodão e na formação de pastagens, deixam o solo descoberto e compactado, impedindo a infiltração e acumulação da água das chuvas no solo, que escorrem rapidamente para os riachos e rios.

As práticas supracitadas utilizadas pela agricultura do agronegócio, como também a exploração intensa das propriedades de tamanho reduzido, além do manejo inadequado da vegetação tornam,

A caatinga é um dos biomas brasileiros mais ameaçados pelo uso intempestivo dos seus recursos naturais. As maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil, com a perda gradual da fertilidade do solo, estão localizadas no Semi-Árido, resultado da combinação do cultivo inadequado da terra às variações climáticas e às características do solo pedregoso ou impermeável. (SILVA, 2010, p. 20).

Atualmente, grande parte do território do Semiárido encontra-se em estado de desertificação. O mapa 03 mostra as áreas de ocorrência.

Mapa 03 - Áreas afetadas por processos de desertificação - 2007



Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2007a

Como podemos observar, a maior incidência é de desertificação moderada. Contudo, os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará apresentam uma grande

porção de seus territórios com ocorrência de processos de desertificação graves e/ou muito graves.

Destacamos que as áreas atingidas de modo grave e muito grave no Nordeste totalizam 230 mil km². Por sua vez, os núcleos de desertificação mais acentuados chegam a 18.177 km² e afetam aproximadamente 399 mil pessoas. Eles estão localizados nas regiões de Irauçuba (CE), Gilbués (PI), Seridó (RN, PB) e Cabrobó (PE) (CARVALHO, C., 2013).

Para reverter os processos de desertificação, necessita-se de uma efetiva e permanente política de Estado que disponibilize os recursos suficientes para ações de revitalização e que tenha participação da população atingida e de organizações comprometidas com o bioma. Nos anos de 2003 e 2004 foram realizados estudos pelo MMA e organizações da sociedade civil que deram origem ao Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil (BRASIL, 2005b). Outro passo importante foi dado com a Lei nº 13.153, sancionada em 30 de junho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e dá outras providências (BRASIL, 2015b). A grande questão é a falta de recursos, visto que a disputa por verbas do orçamento privilegia os setores lucrativos da economia como, por exemplo, o agronegócio. Também é imprescindível que as atividades econômicas desenvolvidas na caatinga sejam revistas, e muitas delas até extintas, a fim de evitar os processos de degeneração dos ecossistemas. Para tanto, é fundamental promover a democratização dos recursos naturais como a terra e a água, porque, como argumenta Cavalcante:

Historicamente o uso dos recursos naturais da região é baseado por concepções imediatas guiadas pelo modelo de desenvolvimento e de organização socioeconômica implantado naquele espaço. O resultado tem sido um processo intenso de degradação ambiental da região, seja por quem tem acesso e concentra recursos naturais, seja por quem os pressiona no pouco ou nenhum espaço que tem, por estratégia de sobrevivência. (CAVALCANTE, 2011, p. 82).

Frente a isso, é necessário um modelo de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambientalmente sustentável, adequado e adaptado ao Semiárido, que considere suas potencialidades, seus limites e sua complexidade; que respeite seu povo e etnias, sua cultura e o conhecimento popular acumulado ao longo dos séculos.

A convivência com o Semiárido é um dos pilares desse referido modelo, constituindo-se, pois, como uma das maneiras de conter a degradação. Contudo, para conviver é preciso conhecer bem o Semiárido em suas múltiplas dimensões: físicas, sociais, culturais,

políticas, econômicas, etc. Conhecer a dimensão física (climática) é uma das primeiras condições para a convivência.

Por sua vez, se a convivência por si só não é suficiente para romper com o atual modelo de desenvolvimento vigente no campo, é capaz de oferecer condições para que as populações que habitam o sertão possam garantir maior segurança alimentar por meio da estocagem de água para o consumo humano e produção de alimentos, estocagem de sementes, além de propiciar debates e momentos de formação na perspectiva da educação contextualizada.

2.1.3 População do Semiárido: uma diversidade de povos e etnias

Mesmo com todas as adversidades enfrentadas nessa região, a população do Semiárido é bastante numerosa, constituindo-se como a maior população de região semiárida do planeta. Essa população apresenta uma diversidade de tipos étnicos como índios, negros, brancos, caboclos, mamelucos e outros, cujo entrelaçamento contribuiu para tornar o Semiárido uma região composta de elementos culturais genuínos, demonstrados na dança, na música, na comida, nas artes, nos festejos, na religiosidade, etc.

No Nordeste a população total era de 53.041.950 habitantes, o que representava 28% da população total do país, segundo censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. No meio urbano do Nordeste viviam 38.821.246 habitantes, equivalentes a 73,1%, enquanto o meio rural era habitado por 14.260.704, que correspondiam a 29,9% da população total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em julho de 2015 a população total do Brasil era estimada em 204.450.649 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A população do Semiárido, segundo o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), era constituída por 22.598.318 pessoas, que representavam 11,8% dos habitantes do Brasil e 42,57% do Nordeste. Deste total, 11.436.254 eram mulheres e 11.162.064 eram homens. Dentre os habitantes da região semiárida, 61,98% (14.003.118) eram residentes no meio urbano e 38,02% (8.592.200) na zona rural, o que representava 28,82% de toda população rural do Brasil. Considerando a cor e a raça, a população do Semiárido era composta por 59,60% de pardos, 31,75% de brancos, 7,15% de pretos, 1,09% de amarelos e 0,41% de indígenas. Somando os pardos aos pretos, teremos 66,75% de afrodescendentes (INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO, 2012). Ainda de acordo com o INSA,

[...] o maior percentual de habitantes que se declaram de cor branca está no Semiárido paraibano (41,03%), os de cor preta no Semiárido baiano (11,38%), os de cor amarela no Semiárido piauiense (1,98%), os que se declararam de cor parda no Semiárido mineiro (65,09%) e os que se declararam indígenas no Semiárido pernambucano (1,21%). (INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO, 2012).

Na Bahia, estado que possui área geográfica de 564.733.081 km², viviam 14.016.906 habitantes. Desse total, 6.878.266 pertenciam ao sexo masculino e 7.138.640 eram de mulheres. A população urbana era constituída por 10.102.476 de pessoas, número que equivalia a 72%. A população rural, por sua vez, era composta por 3.914.430 de habitantes o que correspondia a 28% da população total do estado. Deste total, 3.391.573 eram do sexo feminino contra 3.349.124 do sexo masculino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

O município baiano de Riacho de Santana possui área de 2.586.401 km², e densidade demográfica de 11,87 hab/km². A população total era, em 2010, formada por 30.646 habitantes, destes 17.555 residem na zona rural e 13.091 no meio urbano. Assim como Riacho de Santana, a maioria dos municípios do Sudoeste da Bahia possuía população rural maior que a urbana. Este dado é relevante, considerando que a migração do campo para as cidades do Brasil tem sido crescente. Quanto à distribuição por gênero no município, os homens constituíam maioria com 15.554 indivíduos e mulheres com 15.052 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A população da região semiárida em sua maioria é camponesa e apresenta grupos sociais com grande diversidade que se manifesta na cultura, na organização social, na relação com a natureza, na origem histórica, na identidade étnica e na ocupação de territórios específicos. Esses grupos constituídos por quilombolas, indígenas, catingueiros, geraiseiros, ribeirinhos, beiradeiros, moradores de fundo e de feixo de pasto¹⁷ são reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, instituída pelo governo federal por meio do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007b).

Ao longo dos séculos, esses grupos sociais foram construindo uma identidade e uma cultura próprias que os definem como um povo resistente, alegre, forte, batalhador. A união

¹⁷ Fundo de pasto e feixo de pasto são áreas coletivas localizadas em vários lugares na caatinga onde vivem comunidades camponesas. Nessas áreas os camponeses cercam apenas as roças onde cultivam lavouras de subsistência ou de forragem para os animais, deixando o restante das terras para uso comum onde todos os moradores criam, na maioria dos casos, cabras e ovelhas. O sistema de fundo de pasto permite que os animais possam pastar numa área relativamente grande, com cerca de 2 a 5 mil ha, aproveitando melhor a forragem e com menor degradação ambiental. Esse sistema pode ser considerado uma das formas de se realizar a reforma agrária adequada ao Semiárido. No Nordeste somente o estado da Bahia possui legislação que regulamenta os fundos e feixos de pasto, contudo, a legalização destes depende de muita luta.

de todos os povos do Semiárido resultou na formação de uma população que, apesar de miscigenada, foi consolidando a típica população sertaneja que durante muito tempo foi ignorada pelo restante do país. Nas últimas décadas tem havido crescimento da migração de sertanejos para o meio urbano. Conforme Silva:

Assiste-se hoje a um fenômeno de concentração da população do Sertão nos espaços urbanos, principalmente nas periferias das cidades, independente de seu porte. Esse certo abandono das áreas rurais do Semi-Árido deve-se, em parte, à crise recente da cultura algodoeira e das demais atividades econômicas a ela relacionadas (pecuária e subsistência), e aos atrativos urbanos que não chegam ao interior dos municípios. Mesmo assim, a ocupação principal da força de trabalho, na maioria dos municípios do Semi-Árido, é a agropecuária. (SILVA, 2010, p. 18).

Apesar desse movimento migratório em direção aos centros urbanos, o Semiárido apresenta seus municípios com menor grau de urbanização de todas as regiões do país, visto que em pouco mais da metade, 52,86%, dos municípios apresentam grau de urbanização maior que 50%. Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste apresentaram grau de urbanização de seus municípios em 86,75%, 86,70%, 64,31%, 61,47%, 56,74% respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO, 2012).

2.1.4 Surgimento do Nordeste: uma construção estereotipada

O Nordeste brasileiro era conhecido como região “Norte”¹⁸ e somente no final da década de 1920 é que se constitui como região Nordeste. Entretanto, só a partir da grande seca de 1877-79 é que começa a ter visibilidade. A região está intrinsecamente ligada ao fenômeno das secas de modo que “o Nordeste é, em grande medida, filho das secas”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 81). Os discursos e as imagens produzidos no “Sul”¹⁹, assim como no próprio “Norte”, contribuíram para difundir as mazelas da região que foi se tornando conhecida e despertando a atenção do governo central, que até então esteve ausente. Desse modo, o Nordeste tornou-se problema nacional, pois já não era mais possível ignorá-lo.

As secas, que se tornaram meios de difusão da região, assim como os discursos políticos, a produção intelectual, a música, as pinturas e a literatura foram conformando um discurso regionalista no Nordeste. No Sudeste, de modo particular em São Paulo, produziu-se um regionalismo carregado de preconceito em relação ao Nordeste. A emigração europeia

¹⁸ Na literatura e nas canções mais antigas, como as de Luiz Gonzaga, a região era referida como o “Norte”.

¹⁹ O Sudeste nesta época era conhecido como região “Sul”.

contribuiu para ampliar esse sentimento de grandeza da população paulista, pois aos imigrantes se conferiu maior capacidade de trabalho e pureza de raça, de tal modo que:

O regionalismo paulista se configura, pois, como um “regionalismo de superioridade”, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência europeia e branca. São Paulo seria, para este discurso regionalista, o berço da nação “civilizada, progressista e desenvolvimentista”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 57).

Já o regionalismo do Nordeste evidenciou as mazelas do lugar, as adversidades climáticas, as dificuldades da região em se desenvolver. Enquanto que as potencialidades foram deixadas de lado, foram negadas, talvez por serem desconhecidas. “O próprio discurso regionalista nordestino o mostra como uma grande região rural, devastada pelas calamidades, configurando seu ‘regionalismo de inferioridade’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 57).

O Nordeste foi uma construção político-ideológica, visto que “os dizeres e as imagens” difundidos criaram estereótipos de região inóspita, árida e de povo indolente que sombrearam as potencialidades do lugar, além de acentuar as dificuldades e as desigualdades. A criação do discurso fatalista sobre as secas negava a possibilidade de desenvolvimento regional nordestino, como se a condição climática fosse um impedimento, um castigo. Ou, ainda, pelo atrelamento político das autoridades nordestinas aos interesses das elites paulistas ou dos próprios interesses que proporcionaram o enriquecimento com o desvio de recursos públicos destinados aos atingidos pelas secas ou para a realização de obras públicas. Esses interesses das elites agrárias do Nordeste possibilitaram a concentração da terra, da água, da riqueza, da renda e do poder político e manteve o povo empobrecido, de modo que:

Desde então, pouco a pouco, o Nordeste foi sendo identificado com a seca e, posteriormente, com a pobreza endêmica. É assim que nasce e cresce o Nordeste (e aqui se fala essencialmente do Nordeste rural e do semi-árido) seco e pobre, um Nordeste que é pobre porque é seco. [...] Esta invenção do Nordeste seco e pobre não aconteceu instantaneamente. Ela foi feita num longo percurso, de modo que tem uma trajetória ou uma história. (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 58).

Essa construção ocorre sob o comando da burguesia agrária de São Paulo, produtora de café, detentora de forte poder político e econômico que influenciava no destino da nação. Essa hegemonia, porém, não seria possível se não contasse com a submissão da elite agrária nordestina.

Até o final do século XVIII, o Nordeste comandava a política e a economia do Brasil baseada, principalmente, nas monoculturas da cana de açúcar e de algodão, nas lavouras de subsistência e na criação de gado. No começo do século XVIII, com a mudança da capital do

Brasil, sediada na Bahia, para o Rio de Janeiro, há uma inversão no comando da política e da economia do país. O poder é assumido pelos produtores de café. A região Nordeste perde hegemonia por conta da decadência das lavouras açucareira e algodoeira e se torna a periferia do país, ficando submissa às decisões do governo central, que era fortemente influenciado pelas elites fluminense e, na segunda metade do século XIX, paulista. Essas mudanças dividem o Brasil e acentuam as desigualdades entre Nordeste e Sudeste. Conforme Favero e Santos (2002, p. 76), “durante quase dois séculos, o Brasil do Nordeste ficou abandonado, jogado no porão da Casa Grande como coisa do passado, em nome do Brasil moderno, do café e da indústria, que nascia mais ao Sul”.

A crescente industrialização de São Paulo provoca a migração do campo para a cidade e a região adquire cada vez mais importância na economia. Dessa forma, a riqueza vai se concentrando no Sudeste, enquanto o Nordeste continua sendo a região do atraso, com pequenos polos de prosperidade econômica. Na região semiárida, a população pobre que continuou a viver em condições cada vez mais desfavoráveis é rotulada de incapaz de desenvolver-se. A região Nordeste pelo seu fraco desenvolvimento era um “peso” a ser carregado por São Paulo, considerada a “locomotiva do Brasil” por ser o estado mais rico e industrializado.

As elites agrárias do Nordeste, representadas pelos “coronéis”, continuaram submissas e dependentes politicamente da classe hegemônica paulista. Mesmo assim, essa subalternidade e dependência política e econômica interessavam às elites nordestinas, pois sendo favorável à manutenção do modelo agroexportador, beneficiavam-se dos recursos destinados ao Nordeste, que continuava espoliado e empobrecido. As relações entre elites e camponeses, principalmente do semiárido, eram sempre conflitantes. Os camponeses ora se acomodavam, resignando-se para continuar existindo, ora se revoltavam como forma de resistência aos desmandos e ao poder estabelecido, como salientaram Favero e Santos:

É como se a região nordestina representada pelo seu semi-árido estivesse vivendo ao mesmo tempo uma sina (que a remete ao passado, ficando marcada pela sua incapacidade de dispor de si, de propor e de produzir um futuro) e um desejo (que a remete ao futuro, que seria aberto pela grande criatividade do seu povo). [...] Para outros, pelo fato de reconhecerem as forças da sujeição, o sentido do viver está na trama da revolta, frequentemente surda e velada, aberta outras vezes, mas permanente. (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 75-76).

2.1.5 A cultura no Semiárido: o jeito de ser e de viver de um povo plural

No Semiárido, a cultura mantém a identidade do sertanejo com o território e constitui elemento de integração entre os diversos grupos sociais que habitam os sertões. A forte identidade étnica; a religiosidade, manifestada em grande parte pelo cristianismo popular ao qual se misturam outras crenças de origem africana, indígena e camponesa, representa fator importante de resistência para os camponeses, que se apegam ao Divino em busca de solução para seus problemas, dentre eles a falta de chuva, pois “no imaginário popular ficou a imagem de que a chuva é dom de Deus. A Ele e aos santos é que se pede chuva. Quando não chove, é também por vontade de Deus” (MALVEZZI, 2007, p. 22).

As festas em homenagem a Santo Antônio, São João, São Pedro, e de outros santos padroeiros são preparadas pelos sertanejos e vividas com fé e alegria. As romarias também são momentos de reflexão e de pagar promessas por alguma graça obtida e normalmente envolve um número considerável de pessoas que se desloca de grandes distâncias de caminhão, de ônibus com destino aos santuários²⁰ para propagar a sua fé.

As danças como a marujada, a folia de reis, dentre outras, marcam datas importantes na tradição sertaneja. Essas danças são acompanhadas por músicas que retratam a dureza da vida no sertão, como as canções de Luiz Gonzaga e tantos outros ritmos como o forró que alegram e tornam a vida desse povo mais leve, pois “o Semi-Árido é festa. A construção cultural do Semi-Árido está, é claro, no contexto mais amplo da cultura nordestina, na qual a cultura da festa subsiste intacta em qualquer sofrimento” (MALVEZZI, 2007, p. 31).

As comidas preparadas pelo povo sertanejo, com produtos típicos da região, ainda resistem às mudanças de hábitos alimentares. Elas revelam não só a variedade de produtos alimentícios que a região produz, como também a criatividade dessa gente no preparo das comidas.

Esses elementos culturais são traços de resistência que mantêm o sentimento de pertença do sertanejo à sua terra, que só migra quando as possibilidades de vida no sertão diminuem. É importante ressaltarmos que, nas últimas décadas, outro modo de ver o Semiárido tem emergido, pois o clima de otimismo gerado pelos programas e políticas de captação de água de chuva, a nova maneira de se relacionar com a natureza no Semiárido e, em certa medida, algumas políticas públicas, mesmo que compensatórias, contribuíram para a redução da migração.

²⁰ Em Bom Jesus da Lapa-BA ocorrem todos os anos as romarias do Bom Jesus e da Terra e das Águas

Os saberes sobre o bioma caatinga e as práticas de convivência com o clima acumulados pelos povos do Semiárido são constituintes de um processo mais amplo que é a cultura. A convivência com o Semiárido “é uma nova cultura construída a partir de uma relação de proximidade entre ser humano e natureza” (SILVA, 2006, p. 252), por isso requer novos elementos culturais, pois a convivência também se coloca no âmbito do sentimento e é parte do imaginário coletivo do sertanejo. Ao se construir processos de convivência, se constrói cultura.

A convivência com o Semiárido requer outro modelo de desenvolvimento sustentável. Este modelo precisa considerar as múltiplas dimensões (social, econômica, cultural, ambiental, etc.) e questões presentes na região semiárida. Uma das que merece especial atenção é a questão agrária, pois terra concentrada também concentra água. A democratização da terra é imprescindível para que de fato o Semiárido possa se desenvolver sustentavelmente.

2.2 A ocupação e a questão agrária do Semiárido

A produção de açúcar deu início à ocupação e ao povoamento do litoral nordestino a partir da constituição das Capitânicas Hereditárias de Pernambuco e Bahia, no início do século XVI. A cultura da cana nos moldes da *plantation* tinha como pilares: a expansão do sistema colonial, o latifúndio, a monocultura, produção para exportação e a exploração da mão de obra escrava. Para que seus objetivos fossem alcançados, a metrópole portuguesa instituiu uma verdadeira empresa colonial destinada a comandar o negócio do açúcar e a ocupação do Nordeste. O território da zona da mata, antes coberto pela vegetação nativa, foi mudando de paisagem com a implantação dos canaviais e dos engenhos e, o que era antes habitado apenas pela população nativa foi sendo ocupado pelos negros e portugueses que vieram constituir duas classes sociais distintas: a dos senhores e a dos escravos, sendo os primeiros representados pela casa grande e os últimos pela senzala.

A ocupação do semiárido, por sua vez, ocorreu a partir do século XVII e foi retardada por várias razões. Dentre elas, vale destacar a competição entre produção de alimentos para o abastecimento da população dos engenhos e o cultivo da cana de açúcar nas terras férteis da zona da mata pernambucana e do recôncavo baiano, ocupados por imensos canaviais. A competição entre a cultura da cana e a criação de gado culminou na proibição de se criar gado nas terras destinadas à cultura canavieira, contudo, permitiu-se que bois necessários à tração nos engenhos fossem criados em áreas cercadas; outras razões se referem à resistência

oferecida pelos indígenas, que ocupavam o território do semiárido, e às condições desfavoráveis de solo e clima do sertão, impróprias para as plantações de cana.

Para resolver a necessidade de fornecimento de alimentos e de bois de tração indispensáveis nas atividades dos engenhos e transportes de cargas para pequenas distâncias, a alternativa foi ocupar o Semiárido, por meio da implantação dos currais de gado que seguiam o curso do rio São Francisco e seus afluentes. Vale destacar também a ambição dos sesmeiros pela mineração e a ganância pela apropriação de terras e mais terras do sertão nordestino. Cada curral de gado erguido significava a ocupação de espaços antes habitados somente pelos índios que migravam constantemente, seja pela procura de lugares bons para a caça, seja fugindo das secas que ocorriam de tempos em tempos.

Os currais de gado possibilitaram o povoamento do sertão (GOMES, 2001), mas também contribuíram com a degradação da caatinga para a formação de pastagem. Segundo Haroldo Schistek, “em 1640 se estabeleceu o primeiro curral para o gado bovino no médio São Francisco, dando início a uma sequência até hoje mantida: uma política concebida fora da região, introduzindo algo não adaptado ao clima, servindo a interesses estranhos” (SCHISTEK, 2013, p. 34). A criação de gado contribuiu para a formação de imensos latifúndios no Semiárido brasileiro, além de ter sido a principal causa da ocupação e povoamento da região, conforme relata Erivaldo Fagundes Neves:

Nos trânsitos de boiadas e tropas estabeleceram-se núcleos populacionais pelo sertão, onde era possível o abastecimento permanente de água. Formou-se, desse modo, no sertão semiárido, uma sociedade pecuarista, com predominância do latifúndio, [...] a pecuária motivou o início do povoamento dos sertões, continuado em ritmo impactante pela mineração. O gado foi, portanto, o principal fator interveniente, tanto na conquista do território, quanto da sua ocupação econômica, organização das atividades produtivas e formação social sertaneja. As fazendas pecuaristas constituíram-se nos primeiros núcleos de assentamento de grupos humanos, embriões de futuras cidades, que promoveram o povoamento colonizador do interior para o litoral. (NEVES, 2011, p. 260).

Essa afirmação também é corroborada por Manuel Correia de Andrade, quando ressalta que:

Por isso, é o Sertão, ainda hoje, uma área onde predomina o criatório extensivo, enquanto o Agreste é predominantemente agropecuário, onde avultam economicamente a policultura e uma pecuária com tendência a tornar-se intensiva. A semelhança que salientamos deriva do fato de ambas as regiões terem sido povoadas por criadores de gado, e de ter sido a pecuária a razão de ser da conquista e do povoamento regional. (ANDRADE, 2011, p. 197).

Os latifúndios surgiram desde o início da colonização portuguesa no Brasil e perduram até os dias atuais. No início da nossa colonização, a Coroa Portuguesa, que não dispunha de recursos humanos e financeiros suficientes para ocupar e colonizar o Brasil, distribuiu terras por meio do Instituto das Sesmarias²¹, criado por ela desde o século XIV, para conceder terras aos homens de posses. Dentre as primeiras sesmarias destacam os Morgados²² (ou morgadios) dos Guedes de Brito (Casa da Ponte) e dos Garcia d'Ávila (que residiam no Castelo Garcia d'Ávila ou Casa da Torre, cujas ruínas estão situadas próximas à Praia do Forte no município de Mata de São João-BA, distante cerca de 80 km de Salvador,)²³. Essas duas famílias, as principais entre tantas beneficiárias das sesmarias, foram acumulando tanta terra que se tornaram os maiores latifundiários do Brasil. Percebe-se, portanto, que a concentração da terra vem de longe e é ressaltada por Jacob Gorender, quando fala sobre os imensos latifúndios no Nordeste:

Talvez o exemplo mais famoso seja o dos Garcia d'Ávila, senhores da Casa da Torre, que chegaram a ser os maiores latifundiários e pecuaristas do Brasil Colonial. Também partindo da Bahia, em direção aos sertões nordestinos e mineiros, com eles rivalizavam os Guedes de Brito. Um foreiro da Casa da Torre, Domingos Afonso Mafrense, viria a celebrar-se como o maior latifundiário e criador de gado do Piauí. (GORENDER, 2011, p. 452).

A expansão desses morgados foi tão intensa que, em pouco tempo, transformaram-se em imensos latifúndios. O Morgado da Casa da Ponte dos Guedes de Brito ocupava todo o lado direito do Rio São Francisco, no semiárido baiano, e se estendia do Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, até o Rio das Velhas, em Minas Gerais. Nesse gigantesco latifúndio, situava-se o território do Alto Sertão da Bahia (NEVES, 2008). Por outro lado, o Morgado da Casa da Torre dos Dias d'Ávila se estendia do litoral norte da Bahia até regiões onde hoje

²¹ Sesmarias: de acordo com a Enciclopédia e Dicionário Ilustrado, de Abrahão Koogan e Antônio Houaiss (1999), o verbete sesmaria (p. 1481), significa terra ou região que se encontra abandonada. / Bras. Terra inculta que os reis de Portugal davam a sesmeiros para serem cultivadas. **Sesmeiro** – encarregado de distribuir as sesmarias. /Aquele que recebeu uma sesmaria para cultivar. Sistema criado no século XIV pela Coroa Portuguesa com a finalidade de distribuir terras nas colônias por ela conquistadas. No Brasil as sesmarias foram usadas para a concessão de terras. Tanto foram as terras concedidas e tantos foram os beneficiários que “não se conhece o volume de títulos nem a dimensão das terras distribuídas no Brasil através do sistema de sesmarias, que perdurou até 17 de junho de 1822, quando o príncipe regente D. Pedro suspendeu a sua aplicação”. (NEVES, 2008, p. 65).

²² De acordo com a Enciclopédia e Dicionário Ilustrado, de Abrahão Koogan e Antônio Houaiss (1999), o termo morgado ou morgadio (p. 1107) quer dizer bem inalienável vinculado à posse de um título de nobreza e que era transmitido, com este, ao filho mais velho de uma família. /O possuidor ou herdeiro desse bem. /Filho primogênito de família em que havia bens vinculados.

²³ Casa da Torre, localizada na baía de Tatuapara, assim chamada porque na edificação foi construída uma torre com a finalidade de comunicação. Pela torre saíam fogo e fumaça, resultantes da queima de lenha, que eram sinais transmitidos às autoridades de Salvador sobre possível chegada de piratas à baía de Todos os Santos.

estão localizados alguns estados do Nordeste. A dimensão desses latifúndios é tão impressionante que, conforme destaca Neves:

Quase todo o sertão da Bahia pertenceu a essas duas famílias. Os d'Ávila disporia de 270 léguas à margem esquerda do São Francisco, “indo para o sul” e 80 desse rio “para o norte”; e os “herdeiros do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito” possuíram 160 léguas “desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas”. (NEVES, 2008, p, 66).

O morgado da Casa da Torre teve início com Garcia d'Ávila, que chegou à Bahia em 1549. Muito próximo ao Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, passou a ocupar o cargo de feitor e almoxarife da Cidade do Salvador e da Alfândega. Seu intento era encontrar minas de metais preciosos e ocupar grandes extensões de terra para criar gado. A Casa da Torre foi construída em estilo de castelo medieval, iniciada em 1551 e concluída em 1624.

Figura 01- Ruínas da Casa da Torre



Fonte: elaboração própria - 2007

Figura 02 - Maquete da Casa da Torre



Fonte: elaboração própria – 2007

A Casa da Torre, considerada a mais imponente construção do Brasil colônia e era composta por uma torre, uma capela e uma área destinada aos habitantes. Na baía de Tatuapara, onde está localizado o castelo, havia um pequeno porto. A edificação foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) em 1938.

A Casa da Torre era também uma fortaleza. Os d'Ávilas, assim como os Guedes de Brito, tinham grande poderio militar, econômico e político. Para a conquista da terra era necessária imposição da força. Para tanto, constituíram milícias a fim de massacrarem aldeias indígenas, bem como apoiar autoridades baianas na luta contra a pirataria. Os próprios d'Ávilas comandaram muitas das entradas que fizeram sertão adentro como desbravadores, adquirindo, desse modo, características de bandeirantes, visto que:

Ao contrário dos bandeirantes de S. Paulo, que apenas devassaram a terra, mas não se preocuparam fazê-la economicamente render, os senhores da Torre, ao longo de três séculos, ocuparam-na e trataram de a explorar, ou expandindo sua criação de gado ou arrendando sítios e fazendas, instituindo um senhorio, ao mesmo tempo em que se constituíam como poder político e militar, com seus próprios regimentos de milícias, o que dava ao seu domínio características de um feudo. (BANDEIRA, 2007, p. 627).

O controle da terra e o poder sobre os territórios conquistados significaram também a apropriação de grandes fortunas e, com isso, acumulação e concentração de capital.

Entretanto, a terra e o gado não satisfizeram inteiramente aos poderosos da Casa da Torre. A obsessão por minérios era de tal maneira que “esta ambição de localizar as minas de prata continuou a motivar as entradas no sertão, sob o pretexto de combater os índios” (BANDEIRA, 2007, p. 624). Contudo, a pretensão de encontrar e explorar a prata não se concretizou, mas possibilitou a descoberta de minas de salitre, que foram exploradas com mão de obra escrava.

Os Garcia d’Ávila e os Guedes de Brito tornaram imensos seus latifúndios não somente por causa das concessões das sesmarias de que eram beneficiários, mas também pela obsessiva ganância que tinham pela acumulação de terra e poder. Eles que não podiam produzir em todas as terras conquistadas eram obrigados a arrendar parte delas, geralmente lotes de uma légua, para terceiros que lhes pagavam o foro²⁴, e para ajudar no controle e administração dos gigantescos latifúndios e do grande número de arrendatários nomeavam procuradores dotados de poder sobre os foreiros.

A expansão dos domínios senhoriais contribuiu para o desaparecimento de tribos indígenas que atacavam vilas, engenhos, currais de gado e se insurgiam contra qualquer forma de escravização. No entanto, nem a resistência indígena, nem as missões jesuítas foram suficientes para deter tamanha ganância e violência dos sesmeiros. Estes possuíam tanto poder que:

Francisco Dias d’Ávila na margem esquerda do São Francisco, a partir da Bahia e Antônio Guedes de Brito na direita, ao sul, dispensaram, em finais do século XVII, as formalidades legais de concessão e confirmação de sesmarias. Com exércitos particulares expulsaram, mataram e submeteram indígenas para se apossarem de vastos territórios, sem admitir compartilhamento de ninguém que não fosse seu rendeiro ou comprador de gleba dos seus domínios. (NEVES, 2011, p. 259).

Contudo, mesmo com tamanho domínio sobre as terras, a decadência dos morgados era inevitável. A dinastia de Garcia d’Ávila perdurou por cerca de três séculos. Teve início em 1552 com Garcia d’Ávila que iniciou a construção do castelo da Casa da Torre. Dez gerações (nove morgados) habitaram a Casa da Torre. e o último senhor foi o Visconde da Torre de Garcia d’Ávila, falecido em 1852. A instituição do morgadio foi extinta em 1835 (A CASA... 2015). Apesar dos latifúndios oriundos das sesmarias terem se desmembrado em grande número de propriedades menores, ainda existem vestígios na estrutura fundiária do Nordeste, pois, “até hoje a luta pela terra de várias comunidades tradicionais, como as do fundo de pasto, esbarram em documentos cartoriais que consideram que muitas dessas terras pertencem à família dos Garcia d’Ávila” (MALVEZZI, 2007, p. 59).

²⁴ Espécie de pagamento pelo arrendamento de terras.

As descobertas de ouro e diamante (séculos XVIII e XIX respectivamente) na Chapada Diamantina, no estado da Bahia, e de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, acentuaram a migração para essas regiões. Com o crescimento da população dos sertões, aumentaram os conflitos pela posse da terra, uma vez que grande parte do território do sertão nordestino estava ocupada por sesmeiros e arrendatários, além disso, a expansão da pecuária no sul do país também contribuiu para a desagregação do morgado dos Garcia d'Ávila, conforme destaca Bandeira:

As contendas pela posse da terra entre os moradores e os titulares de sesmarias cada vez mais se intensificaram, dado que os arrendatários e os procuradores dos sesmeiros apareceram, a exibirem as cartas de doações e a reclamarem seus direitos. Os litígios judiciais com foreiros e posseiros então avolumaram-se e afetaram sobretudo o domínio da Casa da Torre. (BANDEIRA, 2007, p. 630).

O Morgado dos Guedes de Brito também teve longa duração, iniciado pelo “mestre de campo”, Antônio Guedes de Brito, que beneficiado inicialmente por três grandes sesmarias²⁵, tratou de expandir seus domínios pela conquista de territórios ocupados por indígenas ou através de alianças²⁶ resultantes de casamentos com nobres portugueses. Esses casamentos beneficiavam a família dos Guedes de Brito com títulos e honrarias adquiridos. A duração do morgado da Casa da Ponte também foi longa. Com o fim em 1835 do sistema de morgadio, o latifúndio dos Guedes de Brito, começou a se desagregar por causa dos conflitos surgidos com os processos movidos por arrendatários e posseiros que contestavam o direito de propriedade contra os herdeiros da Casa da Ponte, visto que, “na segunda metade do século XIX, os latifúndios dos Guedes de Brito [...] constituíam-se meras referências documentais e sua memória se diluía na tradição oral sertaneja” (NEVES, 2008, p. 8). O último dos Guedes de Brito foi Manuel de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito.

Ao longo da ocupação do Semiárido, constituiu-se uma sociedade que teve como base econômica as atividades pastoris, a cultura do algodão e as culturas de subsistência. Com o fim das sesmarias e a fragmentação dos grandes latifúndios, bem como o aumento populacional no Semiárido, surgiu uma sociedade composta por povos das etnias negra, branca e indígena. De acordo com Silva:

²⁵ Consta que essas sesmarias, embora tenham sido concedidas, nunca foram formalizadas pela Coroa Portuguesa.

²⁶ Por meio dessas alianças, os Guedes de Brito, além de títulos e honrarias, tinham possibilidades de se assenhorearem de mais terras. Os grandes senhores sesmeiros mantinham estreitas relações com a nobreza portuguesa por ocuparem postos militares e administrativos.

Esses povos não foram totalmente dizimados, pois o Sertão foi palco do processo de miscigenação. Os poucos indígenas que sobreviveram às guerras contra suas tribos, contribuíram para o crescimento vegetativo das populações mestiças e para a consolidação do processo de ocupação do Semiárido. (SILVA, 2006, p. 39).

No que concerne ao Alto Sertão da Bahia, região onde se localiza os municípios de Riacho de Santana e Guanambi, sua ocupação teve início no final do século XVII e começo do século XVIII. As fazendas que pertenceram ao Morgado dos Guedes de Brito se estendiam até o Rio das Velhas, em Minas Gerais. Os criadores de gado que se estabeleceram nas margens dos rios “pagavam rendas das terras para Isabel Maria Guedes de Brito” (NEVES, 2008, p. 97). Os afluentes da margem direita do Rio São Francisco, entre eles o Rio Verde, que separa a macrorregião Sudoeste da Bahia (onde se situa a microrregião de Guanambi)²⁷ do Norte de Minas Gerais, possibilitaram a disseminação da criação do gado bovino nessa região.

O território município de Riacho de Santana, integrante da microrregião de Guanambi e localizado no Alto Sertão da Bahia, estava integrado ao Morgado dos Guedes de Brito. A região fazia parte de fazendas arrendadas onde hoje também se localizam os municípios circunvizinhos a Riacho de Santana: Caetité, Matina, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Igaporã, Bom Jesus da Lapa, entre outros, visto que,

Além de outros arrendatários, que ocupavam a região no início do século XVIII, algumas fazendas, na margem direita do São Francisco, na atualidade em Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Paratinga, permaneciam administradas por procuradores de Joana da Silva Guedes de Brito. (NEVES, 2008, p. 99).

Como podemos constatar a ocupação e o povoamento do Semiárido, particularmente na região sudoeste da Bahia e na microrregião de Guanambi, têm raízes nos latifúndios dos Guedes de Brito que foram concedidos pela Coroa Portuguesa.

Os morgados dos Guedes de Brito, dos Dias d’Ávila e de outros sesmeiros foram desagregados, mas deixaram a marca da concentração da terra no Semiárido, que não permitiu que grande parte dos vaqueiros, índios remanescentes, ex-escravos e trabalhadores pobres se tornassem proprietários de terras.

A questão agrária no Brasil, ao longo dos séculos até os dias atuais, coloca em condição marginal os trabalhadores do campo, especificamente a população negra que, mesmo depois do fim da escravidão, foi impedida de ter acesso à terra, que era concedida pela

²⁷ A microrregião de Guanambi é constituída por 14 municípios: Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Iuiu, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Malhada, Matina, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Riacho de Santana, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

Coroa Portuguesa, por meio do “Instituto das Sesmarias”, aos nobres e aos homens brancos ricos. Diante da intensificação da luta abolicionista e de pressões externas pelo fim da escravidão, a oligarquia agrária se antecipando, pressionou o governo imperial para que regulamentasse o acesso à terra no Brasil colônia. Como resultado, foi promulgada a Lei Imperial nº 601 de 1850, que tornou a terra uma mercadoria e propriedade privada, conforme determinava seu primeiro artigo: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850). Condição que impediu que escravos recém-libertos ou camponeses pobres, sem recursos, pudessem ter o seu pedaço de chão. A lei, como argumenta Neves, beneficiou proprietários de terras doadas pelas sesmarias:

A Lei de Terra – Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850 – e o Decreto nº 1.318, de janeiro de 1854, que a regulamentou, determinaram que todos os proprietários e posseiros de terras registrassem seus domínios nas respectivas freguesias. Em consequência, faz-se, entre 1854 e 1860, o primeiro cadastramento fundiário de âmbito nacional no Brasil, realizado por paróquia. (NEVES, 2002, p. 97).

A concentração fundiária, originária desde os primórdios a colonização, sempre foi e continua sendo o maior empecilho para o verdadeiro desenvolvimento do campo, em particular do Semiárido brasileiro. As relações sociais, políticas, econômicas e judiciais no campo ainda são controladas pelas elites agrárias que, aliadas às elites industriais e financeiras e ao capital transnacional, querem transformar todos os recursos naturais em mercadoria, desnacionalizar nossas riquezas, explorar ao máximo a força de trabalho e acumular capital.

Os dados da tabela 02 explicitam a concentração da terra no Brasil

Tabela 02 - Estrutura Fundiária Brasileira - 2003 - INCRA

Estrutura Fundiária Brasileira 2003					
Grupos de área total (ha)	Nº de Imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área media (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,80%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26	18.985.869	4,50%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,70%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8,00%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,10%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,70%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,40%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,10%	1.381,80
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6	76.466.668	18,20%	3.008,50
5.000 e Mais	6.847	0,1	56.164.841	13,50%	8.202,80
Total	4.238.421	100,00%	420.345.382	100,00%	

Fonte: Oliveira (2007, p. 149).

Na tabela 3 os dados de 2009 resultantes dos estudos sobre “Estatísticas do meio rural 2010-2011” realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) demonstram continuidade de concentração da terra (BRASIL, 2011a, p. 30).

Tabela 03 - Estrutura Fundiária Brasileira - 2009 - INCRA

Estrutura Fundiária Brasil 2009					
Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
TOTAL	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0	110,3

Fonte: Incra. Sistema Nacional de Cadastro Rural

Obs.: a) Situação em março de 2009

b) O Incra exclui 273.849 imóveis rurais com dados inconsistentes

Nas tabelas 02 e 03 (BRASIL, 2011a, p. 30), que apresentam dados do INCRA, podemos observar que o primeiro grupo de imóveis rurais com menos de 10 ha representa cerca de um terço do total dos imóveis. Ainda comparando os dados das duas tabelas, percebemos que houve aumento do número de imóveis de 1.338.711 para 1.744.540, com aumento percentual de 31,6% para 33,7%, e aumento da área total de 7.616.113 ha para 8.215.337 ha. Por outro lado, diminuiu o percentual da área média, de 5,7 ha para 4,7 ha, significando que as propriedades abaixo de 10 ha estão reduzindo de tamanho.

Somando os imóveis com menos de 10 ha aos de até 25 ha da tabela 2, chega-se a 2.441.710 unidades ou 56,6% do total dos imóveis, ocupando apenas 6,3% da área total. Ou seja, em 2003, mais da metade dos proprietários de terra era de minifundiários. No caso da tabela 03, a situação era ainda pior, pois, adicionando os imóveis até 10 ha aos de até 25 ha chegamos a 3.060.777 imóveis ou 59,1%, ocupando apenas 5,1% da área total. Os dados demonstram que houve um aumento de 2,5% do número total dos imóveis rurais; enquanto que a área total diminuiu de 6,3% para 5,1%, apresentando uma diferença de 1,2%.

Observamos que, de 2003 para 2009, o número de pequenos imóveis aumentou. Cerca de 3/5 dos imóveis rurais no Brasil possui menos que 25 ha e ocupa apenas 5,1% da área total.

No outro extremo, na tabela 02, estão os imóveis acima de 1.000 ha, que representam apenas 1,6% dos imóveis e ocupam 43,8% da área total. Comparados com os números da tabela 03, verificamos que o percentual do número de imóveis manteve-se o mesmo (1,6%), entretanto a área total aumentou de 43,8 ha para 52,2 ha, significando que houve um acréscimo em torno de 20% e que somente 1,6% dos proprietários de terra detém mais da metade dos imóveis cadastrados pelo INCRA.

Comparando ainda as tabelas 02 e 03, percebemos que o número total de imóveis de 2003 para 2009 aumentou de 4.238.421 para 5.181.645, uma diferença de 943.224 imóveis, ou seja, 22,3%. No que diz respeito à área total, ela também cresceu de 420.345.382 ha para 571.740.919 ha, totalizando uma diferença de 151.395.537 ha (36%). Por essa razão, a área agricultável do país aumentou cerca de um terço de 2003 para 2009. Isso demonstra que o avanço sobre a fronteira agrícola cresce com bastante fôlego, o que nos leva a inferir que o agronegócio vem se expandindo com força. A pequena propriedade (até 25 ha), onde se concentra a agricultura camponesa, apesar de ter crescido em 11% o número de imóveis, teve sua área diminuída de 6,3% para 5,1%, o que representa uma perda de 23%.

Conforme dados do INCRA de 2012, o total de imóveis rurais no Brasil era de 5.498.505, cerca de 4,7% a mais do que em 2009. Quanto à área total cadastrada (605.387.746,06 ha) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012), houve um aumento de 5,8% comparado com o ano de 2009. Os percentuais, tanto no número de imóveis quanto na área total, demonstram que houve redução no crescimento de 2009 para 2012, se compararmos com o crescimento de 2003 para 2009. Mesmo assim, pela análise dos dados, observamos que a concentração da terra no Brasil é gritante e continua crescente.

Nas próximas tabelas vamos analisar a estrutura fundiária do Brasil, Nordeste e Bahia a partir dos dados que constam nos censos agropecuários realizados pelo IBGE. Esclarecemos que os resultados dos Censos Agropecuários do IBGE diferem daqueles que constam no Cadastro Nacional do INCRA, porque os dois órgãos utilizam metodologias, conceitos e critérios próprios. Para o INCRA, uma área de terra ou uma unidade agrária de produção é um "Imóvel Rural" uma vez que:

Imóvel rural, segundo a legislação agrária, é a área formada por uma ou mais matrículas de terras contínuas, do mesmo titular (proprietário ou posseiro),

localizada tanto na zona rural quanto urbana do município. O que caracteriza é a sua destinação agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. O termo contínuo significa áreas confrontantes da mesma pessoa (física ou jurídica). Pode ser propriedade e/ou posse, pode ter vários documentos, como registro, matrícula, escritura ou outra documentação, pode haver interrupções físicas como estradas, rios e córregos, pode estar em um ou mais municípios ou estados e ainda assim é considerado um único imóvel rural. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015a).

Entretanto, uma área de terra ou uma unidade agrária para o IBGE denomina-se "Estabelecimento Agropecuário", pois:

Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

No caso do INCRA, o imóvel rural embora se caracterize também pela sua destinação à produção agrícola e pecuária, foca na distribuição do espaço agrário entre aqueles que o ocupam (proprietários ou posseiros), enquanto o IBGE se preocupa como este espaço é ocupado e explorado pelos produtores rurais. As diferenças nos resultados podem ser melhor compreendidas na afirmação a seguir:

Estabelecimento rural, para o IBGE é qualquer unidade de produção agrícola e que tenha por finalidade o mercado, ou a sua comercialização. Por exemplo, independente da forma de sua propriedade, se tem uma fazenda, e ela tem um proprietário, seria um imóvel para o INCRA. Essa propriedade tem 50 arrendatários dentro, e cada arrendatário produz o que quer. Lógico, vai pagar a sua renda, mas produz o que quer. Para o INCRA, eu tenho um imóvel rural; para o IBGE, tenho 51 estabelecimentos. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2000, p. 239).

Apesar das diferenças, os dados obtidos pelo INCRA e pelo IBGE são necessários para a análise da estrutura fundiária no nosso país. As tabelas a seguir trazem dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE.

Tabela 04 - Estrutura Fundiária - Brasil 2006 - IBGE

Estrutura Fundiária - Brasil 2006 – IBGE				
Grupos de área total	Número de estabelecimentos		Área de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
Mais de 0 a menos de 5 ha	1.840.807	35,57	3.313.885	0,82
De 5 a menos de 10 ha	636.344	12,29	4.484.892	1,34
De 10 a menos de 20 ha	736.798	14,24	10.289.758	3,08
De 20 a menos de 50 ha	843.920	16,31	26.120.877	7,83
De 50 a menos de 100 ha	390.882	7,55	26.483.343	7,94
De 100 a menos de 200 ha	219.432	4,24	29.218.870	8,76
De 200 a menos de 500 ha	150.698	2,91	46.384.925	13,9
De 500 a menos de 1000 ha	54.158	1,05	37.240.391	11,16
De 1000 a menos de 2500 ha	32.242	0,62	48.640.082	14,58
De 2500 ha e mais	15.336	0,3	101.503.014	30,42
Produtor sem área	255.019	4,93	-	-
TOTAL	5.175.636	100	333.680.037	100

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário 2006.

Observando os dados da tabela 04, percebemos que no Brasil 47,86%, ou seja, quase metade dos estabelecimentos agropecuários de até 10 há, ocupam uma área muito reduzida, de apenas 2,16% do total cadastrado. Os estabelecimentos acima de 1000 ha representam somente 0,92%, mas ocupam uma área de 44,96%, quase a metade, das terras cadastradas pelo IBGE. Quando verificamos aqueles acima de 2500 ha, apenas 15.336 (0,3%) ocupam 30,42%, cerca de um terço da área total. A concentração da terra no Brasil é escandalosa.

Tabela 05 - Estrutura Fundiária - Nordeste 2006 - IBGE

Estrutura Fundiária - Nordeste 2006 – IBGE				
Grupos de área total	Número de estabelecimentos		Área de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
Mais de 0 a menos de 5 ha	1.227.356	50,00	1.949.868	2,56
De 5 a menos de 10 ha	271.039	11,04	1.835.869	2,41
De 10 a menos de 20 ha	246.789	10,06	3.339.237	4,39
De 20 a menos de 50 ha	280.382	11,43	8.541.651	11,23
De 50 a menos de 100 ha	123.694	5,04	8.221.600	10,81
De 100 a menos de 200 ha	62.318	2,54	8.274.111	10,88
De 200 a menos de 500 ha	40.831	1,66	12.130.028	15,94
De 500 a menos de 1000 ha	12.335	0,5	8.274.013	10,88
De 1000 a menos de 2500 ha	5.879	0,24	8.484.521	11,15
De 2500 ha e mais	2.333	0,1	15.023.514	19,75
Produtor sem área	181.104	7,38	-	-
TOTAL	2.454.060	100,0	76.074.412	100,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário 2006

De acordo com os dados da tabela 05, no Nordeste os estabelecimentos agropecuários de até 10 ha representam 61,4%, ocupando uma área de 4,97% da área total. No outro

extremo, o número de estabelecimentos acima de 1000 ha é apenas de 0,25%, mas detém uma área de 30,9% da área total. As áreas acima de 2500 ha representam 19,75% da área total, que representam apenas 0,1%, (um centésimo) do número de estabelecimentos cadastrados. A terra no Nordeste está mais concentrada que no país, visto que o percentual do número de estabelecimentos de até 10 ha no Nordeste é de 61,4%, enquanto que no Brasil é de 47,86%. Outro aspecto que demonstra concentração é a área média dos estabelecimentos de até 10 há: enquanto que no país é de 3,15 ha, na região nordeste é igual a 2,53 ha.

No que tange à questão da estrutura fundiária da Bahia, podemos verificar que também ocorreram mudanças no campo entre os períodos de 1996 a 2006, conforme apontam as tabelas 06 e 07.

Tabela 06 - Estrutura Fundiária – Bahia 1996

Estrutura Fundiária – Bahia 1996 – IBGE				
Grupos de área total (ha)	Nº de estabelecimentos		Área de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
Menos de 10 ha	401.734	57,46	1.373.887	4,60
De 10 a menos 100 ha	251.752	36,01	7.534.252	25,25
De 100 a menos 1.000 ha	41.874	5,99	10.627.611	35,61
De 1.000 ha a mais	3.563	0,51	10.307.151	34,54
Sem inf. ou sem área	203	0,03		
Total	699.126	100,00	29.842.900	100,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário 1996

Tabela 07 - Estrutura Fundiária – Bahia 2006

Estrutura Fundiária - Bahia 2006 – IBGE				
Grupos de área total	Nº de estabelecimentos		Área de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
Mais de 0 a menos de 5 ha	327.919	43,07	626.215	2,12
De 5 a menos de 10 ha	108.477	14,24	743.679	2,51
De 10 a menos de 20 ha	105.003	13,79	1.419.432	4,8
De 20 a menos de 50 ha	115.772	15,2	3.479.996	11,76
De 50 a menos de 100 ha	43.775	5,75	2.903.360	9,81
De 100 a menos de 200 ha	20.215	2,65	2.689.871	9,09
De 200 a menos de 500 ha	13.139	1,73	3.931.662	13,29
De 500 a menos de 1000 ha	4.451	0,58	3.006.897	10,16
De 1000 a menos de 2500 ha	2.373	0,31	3.477.562	11,76
De 2500 ha e mais	1.071	0,14	7.303.088	24,69
Produtor sem área	19.363	2,54	-	-
TOTAL	761.558	100,0	29.581.762	100,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário 2006.

Analisando os dados das tabelas 06 e 07, verificamos que, de 1996 a 2006, o número total de estabelecimentos aumentou em 8,93% e que a área total diminuiu em 0,91%.

Constatamos ainda que os grupos de áreas de até 10 ha permaneceram praticamente os mesmos de 1996 a 2006, tanto em relação à área (4,60% e 4,63%) quanto ao número de estabelecimentos (57,46% e 57,31%, respectivamente). Contudo, é necessário destacar que o número de estabelecimentos com área menor que 10 ha representam quase 60% do total, ocupando uma área de apenas 4,6% da área total cadastrada na Bahia, de acordo com os censos agropecuários de 1996 e 2006.

No outro extremo, as áreas acima de 1.000 ha representavam somente 0,51% dos estabelecimentos em 1996, ocupando 34,54% da área total, ou seja, um terço das terras cadastradas no estado. Em 2006, o número de estabelecimentos acima de 1.000 ha diminuiu para 0,45%, apresentando uma redução de 13,5%, enquanto a área subiu para 36,45%, um acréscimo de 5,5%.

Concluimos, portanto, que na Bahia a terra continua se concentrando, comparando os dados de 1996 e 2006. De um lado, o número de estabelecimentos de até 10 ha cresceu, sem aumento de área. Do outro, observamos que o número de estabelecimentos acima de 1.000 diminuiu, enquanto que a área total aumentou. Como o estado da Bahia é composto por 70% de semiárido, isso nos leva a inferir que nesta região existe grande concentração de pequenas propriedades.

No Semiárido, a concentração da terra continua crescente. Entretanto, existe um número elevado de pequenas propriedades, uma vez que 89,73% dos estabelecimentos agrícolas possuem área inferior a 100 ha (SILVA, 2006). Estes ocupam somente 27% da área total, demonstrando com isso que os camponeses são maioria, pois:

Nessa região, a terra e a água sempre estiveram nas mãos de uma pequena elite, gerando níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental. Essa realidade atinge, em particular, cerca de 1,7 milhões de famílias agricultoras que vivem no Semiárido brasileiro. Elas representam 42% de toda agricultura familiar brasileira e ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis. No Semiárido 1,3% dos estabelecimentos rurais têm 38% das terras agricultáveis e 47% dos estabelecimentos menores têm, em conjunto, 3% das terras (IBGE, 2006). A concentração está indissociavelmente, ligada à concentração da água, representando os fatores determinantes da crise socioambiental e econômica vivida na região. (BAPTISTA; CAMPOS, 2013a, p. 74).

A concentração fundiária revela mais uma face da questão agrária no Brasil ao se tratar das terras improdutivas. Benjamin explicita que “a área improdutiva dentro dos latifúndios com mais de 1.000 hectares é equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria” (BENJAMIN, 1998, apud INSTITUTO NACIONAL COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1996, p. 184). Constatamos, com isso, que os

latifúndios não cumprem a função social da terra e grande parte deles não está destinada à produção agropecuária, muito menos a de alimentos.

A terra está a serviço da especulação imobiliária, como reserva de valor. E não somente os brasileiros são detentores da terra e da riqueza do Brasil, pois uma parcela significativa do solo nacional está sendo adquirida por particulares e empresas de outros países, como salienta Carvalho:

Não resta dúvida alguma que a lucratividade do complexo agroindustrial sob o domínio das grandes empresas transnacionais vincula subalternamente cada vez mais a estrutura da produção rural brasileira aos interesses do capital financeiro estrangeiro. Reafirma-se, portanto, a acumulação via espoliação, esta como uma nova maneira de se identificar a acumulação primitiva permanente onde se exacerba o caráter de mercadoria dos elementos da natureza como terra, água doce, florestas, litoral, biodiversidade e subsolo. (CARVALHO, H., 2013, p. 38).

O agronegócio brasileiro é grande produtor de commodities como soja, etanol e café. Segundo Sauer (2010), há um discurso de que é preciso produzir mais alimentos, investir em adubos, sementes selecionadas e transgênicas, e que o agronegócio é o responsável pela produção de riqueza no país. Todavia, são poucos os produtos destinados à exportação, enquanto que a produção de alimentos, como feijão e arroz, vem diminuindo na quantidade e na área plantada. Ainda segundo o autor, a terra incorporada pelo agronegócio é suficiente para dobrar a produção sem ter que avançar sobre as terras do cerrado ou da Amazônia. Portanto, não há justificativa para diminuir a produção de alimentos para a população.

As alardeadas vantagens contribuíram para a propagação do ideário conservador de que a reforma agrária não seria mais necessária, porque a fome seria apenas problema de produção de alimentos. Se assim fosse, depois de décadas de difusão e aplicação de pacotes tecnológicos, o problema da fome no Brasil estaria sanado. Sabemos, entretanto, que este é um problema social cuja superação depende da democratização do acesso à terra e da distribuição de riqueza.

Dentre os vários fatores que tiveram maior impacto na modernização da agricultura brasileira, ressaltamos que:

Primeiramente, ela foi possível em virtude do estabelecimento de dois pactos: o primeiro, entre o capital (industrial, comercial e financeiro) e o Estado, que favorece o planejamento, a definição de políticas e a criação de organismos que intervêm no setor; segundo, entre o capital nacional e o capital multinacional, que favorece a criação e o atendimento de crescentes demandas internas e internacionais de alimentos. (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 50-51).

Em razão disso, constatamos que a imposição dos pacotes tecnológicos, por grandes empresas e pelos países centrais, promoveu a expulsão de camponeses do meio rural, aumentou a concentração da terra e da renda, desestruturou e reestruturou cadeias produtivas. O capital, na sua voracidade por altas taxas de lucro, quer transformar os recursos naturais em mercadoria e concentrar não só a terra e a renda, mas também o conhecimento.

Por esses motivos, nas últimas décadas, a produção do conhecimento realizado pelos centros de pesquisa que dão suporte ao agronegócio não ficou restrita apenas às descobertas de novos equipamentos e novas fórmulas químicas, mas também tem se direcionado a grandes descobertas nas áreas da biotecnologia, da engenharia genética e da nanotecnologia.

Os problemas não se restringem à produção de novas tecnologias e à degradação dos recursos naturais. A estes agregam-se ainda questões como as modificações genéticas em organismos vivos, a exemplo das sementes “transgênicas e mutagênicas” (CARVALHO, H., 2013), bem como o aperfeiçoamento dos métodos de gestão agroempresarial.

A nova fase de modernização da agricultura brasileira e mundial é muito mais perversa para todas as formas de vida. Tudo pode mudar, exceto os velhos e novos problemas agrários, como a concentração da terra, da riqueza e da renda. A modernização é uma via de mão única, pois não há espaço para agroecologia, camponeses e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.), como argumentam Favero e Santos:

O modelo de modernização da agricultura brasileira foi conservador, seletivo e excludente, na medida em que não tocou nas estruturas fundiárias e de distribuição do capital, apoiou grandes empresas e latifundiários, facilitou a formação de grandes complexos agro-industriais e excluiu das políticas agrícolas a agricultura familiar de regiões como o Nordeste. (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 55).

No Brasil, essa modernização possibilitou um aumento na produção de grãos como soja, milho e de monoculturas como a de eucalipto e cana-de-açúcar, mas, sobretudo, aumentou a concentração da terra, de riqueza e de cadeias produtivas agropecuárias.

Atualmente, “o mercado global de commodities é controlado por apenas dez (10) grandes empresas transnacionais: Vitol, Glencore, Trafigura, Cargill, Gunvor, ADM, Noble, Mercuria, Bunge e Phibro” (CARVALHO, H., 2013, p. 37) e “em apenas três anos o capital estrangeiro passou a controlar 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol. Hoje, três empresas controlam o setor: Bunge, Cargill e Shell”. (CARVALHO, H., 2013, p. 36). Quando um reduzido número de transnacionais controla a produção de alimentos e commodities, o perigo de potencializar o desabastecimento torna-se iminente, além de aumentar a insegurança alimentar e ameaçar a soberania dos países no mundo.

A desregulamentação de qualquer impedimento ao avanço do capital tem sido aceita sem maiores resistências por parte de governos e da sociedade. Os efeitos dessa agricultura, muitos dos quais até então desconhecidos, são ainda mais nefastos para a humanidade. O Brasil possui umas das mais modernas e competitivas agriculturas do mundo, do ponto de vista do mercado. O agronegócio, comandante dessa moderna agricultura, garante exportações que equilibram a balança comercial, beneficiando-se de privilégios e recursos concedidos pelo Estado. No entanto, pouca importância se dá, por exemplo, ao uso indiscriminado de agrotóxicos em nosso país, onde o consumo anual desses produtos chega a 5 litros por pessoa (O VENENO... 2008).

2.3 O campesinato no Semiárido brasileiro

Ao discutirmos a questão agrária no Brasil e na América Latina, ou mesmo em diversos países do mundo e em diferentes tempos históricos, destacamos a necessidade de discussão sobre o campesinato, visto que campesinato e questão agrária estão intrinsecamente ligados. Como categoria histórica (SHANIN, 2005), ele sofre mudanças no tempo e no espaço/território e, por isso, mesmo apresentando suas características básicas, o campesinato sofrerá as influências do seu tempo como categoria política, porque influencia e é influenciado pelas relações sociais de produção em que se insere.

Conceituar o campesinato não é tarefa fácil para os estudiosos, pois não há uma definição consensual, em virtude da grande diversidade que o campesinato apresenta ao longo da história. Sobre essa questão conceitual, Shanin nos ajuda compreendê-la melhor quando diz que:

Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive o 'mesmo' poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a 'um camponês' em diferentes períodos e sociedades, seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria. (SHANIN, 2005, p. 2, grifos do autor).

Essa diversidade, em tempos históricos e lugares diversos no mundo demonstra a importância existencial como categoria agrária. Apesar da sua grande resiliência o campesinato não é capaz de reproduzir a si mesmo, por isso se configura como uma classe social inserida no atual modo de produção capitalista. O campesinato é produto das relações de produção e das lutas de classes ocorridas dentro do modo de produção capitalista. Como

classe, está em constante conflito com a classe social antagônica e dominante: a burguesia agrária, industrial e financeira. Esse antagonismo entre campesinato e classes dominantes é resultante da imposição das “leis” do capital sobre a “economia camponesa” (CHAYANOV, 1974). Armando Bartra se refere à submissão do campesinato ao modo de produção hegemônico, ao afirmar que “a pequena e média produção camponesa atual é produto da reprodução do capitalismo e está submetida à operação de sua lei econômica básica: a máxima valorização do capital” (BARTRA, 2011, p. 5).

Nas relações sociais de produção, também é latente a contradição entre campesinato e proletariado. O proletário, em grande medida, tem sua origem no campesinato. Quanto maior a migração do campo para a cidade, maior a ameaça de descampenização/desterritorialização. Todavia, historicamente, as contradições entre o campesinato e o proletariado não impediram a existência de ambos: o capital não conseguiu exterminar o campesinato por completo e transformá-lo em proletariado, pois o primeiro continua a se reproduzir, conforme afirma Armando Bartra ao se referir ao campesinato mexicano:

O campesinato mexicano é, essencialmente, uma classe social reproduzida pelo sistema, e sua reprodução, apesar das aparentes estatísticas, tem aumentado e não diminuído, ainda que em um ritmo de crescimento inferior ao demográfico e também ao do proletariado industrial. (BARTRA, 2011, p. 8).

Ainda segundo o autor, o campesinato tem resistido como categoria que se reproduz no campo e mantém suas características para continuar existindo como tal, visto que “a forma de origem e a base imediata de toda luta camponesa é o combate contra a proletarização” (BARTRA, 2011, p. 11).

A base do campesinato ou da “economia familiar camponesa” é o trabalho da família, por isso, também chamada de “economia doméstica”. Além da força de trabalho familiar, outros elementos o caracterizam, como o domínio sobre os meios de produção, a produção para o autoconsumo da família e não exclusivamente para o mercado.

As características que exprimem a essência do campesinato são formuladas por vários estudiosos. Dentre eles, Luis Daniel Hocsman nos relata que:²⁸

As principais características do conceito “camponês” são: devido ao trabalho familiar se manter como componente no processo produtivo; é ao mesmo tempo

²⁸ Original: “Las principales características de concepto “campesino” están dadas: porque el trabajo familiar se mantiene como componente en el proceso productivo; son al mismo tiempo unidade de producción y consumo; poseen dificultades estructurales para la acumulación de capital; cuentan con la posesión de los medios de producción y el control formal del proceso productivo” (HOCSMAN, 2011, p. 100 - tradução: Bruno da Costa Rodrigues).

unidade de produção e consumo; possuem dificuldades estruturais para o acúmulo de capital; contam com a posse dos meios de produção e o controle formal do processo produtivo. (HOCSMAN, 2011, p. 100).

Características elaboradas pelo historiador marxista, *Ciro Flamarion Cardoso*, contribuem para a formulação do conceito de campesinato. Conforme verificamos a seguir:

Em nossa opinião, uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características: 1) acesso estável à terra, seja na forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente, etc. (CARDOSO, 2002, p. 20).

Embora o trabalho no campesinato seja familiar, parte dele se destina ao capital. Este, por sua vez, emprega grande contingente de camponeses para executar trabalhos em diversos ramos de atividades. Em determinados períodos do ano, a demanda aumenta para atividades como corte de cana e colheita de algodão, café e laranja. Em virtude dessas demandas, a força de trabalho camponesa, remunerada pelo capital, torna-se assalariada temporariamente.

Essa força de trabalho, requerida sazonalmente pelo capital, é formada e mantida pela economia camponesa, pois o capital não dispense recursos para formá-la e muito menos para mantê-la, eximindo-se de qualquer responsabilidade. A unidade familiar, ao criar seus filhos, forma força de trabalho para o capital, alimenta o exército de reserva e funciona como reguladora da oferta dessa força de trabalho. Assim, podemos afirmar que a reprodução do capital, de certa maneira, depende da reprodução do campesinato, pois de acordo com Armando Bartra "Esta economia agrícola familiar, que produz e reproduz força de trabalho para o sistema financeiro, produzindo o que esta necessita e quando necessita e retendo o excedente indesejável, é sem dúvida funcional ao modo de produção capitalista" (BARTRA, 1986, p. 19 e 20).²⁹

A economia camponesa se reproduz dentro do modo de produção capitalista pela resistência dos camponeses enquanto classe social e pela necessidade que o capital tem permanentemente de força de trabalho abundante e barata. O campesinato cumpre um papel importante, ainda que relativo, de "impedir" que a terra e outros meios de produção sejam

²⁹ Original: "Esta economia agrícola doméstica, que produce y reproduce fuerza de trabajo para el capital, liberando la que este necessita y cuando la necessita y retiniendo el excedente indeseable, es si duda funcional al modo de producción capitalista" (BARTRA, 1986, p. 19 e 20, - tradução: Bruno da Costa Rodrigues)

controlados na sua totalidade pelo capital. Esse capital se globalizou e está em constante conflito com os camponeses existentes em todos os países da América Latina. No Brasil, por exemplo, estão presentes em todos os estados da federação.

Quanto à sua formação, o campesinato brasileiro foi se constituindo ao longo dos séculos por um povo marcado pela diversidade física, étnica e cultural por ser resultante da miscigenação entre os povos indígenas nativos, negros africanos escravizados e brancos europeus colonizadores.

Em meados do século XIX, a população do país aumenta com a chegada dos imigrantes pobres da Europa, italianos, alemães, espanhóis, portugueses e os japoneses da Ásia, entre outros povos. Aqui vieram incentivados pelo governo brasileiro para trabalhar nas lavouras de café, assim como buscavam melhores condições de vida exercendo ofícios de artesãos em cidades como São Paulo. Segundo João Pedro Stédile:

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira, já mencionada, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o Sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. (STÉDILE, 2005, p. 26 e 27).

No caso do Semiárido, as categorias sociais que não dispunham de meios para conquistar a terra foram constituindo uma sociedade camponesa sem muitas oportunidades, tanto que “para o povo só existia lugar com o vaqueiro, que mantinha sua rocinha para alimentar a família, mas ele nunca poderia ser dono daquele pedaço de chão. Essa é a origem da agricultura familiar na região” (SCHISTEK, 2013, p. 34).

Esses camponeses que surgem no Nordeste se adaptaram às condições agrárias, vivendo com pouca terra, e ao clima semiárido. Criaram condições materiais de sobrevivência, visto que as políticas de desenvolvimento para a região sempre estiveram aquém de suas necessidades e potencialidades.

Os camponeses sertanejos enfrentam enormes obstáculos para conquistar a terra e dificuldades para produzir e permanecer no campo. Apesar de todos os avanços sociais, a partir de 2003, com a implementação de políticas públicas no Nordeste e de maior apoio à agricultura familiar, a exemplo do aumento de crédito do PRONAF, da criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda não existe uma política agrícola adequada para a região semiárida.

Mesmo com pouca terra, é o campesinato que mais contribui para a segurança e soberania alimentar e ainda atua como dinamizador da economia local. Se os camponeses fossem considerados, dariam importante contribuição para a implementação de políticas de desenvolvimento regional, porque ocupam lugar de destaque quando se trata de produção de alimentos, pois:

O aspecto singular da questão agrária no Nordeste é a falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato, na região brasileira que tem 50% dos camponeses. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo o bolsa família. [...] Ainda, parte desses camponeses migra para a região concentrada para trabalhar no corte da cana, e nas colheitas de laranja e café. Mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. (FERNANDES, 2012, p. 220).

O campesinato, mesmo que reproduza suas condições materiais de existência, é englobado pelo capital, depende dele e com ele está em constante estranhamento. No século XX, resistiu a todas as revoluções tecnológicas, a começar pela mecanização agrícola que deu início à modernização conservadora da agricultura brasileira, anos 1950/1960 na primeira fase da Revolução Verde,³⁰. Essa modernização não se deu apenas nas técnicas de produção, mas também na estrutura organizacional e gerencial. A agricultura patronal se transforma numa agricultura empresarial e introduz no campo brasileiro sementes de alto grau de resposta a insumos químicos e agrotóxicos, mecanização agrícola, monoculturas, produção de commodities. Essa agricultura passou a competir de forma desigual com a camponesa, de modo que:

A agricultura tradicional de base camponesa é responsável pela conservação das condições de produtividade. A base dessa agricultura é sustentável, ao passo que a agricultura de base industrial que usa o pacote da Revolução Verde não conserva as condições de produtividade. Ela considera o solo como substrato, adiciona a ele adubo químico e água, e prepara-o com o uso de máquinas. (PEREIRA, 2012, p. 687).

³⁰ A Revolução Verde é explicitada por Pereira, quando aborda que: “a introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas da alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra. [...] No pacote da Revolução Verde, a perda dos usos múltiplos para além do uso para o mercado não é considerada: os custos ecológicos são deixados de fora como externalidades, assim como os sistemas de saber nativos são degradados e desaparecem”. (PEREIRA, 2012, p. 685-689).

No campo brasileiro desde a da década de 1990 e, principalmente, a primeira década do século XXI, o agronegócio, representante dessa agricultura artificializada, tem crescido com total apoio do Estado e recebido volumosos recursos. Com esse modelo de agricultura,

O conflito pela terra se intensifica, de acordo com a CPT, ao vincular-se com a expansão da pecuária e das monoculturas, como soja, cana-de-açúcar, milho e algodão, e onde há um alto componente especulativo no manejo dos grandes latifúndios, com fortes ligações com os políticos. (ORTIZ, 2015).

O campesinato, historicamente, enfrentou e resistiu a variadas formas de violência provocadas pelo capital. Diversos movimentos sociais exerceram papel importante na luta pela terra e para permanecer nela. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento social de maior visibilidade na luta pela terra. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre tantos outros, junto a entidades de apoio, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), lutam pelo enfrentamento dos problemas agrários no campo brasileiro.

O campesinato, por se reproduzir materialmente, ser organizado em diversos movimentos sociais e por existir em constante contradição com o capital pode ser considerado uma classe social em luta constante pela terra. É o que Oliveira explica:

É, em decorrência deste conjunto de razões, que os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de matérias-primas para a indústria e alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado de forma significativa em suas políticas públicas.

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Dessa forma, o século XX, foi um século por excelência na formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso a terra, é, pois, um desterrado, um sem-terra que luta para conseguir o acesso à terra. São no interior destas contradições que tem surgido muitos movimentos sociais de luta pela terra, e com eles os conflitos, a violência tem também, aumentado. O MST que nasceu dessas contradições é, portanto, um movimento social moderno que faz da luta por direitos, a essência de sua ação. (OLIVEIRA, 2007, p. 151-152).

Apesar da correlação de forças desfavorável aos camponeses na disputa com o agronegócio pelas políticas do Estado para o financiamento da produção agropecuária, os movimentos sociais do campo continuaram a luta pela terra. Contudo, a desapropriação de

terras e assentamento de famílias sem-terra está muito aquém da alta demanda, pois "[...] cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar" (ORTIZ, 2015).

A luta dos movimentos camponeses também se dá no campo dos direitos, como a proposta de educação do e no campo, que vem sendo construída por movimentos do campo, universidades, EFAs, CNBB, CONTAG, entre outras instituições. Como resultado a “luta pela criação do Pronera foi, pois, parte significativa destes instrumentos que permite aos camponeses, o acesso à educação, saúde, técnica, ciência e cultura, contribuindo significativamente como programa de inclusão social e construção da cidadania” (OLIVEIRA, 2007, p. 152). O Pronera possibilitou o acesso de militantes dos movimentos à educação básica e de nível superior (graduação e pós-graduação).

No campo brasileiro desde a década de 1990 e, principalmente, a primeira década do século XXI, o agronegócio tem crescido com total apoio do Estado e recebido volumosos recursos. Por essa razão, desenvolveu sementes geneticamente modificadas; flexibilizou a legislação para continuar avançando sobre as terras dos povos tradicionais e ampliou a fronteira agrícola; tornou-se ainda grande produtor de commodities agrícolas e, por isso, é consagrado pelo governo por contribuir com o aumento do superávit da balança comercial. Mesmo diante da voracidade do capital agrário e financeiro, a economia camponesa se mantém e resiste em todas as regiões do país, embora precise cuidar da organização e formação da classe trabalhadora do campo, conforme observa Carvalho:

Para resistir e superar essa concepção de mundo das classes dominantes no Brasil de discriminação social dos camponeses, associada à tendência intrínseca do capital, na dinâmica da sua reprodução ampliada, de eliminar ou submeter todos os demais modos e formas de produção aos seus interesses de classe social, inclusive homogeneizando o universo geral da produção sob o padrão reprodutivo capitalista, o campesinato necessita mais do que nunca de se construir politicamente e se comportar como classe social em contradição inconciliável com o capital. (CARVALHO, 2012, p. 2).

Apesar da resistência e da luta, o campesinato está desarticulado em sua base. Contudo, pautas comuns têm sido constituídas pelos movimentos sociais, tendo como um dos exemplos de enfrentamento aos problemas agrários no Brasil, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

No Semiárido brasileiro, a luta dos camponeses é igualmente difícil, visto que, além do conflito constante com o capital, eles precisam lutar pela universalização de direitos humanos básicos e políticas públicas estruturantes que possibilitem à população viver com

dignidade, nos longos períodos de estiagem. As conquistas nesse campo são fundamentais para a consolidação de um novo imaginário de um Semiárido possível, belo e viável.

No Alto Sertão da Bahia,³¹ o camponês era conhecido como “lavrador” pelo trabalho exercido na lavoura; como “trabalhador rural”, a partir da instituição da aposentadoria rural na década de 1970 e, nas últimas duas décadas, também como “agricultor familiar”.

Os sertanejos da região sempre produziram alimentos para manutenção de suas famílias, entretanto, produzia também algodão para o mercado. Na Serra Geral da Bahia, especificamente no vale do Iuiu, localizado na bacia do São Francisco, próximo à margem direita desse rio, a região viveu até a década de 1980 o auge da cotonicultura. A grande produção de algodão se deveu a alguns fatores: terras planas que estão entre as mais férteis do estado da Bahia e propícias para a mecanização, bem como o crédito abundante, tornaram o vale do Iuiu a região maior produtora de algodão do Brasil.

Além dos grandes produtores, os camponeses proprietários de pequenas áreas, em torno de 10 a 20 ha, também produziam algodão fora do vale do Iuiu, visto que “no Alto Sertão da Bahia, desenvolveu-se mais o cultivo do algodão, típico de áreas semi-áridas, consorciado ao milho e ao feijão. A região denominada de Nordeste, no século XX, caracterizou-se como região algodoeira” (NEVES, 2008, p. 192).

No Alto Sertão da Bahia, os camponeses sempre criaram gado e cultivaram lavouras de subsistência, mas o algodão era cultivado para ser comercializado e gerar renda para as famílias. Todavia, a cultura do algodão entrou em crise, devido aos baixos preços no mercado internacional e ao alto custo de produção promovido pelo aumento do uso de agrotóxicos para o combate de pragas, como o bicudo, e doenças.

Hoje, na microrregião de Guanambi, somente poucos fazendeiros plantam algodão, enquanto que os camponeses criam pequenos rebanhos de gado bovino e cultivam feijão e mandioca. Mesmo assim, houve redução de área em virtude da seca que castigou a região. Contudo, uma parte dos camponeses possui áreas de terra muito pequenas que inviabilizam a criação de animais. A vida dos camponeses sertanejos melhorou nos últimos 12 anos porque buscaram conviver com o clima semiárido, mas também porque as políticas públicas e programas desenvolvidos na região, como Bolsa Família, PIMC e P1+ 2 executados pela ASA, PAA, PNAE, Pronaf e outros créditos subsidiados, Seguro Safra, valorização do salário mínimo e da aposentadoria rural, ampliaram a renda das famílias do Semiárido.

³¹ Território localizado na região da Serra Geral da Bahia que faz parte da mesorregião Centro Sul da Bahia, território ao qual pertence o município de Riacho de Santana, onde foi realizada a pesquisa de campo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO

Na sociedade brasileira, a demanda por políticas públicas é bastante grande. Todavia, interesses antagônicos estão em disputa entre as classes sociais. De um lado, a classe dominante, que a todo custo busca manter seus privilégios e, do outro, a maioria da população, na luta para garantir o que tem sido possível de melhorias e/ou ampliação das políticas de educação, saúde, segurança, transporte público, etc. Grupos como os de mulheres, indígenas e negros estão em constante luta para acessar políticas públicas específicas ou setoriais.

As políticas públicas são de responsabilidade do Estado e se diferem de outras políticas governamentais porque têm por finalidade a garantia da satisfação das necessidades básicas, assim como dos direitos do cidadão. Por outro lado, elas não acontecem sem a efetiva mobilização social no sentido de pressionar o Estado, que tem o compromisso constitucional de garantir tais políticas. Por isso, “entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil” (BONETI, 2006, p. 74).

Como estaremos daqui por diante nos referindo às ONGs, organizações de trabalhadores, associações rurais, entidades de igreja e outras, articuladas em torno da proposta da convivência com o Semiárido, consideramos necessário abordar sobre o conceito de sociedade civil. Segundo Jesus (1989, p. 53), “para Gramsci o conceito de sociedade civil, juntamente com o de sociedade política, integram a noção de Estado”. A sociedade civil é formada por organismos privados, como empresas, grupos econômicos, partidos políticos, igrejas, escolas, sindicatos, organizações sem fins lucrativos, dentre outras; a sociedade política constitui o governo que é representado por instituições públicas. Nesse entendimento, o Estado é composto por instituições públicas e privadas que estão em constante conflito na disputa pela hegemonia.³² Ivete Simionatto nos relata que:

Ora, na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia por meio de seus aparelhos “privados”, reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção; quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva

³² Hegemonia é a direção que a classe social dominante exerce sobre as classes sociais subalternas no interior da sociedade civil.

sobre as vontades particulares. [...] A rigor, a “sociedade civil” é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. (SIMIONATTO, 1998, p. 53-54).

A disputa pela conquista de políticas públicas depende, sobretudo, da luta de classes pelo controle das ações do Estado. No entanto, o enfrentamento que se dá entre as classes sociais subalternas e a classe dominante é desigual. Esta última exerce maior influência ou controla as instituições do Estado e se beneficia com privilégios e legislação que lhe permite se apropriar de grande parte da riqueza produzida por toda sociedade. As políticas públicas são conquistadas e garantidas com muita luta e disputa política pelas organizações populares da sociedade civil.

Nas relações que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado, a este atribui-se o papel de regulador e interventor dos processos que resultarão em políticas públicas e garantidor dos recursos para a aplicação destas políticas; à sociedade civil lhe é dada a incumbência de atribuir necessidades, de reivindicar direitos e contribuir com a elaboração, aplicação e controle social das políticas em questão, uma vez que:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores da ação do poder público. São regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade. São mediações entre atores da sociedade civil e do Estado. Pressupõem a participação da sociedade civil na elaboração, execução e fiscalização da política pública. (ROCHA, 2009, p. 70).

O Estado brasileiro, a partir da década de 1930, fomentou a industrialização e praticamente em cerca de cinco décadas instalou um relativo parque industrial e se tornou uma economia média. Contudo, o crescimento econômico manteve as relações sociais de poder sem alterar a estrutura da propriedade da terra e, desse modo, a classe dominante, que detinha os meios de produção nos diversos setores da economia, continuou a concentrar riquezas, acumular capital e a defender seus interesses por meio de aprovação de políticas governamentais que lhe permitia se apropriar, por meio dos aparatos estatais, da maior parte da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

O Estado, centralizador como ainda é, funcionava muito mais como realizador e garantidor dos interesses de grupos empresariais e agropecuários minoritários diante de uma sociedade que enfrentava grandes dificuldades para a implementação de políticas nacionais de proteção ao cidadão e de desenvolvimento social, como a educação e a saúde, que se tornavam secundárias diante dos investimentos em infraestrutura para os setores mais dinamizados da economia brasileira, pois segundo Araújo:

O que caracterizava o Estado brasileiro nesse período de (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado do bem-estar social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas, sem alterar a estrutura da sociedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização. (ARAUJO, 2003, p. 1).

Esse processo colocou o país entre as maiores economias do mundo, mas não diminuiu as desigualdades sociais e nem garantiu serviços públicos de qualidade, presentes em outros países de mesmo nível econômico que o nosso.

Na década de 1970, durante a ditadura civil/militar, o Estado brasileiro promoveu forte crescimento econômico, mas em termos de políticas sociais foi omissivo, ao contrário, foi responsável por 21 anos de repressão ao povo brasileiro, quando militantes e ativistas: estudantes, artistas, políticos, intelectuais, camponeses e religiosos contrários ao regime sofreram com a repressão, torturas, desaparecimentos, assassinatos e restrição das liberdades individuais e coletivas. O crescimento que se verificou nesse período foi impulsionado por empréstimos internacionais, que resultaram em alto grau de endividamento do país.

A Constituição de 1988 possibilitou condições para a formulação de políticas públicas, mas no Brasil a correlação de forças sempre foi desfavorável à maioria da população, visto que as forças políticas defendem os interesses econômicos de uma elite em detrimento dos interesses da sociedade como um todo. Mesmo com a abertura política, o modelo de desenvolvimento continuou concentrando renda, riqueza e relegou parte da sociedade a altos índices de pobreza e alarmante nível de desigualdade social.

Na década de 1990, os governos que assumiram os postulados neoliberais do Consenso de Washington reduziram a capacidade do Estado de formular e executar políticas públicas. Esse foi o caso do Brasil, o governo sob o comando de Fernando Henrique Cardoso promoveu a maior dilapidação do patrimônio público com a privatização de empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento do país e diminuiu o seu papel como planejador e provedor de bens públicos. Desse modo, o Estado se tornou mais permissivo aos interesses do mercado, comandado pelo capital globalizado. De acordo com Rocha, ao abordar sobre isso, afirma que:

A globalização torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexo, por estarem em jogo, agora, em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um forte poder de interferência nas decisões nacionais quando essas são diretamente ditadas por organismos multilaterais. (ROCHA, 2009, p. 74).

Como exemplo, citamos a Organização Mundial do Comércio (OMC), por ser fortemente influenciada pelas economias centrais, nivela condições comerciais ou mesmo de produção entre países ricos e pobres, como no caso dos subsídios agrícolas adotados pelos países ricos que prejudicam as nações em desenvolvimento no comércio internacional. Podemos também citar o Banco Mundial (BM), que interfere nas políticas educacionais de vários países, entre eles o Brasil, ou ainda o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, ao socorrer nações endividadas, impõe sanções sobre as suas economias.

Com os interesses econômicos ditando as regras, os recursos para as políticas sociais, como educação e saúde, ficaram estagnados ou diminuíram, muito embora uma ou outra política pública tenha sido implementada, como o Programa Comunidade Solidária, o Programa Bolsa Escola, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros, mas como uma dimensão muito reduzida, sem escala.

Ainda nesse período, o Estado promoveu as privatizações, diminuiu a sua capacidade de comandar a economia em detrimento do mercado e vários setores perderam dinamismo (como é o caso da indústria), enquanto o endividamento do país crescia de maneira robusta. Por tudo isso o Estado brasileiro reduziu a sua capacidade de implementar políticas públicas, assegurou maior controle do mercado sobre as riquezas e menos recursos para investimentos diretos para a sociedade, pois, como argumenta Tânia Bacelar Araújo:

Quando observamos o mundo real, vemos que essas tendências favoreceram a consolidação de uma visão que é ideológica e política: a visão de “quanto menos Estado e quanto mais mercado, melhor; quanto mais individualidade e quanto menos coletividade, melhor”. [...] trata-se de uma abordagem que favorecem as mudanças que estão ocorrendo no mundo real, para que o capital globalizado circule no mundo inteiro. Quanto menos estado nacional houver, melhor será para a realização dessa tendência. (ARAÚJO, 2003, p. 6).

Na grande maioria dos países, a imposição do ideário neoliberal ainda está presente. Forças externas oriundas das nações centrais, especialmente os Estados Unidos, pressionam governos eleitos democraticamente para que abram suas economias, criem condições para que os interesses dos grandes atores econômicos internacionais sejam protegidos por leis. Os detentores do capital planejam e executam suas ações em escala global. As fronteiras dos países já não são mais problema, a soberania de muitas nações está cada vez mais ameaçada.

Muitos países da América Latina elegeram governos nacionalistas com forte ação no crescimento econômico. Apesar de continuarem sob a hegemonia do capital, conseguiram aumentar a participação do Estado, tanto na economia como nas políticas sociais.

No Brasil, a partir de 2003, o Estado recupera parte de sua capacidade de intervenção na economia, na agricultura e diversos setores são dinamizados. Com políticas desenvolvimentistas, investiu em infraestrutura com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em geração de energia, ferrovias, rodovias, investimentos pesados no agronegócio e, em menor escala, também aumentou os recursos para a agricultura familiar.

O Estado assumiu maior protagonismo de planejador e executor de políticas sociais. Na educação, ampliou a oferta de vagas no ensino superior com a criação de novas universidades federais, novos institutos federais de ensino médio e superior; criou a lei de cotas sociais e raciais para inclusão universitária. Na área da saúde, apesar dos graves problemas do Serviço Único de Saúde (SUS), destacam-se o Programa de Saúde da Família (PSF), as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samur), o Programa Mais Médicos. Para o Semiárido, foi criado o Programa Cisternas, resultante da mobilização das organizações da sociedade civil que integram a ASA. Para a agricultura familiar, fortaleceu-se o Pronaf e criaram-se o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na área de energia, foi criado o Programa Luz para Todos. O aumento real do salário mínimo com a correção monetária acima da inflação e o Programa Bolsa Família, que mesmo sendo uma política assistencialista e compensatória, possibilitaram aumentar o poder de compra da população mais carente.

O atendimento das políticas públicas no meio rural é mais tardio do que no meio urbano, principalmente nas áreas mais pobres do país, como no Semiárido brasileiro. Para exemplificar, citamos o caso do atendimento com luz elétrica à população rural, que foi retardado até o final da década de 1990. Somente com a implementação do Programa Luz para Todos é que as famílias do campo puderam ter acesso à energia elétrica. Outro exemplo é o caso do acesso à água para consumo humano, que está se resolvendo com a construção de cisternas no Semiárido. Contudo, mesmo com melhorias significativas em muitas áreas, ainda é pouco e insuficiente para atender a todas as demandas da população mais pobre do país.

Nos últimos anos, conferências em diversas áreas possibilitaram a participação de organizações da sociedade civil em diversas políticas públicas, embora as decisões nem sempre fossem colocadas em prática. Também se ampliou a participação em conselhos de diversos setores, como educação e saúde, assim como nas instâncias municipais, estaduais e federal. Audiências públicas, manifestações de rua, consultas públicas e plebiscitos também foram importantes instrumentos de participação popular. É certo, porém, que a mobilização

popular precisa resultar em políticas públicas e que estas devem ser regulamentadas em leis, para que sejam aplicadas e para que o Estado possa ser cobrado pelos cidadãos.

Nos governos Lula e Dilma, nos últimos 12 anos, foi o período em que houve mais investimentos em políticas públicas e de inclusão social e melhoria das condições de vida das famílias mais carentes e, conseqüentemente, maior ascensão social. Contudo, setores de interesse do capital como o agronegócio e a mineração tiveram grandes incentivos financeiros e mudanças na legislação ambiental, permitindo, por exemplo, o plantio de transgênicos no país. Convém ressaltar que o avanço do agronegócio, da mineração e das hidrelétricas resultou em crescimento econômico, mas trouxeram prejuízos ambientais e sociais para comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses.

3.1 Políticas de combate à seca

O que caracteriza o combate à seca é a concepção de que ela é tão somente um fenômeno natural, apenas uma questão física e que, portanto, pode ser combatida. Não obstante, “não se pode combater ecossistemas, variações climáticas, direção dos ventos e o sol” (SCHISTEK, 2013, p. 32). Foi a partir da constatação de que seca não se combate que se atribuiu a ela as dimensões sociais, políticas e econômicas. No semiárido, durante o século XX, grandes obras foram construídas com a finalidade de estocar água de chuva. Entretanto, grande parte dessas obras concentrou a água em propriedades privadas. Por essa razão, a população difusa continuou desabastecida, dependendo então de carros pipas. Por outro lado, não se aplicaram políticas que dinamizassem a economia camponesa e que possibilitassem a geração de renda. Aos sertanejos restaram as políticas assistencialistas e de combate à seca que, nas palavras de Naidison Baptista e Carlos Alberto Campos:

Em muitos casos, ainda hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região são aquelas denominadas de “combate à seca”, voltadas às grandes obras, normalmente destinadas aos mais ricos e vinculadas ao assistencialismo aos mais pobres, como doações, distribuição de víveres e carros-pipa. Essas políticas nunca tiveram, nem têm objetivo de resolver os problemas do povo. Aparecem como “atos de bondade”, mas são criadas e mantidas para garantir que o Semiárido e seu povo permaneçam sem vez e sem voz, para manter no poder as mesmas pessoas e grupos oligárquicos, pela compra de votos. (BAPTISTA; CAMPOS, 2014, p. 46).

O combate à seca vem se perpetuando ao longo dos últimos séculos e é tão recorrente quanto às secas. Segundo Gustavo Maia Gomes (2001), a ocorrência de seca no Semiárido brasileiro tem registro desde meados do século XVI. Elas se repetiam de tempos em tempos, a

cada 26 anos em média, sem que políticas estruturantes fossem aplicadas. Durante as grandes secas, as ações para socorrer a população se resumiram à distribuição de alimentos aos atingidos, e à criação de frentes de serviço para construção de pequenos açudes em terras de particulares e, também, obras públicas com a mão de obra dos sertanejos que recebiam pelo trabalho recursos insuficientes para a manutenção da família. Essas ações eram coordenadas por “Comissões de Socorro”, criadas pelo governo imperial e constituídas por autoridades e pessoas influentes nos locais de ocorrência. Muitos dos que se envolviam nessas comissões, se locupletavam dos recursos destinados aos flagelados. As secas, sempre foram oportunidade para que políticos, empresários e grandes fazendeiros tirassem proveito financeiro, econômico e político. O uso das secas para interesses particulares e corporativos ficou conhecido como indústria da seca.

Nos anos de grandes secas, os povos do Semiárido dependiam exclusivamente da lavoura de sequeiro e da criação de gado, passando fome quando os estoques locais de alimento e água se findavam. Como o deslocamento de alimentos do litoral para o sertão era precário, principalmente para longas distâncias, não restava à população atingida senão sair em busca de socorro, caminhando como retirantes em direção aos centros urbanos. Como a repetição dessas secas era inevitável, o sofrimento dos sertanejos já estava traçado. Sobre a ocorrência de secas, Gustavo Maia Gomes nos relata que:

De acordo com os registros históricos, houve 85 anos de secas no Nordeste, nos séculos XVIII, XIX e XX. (As informações relativas aos primeiros dois séculos da colonização portuguesa no Brasil são fragmentárias e, portanto, devem subestimar grandemente a incidência do fenômeno.) Isso significa poucos mais de dois anos e meio de *inverno* normal, para um ano de seca. No vocabulário popular do nordestino, *inverno* é o nome dado à estação chuvosa – quando chove. [...] A idéia é, antes de tudo, mostrar que a seca é um acontecimento comum, desagradavelmente frequente, na região dos Sertões. (GOMES, 2001, p. 75, grifos do autor).

A seca é um fenômeno natural bastante antigo, repetitivo e de graves consequências para a população atingida. A seca de 1877-79 que atingiu o Semiárido brasileiro, de gravíssimas consequências, começou a despertar o governo imperial para a problemática gerada por ela, sem, contudo, alterar as ações direcionadas à região. “Há quem diga que a ‘seca dos dois setes’ abalou o império” (GOMES, 2001, p. 84). As secas sempre provocaram desordem política e desestruturação econômica onde ocorrem. Essa seca, em questão, teve consequências de grandes proporções, pois, segundo “a crônica de século XIX (24 anos de seca, segundo registros históricos) é dominada pela Grande Seca de 1877/79, na qual teriam morrido 500 mil pessoas, só no Ceará” (GOMES, 2001, p. 84).

Essa seca foi uma das piores da história do semiárido. Sem ter o que comer e sem água, os atingidos se retiravam das suas localidades em busca de socorro em direção à Fortaleza e outros centros mais populosos. Porém, a maioria dos flagelados não alcançava o destino pretendido e, sem receber nenhum tipo de socorro, morria pelas estradas de inanição. O governo imperial, além da parca distribuição de alimentos, também se propôs, nessa época, a construir 30 açudes com mais de um milhão de m³ cada e três estradas de ferro no Ceará. Contudo, segundo Ribeiro “quando da Seca de 1877/80 acabou, o Semi-Árido quase não possuía açudes, nem poços tubulares, nem estradas, o veículo não existia” (RIBEIRO, 2007, p. 198). A constatação que nada mudou estruturalmente depois de finda a referida seca, é corroborada por Silva quando relata que:

Outra característica da ação governamental no Semi-árido durante o Império e nos primeiros anos da República foi o assistencialismo imediatista e descontínuo. Por ocasião da seca de 1877 a 1879, quando morreu mais de um milhão de sertanejos, o Imperador Pedro II ofereceu as jóias da coroa para acabar com a seca na Região. Esse gesto caritativo é emblemático da postura que o governo adotou no socorro circunstancial às vítimas das secas, a serviço da reprodução do sistema algodoeiro-pecuário e do poder dos seus coronéis. (SILVA, 2006, p. 46).

Essa constatação leva à reflexão de que, se houvesse obras estruturantes no semiárido naquela época, milhares de vidas seriam poupadas. No entanto, as ações e políticas de combate à seca não são planejadas para resolver definitivamente o problema de toda a população que vive no Semiárido, pois favorece aos poderosos da região com privilégios em troca de apoio político. Uma das características do combate à seca é justamente a ideia de se acabar com a ela, que nada mais é uma maneira de perpetuar as políticas de combate à seca e manter o status quo.

A intensificação das políticas de combate à seca só ocorre, efetivamente, no início do século XX. De acordo com Silva (2010), depois de ser criada a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), em 1909, é que se iniciou a intervenção do governo central de forma mais articulada no combate à seca. Este órgão era ligado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e tinha como principal finalidade realizar pesquisas técnicas e planejamento para implementação de obras de captação de água de chuva. Para Silva:

O plano de ação da Iocs refletia a síntese das propostas até então sugeridas para combate aos efeitos da seca envolvendo as seguintes atividades: realização de estudos planejamento e execução de obras hídricas, como a construção de açudes públicos ou particulares, canais de irrigação, barragens, perfuração de poços e drenagens; estradas de rodagens, ferrovias; reflorestamento e piscicultura. (SILVA, 2010, p. 45).

Os estudos para diagnosticar as condições do clima, da geologia e da meteorologia feitos por pesquisadores estrangeiros, acompanhados por pesquisadores brasileiros, foram importantes para aumentar o conhecimento sobre a realidade geofísica do Sertão. Todavia, foram deixados de lado estudos sobre as condições socioculturais, ambientais e econômicas, determinantes para um projeto de desenvolvimento regional que respeitasse o bioma caatinga e tratasse a seca não apenas como fenômeno natural, mas, sobretudo, como fenômeno social e político.

As respostas das pesquisas sobre o Semiárido, realizadas pela IOCS, não surtiram efeito imediato. Este fato provocou pressões sobre o governo que, praticamente, abandonou esses estudos para socorrer a população faminta atingida pela seca de 1915. Sobre a ação do governo durante essa seca, Silva comenta que:

Além disso, o socorro governamental às vítimas da fome, em 1915, reproduziu as mesmas práticas anteriores: a formação de campos de concentração; o fornecimento de alimentos; as frentes de serviço; e, principalmente, o incentivo à emigração para a Amazônia e para São Paulo. (SILVA, 2010, p. 45).

Sobre os citados campos de concentração, o autor relata se tratar de áreas cercadas, com galpões onde eram abrigados e alimentados retirantes fugidos das regiões seca. A contenção de pessoas, atingidas pela adversidade climática, tinha também por finalidade evitar tumultos e a perturbação da ordem pública em cidades como Fortaleza (CE), Mossoró (RN). Por isso, os retirantes não podiam sair desses lugares, sem que fossem autorizados pelos responsáveis (SILVA, 2006, 2010).

Gomes, ao falar sobre os registros das secas ocorridas no século XX, também faz referência aos “campos de concentração” e explica que esses lugares eram “ambientes ideais para a propagação de epidemias, os campos de concentração se tornaram de fato, com frequência, *campos santos*, como previa Rodolfo Teófilo, em 1915” (GOMES, 2001, p. 90, grifos do autor).

No que diz respeito à construção de açudes, no semiárido, ressaltamos que foi insuficiente para a estocagem de água da chuva e atender a população difusa. Vale destacar que essas obras beneficiaram os detentores do poder local, pois, “na primeira metade do século XX, centenas de açudes foram construídos em propriedades particulares que foram favorecidas pelos prêmios distribuídos pelo governo federal” (SILVA, 2006, p. 46). Diante dessa afirmação convém destacar que:

A intervenção do Estado no Nordeste foi sempre marcada pela centralização e fragmentação das ações, e se caracterizava com a criação de órgãos nacionais para o combate à seca, os quais se transformavam em objeto de disputas políticas entre os diversos segmentos da elite rural. (PASSADOR; PASSADOR, 2010, p. 70).

A escassez de verbas e a ausência de resultados imediatos para combater os efeitos da seca provocaram a substituição da IOCS pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Criada pelo decreto 13.687 de 1919, no governo de Epitácio Pessoa, que também promulgou a lei 3.965, que constituiu a Caixa Especial das Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis no Nordeste e dos Serviços Complementares ou Preparatórios. Os recursos destinados a esse fundo possibilitaram a construção de 11 grandes açudes com o objetivo de estocar água para a irrigação, além da construção de ferrovias e rodovias, perfuração de poços e açudes pequenos e médios (SILVA, 2010).

Na constituição de 1934, definiu-se no artigo 177 um percentual mínimo do orçamento, segundo o qual o governo federal deveria definir no mínimo 4% da receita tributária para ações de combate à seca. Todavia, os recursos não eram suficientes diante da alta demanda. Os períodos que tiveram maior aporte de recursos foram entre 1920 e 1922, no governo de Epitácio Pessoa, quando foram investidos 34,47% na construção de ferrovias, rodovias e açudes. Entre 1931 e 1933, com a reforma da IFOCS, o aporte de recursos chegou a 41,76%, maior volume de recursos destinados ao Semiárido pelo governo federal durante a existência da IOCS e da IFOCS (SILVA, 2010). Pode-se dizer que a variação para menos do valor dos recursos liberados provocava a descontinuidade das obras e, conseqüentemente, interferia na eficácia das políticas de combate à seca, visto que,

Apesar das inúmeras políticas públicas implementadas ao longo da história do Nordeste Semi-árido, o que se observa é que elas se revelaram incompletas e desintegradas, pois cada governo interromperam-se ou alteravam-se os projetos do governo anterior. (PASSADOR; PASSADOR, 2010, p. 73).

A IFOCS foi transformada, em 1945, no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), cuja finalidade era construir grandes barragens para represamento de água de chuva que era usada pela população em situações de emergência ou para irrigação. Mesmo tendo água acumulada, o abastecimento de vilas e cidades era prejudicado pela inexistência de adutoras. Ainda na atualidade muitas aglomerações urbanas não dispõem de serviço público de abastecimento de água.

O DNOCS se tornou uma grande empresa estatal na execução de obras hídricas. No entanto, é importante destacar que as grandes obras eram essenciais, mas não atendiam

plenamente à população difusa do sertão, pois concentravam água. Todavia, é necessário reconhecer a importância das ações implementadas pelo DNOCS, pois, de acordo com Malvezzi:

Se o Semi-Árido brasileiro é hoje uma das regiões mais açudadas do planeta, em grande parte isso se deve ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). São aproximadamente 70 mil açudes. Fundado em 1909 [...], o órgão pretendia fazer o combate à seca, objetivo que hoje parece anacrônico, já que sabemos que ninguém acaba com fenômenos naturais, como secas, chuvas e incidência de neve. Mas a causa era nobre, já que a população nordestina, sem rios perenes, mas tendo boa pluviosidade em todo o sertão, enfrentava o problema de não ter estoques de água em tempos de chuva. [...]. O Dnocs perdeu força, primeiro com o surgimento da Sudene e hoje com o fortalecimento de uma sociedade civil que implementa projetos como “Um milhão de cisternas e “Uma terra e duas águas”. (MALVEZZI, 2007, p. 67-68, grifos do autor).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que teve como idealizador Celso Furtado. Os objetivos desse órgão buscavam mudar o eixo de atuação. A preocupação era com o desenvolvimento do Nordeste, através de programas de incentivos fiscais para a instalação de indústrias, e enfrentar de vez os problemas agrícolas decorrentes das secas, da desapropriação de terras do sertão para irrigação com a finalidade de assentar famílias camponesas. Furtado ficou à frente da SUDENE por quase seis anos e foi aguerrido no enfrentamento da oligarquia do Nordeste, que o impediu de executar projetos em favor dos sertanejos. Ele também considerava o semiárido muito populoso, fato que dificultaria o desenvolvimento econômico do interior da região. Por isso, defendia a migração de sertanejos para assentamentos na Amazônia, no Maranhão e no oeste da Bahia. Furtado, numa entrevista, descreveu assim a sua atuação como principal articulador da fundação da SUDENE:

Fui interventor do GTDN, que funcionava abrigado no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o Sertão inteiro na época da seca. (FURTADO, 1998, p. 64).

A pressão dos governadores e da oligarquia rural era intensa sobre a empresa estatal pela liberação de verbas. Depois da saída de Furtado, a concepção e as políticas da SUDENE para o Semiárido tomaram outro rumo, passando a favorecer os interesses da classe dominante. A corrupção se instalou a ponto de o órgão ser fechado, como destaca Malvezzi:

A Sudene acabou aprisionada pelas oligarquias nordestinas. Os incentivos fiscais, principalmente o Finor, foram um manancial de transferência de recursos públicos para o setor privado, sem qualquer retorno social. Sob acusações de corrupção, foi fechada no governo de Fernando Henrique Cardoso e reaberta no governo Lula, mas, nessa nova fase, ainda não marcou presença. (MALVEZZI, 2007, p. 68-69).

As políticas de combate à seca vêm sendo aplicadas pelos governos como reação aos efeitos de grandes secas e por isso são emergenciais e descontinuadas. A oligarquia agrária do Nordeste exerce forte pressão sobre o Estado brasileiro para que execute políticas atendendo aos interesses econômicos de grandes produtores, empreendedores e políticos, quando prioritariamente deveriam atender as necessidades humanas e dos animais.

Essas políticas executam grandes obras e demandam vultosos recursos, como é o caso da transposição do Rio São Francisco. Iniciada em 2005 é a maior obra de combate à seca na atualidade. Muito questionada por estudiosos da região semiárida como Manoel Bomfim Ribeiro que afirma: “Não podemos errar mais nessa região, já erramos demais! Basta! O país não tem suporte para obras de resultados duvidosos” (RIBEIRO, 2007, p. 201). O custo da obra é muito alto para um benefício reduzido para a população difusa do semiárido. No final das contas, vai beneficiar mesmo é o agronegócio com a irrigação da fruticultura, além de outros empreendimentos econômicos.

Os movimentos sociais e os povos indígenas atingidos se mobilizaram contra a transposição, porém, sem sucesso. Nem a greve de fome do Frei Luís Caprio conseguiu sensibilizar o governo federal e nem os governos estaduais. Como essa obra interessa às oligarquias nordestinas e às empreiteiras, a grande mídia não defende os interesses populares.

Contraopondo às políticas de combate à seca, organizações sociais do Semiárido tencionaram o governo federal e alguns governos estaduais, que estão destinando recursos significativos para políticas de convivência com o Semiárido, possibilitando a implementação de tecnologias sociais para captação de água de chuva, como as cisternas para consumo humano e para a produção de alimentos, etc.

Com a finalidade de propor soluções para o problema de abastecimento humano da população do Semiárido, principalmente dos pequenos municípios, foi realizado um estudo denominado Programa Atlas Nordeste pela Agência Nacional de Águas (ANA), que tem por objetivo o abastecimento de água para cerca de 34 milhões de pessoas. O programa atenderia 1112 municípios cuja população era superior a 5 mil habitantes, e ainda 244 municípios com população inferior a 5 mil pessoas. Também seriam atendidas grandes cidades como Recife, Salvador e Fortaleza. Esse diagnóstico prevê a realização de 530 obras com custo previsto

abaixo daquele que será gasto na transposição. No entanto, o Atlas Nordeste foi preterido pelo governo federal (MALVEZZI, 2007).

As políticas de combate à seca ainda continuam presentes nos dias atuais. Segundo Baptista e Campos, a concepção do combate à seca perpassou diversos governos, desde o século XIX:

Em 1877, diante das terríveis consequências da grande seca, Dom Pedro II, imperador do Brasil, prometeu acabar com o sofrimento e a fome dos povos do semiárido, nem que, para isso, tivesse de vender a última jóia da Coroa. Depois de 120 anos, em 1997, diante de outra grande seca, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse: “não vou poder acabar com a seca porque isso depende de forças divinas”. Durante séculos, promessas e desculpas têm sido a postura dos governantes em relação à situação do Semiárido.

Hoje, 2012, vivemos nova avassaladora seca. Muitos dos problemas que, durante as secas marginalizam o povo do Semiárido ainda persistem. Algumas práticas que geram clientelismo e buscam manter o povo do Semiárido em processos de opressão tendem a se renovar e aparecer, mesmo que em roupagens diferenciadas.

Esta seca, contudo, aparece como diferente, justamente porque algumas políticas e programas que foram dirigidos ao Semiárido nos últimos anos construíram melhores condições para que sua gente enfrente os problemas da seca de forma mais condigna e eficiente, sem ser manipulada e humilhada. (BAPTISTA; CAMPOS, 2013b, p. 27).

A permanência das políticas de combate à seca tem uma razão de ser: o Estado brasileiro sempre foi controlado pelas oligarquias agrárias, depois industriais e financeiras. A maior soma de recursos destinada ao Semiárido beneficia as elites nordestinas, enquanto os camponeses recebem parcela bem menor. Se os recursos destinados ao sertão nordestino fossem aplicados em obras estruturantes e adequadas ao clima da região, certamente grande parte dos problemas provocados pelas adversidades climáticas estaria resolvida. O poder dessas oligarquias sobre o acesso aos recursos é tão grande que, segundo Favero e Santos:

A quantidade de dinheiro aplicado na região teria sido suficiente pelo menos para diminuir a pobreza existente. No entanto, o que se constatou foi que a maior parte desses recursos não chegou ao destino que havia sido proposto para ele, foi desviado e concentrou-se em algumas poucas mãos. [...] As elites brasileiras conseguiram naturalizar e, com isso, banalizar o crime da corrupção. Essa naturalização e banalização da corrupção em todas as suas formas foi facilitada na medida em que, começando pela negação da fala do pobre (ele não tem opinião e nem projeto), negou-se a sua participação política em projetos que pretensamente olhavam para eles. (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 89, grifos dos autores).

O Semiárido vive uma nova grande seca, iniciada em 2011 em algumas regiões do Nordeste. Essa seca, que prossegue em 2015, é considerada a maior seca dos últimos 50 anos. Em 2012, 1.134 municípios do Semiárido brasileiro decretaram situação de emergência. Já em 2013 foram afetados mais de 1.400 municípios.

O governo federal tem destinado à região alguns bilhões de reais para socorrer aos atingidos. Os recursos estão sendo aplicados para as ações de emergência, como aluguel de caminhões-pipa, Plano Garantia Safra, Programa Bolsa Estiagem, entre outras ações. Os carros-pipas ainda são necessários em ocasiões de seca, embora sejam ações de combate à seca. Isso significa que as políticas estruturantes para o semiárido estão longe de serem universalizadas.

Entretanto, também é importante destacar que o governo federal vem investindo em políticas de convivência com o Semiárido, através do financiamento para a captação de água de chuva com a construção de cisternas de placas para consumo humano e para a produção de alimentos e dessedentação animal, com as cisternas calçadão, barreiros trincheira, tanques de pedras e barragem subterrânea. Essas políticas estão sendo executadas pelas organizações integrantes da ASA.

3.2 Políticas públicas para a convivência com o Semiárido

Segundo Silva (2010), a economia do Nordeste teve bom dinamismo econômico entre as décadas de 1960 e 1980, com crescimento da indústria, da infraestrutura básica e da agricultura com menor vigor, proporcionado pela participação de empreendedores privados e por investimentos feitos pelo Estado na economia regional. Contudo, esse crescimento foi setorizado, não ocorrendo de forma homogênea em todo o Nordeste. No Semiárido, verificam-se ilhas de prosperidade econômica tendo como referência os polos de irrigação, como é o caso da fruticultura em Juazeiro e Petrolina. Na maior parte do Semiárido, a economia continuou estagnada com a crise do algodão, da cana-de-açúcar e do cacau, culturas importantes para a economia da região Nordeste.

Apesar do crescimento econômico, não houve melhoria das condições sociais da população e nem redução da pobreza, mantendo-se os mesmos níveis de desigualdade social. O crescimento econômico beneficiou os detentores dos meios de produção, enquanto os trabalhadores e os camponeses continuaram sendo explorados e impedidos de se apropriarem de parte da riqueza produzida, uma vez que “os indicadores oficiais revelam que, entre 1970 e 1990 o PIB da região Nordeste praticamente triplicou, enquanto que o PIB *per capita* não acompanhou o mesmo ritmo” (SILVA, 2010, p. 68).

Mesmo tendo havido dinamismo econômico no Nordeste, no Semiárido houve declínio da economia tradicional e camponesa resultante da crise da cultura algodoeira a partir de 1980. Por outro lado, as políticas de combate à seca concentraram terra, água e recursos.

Diante do fracasso destas políticas "novos atores passam a defender alternativas baseadas na sustentabilidade do desenvolvimento, disputando os processos de formulação de políticas públicas para o Semi-Árido" (SILVA, 2010, p. 66/67).

As organizações da sociedade civil passam a exercer maior protagonismo a partir da Constituição Federal de 1988 que assegurou aos cidadãos brasileiros: garantias de organização para os mais diversos fins; liberdade de expressão; participação em conselhos nas instâncias municipais, estaduais e federal; proposição de políticas públicas e projetos de iniciativa popular ao Congresso Nacional, como a lei da Ficha Limpa. No Nordeste, em particular no Semiárido, essas novas condições criaram um ambiente bastante favorável à mobilização social e à proposição de ações e políticas.

A emergência da concepção da convivência com o Semiárido; o acúmulo de experimentos em tecnologias apropriadas para o clima do sertão produzidos por camponeses e suas organizações de apoio; o descontentamento frente à ineficácia das políticas de combate à seca; a grande seca de 1992-93 que estava ocorrendo no Semiárido criaram um ambiente de forte mobilização social. Diante dessas condições, os camponeses, as organizações sociais e o movimento sindical de trabalhadores rurais ocuparam a Sudene em Recife-PE em 16 de março de 1993. Entre outros resultados, isso possibilitou a criação do Fórum Nordeste³³.

Durante a ocupação da Sudene, foram questionadas as medidas emergenciais e temporárias do Estado brasileiro para o Semiárido, assim como o próprio governo do presidente Itamar Franco foi pressionado para que assegurasse o atendimento aos atingidos pelas secas como cidadãos, e não como indigentes, e também para que implementasse políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido, visto que:

Não se negava a necessidade das ações governamentais de caráter emergencial em situações limites, contudo enfatizava-se o fato de que a intervenção governamental no semiárido não tinha um caráter permanente, isto é, eram ações nas quais os atores coletivos não vislumbravam um processo "sustentável" de desenvolvimento na região. Assim, as ações de combate à seca, deveriam ser abolidas da "gramática" e da prática governamentais para que se estabelecessem processos mais contínuos e duradouros em que o objetivo fosse a convivência com o semiárido. (DINIZ, 2011, p. 229).

³³ O Fórum Nordeste se propôs a apresentar alternativas às políticas de combate à seca que tinham por objetivo a implementação de ações e políticas que considerassem a potencialidade da região e a capacidade de seu povo e que fossem pilares para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Semiárido a partir da convivência com o Semiárido. Para tanto, foi entregue ao governo federal, na época do então presidente Itamar Franco, uma "Proposta de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido".

A década de 1990, quando ocorreram as secas 92-93 e 97-98, foi um período bastante fértil para a efervescência de ideias de convivência com o Semiárido. Esse período permitiu a aglutinação de forças, a convergência de propostas para a implantação de programas e projetos e a mobilização de trabalhadores e organizações sociais, que colocaram em cheque as ações de combate à seca do Estado na região semiárida e fomentaram a proposição de políticas públicas.

Muitas entidades ligadas a igrejas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Dioceses, pastorais da Igreja Católica e ONGs já vinham, desde o final da década de 1980, desenvolvendo ações de convivência denominadas de tecnologias alternativas adaptadas ou apropriadas ao Semiárido. Foi nessa época que surgiram os primeiros projetos de captação de água de chuva, financiados em sua grande maioria com recursos da cooperação internacional. A gestão desses projetos contribuiu para que as organizações começassem a sistematizar os processos de formulação das propostas, execução e avaliação dos projetos implementados. A experiência acumulada possibilitou maior articulação e capacidade de intervenção na proposição e aprovação de projetos junto ao poder público. Com essa experiência, a luta assumiu uma dimensão muito maior, sob a forma de políticas públicas, como é o caso dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), coordenados pela ASA³⁴, conforme ressalta Naidison Baptista:

Foi a partir dessas experiências de projetos, sistematizadas, que se construiu a proposta política de captação de água de chuva para o consumo humano que se executa hoje e que já resultou na construção de mais de 500 mil cisternas. Ou, seja: começamos a nos situar não mais no campo dos projetos, mas sim das políticas. (BAPTISTA, 2013a, p. 174).

A luta por políticas públicas não se faz isoladamente, de forma corporativista. É preciso aglutinação de forças, que se dá com a unidade dos trabalhadores e suas entidades de apoio e que, ao se constituir num coletivo, passa-se a ter maior clareza dos objetivos a serem alcançados, maior acúmulo de força, capacidades e competências para o enfrentamento a outras organizações que estão na disputa por recursos públicos. O Estado brasileiro sempre foi controlado pelas classes hegemônicas que influenciam na implementação de políticas que beneficiam sempre uma minoria de privilegiados em detrimento da maioria da população. A correlação de forças é bastante desfavorável para o campo popular, de modo que só com muito esforço coletivo, construção de estratégias comuns, articulação entre as diversas

³⁴ Rede que atualmente congrega cerca de mil organizações da sociedade civil que lhe conferem grande capilaridade e representatividade nos municípios do Semiárido, muitas delas com o poder de influência em nível nacional.

organizações, redes, fóruns e participação nos diversos espaços públicos como conselhos, conferências dentre outros é possível assegurar direitos por meio das políticas públicas.

Na região semiárida, as organizações sociais construíram processos e espaços políticos em que as necessidades e pautas da maioria passaram a confluir para a luta por políticas públicas para a convivência com o Semiárido. A implementação dessas políticas tem sido possível, fato que demonstra a importância da participação das organizações nas instâncias consultivas e nelas poder influenciar, conforme relata Baptista:

[...] a ASA se faz presente no CONSEA Nacional e em muitos CONSEAs estaduais e municipais; ocupa espaços no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e nos respectivos conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento sustentável; nos conselhos nacional e estaduais de economia solidária, em conselhos de educação, espaços públicos de combate à desertificação e na base da organização e realização de muitas conferências. Nos textos aprovados dessas conferências encontram-se exaradas muitas das propostas defendidas pela ASA, geralmente com foco nas políticas básicas de convivência com o Semiárido. (BAPTISTA, 2013a, p. 176).

As tecnologias sociais para a captação de água de chuva, como as cisternas de placas para consumo humano, as cisternas calçadão e enxurrada para produção de alimentos, a barragem subterrânea e outras se originaram das experiências desenvolvidas pelos camponeses e foram sistematizadas por suas organizações de apoio e por órgãos públicos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Elas estão sendo implementadas na região semiárida e são reconhecidas como importantes instrumentos de convivência com o Semiárido. Essas tecnologias, somadas aos processos metodológicos de formação e mobilização social para a convivência, tornaram-se um patrimônio sociocultural e político das famílias sertanejas e das organizações sociais e se constituem num conjunto de argumentos e justificativas importantes, não só pelo valor simbólico que representam na região, mas também pela sua concretude, visto que as cisternas estão sendo construídas por todo o Semiárido. Portanto, esses argumentos e justificativas passam a ser estratégicos nas negociações políticas da ASA com o Estado.

Segundo Barbosa (2012), uma parcela da sociedade civil se fortalece na medida em que luta pelas necessidades do povo do Semiárido, quando ocupa os espaços de participação política e social, quando a partir da sua prática reformula a sua teoria e consegue formular, aprovar e executar políticas públicas de convivência com o Semiárido.

A partir do início dos anos 2000, tem-se conseguido acessar recursos públicos para a implementação de tecnologias sociais e isso foi possível, como já foi dito, pela capacidade da ASA e das organizações parceiras na negociação de programas e políticas públicas, e para

aprovação de decretos e leis. Vale ressaltar que essas negociações resultaram na formulação do Programa Um Milhão de Cisternas, que vem sendo executado com recursos federais desde o ano 2003.

Em junho de 2010, no governo Lula, aprovou-se o decreto nº 7.217, regulamentando a lei nº 11.445 (Lei do Saneamento Básico), que institucionaliza as cisternas e outras tecnologias sociais como equipamentos adequados à coleta e estocagem de água de chuva, assim como pavimenta o acesso a recursos federais por organizações da sociedade civil que atuam em programas que garantam o acesso à água para famílias camponesas no Semiárido, conforme transcrição abaixo:

Art. 68. A União apoiará a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados na contenção, reservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano e para a produção de alimentos destinados ao autoconsumo, mediante programa específico que atenda ao seguinte:

I - utilização de tecnologias sociais tradicionais, originadas das práticas das populações interessadas, especialmente na construção de cisternas e de barragens simplificadas; e

II - apoio à produção de equipamentos, especialmente cisternas, independentemente da situação fundiária da área utilizada pela família beneficiada ou do sítio onde deverá se localizar o equipamento.

§ 1º No caso de a água reservada se destinar a consumo humano, o órgão ou entidade federal responsável pelo programa oficializará a autoridade sanitária municipal, comunicando-a da existência do equipamento de retenção e reservação de águas pluviais, para que se proceda ao controle de sua qualidade, nos termos das normas vigentes no SUS.

§ 2º O programa mencionado no caput será implementado, preferencialmente, na região do semiárido brasileiro. (BRASIL, 2010)

Em 26 de julho de 2011, o governo federal aprovou o Decreto nº 7.535, criando o Programa Água Para Todos, fundamental para a garantia da continuidade de ações de captação de água de chuva em vista da sua universalização. Conforme a redação do Art. 1º:

Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”, destinado a promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2011b).

A continuidade das negociações possibilitou a aprovação de legislação mais específica para a construção de tecnologias sociais de captação de água de chuva com o Decreto Nº 8.038 de 4 de Julho de 2013, que regulamenta o Programas Cisternas, conforme a transcrição do artigo primeiro:

Art. 1o O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas destina-se à promoção do acesso autônomo e sustentável à água para consumo humano e para a produção de alimentos às famílias de baixa renda residentes na zona rural atingidas pela seca ou falta regular de água. (BRASIL, 2013).

A existência dos referidos decretos e leis comprova que é possível a construção de políticas públicas de convivência com o Semiárido e que é factível atender às necessidades das famílias camponesas que habitam a região em realidade concreta, como vem ocorrendo com o P1MC e o P1+2. Por essas razões, é conveniente dizer que os movimentos populares, ONG, pastorais e sindicatos de trabalhadores do Semiárido brasileiro têm demonstrando reconhecida capacidade de organização e articulação, como também vêm exercendo significativo protagonismo na região.

4 A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA): EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO

No Semiárido brasileiro, a década de 1990 foi marcada por intensos debates promovidos pelas organizações de trabalhadores do campo, ONGs, entidades de igrejas e movimento sindical sobre os problemas relacionados às secas e decorrentes da ação do Estado, e sobre a convivência com a semiaridez. Também questionavam as ações do Estado que, durante a seca de 1992/93, adotou praticamente as mesmas ações aplicadas em secas passadas, gerando um descontentamento generalizado, uma vez que “a população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia por medidas de caráter apenas emergencial de ‘combate à seca’” (DUQUE, 2008, p. 135). Isso se deu porque o governo era desprovido de um planejamento de ações preventivas, permanente e adequado à realidade do Semiárido que solucionasse os problemas enfrentados pela população, durante a seca, de forma continuada e sem interrupção na liberação de recursos financeiros.

Os debates sobre a convivência com o Semiárido que vinham ocorrendo há alguns anos proporcionaram o acúmulo de ideias e proposições que, somados às experiências de captação de água de chuva demonstradas com a construção das cisternas de placas, potencializaram a capacidade de articulação das organizações sociais. Em todo o Semiárido, as organizações sociais estavam mobilizadas e, em alguns estados, surgiram articulações ou fóruns como o *Fórum Seca* (1991) em Pernambuco, a *Articulação no Semiárido Paraibano* (1993), e o *Forcampo* (1994) no Rio Grande do Norte.

Entretanto, o acontecimento de maior importância política protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações de apoio, entidades de igrejas e movimento sindical foi a ocupação da SUDENE em 16 de março de 1993, quando foi feita uma pressão sobre o governo para que medidas imediatas em relação à seca e ações permanentes de convivência com o Semiárido fossem adotadas (SILVA, 2006). Pouco tempo depois, segundo Duque (2008), nos dias 12 e 13 de maio do mesmo ano foi realizado, na sede da SUDENE em Recife, o seminário Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido Brasileiro, que, dentre outras ações, resultou na criação do Fórum Nordeste, composto por mais de trezentas organizações que deveriam elaborar um programa de ações de convivência com o Semiárido.

É nesse contexto de mobilização social que o debate sobre a convivência ganha visibilidade e credibilidade. As ações de captação de água de chuva, em alguns estados, vão

se materializando com a construção de cisternas.³⁵ Constatase que as medidas adotadas pelo Estado, durante a seca de 1998/99, mais uma vez foram emergenciais e temporárias. Esse conjunto de motivos reuniram condições propícias para o surgimento da ASA. No entanto, foi em novembro de 1999, em Recife, que a ASA começou a ser constituída durante o Fórum Paralelo da Sociedade Civil³⁶ que aconteceu ao mesmo tempo em que a Terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Fórum Paralelo promoveu debates sobre a seca que estava ocorrendo naquele período e ações realizadas pelo Estado, bem como sobre propostas de ações permanentes e adequadas à realidade da região semiárida, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Esse evento motivou e fortaleceu os sujeitos coletivos, fatores importantes para a ampliação do debate e para a conquista de ações de convivência com o Semiárido, tendo em vista que:

Justamente nesse fórum ganha visibilidade a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), consolidando-se como uma “articulação política da sociedade civil” na região. Essa articulação vai resgatar a trajetória e a experiência dos atores coletivos que “resistem” às ações de combate à seca, dando caráter político-institucional às iniciativas no campo da convivência com o Semiárido. (DINIZ; PIRAUX, 2011, p. 231).

A emergência da ASA se deu em um ambiente de construção coletiva propício à formulação de diretrizes e princípios que resultaram na elaboração da *Declaração do Semiárido*³⁷, importante documento de fundação da ASA, que, segundo Silva, “apresenta um conjunto de propostas baseadas em duas premissas: o uso sustentável dos recursos naturais do Semi-árido e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e outros meios de produção” (SILVA, 2006, p. 81).

Em sua origem, a ASA congregava organizações da sociedade civil com significativa experiência nas ações de convivência com a semiaridez e que já executavam projetos de construção de cisternas de placas para o consumo humano, entre as quais citamos: o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Diocese de Juazeiro e o Instituto Regional

³⁵ As cisternas de placas para o consumo humano já vinham sendo construídas, em pequena quantidade, por várias entidades da igreja católica, ONGs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais com recursos de agências de cooperação internacional.

³⁶ Neste fórum, ocorreram debates, conferências, palestras e seminários onde foram contestados o modelo de desenvolvimento e as ações desenvolvidas pelo Estado no Semiárido, como também foram discutidas políticas e ações a partir da convivência com o Semiárido e ainda foi proposta a construção de um milhão de cisternas na Região semiárida.

³⁷ A declaração do Semiárido constará nos anexos deste trabalho.

da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo Alegre de Lurdes, na Bahia; o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAAC), na Paraíba; o Centro Agroecológico Sabiá, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas (CAATINGA) e Diaconia, em Pernambuco; o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), no Ceará; a Cáritas Brasileira, Pastorais Sociais, Dioceses, entidades de igrejas, em vários Estados.

Novas organizações foram se integrando à ASA, pois “durante a Semana Social da Grande Região Nordeste, logo após a COP3, as igrejas do Nordeste, particularmente a Igreja Católica, decidiram unir-se à Articulação do Semi-Árido” (MALVEZZI, 2007, p. 121). Atualmente, a rede ASA é composta por cerca de mil³⁸ organizações da sociedade civil que atuam no Semiárido.

Para ser membro da ASA não é necessário pagar taxas ou mensalidades, basta que as organizações interessadas em aderir concordem com os termos e proposições da Declaração do Semiárido e da Carta de Princípios, além de compartilharem da sua missão, que busca “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015b). A ASA não estimula a constituição de novas organizações, mas busca integrar as organizações que atuam na região.

As ações da ASA atingiram 1076 municípios dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e o norte de Minas Gerais. Dentre as ações da ASA, destacamos o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido que deu origem ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e ao Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

A ASA Brasil, segundo Brochardt (2013), está organizada em instâncias comunitárias, municipais, microrregionais, territoriais, estaduais e regional. Sua sede nacional se localiza em Recife-PE. Nos estados, estão constituídas as ASAs estaduais³⁹; a ASA Bahia está sediada em Feira de Santana. Na região semiárida, a rede está representada por coletivos

³⁸ Contudo, esse número pode ser bem maior podendo chegar a mais de três mil organizações. A ASA atua em pouco mais de mil municípios do Semiárido brasileiro e em cada um desses municípios funciona uma Comissão Executiva Municipal (CEM), integrada à ASA, cuja função é selecionar comunidades rurais, mobilizar e cadastrar as famílias que são atendidas pelos programas P1MC e P1+2. A CEM é composta por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, escolhidos entre as entidades municipais: STRs, Paróquias, Pastoral da Criança, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Associação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), etc. Portanto, chegamos a mais de 3 mil organizações ao multiplicar o número de municípios (1076) pelo número mínimo (3) de entidades que compõem as CEM.

³⁹ As ASAs estaduais junto com a UGC coordenam as ações e os programas executados pelas UGMs UGTs.

de entidades. Dentre essas entidades estão as Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs) e as Unidades Gestoras Territoriais (UGTs)⁴⁰.

Na microrregião de Guanambi, região Sudoeste da Bahia, atua o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) - Unidade Gestora Microrregional e Territorial⁴¹. Em cada município de sua atuação existe uma CEM⁴². E, nas comunidades, uma pequena comissão também se organiza para apoiar a realização dos programas e ações.

Quanto às instâncias representativas e deliberativas, a ASA se organizou desde a sua constituição da seguinte forma: como instância máxima decisória, o Encontro Nacional da ASA (EnconASA) é constituído por trabalhadoras e trabalhadores do campo, entidades de igrejas, sindicais, ONGs e representantes de órgãos públicos convidados. Este encontro vem sendo realizado desde o ano 2000, sendo que atualmente tem ocorrido a cada dois anos, com alternância entre os estados e participação de 700 a 800 pessoas. Sua programação consta de mesas temáticas, palestras, grupos de estudos, assembleia, visitas de intercâmbio às experiências de convivência e outros. Os camponeses constituem cerca de 50% dos delegados, eleitos em cada estado, considerando-se a proporcionalidade da população. Cada encontro produz um documento, a Carta Política do EnconASA, que define ações da ASA para os próximos anos.

A ASA Brasil é representada pela Coordenação Executiva Nacional (CE), composta por dois representantes, titular e suplente, de cada estado do Semiárido e que se reúne todo mês, exceto nos meses de dezembro e janeiro de cada ano. Dentre suas atribuições, a CE nacional delibera sobre as decisões do EnconASA e questões relativas à execução das ações da rede na região semiárida. Nos dez estados, cada ASA estadual também constituiu uma Coordenação Executiva (CE) que elege dois representantes para compor a CE Nacional (10 titulares e 10 suplentes). Os vinte representantes das CEs estaduais constituem também a diretoria da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), criada para dar suporte jurídico à ASA, que congrega uma rede de organizações sociais, muitas com características de

⁴⁰ UGMs atuam em área restrita a uma microrregião e UGTs atuam em um ou mais territórios de identidade. Elas passam a ser representadas apenas pela sigla UGs.

⁴¹ Na região Sudoeste além do CASA, atuam outras UGs como: o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), a Associação Divina Providencia de Amparo Social e Cristão, a Associação do Semiárido da Microrregião de Livramento (ASAMIL), Centro Comunitário da Paróquia São Pedro de Aracatu, Associação de Agricultores Familiares Camponeses da Bahia (ASFAB), Cáritas Brasileira NE III, a Diocese de Livramento de Nossa Senhora e o Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA). Este coletivo de entidades constitui a ASA da região Sudoeste da Bahia.

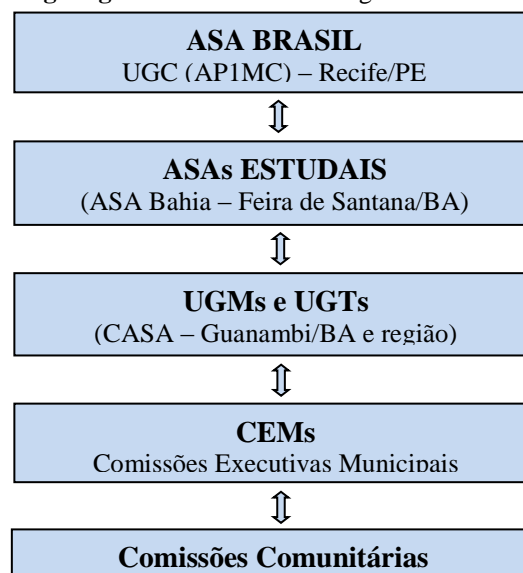
⁴² Os membros das CEMs têm como atribuição selecionar comunidades, cadastrar e selecionar famílias, acompanhados de técnicos e coordenados por uma UGM ou UGT. Contribuir na execução dos programas.

movimento social, não pode se institucionalizar como entidade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Para melhor compreender esta situação, Brochardtt explica que:

Esse arcabouço permite a existência da rede enquanto sujeito coletivo, capaz de propor políticas públicas, mas não lhe permite executá-las, papel que a ASA entende ser possível às organizações da sociedade civil. Para tanto, se valeu de um instrumento previsto na Lei 9.790/99, a Oscip. Criou, então, a AP1MC, com instâncias decisórias espelho da ASA. A diretoria da AP1MC é a Coordenação Executiva da ASA. A Assembleia Geral da AP1MC é formada pelos delegados da ASA. Por sua natureza, a AP1MC está apta a captar e gerir recursos públicos e privados. Essa organização tem, para cada um dos dois programas da ASA (P1MC e P1+2), equipes que acompanham a execução dos programas em todos os estados, são as equipes da Unidade Gestora Central (UGC). Essas equipes têm coordenações que responde à diretoria da AP1MC, portanto, à Coordenação da ASA. (BROCHARDTT, 2013, p. 49-50).

A AP1MC constitui a Unidade Gestora Central (UGC)⁴³, formada por um corpo técnico que coordena e executa a construção das tecnologias, a administração contábil e financeira dos programas da ASA em parceria com as UGs, por meio de contratos firmados entre as partes, primando por gestão descentralizada e compartilhada. As UGs em parceria com as CEM, mobilizam comunidades camponesas, capacitam famílias e pedreiros, implementam tecnologias sociais e realizam os processos administrativos sob supervisão da UGC. Sobre o funcionamento da ASA, o organograma 01 possibilita maior compreensão.

Organograma 01 – Estrutura organizativa da ASA



Fonte: elaboração própria

⁴³ A AP1MC é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) responsável pela captação e gestão de recursos destinados aos programas: P1MC, P1+2, Sementes do Semiárido e Cisternas nas Escolas.

Para a gestão de programas como o P1MC e o P1+2, a UGC conta com um importante instrumento de gerenciamento, o Sistema de Informação e Auditoria (SigaNet), construído pela ASA e reconhecido como eficiente pelos financiadores públicos e privados. Segundo Brochardtt: “pela segurança e estabilidade do Siga, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considerou esta plataforma para o desenvolvimento do Sistema do governo federal de acompanhamento do Programa Cisternas” (BROCHARDTT, 2013, p, 51)⁴⁴.

Por meio do SigaNet, todas as UGs estão conectadas à UGC via internet, permitindo que os processos administrativos e de implementação de tecnologias possam ser verificados em tempo real por meio de diversos relatórios gerados pelo sistema. O SigaNet é controlado pela UGC, mas sua alimentação com dados físicos, contábeis e financeiros, resultantes da implementação dos programas, é tarefa das UGs.

Além do P1MC e P1+2, a ASA Brasil desenvolve os Programas Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido. Também são desenvolvidas ações, por organizações integradas à ASA, para questões como: o combate à desertificação, a educação contextualizada o Semiárido⁴⁵, a relação de gênero e geração, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As UGs estão espalhadas pelo Semiárido, enquanto as UGMs atuam nos municípios integrantes de uma determinada microrregião. As UGTs, entretanto, por possuírem maior abrangência, sua área de atuação são os territórios da cidadania. Na região Sudoeste do Estado da Bahia, especificamente no município de Guanambi, está situado o CASA⁴⁶, que atua como UGM na microrregião de Guanambi e como UGT nos municípios dos territórios Sertão Produtivo, Velho Chico, Bacia do Paramirim e Vitória da Conquista.

⁴⁴ Programa do Governo Federal gerido pelo MDS e que libera recursos para os programas da ASA.

⁴⁵ Contribuindo para a consolidação da convivência com o Semiárido, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) atua como "um espaço de mobilização política regional da sociedade organizada, congregando educadores e educadoras, instituições Governamentais e Não-Governamentais e sociedade civil, que atuam na área de Educação no Semiárido Brasileiro. Empenhando-se na consolidação de propostas pedagógicas e públicas contextualizadas, que leva em conta a riqueza e diversidade oferecida pelo Semiárido brasileiro" <http://resab.blogspot.com.br/> - Acesso em: 10 ago. 2015.

⁴⁶ Municípios onde o CASA tem ou teve atuação: Caetitê, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Iuiu, Candiba, Pindaí, Urandi e Sebastião Laranjeiras (Território Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Igaporã, Malhada, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Sítio do Mato (Território Velho Chico); Boquira, Botuporã, Caturama, Macaúbas e Tanque Novo (Território Bacia do Paramirim); Jacaraci, Licínio de Almeida e Mortugaba (Território Vitória da Conquista).

4.1 A cisterna chega ao território da Diocese de Caetité: da CPT ao CASA

No ano de 1996, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Caetité-BA, diante das demandas de camponeses pelo acesso à água e às dificuldades na produção agropecuária, iniciou um processo de formação para a convivência com o Semiárido. Para tal empreitada, contou com um importante apoio do IRPAA, sediado em Juazeiro-BA. Foram os técnicos do Instituto que ministraram os três primeiros cursos para os camponeses das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) e de Associações de comunidades rurais, que eram acompanhados pela CPT.

Nos cursos, cujas temáticas eram “A busca de água no Sertão”, “Cabras e ovelhas: a criação do sertão” e “A roça do Sertão”, os participantes recebiam uma cartilha referente a cada tema. Posteriormente, realizou-se outro curso intitulado “O aproveitamento de frutas do sertão”, que também foi importante para o incentivo à produção de geleias, doces e polpa de umbu. Esses cursos e as respectivas cartilhas foram ofertados em vários municípios pelos agentes da CPT (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015a).

A parceria prosperou e, em julho de 1996, com o apoio de um pedreiro e um técnico do IRPAA, foram construídas as três primeiras cisternas de tela-cimento para captação de água de chuva da região, nos municípios de Aracatu, Brumado e Caetité. Durante a construção dessas cisternas, foram capacitados alguns pedreiros, que deram continuidade à construção de outras. A partir de então, algumas famílias da região começaram a ser atendidas. Os recursos iniciais vieram de um projeto para a construção de cem cisternas, aprovado e financiado a fundo perdido por uma associação da Igreja Católica da Espanha, a Manos Unidas⁴⁷. Depois da prestação de contas das primeiras cem cisternas e constatada a importância da água de chuva para as famílias beneficiadas, a construção de outras quatrocentas cisternas também foram financiadas com recursos dessa mesma entidade (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015a).

Os recursos financiados por Manos Unidas possibilitaram a constituição de um “Fundo Rotativo Solidário”,⁴⁸ por meio do qual as famílias atendidas com uma cisterna,

⁴⁷ É uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). É associação da Igreja Católica da Espanha para a ajuda, promoção e desenvolvimento do terceiro mundo.

⁴⁸ Os Fundos Rotativos Solidários são uma experiência dos camponeses sertanejos e existem há muitos anos. São constituídos por grupos de pessoas que contribuem com certa quantia, em cada mês. Mediante sorteio, uma família se beneficia e assim continua até que todas as famílias do grupo sejam atendidas. Os fundos foram criados para a aquisição não somente de cisterna, mas também de equipamentos usados na propriedade ou nas residências dos camponeses. Na área de atuação da Diocese de Caetité, também funcionou o fundo rotativo de cabras e ovelhas; por esse fundo, famílias eram atendidas com 10 matrizes e um reprodutor que, ao final de dois anos, eram devolvidos para que outra família fosse atendida.

devolviam ao fundo em pequenas parcelas e no prazo de dois anos, o valor correspondente ao material de uma cisterna para a construção de novas. O Fundo Rotativo funcionou em cerca de sete municípios, atendendo a muitas famílias e foi gerenciado pela CPT e por paróquias. A partir daí, algumas paróquias, a Pastoral da Criança e a Pastoral dos Migrantes também conseguiram recursos para a construção de pequenas quantidades de cisternas nos municípios de sua atuação (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015a).

Além dos recursos privados, buscou-se acessar recursos públicos. A CPT, sindicatos e paróquias encaminharam ao poder executivo de alguns municípios um projeto de lei de iniciativa popular, mobilizaram câmaras de vereadores e, com muito esforço, conseguiram aprovar uma Lei Municipal de Iniciativa Popular nos municípios baianos de Rio do Antônio, Brumado e Guanambi. Conforme essa lei, o município deveria investir um pequeno percentual do orçamento na construção de cisternas, sendo que os recursos liberados seriam gerenciados por uma comissão composta por membros da sociedade civil e do poder público. Todavia, apesar das inúmeras cobranças, apenas no município de Rio do Antônio foram construídas algumas cisternas com recurso público. Dessa forma, o poder público municipal se eximiu da responsabilidade de promover o acesso à água para as famílias da região (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015a).

No ano de 2002, diante das crescentes demandas pela implementação de cisternas, assim como pelas novas oportunidades de financiamento público através da ASA, a CPT, paróquias e sindicatos de trabalhadores rurais por ela acompanhados decidiram constituir uma nova entidade, o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), que passou a responder pela demanda por cisternas e por ações na perspectiva da convivência com o Semiárido e da agroecologia (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015a).

O CASA é uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para a construção de um Semiárido justo e solidário, potencializando os processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas de convivência com essa região. Para atingir tal fim, essa entidade executa os programas P1MC e P1+2 para a captação e estocagem da água de chuva para consumo humano e produção de alimentos. No seu estatuto, entre outros objetivos se destacam: a promoção da igualdade de gênero; o desenvolvimento de uma educação do campo contextualizada; a formação na perspectiva do desenvolvimento da agroecologia; a soberania e segurança alimentar e nutricional da produção de alimentos orgânicos; a preservação dos ecossistemas regionais; o apoio às lutas pelo acesso à terra; a prestação de serviço de assistência técnica, etc. (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2012).

O CASA tornou-se em 2003, UGM da ASA, atuando com o P1MC e, em 2010 como UGT, iniciou a execução do P1+2. O principal financiador destes programas é o MDS. Os recursos são repassados às UGs, vencedoras de editais públicos via contrato firmado com a AP1MC. A Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Petrobrás são financiadores atuais do P1+2.⁴⁹ Outros órgãos do governo federal financiaram cisternas, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também financiou projeto de cisternas. Em nível estadual, o CASA concorre aos editais realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e combate à Pobreza (SEDES) do governo do estado da Bahia que, desde 2008, vem financiando projetos para a captação de água para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal.

O CASA continua executando ações do P1MC, tendo atendido, até a 31 dezembro de 2015, 18.360 mil famílias com uma cisterna de placas para consumo humano com capacidade de 16 mil litros. Mobilizou e capacitou através de cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) igual número de famílias. Também está executando o P1+2, tendo implementado, até a referida data, 2.248 tecnologias sociais: 1.020 cisternas-enxurrada, 503 cisternas-calçadão, 574 barreiros-trincheira familiar, 26 barreiros-trincheira comunitário, 8 barragens subterrânea, 110 limpezas de aguadas, 1 Tanque de Pedra, e 6 bomba d'água popular BAP. As famílias atendidas por essas tecnologias foram mobilizadas e capacitadas nos cursos de Gestão de Água para a Produção de Alimentos (GAPA) e de Sistema Simplificado de Manejo de Água (SSMA). Pelo Programa Cisternas nas Escolas o CASA beneficiou 50 escolas, 45 com cisterna de 52 mil litros e 5 com cisterna de 30 mil litros. (CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO, 2015b).

⁴⁹ O financiamento de cisternas pela Febraban, mesmo que minoritário, provocou muitas discussões internas porque muitas entidades não concordavam com a parceria com o principal representante do capital financeiro do país. Após muitas discussões, prevaleceu a decisão da maioria e 30 mil cisternas foram construídas com recursos da representante dos bancos (BROCHARDTT, 2013). Ainda segundo a autora, a ASA realizou, em 2012, outra parceria que novamente provocou muitas divergências. Desta vez, foi com o Instituto PepsiCo Brasil, integrante da empresa de alimentos estadunidense PepsiCo. A empresa financiou 16 mil cisternas de consumo e recursos para a renovação da logomarca da ASA. A questão é bastante polêmica de modo que “A ASA tem reconhecido a necessidade de levantar mais elementos para avaliação do que significa parcerias com a iniciativa privada, uma vez que esse não é o segmento com o qual a ASA tem se relacionado com mais frequência. Por isso, a ação de mobilização de recursos com empresas privadas e seus institutos e fundações está sendo avaliada pela Coordenação Executiva da rede” (BROCHARDTT, 2013, p. 71).

4.2 O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: P1MC e P1+2

A ideia/proposta para a construção de um milhão de cisternas surgiu durante o Fórum Paralelo à COP3. Isso se deu a partir da constatação de que cerca de um milhão de famílias espalhadas pelo Semiárido não tinham acesso à água potável e atendê-las com uma cisterna de consumo para captar a água de chuva dos telhados, com capacidade para armazenar 16 mil litros, suficientes para uma família composta por cinco a seis pessoas beber, cozinhar e fazer a higiene bucal, durante oito meses, resolveria o problema da falta de água para o consumo humano.

Além disso, causaria forte impacto social e político, importante e necessário para a implementação de um programa de tamanha envergadura que atendesse a um milhão de famílias ou a cinco milhões de pessoas. Um programa em que a cisterna, sendo o principal elemento mobilizador, fosse além da construção da obra física e potencializasse a mobilização de famílias camponesas, comunidades rurais, igrejas, sindicatos, ONGS em torno da convivência com o Semiárido e na perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Foi nesse contexto que amadureceu a ideia de constituição do Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) que, segundo a ASA:

Trata-se de uma proposta que visa, em parceria com as famílias, comunidades e suas organizações, criar um novo padrão de relacionamento do sertanejo com o seu ambiente. O processo se inicia pela mobilização das famílias, seguido de capacitações e se materializa na construção de cisternas domiciliares de 16.000 litros para captação de água de chuvas. (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2003, p. 6).

O ponto de partida estava dado. Contudo, era necessário construir os princípios, os objetivos, a metodologia, enfim, os fundamentos do P1MC. Com o envolvimento de representantes de famílias, comunidades e organizações dos estados do Semiárido “ocorreram reuniões com a participação, em média, de 50 organizações estaduais e microrregionais [...] mobilizando mais de 500 representantes dessas entidades na construção do programa” (BROCHARDTT, 2013, p. 54). Para coordenar as discussões resultantes desse coletivo e elaborar o programa, constituiu-se um grupo de trabalho, o GT Cisternas, formado por

organizações de reconhecida experiência de convivência com o clima⁵⁰. Entre os anos de 2000 e 2001, constitui-se o Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o Semiárido que deu origem ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), e em 2007, ao Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).⁵¹ O P1MC foi aprovado durante o II Encontro Anual da ASA realizado em setembro de 2001, na cidade de Igarassu-PE.

As atividades para a elaboração do P1MC foram financiadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que também custeou um projeto piloto com meta de implementação de 500 cisternas de placas e que foram construídas. Isso se deu ao mesmo tempo em que esse programa era constituído por organizações da ASA.

Uma vez elaborado, era preciso ganhar credibilidade na execução e gestão do P1MC e disputar as políticas públicas, assim como ampliar o atendimento às famílias. Diversas organizações que passaram a integrar a ASA executavam desde o início dos anos de 1990, pequenos projetos de construção de cisternas de placas com capacidade de armazenar 16.000 litros de água da chuva, com recursos da cooperação internacional ligada às igrejas. A partir desses recursos e da colaboração das próprias famílias de grande parte do Semiárido, as organizações passaram a constituir “Fundos Rotativos Solidários”.⁵²

Entre 2001 e 2003, a Agência Nacional de Água (ANA) financiou um projeto de 12.500 cisternas que possibilitou às entidades articuladas na ASA demonstrar capacidade de mobilização, gestão e construção numa escala maior. Esse projeto, considerado transitório e denominado de Programa um Milhão de Cisterna Transitório (P1MC-T)⁵³, foi além da construção das cisternas, pois possibilitou a mobilização e capacitação das famílias atendidas.

A execução do P1MC-T credenciou a ASA para a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira em 2003, que permitiu a implementação do P1MC, financiado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), posteriormente substituído pelo atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Também foi assinado outro Termo de Cooperação com o mesmo objetivo com a Febraban. A partir do governo Lula, novos convênios foram firmados com o

⁵⁰ Diaconia, Patac, ASPTA, CPT, Pastoral da Criança, Unicef, Sose, Cetra, MOC, Fetape, Cáritas Brasileira, Caatinga e Centro Sabiá.

⁵¹ O P1MC está sendo executado desde 2003 e o P1+2 a partir de 2007.

⁵² Os fundos rotativos existem há muito tempo no Semiárido e foram constituídos pelas famílias camponesas. Os fundos eram, e ainda são, um meio que os camponeses encontraram para facilitar a aquisição de um bem, como a cisterna ou outro equipamento para uso em suas moradias ou propriedades, pago em parcelas que cabiam no orçamento das famílias.

⁵³ Os recursos tanto do projeto financiado pelo MMA quanto do P1MC-T foram geridos pela Diaconia, organização integrante da ASA e ligada às Igrejas Evangélicas.

aumento de metas e conseqüente volume de recursos. No governo Dilma⁵⁴ o aporte de recursos aumentou, possibilitando a universalização do atendimento com a cisterna de consumo de 16 mil litros, em grande parte dos municípios do Semiárido.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido busca, com suas intervenções no campo das políticas públicas, assim como em suas práticas, minimizar problemas vividos pelas famílias pobres e desassistidas da região semiárida que se encontram sem o acesso à água para o consumo humano e a produção de alimentos. Isso tem sido possível por meio da convivência com o Semiárido, que objetiva a superação do modelo de desenvolvimento em curso na região. Nessa perspectiva, o P1MC propõe:

Estabelecer outra visão sobre as possibilidades de convivência entre o povo do semi-árido e seu habitat. Não mais se estimula o embate Ser Humano x Natureza, mas sim, por meio da mudança de enfoque das políticas de desenvolvimento: as “políticas de combate às secas” sendo substituídas por “políticas de convivência com o semi-árido”. (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2003, p. 12).

A convivência com o Semiárido vem se consolidando paulatinamente, por meio das ações e políticas que estão sendo implementadas pelo P1MC. Até o final de 2015, pouco mais de meio milhão de famílias camponesas já haviam sido atendidas com uma cisterna de consumo construída ao lado de suas moradias, garantindo água de beber para o ano todo. Depois da água de beber e cozinhar, era necessária a ampliação das ações de captação de água de chuva para outros usos, avançando nas frentes de luta pela água.⁵⁵

Assim, no ano de 2007, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Uma Terra e Duas Águas começou a ser executado. O P1+2 tem como objetivos: "promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas" (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015c). Para alcançar estes objetivos busca-se "estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro" (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015c);

⁵⁴ Em dezembro de 2011, o MDS dificultou as negociações para a continuidade dos programas, mas o quadro se reverteu com a realização, pelas organizações da ASA, de expressiva mobilização com a participação de 15 mil pessoas que se deslocaram de Juazeiro-BA para Petrolina-PE, obstruindo a ponte sobre o Rio São Francisco que liga essas duas cidades. Outro fato negativo que merece destaque foi a aquisição pelo governo federal de cisternas de plástico. Foram cerca de 60 mil unidades que custaram o dobro da cisterna de placas. A promoção de uma campanha contra a cisterna de plástico realizada pela ASA e os problemas causados na implementação desse tipo de cisterna fizeram o governo recuar.

⁵⁵ As organizações integrantes da ASA defendem cinco linhas de acesso à água: a primeira é a água para beber e cozinhar; a segunda é a água para a produção de alimentos e dessedentação animal; a terceira é a água para a comunidade; a quarta é a água para emergência e a quinta é a água para o meio ambiente.

No P1+2, o número “1” significa uma terra e o número “2” significa duas águas. O acesso à terra é tão importante quanto o acesso à água, pois é sobre a superfície do solo ou dentro dele que ocorre a captação da água da chuva. A família que não possui terra não tem acesso à água por meio da captação. “No Semiárido existem mais de 1,7 milhão de estabelecimentos agropecuários” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2011, p. 2), dos quais aproximadamente 90% são propriedades com área menor que 100ha, o que demonstra que a maioria dos proprietários são minifundiários.

Portanto, antes da falta de água é a falta de terra, a causa da baixa inclusão social da maior parte da população do SAB. Sem-terra suficiente, boa parte destas famílias ficam no ciclo vicioso de fome e sede, degradação ambiental, abandono da terra e migração para os centros urbanos. (GNADLINGER, 2005, p. 7).

No caso das duas águas, a primeira é a água para o consumo humano, garantida pelas cisternas construídas pelo P1MC, e a segunda é aquela destinada à produção de alimentos, hortaliças e frutas, que tem sido garantida com a implementação de outras tecnologias de captação de água de chuva. No P1+2 são utilizadas sete dessas tecnologias: cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada, barreiro trincheira, barragem subterrânea, bomba d’água popular (Bap), tanque de pedra e barraginhas. Elas serão descritas no próximo tópico.

Desde quando começou a ser operacionalizado, o P1MC está embasado em seis componentes: mobilização, capacitação, controle social, fortalecimento institucional da sociedade civil, comunicação e construção de cisternas. Dentre esses, destacamos a mobilização e a capacitação devido à importância desses componentes, pois:

Esses dois componentes, capacitação e mobilização, são tão importantes na estrutura do P1MC que, juntos com as cisternas, fazem parte da própria intervenção que se propõe a ASA no Semiárido e dão nome a ela: Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais. (BROCHARDTT, 2012, p. 79).

A mobilização social não pode ser passageira, ela precisa ser constante, pois os objetivos não são alcançados em um curto prazo. Por isso, mobilizar significa convocar e unir vontades em torno de uma causa, comungar com os objetivos coletivos e ter convicção dos propósitos e resultados a serem alcançados. Para mobilizar, “é necessária uma boa dose de paixão que contamine a vida, o cotidiano das pessoas em torno da causa mobilizadora” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2003, p. 13). O P1MC mobiliza não apenas famílias camponesas e comunidades rurais, como também organizações sociais, tanto a nível regional quanto nacional; parceiros financiadores públicos e privados; governos municipais;

secretarias de alguns estados, como a SEDES na Bahia; e alguns ministérios como o MDS, o MI, o MMA e autarquias do governo federal como a Petrobras, Codevasf e FBB.

A capacitação é transversal em todos os processos de implementação do programa, visto que é fundamental formar sujeitos capazes e comprometidos com a ampliação e a consolidação das ações de convivência, que tenham consciência da realidade onde estão inseridos e que sejam protagonistas das ações políticas e práticas. Portanto, “o processo formativo deve criar, para os formandos, ocasião de analisar suas práticas e a própria realidade, de sorte a gerar um conhecimento suficiente para se traduzir (conhecimento) em intervenção na própria realidade” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2003, p. 20-21). Por isso, em todas as etapas de formação do P1MC é fundamental “assumir os formandos como sujeitos históricos e construtores do conhecimento” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2003, p. 21).

No caso do P1+2, ele toma por base os mesmos componentes do P1MC, visto que também se origina do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. Além dos referidos componentes, outros dois integram o P1+2: o intercâmbio entre agricultores/as e a sistematização de experiências resultantes da implementação do programa.

No que diz respeito aos resultados do P1MC e do P1+2, até o mês de março do corrente ano, o P1MC atendeu a 570.398 famílias⁵⁶ da região semiárida com a construção de uma cisterna de placas com capacidade de estocar 16 mil litros de água de chuva, suficientes para uma família, composta por cinco pessoas, consumir durante oito meses. No caso do P1+2, “desde que surgiu, em 2007, até março de 2014, o P1+2 já construiu 25.917 cisternas-calçadão, 8.736 cisternas-enxurrada, 1.053 barragens subterrâneas, 827 tanques de pedras, 503 bombas d’água popular (BAPs), 6.560 barreiros-trincheira e 1.813 barraginhas” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015c).

4.2.1 Tecnologias Sociais implementadas pelo P1MC e P1+2

O Estado brasileiro, durante o século XX, construiu no Semiárido grandes obras, açudes, barragens que estocam água de chuva de forma concentrada, atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terra da região. Por sua vez, parte da sociedade civil está

⁵⁶ Todas as famílias atendidas pelo P1MC participam do processo de mobilização social, da capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (CRH) e são coparticipantes da construção da cisterna quando entram com a contrapartida para a escavação do buraco onde a cisterna será construída, além da mão de obra de servente. Em muitas comunidades, as famílias trabalham em mutirão.

implementando tecnologias sociais de modo descentralizado como cisternas, barreiros trincheira e barragens subterrâneas para a estocagem de água de chuva. Esses equipamentos são construídos nas propriedades das famílias camponesas e, portanto, estão sob o seu domínio. O sertanejo passou a ser considerado cidadão de direitos e não apenas beneficiário. Os programas da ASA atendem prioritariamente à população difusa da região semiárida localizada no meio rural.

Grande parte das tecnologias sociais aplicadas no Semiárido tem sua origem nas experiências de camponeses e no conhecimento acumulado por eles na relação com o clima da região. Essas tecnologias vêm sendo sistematizadas pelas organizações da ASA e pelos órgãos públicos de pesquisa como a Embrapa. O desenvolvimento de tecnologias sociais não se restringe aos centros de pesquisas, à academia e aos especialistas. Também outros sujeitos individuais ou coletivos⁵⁷ podem desenvolvê-las.

As tecnologias sociais compreendem "produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social" (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015). Elas devem ser adequadas às particularidades de cada região, por isso "as Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala" (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015). Portanto, a implementação de tecnologias sociais para a região semiárida deve ser acessível e ter escala universalizante, assim como é a cisterna de placas, construída em todo o Semiárido. Nesta perspectiva, Malvezzi explicita que:

As chamadas "tecnologias sociais" trazem à tona, em última análise, o uso da razão crítica diante das tecnologias em geral. Hoje sabemos que, para o bem de todos, as tecnologias têm que ser sustentáveis. É nesse contexto que surgiu o conceito de tecnologias sociais. Elas tendem a ser simples, voltadas para os problemas básicos do povo, manejáveis, facilmente replicáveis e controláveis pelas populações. (MALVEZZI, 2007, p. 105).

As tecnologias sociais implementadas na região semiárida passaram a integrar a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), fundada em abril de 2005. A rede articula cerca de 800 entidades, entre elas organizações integradas à ASA; instituições governamentais como Petrobras, FBB, MDS, MI; empresas; universidades e instituições de pesquisa.

⁵⁷ A cisterna de placas foi desenvolvida por Nel, pedreiro nascido no norte da Bahia, que construía piscinas de placas em São Paulo. Ao retornar para o Semiárido, ele construiu a primeira cisterna de placas com capacidade de 12 mil litros. Entidades da região começaram a replicar ao ponto de a tecnologia ser utilizada em outros estados. Posteriormente, foi sendo aperfeiçoada e passou a ter a capacidade de estocagem de 16 mil litros.

As principais tecnologias sociais executadas pela ASA para estocagem de água para são: a cisterna de 16 mil litros (para consumo humano), a cisterna-enxurrada, a cisterna-calçadão, a barragem subterrânea, o tanque de pedra, a bomba d'água popular (BAP) e as barraginhas (para produção de alimentos)⁵⁸.

A cisterna de consumo humano (figura 03) é um reservatório cilíndrico ou redondo com capacidade de armazenar 16 mil litros, construído ao redor das moradias que garante, por um ano, o abastecimento de água da chuva para uma família de cinco pessoas beber e cozinhar. Para recolher a água do telhado, conta com um sistema de captação composto de calhas ou bicas de zinco, tubos e conexões de PVC e um coador. Para retirar a água, a cisterna é equipada com uma bomba manual de PVC. O modelo mais difundido no Semiárido e adotado pela ASA é a cisterna de placas, mas existem outros como tela-cimento e ferro-cimento. A cisterna de placas depois de construída fica com cerca de dois terços dentro do solo, condição que ajuda a manter a água mais fria e aumentar a resistência da cisterna. Segundo Malvezzi, a cisterna “tem a nobre finalidade de oferecer água de qualidade para o consumo humano. Hermeticamente fechadas, não permitem a entrada de luz; assim, também não permitem a multiplicação de algas e outros elementos vivos. A água fica preservada” (MALVEZZI, 2007, p. 107).

Figura 03 – Cisterna de consumo humano



Fonte: CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

⁵⁸ Maiores informações consultar (<http://www.asabrasil.org.br/acervo/publicações>): Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos e outras publicações sobre sementes, quintal produtivo, cisternas nas escolas, caminhos para a convivência com o Semiárido, etc.

A cisterna-enxurrada (figura 04) também é um reservatório redondo com capacidade de estocar 52 mil litros de água de chuva que escorre dos quintais ou terreiros próximos das moradias. Construída com placas de cimento como na cisterna de consumo, fica praticamente toda dentro do solo, apenas a cobertura de forma cônica fica fora do chão fechando totalmente a cisterna. O sistema de captação é composto por duas pequenas caixas, interligadas à cisterna, que tem a função de impedir a entrada de areia e material orgânico nesta. A cisterna de produção fica dentro de uma área cercada com tela, que se constitui no quintal produtivo, onde se pode cultivar verduras, hortaliças e plantas frutíferas. A depender do tamanho do quintal ou terreiro, ela enche rapidamente. Para a retirada da água, usa-se uma bomba de repuxo manual (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014a).

Figura 04 – Cisterna-enxurrada – comunidade Pau Branco



Fonte: elaboração própria

Já a cisterna de produção calçadão (figura 05) tem a construção e a capacidade exatamente iguais às da cisterna de enxurrada. O que difere é o sistema de captação, que é composto por uma área cimentada de 200m² e tubos que ligam o calçadão à cisterna. Segundo a ASA, o tamanho do calçadão foi pensado para encher a cisterna mesmo em anos de pouca chuva, com precipitação de até 350mm. A cisterna calçadão serve entre outras utilidades para:

Potencializar o quintal produtivo no cultivo de alimentos diversificados para o consumo; [...] fazer irrigação de salvação; assegurar água para pequenos animais no

período de estiagem; utilizar o calçadão para secagem de produtos como feijão, milho, goma e a casca e a maniva da mandioca, que passadas na forrageira, servem de alimento para os animais e outros usos. (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014b, p. 11).

A cisterna calçadão, assim como a cisterna enxurrada, é construída próximo às casas dos camponeses e tem como objetivo “estimular as práticas agroecológicas; incentivar a troca de conhecimento entre os agricultores e as agricultoras; [...] aumentar a renda das famílias” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014b, p. 10).

Figura 05 – Cisterna-calçadão – comunidade Tanque de Claudiano



Fonte: elaboração própria

Por sua vez, na barragem subterrânea (figura 06), como o nome já diz, o barramento ou tapagem é feito dentro do solo e que estoca água a montante dentro do chão. A escolha da área⁵⁹ é fundamental, por isso deve-se escolher um local de baixada, geralmente por onde escorrem as enxurradas ou pequenos córregos, com pouca inclinação e existência de ombreiras, que são encostas de um lado e de outro do terreno. Outro fator a ser observado é a profundidade do solo, uma vez que da superfície até a base impermeável, piçarra ou mesmo a rocha, não deve ser superior a 4 metros. Também para construir, abre-se uma vala com comprimento variável: até 100 metros seria o ideal e largura de cerca de 80 cm. Depois de escavada, essa vala é revestida com uma lona plástica, que é cimentada na base impermeável;

⁵⁹ Essa é uma limitação da barragem, não pode ser feita para todas as famílias porque grande parte das propriedades não apresenta as características exigidas.

feito isso a vala é aterrada. Conclui-se com a construção de um sangradouro no centro da barragem e com a cobertura da lona que sobra na superfície com terra, formando uma pequena barreira que represa a água da chuva por um determinado tempo. Além disso, constrói-se também um poço por onde se verifica o nível da água e retira água para a irrigação das plantações. Na barragem subterrânea, pode-se cultivar hortaliças, plantas frutíferas e plantas forrageiras para os animais. Conforme a ASA, a barragem subterrânea serve para:

Elevar o nível do lençol freático; Manter a água do lençol freático por mais tempo; ampliar a umidade do solo possibilitando aumento de produção; garantir água para uso geral da casa: lavagem de roupa, banho, asseio da casa; assegurar forragem para os animais; ajudar a garantir a segurança alimentar e nutricional com a produção de cultivos agroecológicos. (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014c, p. 12).

Figura 06 – Barragem subterrânea em construção – Guanambi-BA



Fonte: CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

O barreiro-trincheira (figura 07) é um tanque que armazena cerca de 500 mil litros de água, construído em formato de trincheira (comprido, estreito e profundo) e com uma lâmina d'água reduzida em relação à capacidade de estocagem. Essas características possibilitam reduzir a evaporação para melhor aproveitamento da água. O barreiro-trincheira é uma tecnologia simples, fácil de ser construída e de baixo custo (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014d). Contudo, apresenta certa limitação em relação ao solo, pois este deve ter profundidade em torno de 4 a 5 metros, ser impermeável, apresentando um material chamado piçarra ou pedras moles que podem ser escavadas e ter uma boa área de captação,

locais por onde passa a água da chuva. O barreiro-trincheira assegura água para a produção de forragem para os animais; permite o cultivo de hortaliças e plantas frutíferas de modo agroecológico e permite ter água por mais tempo na propriedade.

Figura 07 – Barreiro Trincheira



Fonte: CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

O tanque de pedra (figura 08), também conhecido por caldeirão⁶⁰, é uma fenda ou buraco encontrado nos lajedos (áreas de rocha expostas na superfície) onde se armazena água de chuva. Os tanques de pedra são construídos nesses locais ou em rochas que apresentam condições para a captação. Para formar o reservatório, constrói-se um muro de alvenaria de pedras que represa a água que desce dos lajedos. O caldeirão é de uso comunitário (água para os animais, limpeza da casa, criar peixes) e se recomenda um caldeirão para 10 famílias. De acordo com a ASA, “o processo de construção e manutenção dos tanques de pedra conta com a participação direta das famílias que atuam em regime de mutirão. Os moradores aprendem a

⁶⁰ A experiência de utilização da água represada nos caldeirões vem desde o século passado. No Ceará, sertão do Cariri, centenas de pessoas, cerca de 2000, juntaram-se ao redor de um caldeirão e formaram uma comunidade. As famílias de Caldeirão foram lideradas pelo beato Zé Lourenço, discípulo de Pe. Cícero de Juazeiro do Norte-CE. Para produzir alimentos, os moradores utilizaram técnicas de convivência, construíram outros açudes e não desmataram a serra de onde descia o córrego que enchia o caldeirão e açudes no período chuvoso. Segundo a ASA (2013, p. 10), os moradores de Caldeirão “[...] lutaram para ter água e dignidade para produzir e construir uma nova sociedade, cujo resultado era dividido de forma igualitária”. A forma de organização social da comunidade desagradou os poderosos da época, de modo que “José Lourenço não era considerado pelas elites do Ceará um simples beato analfabeto e inofensivo, mas um perigoso líder capaz de articular grandes levantes contra a ordem pública. O principal problema apontado era a organização da comunidade, que as oligarquias tachavam de comunista”. Em 1937 a comunidade foi destruída, deixando um saldo de 700 mortos. (ARAÚJO, 2006).

fazer o uso coletivo e racional da água que fica guardada no reservatório” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO 2013a, p. 23).

Figura 08 – Tanque de pedra



Fonte: CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

A bomba d'água popular (BAP) (figura 09) é outro equipamento útil para aproveitar a água subterrânea dos poços tubulares de baixa vazão e com até 100 metros de profundidade, que se encontram desativados por não compensar a instalação de sistema de bombeamento a diesel ou elétrico. A ASA tem instalado a bomba BAP produzida pela indústria e de grande durabilidade. Para funcionar basta girar uma roda de ferro chamada volante, cujo acionamento é leve, podendo ser usada pela maioria das pessoas. Apresentam diversas vantagens, pois “as BAPs têm baixo custo de manutenção e são fáceis de ser manuseadas. Não pesam e disponibilizam grandes volumes de água com pouco esforço físico. São as famílias que montam e fazem a sua manutenção, sem gastar energia ou combustível para o bombeamento da água” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2013b, p. 13). Em profundidade de 40 metros, produz 1000 litros de água por hora. A bomba é de uso coletivo e a água, que geralmente é salobra, pode ser usada para matar a sede dos animais, para produzir alimentos, para lavar roupa, louça e para outros usos domésticos.

Figura 09 – Bomba BAP



Fonte: INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA, (2015c).

As barraginhas (figura 10) são reservatórios de água de pequeno porte construídos no solo em formato semicircular, com diâmetro variável chegando aos 30 metros e profundidade entre dois e três metros. Elas têm a finalidade de represar água de enxurradas para que se infiltre no solo, mantendo a área ao seu redor úmida por mais tempo. A construção sucessiva de barraginhas possibilita que, a primeira ao sangrar, a água encha a próxima, ampliando a área de captação e elevando o lençol freático. A maior disponibilidade de água ao redor das barraginhas favorece o cultivo de lavouras anuais, plantas frutíferas e hortaliças. Essa tecnologia, além de aumentar a oferta de água no solo, pode ser utilizada para a contenção da erosão, conforme destaca Torres:

As barraginhas retêm as enxurradas e fazem a água da chuva se infiltrar no solo. Assim, recarregam o lençol freático, que fica com o nível mais elevado. A tecnologia social, além de aumentar a disponibilidade de água na região, preserva o terreno, já que, ao conter as enxurradas, evita erosão. (TORRES, 2015, p. 1).

Figura 10 – Barraginha



Fonte: TELES, 2010.

5 EXPERIÊNCIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA

5.1 Caracterização do município de Riacho de Santana

5.1.1 Aspectos históricos

Relatos históricos sobre Riacho de Santana dão conta de que, em 1695, o sargento-mor José Velasquez Santiago, tendo organizado uma pequena bandeira, partiu das cabeceiras do Rio Paraguaçu, que nasce no atual município de Barra da Estiva-BA na Chapada Diamantina, e após vários combates contra tribos indígenas teria chegado à região, estabelecendo-se nas margens do pequeno Rio Boqueirão, cujas nascentes estão na Serra Geral da Bahia e que está a uma distância de 14 km da atual sede do município de Riacho de Santana (INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015a). Nessas margens, habitavam numa pequena aldeia de índios Canindés, região onde hoje se localiza o povoado de Botuquara. De acordo com Moura, os Canindés eram:

Oriundos do cruzamento dos Caetés e Picuris, fusão resultante da aliança defensiva contra os Aimorés, seus maiores inimigos. Estes provavelmente também foram dizimados, uma vez que não há registro de sua descendência e muitos menos, vestígios de sua cultura. (MOURA, 2003, p. 15).

Em busca de minas de prata e ouro, muitos exploradores se aventuravam pelo sertão afora. Consta que no território do atual município de Riacho de Santana, em busca de minerais, “em 1758, aparece Pedro Leolino Maiz explorando a região após a descoberta de minas de salitre. Muitas pessoas acorreram ao local para a exploração das citadas minas e fundaram o arraial de Riacho de Santana, no território de Monte Alto” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015a).

Contudo, segundo Moura, as terras que deram origem a Riacho de Santana pertenceram a quatro fazendas: Santa Isabel, Boqueirão, Cana Brava e Campo Grande. Moura ainda esclarece que “o lugar onde hoje se encontra o centro antigo da cidade era uma fazenda pertencente a um senhor casado com uma condessa, conhecido como Conde da Ponte” (MOURA, 2003, p. 15).

É conveniente ressaltar que Riacho de Santana e municípios circunvizinhos como Bom Jesus da Lapa, Igaporã, Matina, Guanambi, entre outros estão localizados na região do médio São Francisco, onde anteriormente habitaram os índios tapuias. Essa região também

fazia parte do imenso latifúndio dos Guedes de Brito, que expandiu seus domínios invadindo terras para implantar os currais de gado, visto que:

O desbravamento do território iniciou-se no final do século XVII, pelas bandeiras organizadas pelo mestre de Campo Antonio Guedes de Brito, proprietário da sesmaria da Casa da Ponte. Penetrando no sertão baiano, os bandeirantes instalaram muitas fazendas de gado, entre elas a fazenda "Morro" que originou o povoado Bom Jesus. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b).

O povoado de Bom Jesus constituiu o que é hoje a cidade de Bom Jesus da Lapa. Como se constata, a ocupação da terra e o povoamento do Alto Sertão da Bahia se deram sob o domínio da força dos coronéis e barões que expandiram seus domínios explorando a mão-de-obra escrava nas minas e nos currais de gado. Na região havia comércio de escravos em Rio de Contas e Caetité⁶¹, localidades que, no século XVIII, eram apenas vilas ou povoados, mas que exerceram influência política, econômica e escravista em toda a região e, por certo, também em Riacho de Santana. A escravidão também existiu nesse município, como destaca Moura:

Em Riacho de Santana foi berço de muita gente poderosa. Os senhores de escravos, que deixaram suas marcas, a exemplo da atual praça da Vitória, que no passado teria sido uma senzala. Muitas das comunidades rurais, pela presença maciça de negros em sua população evidencia a existência de quilombos, como por exemplo, as comunidades de Agreste na região do baixio e Sambaíba na região da serra. (MOURA, 2003, p. 18).

No século XIX, pela lei provincial nº 1.826 de 13 de agosto de 1878, o arraial de Riacho de Santana⁶² eleva-se à condição de Vila. Essa mesma lei também cria o município de Riacho de Santana cujo território é desmembrado de Monte Alto. O novo município foi inaugurado em 19 de abril de 1879 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015a).

⁶¹ A atual cidade de Rio de Contas-BA em 1723 foi elevada à categoria de vila, assim como a cidade de Caetité-BA que em 1758 já era considerada distrito com o nome de Vila Nova do Príncipe. Essas cidades tiveram grande importância econômica: Rio de Contas pela extração de diamantes e Caetité por ser na época rota de tropeiros que transitavam da Chapada Diamantina para o Sudeste do país.

⁶² O nome da cidade Riacho de Santana teria sido derivado do rio que desce da Serra Geral e passa pela localidade de Santana e, por esse motivo, recebeu o nome de Riacho de Santana.

5.1.2 Aspectos geográficos

O município de Riacho de Santana está localizado no vale do rio São Francisco. Entretanto, comumente se diz que Riacho de Santana se localiza no Sudoeste da Bahia.⁶³ Seu território é cortado no sentido norte-sul pela extensa Serra Geral da Bahia, que se estende do Pico das Almas na Chapada Diamantina até o centro norte de Minas Gerais, e compõe o conjunto de serras, a Serra do Espinhaço⁶⁴. A expressão Serra Geral é usada para denominar o espaço físico-geográfico que compõe a serra, assim como também designa a Região Serra Geral da Bahia, integrante da divisão político-administrativa do estado da Bahia (BAHIA, 2007). O mapa 04 e a figura 11 permitem visualizar a localização do município de Riacho de Santana.

Mapa 04 – mapa da Bahia com destaque para a Macrorregião Sudoeste e município de Riacho de Santana

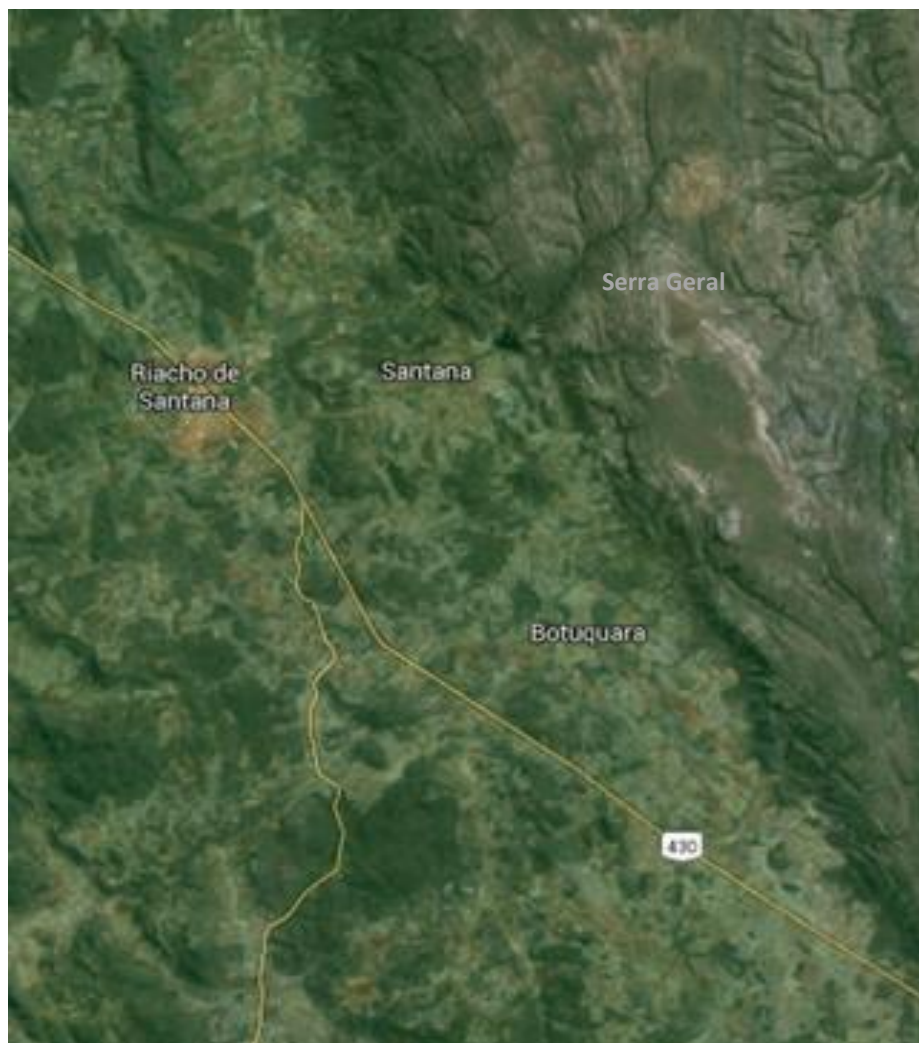


Fonte: BAHIA. Governo do Estado. Elaboração própria (inclusão de Riacho de Santana no mapa)

⁶³ Em termos político-administrativos, Riacho de Santana integra a Mesorregião Centro Sul da Bahia, da qual faz parte a Macrorregião Sudoeste, que por sua vez, é composta pela Região Sudoeste e pela Região Serra Gera da Bahia. Delimitando ainda mais, Riacho de Santana se situa na Região Serra Geral da Bahia, referência pouco usual, porque, normalmente, se diz que o município se localiza na Região Sudoeste da Bahia. Numa dimensão territorial mais reduzida, Riacho de Santana integra a microrregião de Guanambi.

⁶⁴ A serra do Espinhaço é também conhecida por Planalto do Espinhaço, sendo considerada a Cordilheira do Brasil. Possui aproximadamente 1.000km de extensão e largura, variando entre 50 e 100km. “O Planalto do Espinhaço — grande conjunto de elevações estendendo-se, no sentido Norte-Sul, desde Minas Gerais à Bahia, funciona como divisor de águas entre o rio São Francisco e as bacias que drenam para o Sul da Bahia” (BAHIA, 2007, p. 16), em direção ao oceano Atlântico.

Figura 11 – imagem de satélite com localização de Riacho de Santana



Fonte: Google maps – 2015

Na figura 11, visualiza-se a localização da sede do município de Riacho de Santana e recorte da Serra Geral. As localidades de Santana e Botuquara, pontuados no mapa, representam: na primeira, o percurso do rio Riacho de Santana que passa pela sede do município; na segunda, localiza-se o Distrito de Botuquara, o ex-povoado Boqueirão e também por onde passa o riacho Boqueirão.⁶⁵ O município também é banhado pelos riachos Santaninha, Barreiro do Bom Sucesso e pelos rios Santo Onofre e Rio das Rãs, que nascem em outros municípios (ROCHA, 2003).

O município de Riacho de Santana limita-se ao Norte com Macaúbas e Botuporã, ao Sul com Palmas de Monte Alto, a Leste com Igaraporã e Matina e a Oeste com Bom Jesus da Lapa. A sede do município mantém-se relativamente próxima de cidades importantes da

⁶⁵ Os rios Santana e Boqueirão, assim como outros riachos do município, só correm no período chuvoso.

região, ficando a uma distância de 65 km de Bom Jesus da Lapa, 74 km de Caetité e 105 km de Guanambi. E distante 846 km da capital Salvador.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), a área do município é de 3.183,897 km² e densidade demográfica de 11,87 hab/km². Sua população em 2010 era de 30.646 pessoas, sendo que a estimativa para 2015 é de 36.089 habitantes. Um total de 17.555 pessoas residiam na zona rural e correspondiam a 57,28% e 13.091 no meio urbano, equivalente a 42,72% de toda a população.

A altitude na sede do município é de 623 metros, mas em outras localidades pode chegar próxima de 1000 metros, como em certos pontos da Serra Geral.

Em relação ao relevo, o município apresenta três condições que se caracterizam em função da altitude, tipos de solos e vegetação:

a) Gurunga: nas áreas próximas à Serra Geral, predomina a região chamada de Gurunga, por apresentar solos avermelhados, profundos, de boa fertilidade e geralmente planos. São favoráveis ao cultivo de milho, sorgo, algodão, mandioca, feijão catador, pastagem, etc. Nela, a caatinga apresenta árvores de porte mais alto com ocorrência de aroeira, pau d'arco, angico, tatarena, peroba, entre outras.

b) Gerais: na serra existem áreas formadas por gerais, também conhecidas por cerrado. Nos gerais existem solos com alto teor de acidez, geralmente pobres em fertilidade, onde predomina uma vegetação retorcida e mais baixa. Assim como certos tipos de pastagens nativas e onde se encontram diversos tipos de frutas nativas como o pequi e a mangaba, muito apreciados pela população.

c) Baixio:⁶⁶ na maior parte do município, predomina a região chamada de Baixio que é formada por regiões planas que apresentam a altitude mais baixa do lugar, mesmo sendo comum a ocorrência de pequenos morros. O subsolo apresenta formação geológica com predominância do cristalino, que em certas localidades se aflora formando lajedos. Nesse tipo de subsolo, ocorrem locais de grande permeabilidade, o que torna a região propícia para a escavação de barreiros ou outras estruturas de estocagem de água de chuva. Os solos possuem coloração amarelada e são pouco profundos, com fertilidade de média a baixa, sendo mais apropriados para o cultivo de feijão catador, melancia e mandioca, além da criação de

⁶⁶ Baixios são áreas de baixa altitude localizadas em vale de rios. No Semiárido brasileiro, grande parte do seu território apresenta uma grande área geralmente plana, com altitudes baixas chamada de Depressão Sertaneja. Ela se divide em Depressão Sertaneja Setentrional, que abrange os estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Ceará e a Depressão Sertaneja Meridional, que abrange a Bahia e Minas Gerais, é também chamada de Depressão Sertaneja San Franciscana, em virtude de se localizar em toda a Bacia do Rio São Francisco. Na Depressão Sertaneja, a altitude pode variar de 20 a 500 metros acima do nível do mar, sendo comum a ocorrência de áreas mais altas ou de morros cuja altitude varia de 500 a 800 metros, podendo apresentar picos com altitudes mais altas (QUEIROZ, 2013).

caprinos. Com pouca frequência, podem ocorrer solos mais profundos e mais férteis. A caatinga é de porte mais baixo, com a presença de plantas xerófilas, de juazeiro, umbuzeiro, jurema preta, angico etc. O baixio está presente em diversos municípios do entorno de Riacho de Santana (MOURA, 2003).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), o relevo do município se insere no Pediplano Sertanejo, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço⁶⁷. O tipo climático é Semiárido, sendo mais seco na região do baixio e mais ameno nos gerias.

O município faz parte do Território da Cidadania Velho Chico. Por ele passa a BR 430, estrada federal de ligação do município de Caetitê, no sudoeste baiano, ao de Barreiras, no noroeste do estado. Esta rodovia liga, em sentidos opostos, Riacho de Santana aos municípios de Igaporã e Bom Jesus da Lapa.

5.1.3 Questão Agrária

Assim como em grande parte dos municípios da Região Sudoeste, Riacho de Santana apresenta estrutura fundiária onde predomina a pequena propriedade que é constituída de um a quatro módulos fiscais⁶⁸. Nesse município o módulo fiscal é igual a 65 ha como na maioria dos municípios da região. Como em Riacho de Santana 91,53% dos estabelecimentos agropecuários possuem abaixo de 65 ha, constatamos que majoritariamente o município é constituído por minifúndios.

⁶⁷ Serra Geral da Bahia.

⁶⁸ O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), o qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. [...] Seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável Sua utilização na classificação dos imóveis rurais está presente na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), na definição de pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais) e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2015).

Tabela 08 – Estrutura Fundiária de Riacho de Santana-BA - 2006

Estrutura Fundiária - Riacho de Santana-BA 2006				
Grupos de área total	Número de estabelecimentos		Área de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
Mais de 0 a menos de 5 ha	530	17,74	1.316	1,06
De 5 a menos de 10 ha	419	14,03	2.708	2,19
De 10 a menos de 20 ha	648	21,69	8.579	6,93
De 20 a menos de 50 ha	746	24,97	21.872	17,67
De 50 a menos de 100 ha	279	9,34	17.544	14,18
De 100 a menos de 200 ha	123	4,12	16.227	13,11
De 200 a menos de 500 ha	84	2,81	24.119	19,49
De 500 a menos de 1000 ha	15	0,5	9.711	7,85
De 1000 a menos de 2500 ha	15	0,5	21.672	17,51
Produtor sem área	128	4,29	-	-
TOTAL	2.987	100,0	123.748	100,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário 2006.

Continuando a analisar a tabela 08, verificamos que os estabelecimentos agropecuários⁶⁹ de até 10 hectares representam cerca de um terço (31,77%) do total das propriedades rurais de Riacho de Santana, mas ocupam apenas 3,25% da área total do município. Somando as propriedades de até 10 ha com aquelas que medem 20 ha,⁷⁰ alcança-se mais da metade dos proprietários rurais (53,46%) que ocupam somente 10,21% de todas as terras do município de Riacho de Santana. Esses dados demonstram que menos da metade (46,54%) dos proprietários rurais são donos de 90% da área total dos estabelecimentos.

No outro extremo, os estabelecimentos com área acima de 100 ha são apenas 8,28% do total de propriedades e detêm 57,96% do total área. Se considerarmos aquelas acima de 500 ha, constatamos que apenas 1% dos proprietários é dono de um quarto (25,36%) do território de Riacho de Santana.

⁶⁹ É importante que se esclareça que os dados apresentados nesta pesquisa tem como fonte o Censo Agropecuário do IBGE de 2006. O IBGE trabalha com o conceito de “Estabelecimentos Agropecuários” quando se refere a uma propriedade rural, que difere do conceito “Imóveis Rurais” usado pelo INCRA. Outra questão importante é que cada órgão, IBGE ou INCRA, utiliza metodologia e critérios próprios que são diferentes entre si, para cadastrar as propriedades rurais no Brasil. De modo que os resultados das pesquisas do IBGE apresentam números diferentes daqueles do INCRA.

⁷⁰ Para as condições do clima Semiárido uma propriedade com 20 ha é considerada pequena para gerar renda suficiente para o sustento da família sem degradar o meio ambiente. Segundo estudos do Zoneamento Agroecológico do Nordeste (ZANE), nas regiões mais secas do Semiárido uma família precisaria de 200 a 300 ha para criar um rebanho de 200 a 300 cabras suficientes para gerar renda para uma família sertaneja preservando a caatinga. O Semiárido é bastante populoso e não haveria possibilidades de todas as famílias terem área com tal tamanho. Porém é alarmante a questão agrária no Semiárido Brasileiro. A terra continua concentrada, sendo o principal impedimento de melhores condições de vida das famílias sertanejas e de desenvolvimento regional.

Na Microrregião de Guanambi⁷¹, da qual Riacho faz parte, o número de estabelecimentos com até 20 ha totalizam 64,54% para uma área total de apenas 12,59%. Considerando as propriedades acima de 500 ha, veremos que a concentração aumenta, visto que 0,72% dos proprietários detêm 29,75% das terras. Isso ocorre porque nos municípios da microrregião que estão próximos da margem do Rio São Francisco, a concentração tende a aumentar. Os estabelecimentos agropecuários que possuem área acima de 500 hectares representam 4,58% em Sebastião Laranjeiras, 1,99% em Malhada, 4,9% em Iuiu e 2,4% em Palmas de Monte Alto do total dos estabelecimentos. Entretanto, a área correspondente a esses estabelecimentos em cada um dos municípios é de 66,46%, 62,93%, 65,57% e 46,63%, respectivamente.

No quadro 2, constatamos a concentração da terra, ao analisarmos o índice de Gini⁷² no município de Riacho de Santana e no estado da Bahia desde a década de 1920 a 2006.

Quadro 01 – Índice de Gini de Riacho de Santana e do Estado da Bahia (1920-2006)

Índice de Gini - Riacho de Santana e Estado da Bahia (1920-2006)										
Município/Estado	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Riacho de Santana	0,964	0,662	0,731	0,635	0,618	0,659	0,677	0,766	0,780	0,707
Bahia	0,764	0,784	0,794	0,779	0,795	0,805	0,821	0,835	0,829	0,838

Fonte: (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2015, p. 789).

Observando no quadro 2, a concentração da terra no município de Riacho de Santana estava em 0,964 na década de 1920, o que representa uma concentração de muito forte a absoluta. É interessante notar que, na década de 1940, houve uma redução acentuada na concentração da terra, caindo para 0,662, baixando a concentração para média a forte. Na década subsequente, houve um aumento do índice para 0,731, valor que considera a concentração forte a muito forte. Da década de 1960 à década de 1980 ocorreu, novamente, uma redução na concentração fundiária, permanecendo concentração de média a forte. No

⁷¹ A microrregião de Guanambi é constituída de 18 municípios. A maioria deles apresenta grande número de propriedades abaixo de 10 hectares. Nas microrregiões vizinhas e que são banhadas pelas águas do rio São Francisco a concentração da terra é maior. Por exemplo, na microrregião de Bom Jesus da Lapa, o número de propriedades com até 20 ha somam 34,45% do total de estabelecimentos, contudo representam apenas 5,15% da área total. No extremo oposto, o número de estabelecimentos acima de 500 hectares é de apenas 1,7% do total de propriedades, mas concentram 37,76% de todo o território do município de Bom Jesus da Lapa.

⁷² A classificação do grau de concentração adotada neste estudo é a de Lourival Câmara (1949), que considera intervalos de valores do índice de Gini, sendo: de 0 a 0,1, concentração nula; 0,101 a 0,250, nula a fraca; 0,251 a 0,5, fraca a média; 0,501 a 0,700, média a forte; 0,701 a 0,9, forte a muito forte; e, 0,901 a 1, concentração muito forte a absoluta. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2015, *apud*. CÂMARA, 1949).

entanto, a partir de 1985, a concentração retorna (saltando de 0,677 para 0,766) para forte a muito forte, apesar de significativa redução na década de 2000.

No caso do estado da Bahia, a concentração fundiária é crescente. Na década de 1920, o índice de Gini era de 0,764, cuja concentração é de forte a muito forte, aumentando progressivamente até alcançar a marca de 0,838 na década de 2000.

5.1.4 Aspectos econômicos e socioambientais

As principais atividades econômicas do município são a prestação de serviços, a pecuária, a agricultura e o comércio. A grande maioria dos camponeses sempre viveu da lavoura e da pecuária de subsistência. Até meados do século XX, as famílias camponesas plantavam num só roçado tudo misturado: milho, feijão, abóbora, melancia, mandioca, algodão arbóreo, etc, e criavam pequenos animais como cabras, ovelhas, porcos, galinhas e poucas cabeças de gado bovino. As terras eram menos desmatadas e os animais se alimentavam muito mais daquilo que a caatinga produzia do que de pastagens plantadas. Havia muita área de solta⁷³ ou áreas comuns. Com o advento da cerca de arame e a diminuição das áreas comuns, a criação de cabras e ovelhas se reduziu na região, assim como em todo o Semiárido.

Com os pacotes da Revolução Verde, culturas foram introduzidas, sementes, mecanização agrícola, entre tantas outras mudanças que ocorreram no campo. Em Riacho de Santana, assim como em toda a região, introduziu-se a lavoura do algodão herbáceo, de porte mais baixo e que precisa ser plantado todos os anos. A lavoura era plantada em toda a microrregião de Guanambi, mas foi no vale do Iuiu que a monocultura se expandiu por causa das terras férteis e planas, próprias para a mecanização, desse vale situado nas margens direita do rio São Francisco. Na década de 1980 a cultura do algodão viveu o seu auge, com crédito abundante dos bancos oficiais, assistência técnica e mão-de-obra barata, levando a região a se tornar a maior produtora de algodão do país. Fazendeiros chegavam a plantar áreas de até 5 mil ha, mas também os pequenos proprietários cultivavam algodão. A monocultura do algodão contribuiu para o desmatamento da caatinga, a degradação do solo e o alto uso de agrotóxicos, como pode ser confirmado por Reinaldo, morador de Pau Branco, em seu depoimento:

⁷³ Solta era uma área comum onde os animais de vários donos podiam pastar. A solta tem praticamente as mesmas características dos Fundos de Pasto, à diferença de que este último tem organização comunitária, gestão da área e, geralmente, é legalizado.

Depois dessa década, já bota assim de 80, que de qualquer forma explodiu esse diacho desse veneno também foi nessa época mesmo. Que até 80 era poucas pessoas, aqui era pouco e quando vinha era veneninho fraco. Mais depois desse plantio de algodão e soja, e foi aumentano e depois o trem reagiu e do jeito que avançou as coisa, o, o desgramado do veneno também explodiu. (REINALDO, 2015).

No final da década de 1990, por causa do ataque do inseto bicudo, praga de difícil controle, e da concorrência com preços internacionais, a cultura do algodão declinou. Apesar de ter contribuído para relativo desenvolvimento de algumas cidades, em especial Guanambi, a monocultura do algodão em muitos aspectos produziu efeitos nefastos, conforme comenta Moura:

O saldo desse período fértil não foi dos melhores, pois praticamente não ficou nada da riqueza produzida pelo algodão, uma vez que não foi criada nenhuma estrutura para transformação e um melhor aproveitamento do produto. Os terrenos ficaram erodidos e contaminados, agricultores ficaram endividados e desmotivados. (MOURA, 2003, p. 24).

Nunca houve um modelo de desenvolvimento especificamente para a região do Semiárido, apenas projetos agropecuários, de construção de açudes ou de irrigação executados pelo DNOCS, pela SUDENE ou pela CODEVASF. Em muitos desses projetos governamentais, os resultados eram insatisfatórios e não havia escala universalizante. Os camponeses se sujeitavam a qualquer tipo de atividade produtiva, então surgiu na região, depois da derrocada da monocultura do algodão, grande demanda por carvão vegetal para alimentar siderurgias de Minas Gerais. E, assim, a produção de carvão contribui para a degradação ambiental com o desmatamento da caatinga, a exploração dos sertanejos e o enriquecimento de alguns poucos proprietários de terra ou comerciantes.

Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa se destacam entre os maiores produtores de carvão vegetal. Diante da ineficácia dos órgãos responsáveis pela fiscalização, a situação se tornou dramática. A Revista Integração publicou em 2001 uma reportagem do jornalista João Martins, intitulada “Adeus, Natureza!”, denunciando o desmatamento e informando que mais de duzentos caminhões de carvão vegetal eram transportados todos os dias para as siderúrgicas de Minas Gerais, conforme descrevem trechos da reportagem:

O desmatamento à margem direita do rio se agiganta na localidade conhecida por Urtiga, entre os municípios de Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto, Malhada e Matina e se alastra por toda vazante do Rio das Rãs numa extensão de mais de 150 quilômetros. [...] segundo pessoas ligadas ao setor, que pedem para não ser identificadas, atualmente saem desta região – de Bom Jesus da Lapa a Guanambi –

mais de 200 caminhões, por dia, carregados de carvão rumo às Minas Gerais. (MARTINS, 2001, p. 15).

Muitas foram as tentativas de coibir as práticas ilegais de produção do carvão, sem muito sucesso. Contudo, nos últimos anos houve redução acentuada, principalmente depois da operação Corcel Negro,⁷⁴ realizada em 2011 (BAHIA, 2011).

Atualmente as atividades econômicas do município continuam tendo como base a pecuária, a agricultura e o comércio. Outra importante fonte de renda do município tem origem nos empregos ofertados pela prefeitura municipal, além da aposentadoria rural e do Bolsa Família.

Em outra perspectiva, Riacho de Santana consolidou importantes ações de caráter social e educacional. A partir da década 1980, a Igreja Católica, sob a coordenação do Pe. Aldo Luccheta, passou a ter forte influência na formação das Comunidades Eclesiais de Base e na implantação da Pedagogia da Alternância na região com a criação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Embora a primeira EFA da Bahia tenha sido criada em 1974, na cidade de Brotas de Macaúbas, Riacho de Santana tornou-se, a partir de 1979, quando se criou a primeira EFA de 1º grau no município, o centro motivador da expansão das EFAs para vários municípios da Bahia. Atualmente, no município funcionam duas escolas técnicas profissionalizantes, uma com o Curso Técnico em Agropecuária, mantida pela Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA),⁷⁵ e outra com o Curso Técnico em Meio Ambiente, mantida pela Associação Beneficente e Promocional Agrícola de Riacho de Santana (ABEPARS).

⁷⁴ "Uma operação de combate a um esquema criminoso de produção e transporte de carvão vegetal, transporte irregular de madeira, e uso de notas fiscais e Documentos de Origem Florestal (DOF) falsos foi deflagrada na manhã de hoje, dia 22, em oito municípios do oeste baiano pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ibama e Secretaria de Segurança Pública, por meio das Polícias Civil e Militar, para cumprimento de 21 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão. Desde a madrugada, já foram presas 13 pessoas no interior da Bahia, que estão sendo conduzidas para a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras, e mais sete servidores da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) em Salvador, que estão envolvidos no esquema criminoso. [...] A Operação Corcel Negro está sendo realizada nos municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Coribe, Juazeiro, Cocos, Riacho de Santana e Ibotirama". (BAHIA, 2011).

⁷⁵ A AECOFABA é a entidade que coordena as atividades de cerca de 20 EFAs implementadas em municípios da Bahia. Contudo, mais ao norte do estado funciona a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-árido (REFAISA), que coordena cerca de 8 EFAs.

5.2 As comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano

5.2.1 Caracterizando a comunidade Pau Branco

A comunidade Pau Branco é composta por setenta e cinco famílias e originou-se a partir da chegada do seu primeiro morador, o senhor Antônio Cardoso, proveniente da localidade rural chamada Gameleira, no município de Macaúbas, no final do século XIX, segundo a fala do morador Zé de Macário: “Eu não sei, mas era a base de 1895, mais ou menos”. Bento, outro morador entrevistado, ao esclarecer sobre a origem de Antônio Cardoso e a aquisição das terras que hoje pertencem aos atuais moradores da comunidade, afirma que:

Antônio Cardoso, ele veio de Macaúbas. Ele já trouxe, ele era pai de onze filhos, aí ele veio com o filho mais velho que era Joaquim Cardoso. Que foram os dois proprietários, eles compraram de sócios. O Joaquim tinha uma terça parte, uns vinte e cinco por cento e Antônio tinha setenta e cinco por cento do Pau Branco. (BENTO, 2015).

A segunda a chegar foi a família Pimenta, que também veio de Macaúbas,⁷⁶ conforme continua relatando Bento:

Mais tarde, agora eu não sei dizer se com oito ou dez anos, veio outro que é da família Pimenta. Que é da família desse velhinho que o senhor falou com ele, que também é da minha vó materna. [...] esses aí vieram depois, mais cento e tantos anos. (BENTO, 2015).

Com o passar dos anos outras famílias foram se mudando para a localidade, como foi o caso das famílias Oliveira e Moreira. Mesmo com a chegada de novos moradores, observamos que na comunidade existe muito parentesco.

Pau Branco, cujos moradores são todos católicos, foi criada como Comunidade Eclesial de Base em 1974, entre as primeiras do município. Entretanto, a religião está presente há mais tempo, pois a primeira igreja da localidade foi construída há mais de um século, e reconstruída em 1958. Na comunidade existem grupos de jovens, catequese, terço dos homens, pastoral da criança e folia de reis. Os moradores festejam o São João, realizam a novena de Nossa Senhora Aparecida, porém a principal manifestação religiosa é a festa do padroeiro da comunidade, o Sagrado Coração de Jesus.

⁷⁶ O município de Macaúbas limita-se ao norte com o município de Riacho de Santana.

A comunidade está organizada por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, desde 13 de maio de 1998. Ficou inativa durante um tempo e foi reativada no ano de 2006. Atualmente conta com cerca de oitenta e cinco sócios. A associação tem um papel importante na comercialização de produtos da comunidade para o PAA, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), questão que será abordada posteriormente.

O nome de Pau Branco foi dado à comunidade, segundo depoimentos de moradores, em virtude da existência, na região, de uma árvore de cor esbranquiçada chamada muquém. Por não ser resistente e nem ter textura de bela aparência, a madeira é considerada de baixa qualidade, sendo usada como lenha ou para a construção de cercas.

A comunidade está a 14 km da cidade de Riacho de Santana, sendo que 4 km seguem pela BR 430 no sentido Bom Jesus da Lapa e 10 km seguem por estrada de chão à esquerda da mesma BR.

Pau Branco se localiza numa região de Gurunga, formada por terras avermelhadas e relativamente planas. As moradias estão próximas umas as outras, formando um pequeno povoado. Na comunidade todas as casas possuem fornecimento de energia elétrica e possui as seguintes instalações comunitárias: a igreja católica, a sede da associação, a casa de farinha, a fábrica de bolos e biscoitos, uma quadra de esportes, um campo de futebol com piso de terra, um poço artesiano comunitário e um cemitério.

Figura 12 – Comunidade Pau Branco



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 13 – Comunidade Pau Branco



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Nesta foto, estão registradas a fábrica de bolos, biscoitos e doces; a sede da associação e a casa de farinha. Este local apresenta as seguintes coordenadas geográficas: S 13°30.053' e WO 42°59.623'.

5.2.2 Caracterizando a comunidade Tanque de Claudiano

Um dos entrevistados, o senhor José Lourenço, morador há 78 anos, diz se lembrar que os primeiros moradores da comunidade eram um velhinho chamado Antonio, outra pessoa conhecida por Manezim do Tanque de Claudiano e o seu avô, conforme o relato de suas lembranças.

A comunidade de Tanque de Claudiano tem esse nome porque na localidade foi aberto há muito tempo um tanque ou barreiro por um senhor chamado Claudiano. José Lourenço diz que “aquele tanque que abriram ali. Quem abriu disse que chamava Claudiano. Mas esse foi no tempo dos vei, eu não lembro, né” (JOSÉ LOURENÇO, 2015).

A comunidade de Tanque de Claudiano também está localizada numa região de Gurunga e apresenta relevo acidentado, com solo de boa fertilidade e cor avermelhada nas partes mais altas e acinzentada nas poucas baixas que existem. Está distante 18 km da sede do município, sendo cortada pela BR 430. Situa-se a oeste da Serra Geral em uma distância

aproximada de 12 km. É formada por várias outras localidades, sendo Tanque de Claudiano o centro⁷⁷ e outras circunvizinhas: Lagoinha, Lagoa, Coirana, Baixa Grande, Olho D'água, Lagoa da Pedra e Olimpão. Nesses lugares moram aproximadamente cento e oito famílias.

A integração destas localidades circunvizinhas com Tanque de Claudiano se dá pelos diferentes níveis de organização existentes, como a participação nas atividades religiosas,⁷⁸ as atividades culturais e esportivas, a filiação de muitas pessoas à Associação dos Pequenos Produtores de Tanque de Claudiano e Arredores,⁷⁹ entre outros.

Mariano, morador entrevistado, comenta que na comunidade sempre houve:

Esse espírito de organização, de cooperativismo. Mas, até aí, início da década de noventa, a gente não tinha assim nada de organização oficializada, tinha assim aquele espírito aleatório sem uma organização, sem documentação e nada. Aí a gente fundou aqui a comunidade de Tanque de Claudiano [...]. Hoje, nos temos a reunião do grupo de jovens que é segundo domingo de cada mês e nessas reuniões são envolvidos temas pertinentes à demanda social, como drogas, alcoolismo, prostituição, é saúde, enfim vários temas assim pertinentes. [...] Resgatamos um pouco da nossa cultura, cantiga de roda, apresentação musical, danças, coisas que nos fizemos nessa parte. Outra coisa que está sendo no momento colocado em prática, são projetos, como diria, como por exemplo, a capoeira [...]. Então, todo sábado aqui à tarde, temos aí o encontro com os meninos treinando a capoeira. Já vai pelo segundo ano. [...] Futebol também. Todo sábado, logo após o treinamento da capoeira, o, como nós chamamos no nosso linguajar, aqui de baba. Vamos lá pra o baba. [...] O campinho é improvisado, né. (MARIANO, 2015).

Ainda segundo Mariano, o trabalho social com os jovens e adolescentes tem dado bons resultados, a exemplo da redução no consumo de bebida alcóolica e da participação nas atividades esportivas.

Na comunidade existem estruturas comunitárias como a igreja católica, três igrejas evangélicas, um grupo escolar composto apenas de uma sala de aula, um campo de futebol com piso de terra, um pequeno viveiro de mudas. Quase todas as moradias possuem fornecimento de energia elétrica e catorze delas estão aguardando ainda pela instalação (os moradores foram notificados que serão beneficiados). Outras cinco famílias possuem fornecimento de energia de fonte solar que é limitada para o uso de equipamentos movidos a motores elétricos, por isso, estão em busca de substituí-la pela energia gerada por hidrelétrica.

⁷⁷ O centro da comunidade apresenta as seguintes coordenadas geográficas: S 13°42.881' e WO 42°50.092'

⁷⁸ A comunidade católica que foi fundada entre os anos de 1995 e 1996, quando também foi erguida uma pequena igreja. A grande maioria das famílias é católica e tem como padroeira Nossa Senhora Aparecida. Há quinze anos um grupo de jovens está atuando. Em Tanque de Claudiano também estão presentes algumas famílias evangélicas.

⁷⁹ Fundada em 2001 e com 60 sócios participando efetivamente.

Figura 14 – Comunidade Tanque de Claudiano



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 15 – Comunidade Tanque de Claudiano



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Na figura 14 aparece o centro da comunidade de Tanque de Claudiano, localizado a menos de um km da rodovia BR 430 e onde estão as instalações da escola e da igreja católica. Na figura 15, além de casas dos arredores da comunidade, a Serra Geral da Bahia aparece numa distância aproximada de 8 km.

5.2.3 A questão agrária nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano

Das 75 famílias que constituem a comunidade de Pau Branco, 62 delas (82%) responderam ao questionário sobre diversas questões, entre elas a estrutura fundiária. Os dados levantados apontam para uma comunidade constituída de propriedades muito pequenas, conforme a tabela 9.

Tabela 09 – Estrutura fundiária da comunidade Pau Branco

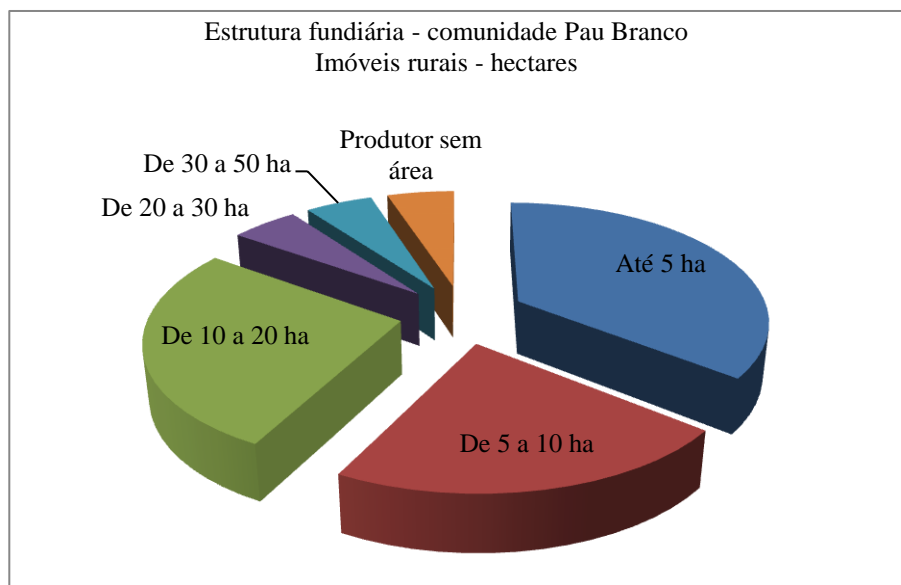
Estrutura fundiária - comunidade Pau Branco		
Grupos de área total	Número de imóveis rurais	
	Unidades	Percentual
Até 5 ha	21	35,59
De 5 a 10 ha	13	22,03
De 10 a 20 ha	16	27,12
De 20 a 30 ha	3	5,08
De 30 a 50 ha	3	5,08
Produtor sem área	3	5,08
TOTAL	59	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Na tabela 09, constatamos que os imóveis rurais com área de até 5 hectares (ha) são a maioria com 35,59%, pouco mais de um terço do número total das propriedades. Quando somamos os estabelecimentos de 5 ha aos de 10 ha, ultrapassamos metade das propriedades com 57,62%. Ao acrescentarmos os imóveis com área até 20 ha, o percentual vai para 84,74% do total de propriedades. A maior propriedade pesquisada possui área equivalente a 46 ha. Esses dados demonstram que a terra na comunidade é muito dividida, e a tendência é aumentar a fragmentação, pois certas áreas ainda serão novamente divididas quando houver a partilha por herança.

Quanto ao domínio ou posse da terra, 54 das pessoas que responderam ao questionário (87%) se declaram donas⁸⁰, 2 delas estão na condição de herdeiros, 2 não possuem terra e 3 não declararam.

⁸⁰ É conveniente esclarecer que não verificamos nenhuma documentação sobre a posse da terra. Portanto, as pessoas que se dizem donas das áreas de terra em muitos casos não possuem escritura pública registrada que comprove legalmente a propriedade. Muitas se consideram donas porque recebeu sua área de herança e declarou no INCRA.

Gráfico 01 – Estrutura fundiária da comunidade Pau Branco

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo - 2015

No gráfico 01, podemos observar que na comunidade Pau Branco, há uma predominância de imóveis com área muito reduzida.

Ao analisarmos a estrutura fundiária da comunidade Tanque de Claudiano, constatamos que a terra é ainda mais fragmentada do que em Pau Branco.

Tabela 10 – Estrutura fundiária da comunidade Tanque de Claudiano

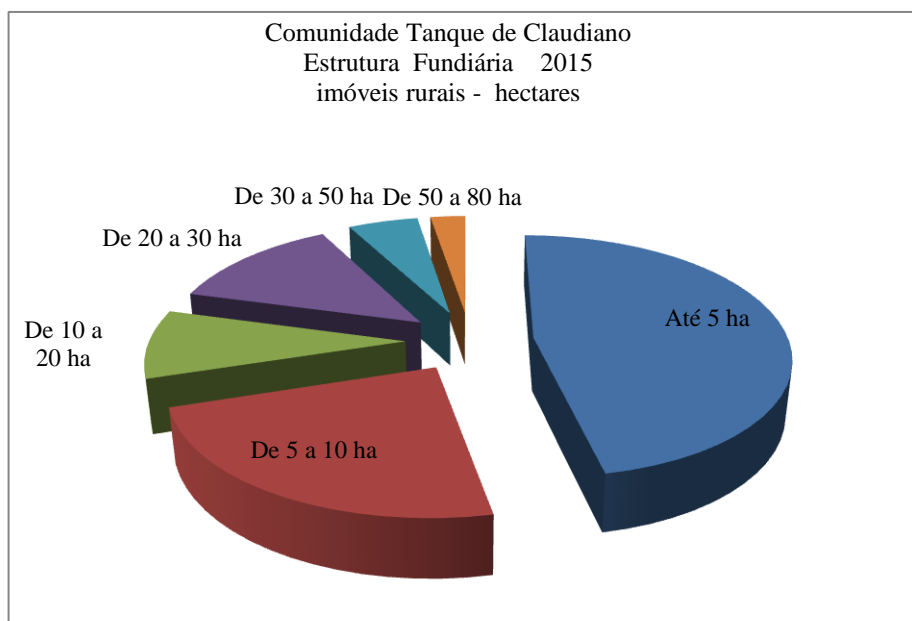
Estrutura Fundiária - comunidade Tanque de Claudiano		
Grupos de área total (em hectares)	Número de imóveis rurais	
	Unidades	Percentual
Até 5 ha	36	46,75
De 5 a 10 ha	18	23,38
De 10 a 20 ha	7	9,09
De 20 a 30 ha	10	12,99
De 30 a 50 ha	4	5,19
De 50 a 80 ha	2	2,60
TOTAL	77	100,00

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Como mostra a tabela 10, as famílias que possuem área até 5 ha representam 46,75%, quase a metade das áreas da comunidade. Somando estas àquelas que têm área de até 10 ha, constatamos que os imóveis rurais com menos de 10 ha representam mais de dois terços (70,13%) de toda a área da comunidade. O número de imóveis de até 5 ha adicionado ao de

até 20 ha se eleva para 79,22%. Nos 20% restantes, as áreas também são pequenas, sendo que a maior delas tem área equivalente a 80 ha.

Gráfico 02 – Estrutura fundiária da comunidade Tanque de Claudiano



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Desse modo, no gráfico 02, verificamos que em Tanque de Claudiano a fragmentação da terra é mais acentuada do que em Pau Branco. Ao serem questionados sobre a condição de domínio da terra, 74,5% dos entrevistados em Tanque de Claudiano se declararam donos dos imóveis, enquanto que 24,5% disseram que estão na condição de herdeiros⁸¹.

5.2.4 Impactos das experiências de captação de água de chuva da ASA: comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano.

As experiências de captação de água de chuva promovidas pela ASA e realizadas pelo CASA nas comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano aconteceram em diversas etapas, a partir da implementação das tecnologias sociais como cisternas de consumo, cisternas de produção, modelos enxurrada ou calçadão e barragem subterrânea. Os aportes de recursos tiveram origem em programas do governo do estado da Bahia ou do governo federal.

⁸¹ As pessoas que se dizem donas das áreas de terra, em muitos casos, não possuem escritura pública registrada que comprove legalmente a propriedade. Muitos se consideram donos porque recebeu sua área de herança e declarou no INCRA.

Estas experiências, quando foram implantadas, encontraram as comunidades com déficit no abastecimento hídrico para o consumo humano e a produção de alimentos. Nessas comunidades existiam fontes de água que respondiam, mesmo que não satisfatoriamente, à demanda de água para outros usos, como o caso de poços tubulares. O grande problema era a água de beber, que foi resolvido a partir da implementação das cisternas de consumo humano.

Antes de abordarmos os impactos que as tecnologias de captação de água de chuva e produção acarretaram na vida das famílias e das comunidades, mostraremos como essas famílias foram, ao longo dos anos, conquistando suas demandas em relação ao abastecimento hídrico.

Em busca de água para beber ou para outros usos os moradores de Pau Branco enfrentaram grandes dificuldades. Essas dificuldades foram diminuindo aos poucos. Inicialmente, existiam na comunidade dois tanques ou barreiros⁸² que serviam para todos os usos. E para ter acesso à água era preciso buscá-la numa distância de um a dois km. Normalmente, essa atividade, transportar água na cabeça, cabia às mulheres. A água para beber vinda de nascentes distantes, numa média de 12 km, era transportada em jumentos ou carros de boi.

A comunidade de Pau Branco, na atualidade, possui quatro fontes de água. Todas as 75 famílias são abastecidas com água de um poço artesiano, que foi perfurado no ano de 1978 e produzia de 8 a 10 mil litros de água por hora. Segundo moradores essa quantidade foi reduzida consideravelmente. Contudo, a água do poço só foi canalizada para as casas há pouco tempo, segundo o morador Bento: “Não era não. O poço tem..., uns oito anos. [...] Aí agora instalou a água e todo mundo hoje tem a encanação” (BENTO, 2015). Desse modo, as famílias tinham que buscar água no poço.

Ainda segundo Bento, nos dias atuais cada família recebe desse poço de 15 em 15 dias, até 1000 litros de água salobra, que é usada para lavar roupa e louça, fazer higiene da casa, usar no sanitário, dar aos animais, etc.

A segunda fonte de água foi conquistada há cerca de 10 anos e, desde então, os moradores de Pau Branco estão sendo abastecidos com aproximadamente mil litros de água doce que chega até às suas casas a cada 15 dias, conforme esclarece Bento: “o caso meu aqui, é com quinze dias vem a da serra lá da mina de Santa Isabel, água muito boa né. Aí eu recebo uma média de, de oitocentos, mil litros d’água. Cada família né” (BENTO, 2015). Essa fonte

⁸² Na comunidade o tipo de solo não é apropriado para a construção de tanques ou barreiros. A região é plana, com pouca ocorrência de lagoas e com solos profundos e permeáveis, impróprios para armazenar água.

serve também a outras comunidades e é canalizada de uma mina que nasce na comunidade Santa Isabel, que se localiza no pé da Serra Geral, a uma distância de 12 km.

Atualmente, todas as famílias da comunidade estão contempladas com uma cisterna de água para o consumo humano. Em 2003, 10 famílias de Pau Branco foram beneficiadas com uma cisterna de tela-cimento, com capacidade de 15 mil litros para captação de água de chuva. As referidas cisternas foram construídas pela AECOFABA. No ano de 2007, as demais 65 famílias foram atendidas com uma cisterna também de tela-cimento, implementadas pela Companhia de Ação Regional (CAR), órgão do governo do estado da Bahia.

A partir de 2010, a comunidade de Pau Branco passou a receber tecnologias do P1+2. As primeiras 20 famílias foram contempladas com uma cisterna de produção com capacidade de 52 mil litros. Estas cisternas foram construídas pelo CASA com recursos do convênio celebrado com a SEDES, do governo da Bahia⁸³.

Outra etapa foi concluída em Pau Branco em 2012. Mais 10 famílias receberam uma cisterna de produção com sistema de captação da enxurrada. O programa foi também executado pelo CASA com recursos provenientes da Petrobras.

Em 2014, o P1+2 atende em Riacho de Santana várias comunidades com cisternas de produção e barreiro trincheira. Mais 10 famílias de Pau Branco são beneficiadas com uma cisterna-calçadão com recursos do MDS. Com estas últimas, na comunidade 40 famílias passaram a ter uma cisterna de produção⁸⁴.

É conveniente dizer que diversos fatores contribuíram para que as famílias de Pau Branco conquistassem esse significativo número de cisternas. Entre eles, está a determinação das famílias beneficiárias e da associação da comunidade. As famílias porque acreditaram em produzir hortaliças com a água de chuva coletada na cisterna; a associação porque buscou formas de comercializar o excedente vendido para o PAA. O CASA e a Comissão Executiva Municipal da ASA de Riacho de Santana também merecem crédito porque apostaram na capacidade das famílias de Pau Branco.

A produção de hortaliças com a água das cisternas de produção motivou algumas pessoas a aumentarem a produção, tanto de hortaliças como de forrageira, e para isso perfuraram poços artesianos, de modo que hoje na comunidade existem 1 poço público e 10

⁸³ A partir de 2008, a ASA-Bahia inicia uma série de negociações com a SEDES que resultaram na criação Projeto Água para Todos, pelo governo do Estado. Desde então as organizações da ASA têm participado das chamadas públicas.

⁸⁴ A partir de outubro de 2015, o P1+2 iniciou o atendimento de mais 7 famílias de Pau Branco que somadas às outras 40 existentes, serão ao todo 47 famílias atendidas com uma cisterna de produção. Também 22 famílias de Tanque de Claudiano estão sendo atendidas com a cisterna de produção, modelo calçadão. Quando concluídas, essas 22 cisternas se somarão às 25 que já existem, totalizando 47 cisternas de produção em Tanque de Claudiano.

particulares. A água desses poços possui teor de sais maior do que o normal, por isso não se destina ao consumo humano.

Por sua vez, a luta pela água em de Tanque de Claudiano, principalmente nos primeiros anos de existência da comunidade, não foi tão diferente. Lá também as primeiras famílias buscavam água em um tanque ou barreiro existente na localidade que, inclusive, deu o nome para a comunidade.

Em função do relevo acidentado nas terras baixas, a água se concentrava no subsolo e as famílias se aproveitavam dessa condição e escavaram buracos, chamados também de cisternas ou poços, com profundidade que podia chegar a 20 metros. Geralmente, nessas perfurações minava água salobra em pequenas quantidades. Essa água era utilizada para os diversos usos da moradia e para dessedentar animais. O número de cisternas era pequeno para as necessidades dos moradores, que aumentava com o passar dos anos. Embora a água fosse partilhada, mesmo assim era preciso buscá-la em outras localidades onde houvesse tanque ou minações. O maior problema, no entanto, era com a água de beber, que podia ser buscada no córrego Olho D'água que nascia em dos estreitos vales dentro da comunidade. Pelo fato das localidades circunvizinhas a Tanque de Claudiano possuírem um relevo acidentado com a maior parte de terras elevadas, a água de chuva se infiltrava no solo e se escorria ao longo dos meses, mantendo o córrego corrente por alguns meses no período chuvoso, mas isso foi há 3 ou 4 décadas passadas. Atualmente no córrego só desce água durante poucos dias nos meses de chuva.

A água doce e potável se encontrava há uma distância média de 12 km nas minas que nasciam na Serra Geral ou que brotavam em comunidades próximas dela. A saída para os moradores era buscar a água pra beber nas diversas nascentes próximas da serra e, para isso, utilizaram durante muitos anos jumentos como meio de transporte, até que as cisternas de consumo humano chegaram na comunidade. Inicialmente, as famílias buscavam água nas minas mais próximas que secavam no período sem chuva ou da seca, até que secaram definitivamente.

Segundo diversos depoimentos, muitos comentaram que as dificuldades aumentavam em determinados anos e que nascentes mais próximas secavam. Salientamos que à medida que aumentava o desmatamento, principalmente de nascentes de córregos, a água ia diminuindo. Seu Juvenal, morador da Comunidade Tanque de Claudiano, falando sobre a luta constante de sua família recorda que a água “foi diminuindo, acabando, acabando, foi indo. Da água que corria aí nesses córregos aí voltou pra cisterna, da cisterna foi indo cisterna secou,

voltou pra poço artesiano, até poço artesiano agora tá secando tudo e não dá água” (JUVENAL, 2015). Ele continua se referindo sobre a redução das fontes de água e lamenta sobre a situação de uma das mais importantes da região: “Buqueirão de Cima ainda tem uma minaçozinha fraca. Tem vez que nem água pra Buqueirão, pra cidade não vem” (JUVENAL, 2015).

Há cerca de 4 km da comunidade se encontra o distrito de Botuquara, que no passado foi um povoado chamado de Buqueirão, onde passa o riacho Buqueirão que também nasce da Serra Geral e que hoje também só corre poucos dias durante o período chuvoso. Em Botuquara há uma rede de água encanada da serra e era lá que a maioria das famílias de Tanque de Claudiano ia em busca de água para beber.

Nas últimas décadas vários poços artesianos foram perfurados pelo governo do estado, com a finalidade de oferecer água encanada para famílias da zona rural através de sistemas simplificados de água. Como o subsolo da região onde se localiza Riacho, e em 70% do Semiárido, é o cristalino, nos poços perfurados quase sempre a água encontrada é pouca e salobra. Contudo, os sistemas simplificados tem resolvido parcialmente a questão da água para outros usos nas moradias e para dar água aos animais. A maioria das famílias de Tanque de Claudiano recebe água desses poços durante uma ou duas vezes por semana, mediante o pagamento de uma taxa mensal de R\$ 10,00. Os moradores são abastecidos com água 6 poços tubulares perfurados em localidades da comunidade ou dos arredores (Lagoinha, Lagoa, Tanque Novo, Cajazeiras, Olho D’água, Olimpão e Furandinho).

Para beber e cozinhar as famílias usam água da cisterna de consumo humano. Para os demais usos e dessedentação animal, 70,1% (54) das famílias utilizam água de poços tubulares; 19,5% (15) utilizam apenas água das cisternas de minação e 9% (7) usam de duas fontes: de poço tubular e cisterna de minação. Apenas uma família, composta por uma única pessoa, declarou que utiliza a água da cisterna de consumo humano para beber, cozinhar e demais usos.

A garantia do uso constante de água potável numa das localidades da Comunidade de Claudiano teve início em 2005, quando cinco famílias foram contempladas com uma cisterna de consumo através de uma etapa do PIMC com recursos da Febraban que estava sendo executada na comunidade Gurunga, vizinha de Baixa Grande, uma das localidades que integram Tanque de Claudiano.

Quatro anos após, em 2009, 40 cisternas de consumo foram construídas pelo PIMC com recursos do Programa Água para Todos/SEDES e MDS. Em 2010, o PIMC atende mais 50 famílias com cisterna de água de beber. Os recursos foram repassados pelo MDS em

parceria com o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) órgão do governo federal e Fondo de Cooperación para Agua y Saneamento (AECID) do governo da Espanha, totalizando em Tanque de Claudiano e suas localidades cerca de 90 famílias atendidas.

As primeiras 10 cisternas de produção, modelo enxurrada, chegaram à comunidade em 2010 com recursos do Programa Água para Todos/SEDES do governo da Bahia e do MDS. A outra etapa, de 15 cisternas de produção do modelo calçadão, foi executada em 2013/2014 com financiamento do MDS⁸⁵.

Durante a pesquisa de campo, através das entrevistas, da aplicação dos questionários e da observação participante, depoimentos bastante reveladores foram colhidos, muitas conversas detalharam aspectos importantes da comunidade. Inicialmente tentaremos mostrar um quadro de como era a vida das pessoas até o momento em que elas conquistaram as cisternas e, posteriormente, serão relatados os impactos vivenciados pelas famílias e comunidades.

A falta de água para beber, assim como para outros usos, sempre foi muito grave. Um problema que, ainda em muitos lugares, continua sendo vivenciado pela população difusa do meio rural do Semiárido. Problema esse não enfrentado pelas autoridades há até pouco tempo atrás. Infelizmente o sertanejo parecia ser invisível e sua condição humana era desprezada.

Nessa perspectiva, em documento intitulado “O lugar da convivência na erradicação da pobreza,” a Coordenação Executiva da ASA-Brasil explica a questão da desigualdade no acesso a água no Semiárido:

Nesse contexto, a dificuldade no acesso à água, que em parte seria resultado do índice pluviométrico e da elevada taxa de evapotranspiração, é consequência, mais do que tudo, de uma política concentradora da água, através da qual uns poucos privilegiados detêm a posse de quase toda água do Semiárido, enquanto outros morrem de sede. (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2011, p. 3).

Nas comunidades pesquisadas o abastecimento foi sendo resolvido aos poucos como foi relatado na seção anterior. Antes da chegada da cisterna de consumo, a dificuldade das famílias pelo acesso à água doce e potável para beber era muito grande, talvez fosse a principal. Diversos foram os depoimentos, tanto de moradores de Pau Branco quanto de Tanque de Claudiano, sobre a labuta pela busca da água em diversos lugares da região, em minações ou encanações de água doce que descia da Serra Geral. Algumas famílias relataram

⁸⁵ Mais 22 cisternas-calçadão estão sendo construídas pelo P1+2/CASA em Tanque de Claudiano desde outubro de 2015, com recursos do MDS.

que buscaram água por mais de quarenta anos, outras não menos de vinte. Os depoimentos que se seguem esclarecerão minimamente a vida sofrida das pessoas na luta pela água.

Na comunidade de Pau Branco onde as terras são mais planas, usava-se o carro de boi para transportar água, madeira, mantimentos colhidos nas roças, mandioca, lenha, etc. Na fala de Vicente, morador da comunidade, fica evidente quão difícil era a falta de água e o uso do carro de boi para buscar água:

Essa semana eu tava conversando não sei com quem foi, com alguém, a gente tava lembrando uma época dessa, uns dez anos atrás aqui eu acho que dificilmente você ia encontrar as famílias reunidas aqui. Umas estariam aqui a uns oito, dez quilômetros com um carro de boi pegando água pra beber, quando achava. Que tinha umas que chegava lá, não achava e voltava pra traz sem água, é. É uma realidade que nós, que nós aqui enfrentamos [...]. Eu sou mais novo, não peguei tanto, mas pelo depoimento de pessoas mais velhas, falava que aqui era mais sofrida ainda. (VICENTE, 2015).

O Senhor Zé de Macário, umas das pessoas mais idosas da comunidade de Pau Branco, relata que no tempo em que ele buscava água não havia vasilhames de metal ou de plástico. A água era envasilhada em cabaças,⁸⁶ conforme ele explica:

Queta moço, era dificuldade doída. Ia panhar no Riacho Danta ou na Santa Rita. Panhar no jegue, na bruaca, nem lata possuía nesse tempo, era cabaça, cabaça... Agora, forrava de capim e trazia aquelas cabaça dentro das bruacas... panhando água. Dize! Que eu não alcancei... dize que tinha menino que até dormia chorando com fome porque não tinha água pra beber, não podia dá comida os menino. (ZÉ DE MACÁRIO, 2015).

Sobre as dificuldades, ele continua falando das longas distâncias percorridas, pois as comunidades Riacho Danta e Santa Rita ficam distantes de Pau Branco cerca de 9 km. Todavia, devemos considerar que as dificuldades eram acentuadas nos anos mais secos, quando as fontes mais próximas secavam e, desse modo, maiores distâncias precisavam ser percorridas.

A precariedade fazia parte da labuta pela busca da água. Juvenal, de Tanque de Claudiano, também faz referência à escassez de vasilhames apropriados para o transporte de água ao dizer que:

⁸⁶ Cabaça significa um fruto da cabaceira de vários tamanhos e de considerável resistência. Os maiores depois de secos e limpos por dentro serviam de recipiente para armazenar e transportar água. Durante muito tempo, cabaças com capacidade de 2 a 5 litros eram usados pelos camponeses para guardar a água que eles bebiam durante o dia de trabalho na roça. Também conhecido como porongo, no Rio Grande do Sul parte da cabaça é usada para confeccionar a cuia onde se toma o chimarrão. No Nordeste, aberta ao meio transforma-se em duas cuias, que eram muito utilizadas como utensílio doméstico. Atualmente foram substituídas por vasilhas de plástico.

Logo no começo era lata. Essa lata de querosene que desocupava [...]. Aí fazia uns caixão que pegava duas latas em cada um. Aí levava quatro latas e botava numa carga e trazia praqui. Quem não tinha, ia panhar na cabeça e daqui lá é o que? Uns três quilômetros ou mais. (JUVENAL, 2015).

Maria Aparecida, de Tanque de Claudiano, relata que mora na comunidade há vinte e seis anos e que só há seis deixou de buscar água longe de casa, após ter sido contemplada com uma cisterna de beber. Ela ia pegar em Botuquara, ou em outras comunidades vizinhas e mais próximas da serra, numa distância média de três km, conforme lamenta: “Era muito sofrido, pegava água em Botuquara, Riacho Fundo, Alagadiço, carregava de jegue, de cabeça, pedia ajuda a alguém que tinha carro, mas não era todo dia que tinha. Acontecia pedir e achar e acontecia esperar e não ter, mas era muito sofrido” (MARIA APARECIDA, 2015). Ela esclarece, ainda, que uma ou duas vezes por semana ocupava-se o dia todo para buscar água para beber:

Era o dia inteiro todo. Chegava aqui eu despejava aquela carga, bebia um cafezinho e voltava pra traz, aí o jumento sofria, porque trazia os tamborão grande de cinquenta litros, empencava de garrafinhas, baldim, tudo que era garrafa que a gente encontrava na estrada, já andava com um cordãozinho, pra empencar no jegue pra aumentar a água. [...] Dez litros na minha cabeça e no jumento trazia uma carga de cinquenta litros. (MARIA APARECIDA, 2015).

Continuando, Maria Aparecida conta que para outros usos (lavar louça, higiene da casa, tomar banho) a água era buscada na própria comunidade ou nos arredores. Ela lamenta que não tivesse vasilhames, dornas ou tambores, para armazenar a água salobra:

Quantas vezes? Panhava todo dia, todo dia, todo dia, a gente não tinha assim essas vazias pra armazenar. A gente era besta demais! Acontece que cê panhava duas carga e só tinha vazia suficiente pra despejar aquelas duas carga. Então todo dia cê tinha que panhar. Dois, três camin, dois, três camin no jegue. (MARIA APARECIDA, 2015).

Relato semelhante foi feito por Margarida, moradora de Pau Branco. Ela fala da sua rotina diária em busca de água, para os diversos usos da casa:

Oh, moço, cê tinha água nos tanques né, nos tanque lá que cê ia pegar [...] trazia na cabeça [...] menos de um km. Mas tinha que pegar água nos tanques [...] várias vezes, tinha hora que cê ia de manhã, de tardinha tornava ir [...] todo dia tinha que ir lá panhar, que se não deixasse sem panhar, no outro cê não dava conta de panhar água pra... (MARGARIDA, 2015).

Buscar água na cabeça era comum, entretanto, as pessoas contaram com o trabalho indispensável dos jumentos ou jegues. Na comunidade de Tanque de Claudiano todas as

famílias criavam de um a três jumentos para transportar produtos, sendo a água o principal deles, ou também para montaria. Muitas famílias ainda criam esses animais, mas a maioria vendeu depois da chegada das cisternas de consumo em 2009. Além dos animais era preciso ter os arreios, uma cangalha e dois tambores de zinco de 30 litros cada. Cada jumento transportava sessenta litros de água em dois tambores.

O relevo acidentado de Tanque de Claudiano torna o jumento um animal mais adequado que o boi, por exemplo, para subir e descer as inúmeras ladeiras presentes nas estradas. Esse animal foi tão importante para os moradores que, segundo o morador Juvenal, sem o jumento viver no lugar era praticamente inviável. Vejamos o seu depoimento:

Era o jumento. Era o único animal de carga, era o jumento. Burro mesmo era algum que tinha. Muito difícil. O animal de carga só era jegue. Tinha gente que tinha dois, três jegue aí na manga. [...] Esse pessoal aí do Tanque, todo mundo aqui. E muita gente até hoje nunca desfez. [...] Aqui o único animal que mais ajudou o povo aqui mesmo, no tempo dessas crise foi o jegue, se não fosse o jegue aqui nego morria era de sede. Todo mundo morria de sede, que não tinha condição de carregar água. Carro ninguém tinha, pagar o povo não podia pagar. Então o seguinte era esse, tinha que botar... [...]. Tinha vez de descer cinco, seis jegues de carga, um atrás do outro aqui ó, indo pro lado do Buqueirão, Baixa, Riacho Fundo, caçando água onde achasse aí. (JUVENAL, 2015).

Durante muito tempo o jumento foi o principal meio de transporte na comunidade de Tanque de Claudiano, mas certamente também em muitas outras localidades do município de Riacho de Santana e da região semiárida. Sobre a importância desse pequeno animal, Aziz Ab'Sáber, descrevendo sobre “Caatingas: o domínio dos sertões secos”, relata as dificuldades que os sertanejos tinham para transportar seus produtos, quando ainda não havia estradas e meios de transportes modernos. Ao se referir ao jumento, ele diz que “em muitos sertões, entretanto, mais recentemente, o carro de boi foi trocado pelo uso generalizado dos jegues – um burrico pequenino e resistente, que se adaptou perfeitamente aos mais diversos serviços em todos os sertões secos” (AB’SÁBER, 2003, p. 97). O autor, ao descrever sobre os períodos secos, discute a utilidade do jumento no transporte de água: “a cena de garotos tangendo jegues carregados de pipotes d’água retirada de poços cavados no leito dos rios tornou-se uma tradição simbólica ao longo de ribeiras secas” (AB’SÁBER, 2003, p. 88). Na sua fala, Ab’Sáber deixa claro o uso do jumento para transportar água como algo comum no sertão nordestino. Podemos inferir que, em muitas regiões, ainda continua sendo usado como meio de transporte.

Na comunidade de Tanque de Claudiano, uma família ainda utiliza o jumento para transportar água salobra de poço tubular. Numa das visitas tivemos a oportunidade de

fotografá-lo. As figuras 16 e 17 mostram um jumento transportando água e outro usado para montaria.

Figura 16 – jumento transportando água



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 17 – jumento usado para montaria



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Os diversos depoimentos sobre a dura luta pela busca da água deixaram evidente como viviam as famílias das comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano antes da chegada das cisternas de consumo humano e produção. Os depoimentos a seguir evidenciarão impactos que promoveram mudanças necessárias e importantes para as pessoas dessas comunidades.

A água para beber e para demais usos é um direito humano básico que foi negado e ainda o é para muita gente que habita o Semiárido. O direito à água é tão fundamental para a garantia da segurança alimentar das pessoas, que a sua negação só pode ser compreendida como total falta de sensibilidade para com a condição humana dessas pessoas.

Uma das maiores dificuldades era buscar água longe, principalmente para as mulheres. Isso fica claro na fala de Bento, morador de Pau Branco, quando perguntado sobre o que mudou na vida de sua família: “Ah, viche, não dá nem pra... Ficou uma tranquilidade! Que as mulher coitada, era um sacrifício. Todo mundo, mais eu falo a mulher que pra panhar água né... Ia panhar, lavar roupa na cabeça, rastava peso” (BENTO, 2015). Margarida, também de Pau Branco, argumenta com alegria o quanto é bom ter água do lado da casa: “Ah, viche, mudou muito (risos), que hoje graças a Deus cê tem ela aí. É aqui mesmo, pertinho aí, a gente vai lá enche o balde pra o consumo e tudo. Não tem negocio de cê tá saindo pra pegar água. Ela tá no terreiro, (risos)” (MARGARIDA, 2015).

Outra questão que afligia as mulheres era a preocupação de não ter água em casa. Essa preocupação era constante, porque todo dia era preciso buscá-la. Isso mudou de tal maneira que Maria Aparecida, de Tanque de Claudiano, demonstra o quanto significa ter uma cisterna de água de beber do lado da sua casa. Eis o que ela diz:

Moço, pra mim mudou, pra mim mudou muito, praque eu panhava essa água de oito em oito dia, e ficava reclamando, que eu reclamava! Gente! Cês não estróis água que eu não tou quentano mais, gente cês não estróis água que as pernas já acabou. Então hoje, eu reclamo assim: pra não deixar a caixa aberta, pra panhar o limite que tem que gastar. Que também cê não pode deixar estruir, né. Mais pra mim mudou, mudou que eu me sentir que, parece que eu fiquei até mais nova, de preocupação de tá pegano esse jegue na roça, pra arriar, tinha hora que cangaia quebrava no mei da estrada, era pedino os outro. Então minha vida miorou, pra mim e pra meus fi, né. (MARIA APARECIDA 2015).

As pessoas que mais se beneficiaram com aquisição das cisternas foram as mulheres, porque, infelizmente, abastecer a casa com água quase sempre foi trabalho de mulher e até de crianças. Além da despreocupação com essa obrigação, as mulheres também foram agraciadas com a disponibilidade de mais tempo quando deixaram de buscar água, para si próprias ou para se dedicarem a outras tarefas em casa ou na roça. O tempo gasto na busca de água no sertão nordestino pode ser quantificado, pois “estudos da Embrapa Semiárido apontam que

naquela região uma pessoa pode passar até 36 dias por ano exclusivamente em busca de água” (GOMES, 2014, p. 23). Há pessoas nas comunidades que afirmam que, depois de deixarem de buscar água, o tempo passou a sobrar e ser aproveitado para outras atividades. Em Tanque de Claudiano, por exemplo, Maria Aparecida confirma que:

Sobrou mais, sobrou mais pra mim, meu tempo sobrou mais, porque a gente plantava esse andu, mas, não aproveitava todo. Depois dessa água de beber e água de servir, eu sobrou mais tempo pra mim. [...] se tiver andu eu vou dibuiá, se não tiver eu vou destocar minha roça. Igual agora, eu já estou destocando. Então o tempo pra mim sobrou mais, que essa preocupação deu panhar água eu faço outro serviço, né? (MARIA APARECIDA, 2015).

Outro morador do Tanque também se refere ao melhor uso do seu tempo depois que foi beneficiado com a cisterna de beber: “estou ganhando mais tempo, não tem aquela perda de tempo, hoje eu não tinha nem tempo pra estudar, porque o tempo que eu teria pra estudar estava preocupado como eu já disse, em busca dessa água” (MARIANO, 2015).

Outro aspecto relevante em relação à água de beber é a sua qualidade. Antes de consumirem água de chuva muitas pessoas eram acometidas de doenças infectocontagiosas. Os depoimentos seguintes conferem à água da cisterna de consumo humano qualidade de água potável. O simples fato de beber água de chuva foi motivo da melhoria das condições de saúde das pessoas, conforme a afirmação Marlene, moradora de Pau Branco:

Melhorou bastante, por exemplo, naquele tempo que a gente pegava essas águas lá fora, principalmente as crianças sofria muito com diarreia e hoje possamos dizer assim, por exemplo, minha filha hoje é um problema que eu quase não enfrento. Que hoje a água é bem tratada, naquele tempo a água não era bem tratada, a água vinha das enxurradas ia pros tanques e às vezes a precisão fazia que você imediatamente fosse pegar essa água e tomar mesmo. Então assim, tinha mais doença, principalmente a questão da diarreia, e hoje a verminose, hoje diminuiu bastante. (MARLENE, 2015).

A redução de doenças, como diarreia e verminose, depois do uso da água de chuva é confirmada por moradora da comunidade de Tanque de Claudiano:

Pelo que eu vejo falar aqui, eu... que tá todo mundo feliz e satisfeito. Porque de primeiro, não dava tempo de chegar [...] cê topava dois, três, “minha menina está com diarreia!” Outa hora, eu mesma, era a vida ir na casa dos vizim pra dá... Então era devido a água, e agora mudou, a caixa é limpinha, é tratada, todo ano eu lavo. Tem hora que eu joga o resto da água assim numas vazia, vou aproveitano, joga com dó, eu falo: eh meu Deus tanto que, que eu já corri atrás de um gole d’água. Hoje joga fora um balde bom com água boa. Então pra mim miorou, pra mim meus fi miorou. [...] Prá mim mudou muito, meus menino nunca mais sentiu diarreia. A mais pequena foi essa. Quando levantou, essas duas estava novinha, essa caixa aí.

Não tem esse duencismo, é difícil eu procurar o médico pra elas, com diarreia é difícil. Então pra mim mudou muito. (MARIA APARECIDA, 2015).

Na figura 18, observamos o sistema de captação de uma cisterna de consumo humano: o telhado, a calha, os tubos e um coador de zinco, onde esta fixada uma telha de náilon de malha bem fina. Todos os anos as famílias precisam tomar certos cuidados para colher a água de chuva bem limpa. Por isso, as primeiras chuvas não são coletadas para que o telhado seja lavado. As calhas, os tubos e o coador precisam ser limpos. Somente depois desses preparativos é que a água deve entrar na cisterna. Numa das cartilhas entregues às famílias durante a capacitação de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) também são recomendados lavar e pintar externamente a cisterna uma vez por ano, entre outros cuidados.

Figura 18 - Casa com cisterna de consumo em Tanque de Claudiano



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Continuando a tratar dos impactos promovidos pela chegada das cisternas nas comunidades, o camponês José Carlos da comunidade Pau Branco contou como ganhava o seu sustento trabalhando como diarista em outras propriedades da região. Tendo pouca terra e o retorno insuficiente das lavouras de sequeiro que plantava, não lhe restava alternativa senão vender o dia de serviço. Ele estudou na Escola Família Agrícola de Riacho de Santana e concluiu o Ensino Fundamental. Tinha vontade de plantar fruteiras e hortaliças, mas a falta de água o impedia. O simples fato de José Carlos ter sido contemplado com uma cisterna de

produção foi suficiente para ele mudar o rumo da sua vida⁸⁷. O seu depoimento deixa isso explícito:

Rapaz era um negócio complicado, que era um... Só dava diarista, trabalhava pro outro, eu mesmo trabalhei minha vida quase toda, trabalhando de diária pros outros. Pra você ter uma ideia até no corte de cana, o pior serviço que existe na face da terra é aquele e eu já trabalhei. [...] Quando eu voltei de lá da escola que eu vim pra comunidade, que eu casei, construí família, as condições não tinha água, o pensamento meu era trabalhar com isso, mais não tinha água, não tinha as condições, aí não deu as condições. Aí foi partir mesmo pras diárias como eu falei. Depois quando veio a caixa, que agora veio a caixa, veio o poço pra mim, aí agora veio o meu sonho que eu tinha antes. Que meu sonho era esse mesmo era mexer com isso aí ó. Mais depois das caixas que veio as condições, me deu condição de trabalhar aí agora... [...] Ah, mudou muito, mudou cem por cento. Aí hoje todo mundo trabalha na sua propriedade, grande ou pequena. Todo mundo, aqui as propriedades é sempre pequena, essa base de cinco hectares, a maioria de cinco hectares a dez. [...] É hoje todo mundo produz pra seu sustento e aí agora já tem pra entrega, a maioria através das caixas. [...] Já pensou o cara tá numa área, numa área que nem a gente vivia aqui sem água, receber uma caixa dessa e aí mudar sua vida. Tem desvantagem uma coisa dessa aí? Só tem vantagem! Só tem vantagem. Você ser um diarista e depois voltar e trabalhá por conta própria. (JOSÉ CARLOS, 2015).

Além de José Carlos, outros entrevistados e as pessoas que responderam o questionário⁸⁸ e que possuem uma cisterna de produção do P1+2 se declaram muito satisfeitas. Os depoimentos deixam claro que as mudanças ocorridas realmente são significativas e importantes para as famílias. A partir da produção de hortaliças começaram a mudar a alimentação com a inclusão verduras. Inicialmente, produziam somente para o consumo, mas posteriormente, começaram a vender o excedente para o PAA. As cisternas passaram a ter a funcionalidade esperada e as famílias entenderam a necessidade e a possibilidade de utilizarem a água com racionalidade, colocando em prática muitos dos objetivos do P1+2. O consumo de hortaliças certamente contribuiu para melhorar a saúde das pessoas e a venda ajudou a melhorar a renda das famílias. Adiante, os depoimentos confirmarão estas afirmações. Um morador de Pau Branco fala com muito entusiasmo da chegada da cisterna de produção:

Ah! Isso foi um sucesso! Porque a nossa comunidade é, foi considerada uma das comunidades do município, uma comunidade mais secas da região. Aonde nós produtores que vivemos da agricultura se precisasse de uma verdura, nós tinha que comprar no mercado, né, nem sabendo de onde ela vinha. Se quisesse comer um pé de alface, um mói de tempero verde, precisaria comprar. Hoje não, hoje nós temos,

⁸⁷ José Carlos com a venda de verduras economizou dinheiro suficiente para perfurar um poço tubular em sua propriedade. Com maior oferta de água ele, além de hortaliças e fruteiras, produz capim forrageiro e sorgo para encher silos, planta palma forrageira. Enfim, hoje está com sua pequena propriedade bem estruturada.

⁸⁸ Entre entrevistados e pessoas que responderam o questionário, na comunidade Pau Branco 40 famílias foram contempladas com uma cisterna de produção e 25 famílias em Tanque de Claudiano também foram beneficiadas com uma destas cisternas.

tão tendo de fartura pra nossa mesa, pra nossa casa, pra nossa família e ainda tão tendo pra vender, pra arrumar um dinheirinho a mais. Então a mudança da cisterna de produção ela não tem nem número de falar em palavras o quanto foi interessante, o quanto foi uma bondança, chamo de bondança, porque satisfiz as pessoas em geral que tem a cisterna. [...] É se nois for ver a história do passado comparando o futuro do hoje, o futuro... eu vejo que não tem outra alternativa melhor do que essa do ASA, do CASA, que também são ligados um ao outro né. E que milhares de famílias, de pessoas assim como eu deve tá satisfeito, feliz, porque a gente não pensava de a gente um dia receber né, uma solução pra nossa, pra nossa sobrevivência. (OSVALDO, 2015).

A próxima fala sobre a cisterna de produção expressa a opinião de uma mulher, também da comunidade Pau Branco. Vejamos o que ela afirma:

É isso aí que cê tava perguntando e eu fui falando... É isso aí, que depois dela aí no caso a gente planta, como no caso, pra gente comer, cê sabe o que tá plantano pra comer e também que nem agora a gente ganhou essa caixa aí, aí agora vei o projeto né, esse projeto do PAA. Aí a gente tá plantano e entregano pra o projeto. Então dali da caixa, que nem o caso, cê tá plantano, cê tá comeno sem ser preciso cê comprar lá na feira e também tá vendeno pra comprar outras coisas, pra, outras alimentação, né. (MARGARIDA, 2015).

A seguir as figuras 19 a 22 apresentam imagens de cisternas de produção das comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano.

Figura 19 – cisterna-enxurrada



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 20 – cisterna-enxurrada



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 21 – Cisterna-calçada



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 22 – Cebola colhida na cisterna-calçadão



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Além das cisternas de produção, existe outro tipo de tecnologia na comunidade de Tanque de Claudiano: uma barragem subterrânea, construída numa baixada por onde escorre muita água de enxurrada durante o período chuvoso, que vai de novembro a março. A barragem foi localizada onde já se plantavam hortas. As condições de solo e relevo são ideais. Apesar de ter sido construída há pouco tempo (em 2014), os resultados são satisfatórios, visto que o barramento feito dentro do chão, da superfície até a rocha, funcionou a contento, represando a água da chuva que escorre pelo solo. No meio da barragem foi construído um poço amazonas que permanece com água até próximo à borda, sinal de que toda a área de terra que está a montante do barramento está bem umedecida. Essas condições possibilitam o cultivo de hortaliças, fruteiras, lavouras sazonais como milho, feijão, mandioca e plantas forrageiras numa área de aproximadamente um quinto de hectare (2.000m²). Raimundo, o dono da barragem subterrânea, mostrou-se satisfeito e entusiasmado com a possibilidade de produzir alimentos e dela retirar a sua renda:

Com certeza dá pra tirar renda! Dá, que cê pode aumentar a prantação que fazia. Cê pode fazer irrigação pra milho que nem eu falei, feijão, aumentar mais a mandioca que a água guenta. Dá espaço pra isso. Que cê pega o período de seca é seis mês, três mês dá pra cê prantar de boa. Cê pega ali, agosto, setembro e outubro, já tá chegando as águas. Dá pra fazer de boa! [...] Dá com certeza! Eu mesmo, eu já falo por mim, a partir do ano que vem eu não quero arribá mais uma paia em terreno dos outros. Só o que eu tenho na barragem dá pra fazer... que eu vivo... inda dá pra botar

um empregado no caso, que é meu planejamento pra o ano que vem. Que esse ano já quero deixar tudo pronto, fazer tudim. Pra mim eu já não quero mais preocupar com negócio do ganha pão. Eu acho que tô sossegado, no momento eu tô sossegado. [...] Com certeza dá! A barragem pra mim foi uma riqueza. Que eu deito hoje e amanhã eu já sei que eu vou fazer na barragem. Vou cuidar das prantação e pra vender a retai na feira, vender pra um, pra outro. Dá pra cê viver de boa! Sem precisar preocupar pra ir pra corte de cana, essas coisa. Não precisa esquentar a cabeça, graças a Deus. Só depende de eu fazer mesmo! (RAIMUNDO, 2015).

Na imagem a barragem subterrânea não aparece o barramento que fica dentro do chão. Porém, na figura da barragem em construção ao lado esclarece eventuais dúvidas, como mostram as figuras 23 e 24.

Figura 23 – Barragem subterrânea em T. de Claudiano



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa de campo – 2015

Figura 24 – Barragem subterrânea em construção



Fonte: CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

Para produzirem hortaliças as famílias participaram de capacitações realizadas pelo CASA/ASA: uma sobre Gestão de Água para a Produção de Alimentos (GAPA) e outra sobre Sistema Simplificado sobre Manejo de Água (SSMA). Nessas capacitações, entre outros temas, os participantes receberam orientações práticas e teóricas sobre a produção de hortaliças sem uso de agrotóxico e adubos químicos; o uso racional da água; a produção de defensivos naturais; os princípios agroecológicos, etc. As capacitações e outras orientações promovidas pelas equipes técnicas do CASA merecem crédito, porque as famílias de Pau Branco e Tanque de Claudiano produzem alimentos limpos de agrotóxicos. Este fato tem sido motivo de orgulho para os camponeses das comunidades, conforme comenta Edson Dias Moreira, presidente da associação de Pau Branco:

A gente trabalha de forma orgânica, pelo menos a gente entende que é orgânico e a gente segue muito a orientação dos cursos que o pessoal do, do CASA, no caso, que fez as capacitações. O pessoal muito dentro daquele, dentro das questões naturais. E também tem sempre trabalhado esse foco de trabalhar de forma sustentável né. (MOREIRA, 2015).

Nas capacitações foram preparados certos tipos de defensivos naturais. O uso destes defensivos pelos camponeses tem sido diversificado e experimentado. Contudo, o que mais importa é que o uso do agrotóxico tem sido evitado no cultivo de hortaliças, conforme

Reinaldo, de Pau Branco, confirma: “agora o veneno nois não usa não. Aí nas hortaliças, inclusive hoje eu não uso mais em nada” (REINALDO, 2015). Prosseguindo, ele diz que segue as orientações recebidas nas capacitações do P1+2: “moço eu tô sempre com esse trabaio do ASA aí. A gente acompanha. Vem as pessoas dar o curso aqui, eles manda vim, ensina a gente as coisas. A gente usa...” (REINALDO, 2015). Nos relatos ficou evidente que é preciso persistência, que os defensivos naturais possuem uma ação mais lenta e devem ser aplicados preventivamente. Associadas aos defensivos outras medidas devem ser utilizadas, como plantas repelentes e até mesmo a eliminação de plantas doentes ou muito infectadas.

Alguns tipos de defensivos usados pelos cultivadores de hortaliças são citados por Edson Dias Moreira:

O biogel foi uma das receitas que eles orientou o pessoal aqui, que o pessoal usa bastante né. Tem o... E outras plantas que invés de jogar o veneno, joga essas plantas naturais, o próprio angico que foi falado pra fazer... O nim, a pimenta né, tem essas receitas e tem dado certo né. Há um grande índice de pragas, esse ano mesmo teve muita praga aqui né, e de certa forma tem contribuído pra amenizar a situação. É o desafio de produzir de forma orgânica... (MOREIRA, 2015).

Como se constata é trabalhoso preparar os defensivos, cuja eficácia é menor que a do agrotóxico, por isso é preciso persistência e determinação para continuar produzindo sem uso de agrotóxico. As hortaliças podem ter tamanho menor e serem menos vistosas do que aquelas que são produzidas com uso de adubo químico e agrotóxicos.

A produção de alimentos orgânicos cresce constantemente, assim como o medo das pessoas de comerem alimentos contaminados com agrotóxicos. Por isso é preciso produzir alimentos limpos e saudáveis. A proposta de produção de alimentos na implementação do P1+2 tem por base a agroecologia. Isso fica evidente e está em conformidade com a fala do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-BA), Naidison de Quintella Baptista,⁸⁹ quando ele afirma que:

Não queremos agrotóxicos, não queremos transgênicos, não queremos contaminação. Queremos educação alimentar e produção agroecológica, porque a gente quer comida de verdade; qualquer comida não nos basta. Um hambúrguer pra nós não presta. Nossa comida é outra, a de verdade, produzida na perspectiva da agroecologia. (BAHIA, 2015).

⁸⁹ Durante 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª Cesan), realizada em Salvador-BA entre os dias 26 a 28 de agosto de 2015. Naidison de Quintella Baptista também é presidente da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) da ASA-Brasil. (BAHIA, 2015).

Ter hortaliças saudáveis para melhorar a alimentação é uma das principais conquistas das famílias de Pau Branco e Tanque de Claudiano. O primeiro objetivo do P1+2, proporcionar maior segurança alimentar, fica claro para Marlene, de Pau Branco, ao destacar que “a gente produz primeiramente para o consumo da família, que é um dos principais objetivos quando a gente recebe a cisterna e hoje também a gente produz pra entregar no, nesse projeto, que praticamente toda comunidade está envolvida, que é o PAA” (MARLENE, 2015). Entretanto, a venda de hortaliças, ao melhorar a renda familiar, sem dúvida nenhuma é um grande incentivo para as famílias camponesas continuarem cultivando.

A Associação dos Pequenos Produtores de Pau Branco tem feito uma boa gestão, conseguindo vencer chamadas públicas do PAA. Desde a construção das primeiras cisternas de produção, há 4 anos, que os moradores comercializam hortaliças. Os resultados são bastante significativos, como podemos certificar na fala de Edson Dias Moreira:

A gente está em média em quatro projetos né, aquilo que eu falei a gente começou com quarenta famílias, foi pra cinquenta, sessenta e uma e agora setenta e uma famílias que acessa. E tá em média aproximadamente em um milhão de reais que já entrou aqui da CONAB né, uma média. Esse que nós tamos concluindo agora, tá executando foi fechado em 465 mil reais, o projeto de 2014. Cada produtor acessa 6 mil e 500, agora na nova resolução é 8 mil né, no novo projeto que a gente vai renovar ampliou o recurso, cada adap, cada família pode vender até 8 mil reais. A partir de agora 2015, que esse que nos tamos executando foi 6 mil e 500 por produtor. (MOREIRA, 2015).

No seu depoimento, Moreira diz que setenta e uma famílias comercializam para o PAA. É necessário esclarecer que, na comunidade de Pau Branco, das setenta e cinco apenas quarenta famílias possuem cisternas de produção. No último projeto 54 famílias venderam hortaliças, 40 são de Pau Branco e 14 são de comunidades vizinhas que também possuem cisternas de produção.

Todas as setenta e uma famílias produzem bolos, feitos com polvilho, como chiringa, chimango, sequilho, bolo de aipim.⁹⁰ Quarenta delas vendem hortaliças e bolos, as demais trinta e uma comercializam bolos, polpa de frutas e doces. Os alimentos produzidos são entregues para as duas EFAs da cidade e Secretaria de Ação Social da prefeitura municipal de Riacho que repassa para o Centro de Referência da Assistência Social.

Na comunidade Tanque de Claudiano vinte e cinco famílias possuem a cisterna de produção, mas somente dez delas comercializam hortaliças para o PAA e que são repassadas

⁹⁰ A associação conseguiu com o SEBRAE o financiamento de uma pequena fábrica de bolos com todos os equipamentos e receberam capacitações sobre a produção dos bolos, a gestão e a comercialização. As famílias estão organizadas em grupos, onde participam homens e mulheres, que a cada semana, ou em um período definido, produzem os bolos para atender à demanda.

para as mesmas instituições do município. Essas famílias contam com o apoio do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que além de apoiá-las na comercialização de hortaliças, apoiam cerca de setenta mulheres da zona rural de Riacho de Santana também com a produção e comercialização de bolos. O MMC dispõe de uma fabriqueta de bolos na sede do município.

No depoimento a seguir, Mariano, do Tanque, fala da importância da segunda água utilizada na produção de hortaliças que são comercializadas para o PAA:

E hoje também com a segunda caixa, com a segunda água aí, interessante a cisterna de produção, as Mulheres Camponesas que são aproximadamente, não sei o número preciso, mas são aproximadamente mais de quinze, mais de quinze famílias de Tanque de Claudiano que já é membro também do Movimento de Mulheres Camponesas. E com essa cisterna de produção tem mulheres produzindo aqui e já passando hoje para o programa, para o PAA. (MARIANO, 2015).

A venda de hortaliças e bolos para o PAA melhorou a renda das famílias nas comunidades. Em Pau Branco, no projeto⁹¹ que finalizou em julho de 2015, cada uma das 71 famílias recebia R\$ 6.500,00 divididos por um período de oito meses. Outro contrato foi assinado entre a Conab e a associação de Pau Branco que aguarda a liberação de recursos. O valor por família, neste novo contrato, subiu para R\$ 8.000,00 pelo mesmo período. Como foi dito, os produtos são complementados, uma parte de hortaliças e outra de bolos. O percentual das hortaliças na geração da renda corresponde, a aproximadamente, metade de acordo com as informações repassadas por Everaldo: “Eu acredito que deve chegar a 50% ou mais, eu não tenho... Edson poderia falar mais, melhor sobre isso. Mas acredito que gira em torno de 50% ou mais” (EVERALDO, 2015)⁹². Segundo Edson, presidente da associação, cada família deve ter recebido no último projeto “em torno de 500,00 a 600,00 reais por família aqui, em três semanas, três semanas. Que a gente faz prestação de três semanas. De três em três semanas a gente faz uma prestação. Então tá saindo aí nesse valor de 500,00 a 600,00 por, nessas três semanas” (MOREIRA, 2015).

⁹¹ Cada projeto é executado em 8 meses, com começo e fim determinados pela CONAB. Por isso, as famílias camponesas precisam adequar e racionalizar o uso da água das cisternas para que consigam produzir dentro do período definido.

⁹² A metade significa que, 50% são resultantes da venda de hortaliças e os outros 50% da venda de bolos. Portanto, cada família recebeu entre R\$ 250,00 e R\$ 300,00 pela comercialização de hortaliças a cada 3 semanas durante os oito meses de duração do projeto. O total recebido por família, incluindo bolos e hortaliças, foi R\$ 6.500,00.

Podemos constatar que a melhoria de renda das famílias dependeu de vários fatores, entre eles a produção de hortaliça, mas é necessário esclarecer que a comercialização dos produtos para o PAA é fundamental para a entrada de recursos na comunidade.

Outros elementos também precisam ser considerados quando se trata de composição de renda, como é o caso da lavoura de sequeiro, da criação de animais, sem esquecer-se da importância dos benefícios sociais como a aposentadoria, o bolsa família, o seguro safra, etc. Oportunamente retornaremos a essa questão. De todo modo, as oportunidades surgidas por meio de políticas públicas, como o programa das cisternas e do PAA, são importantes para qualquer mudança, pois é isto que ocorreu em Pau Branco, conforme o depoimento a seguir:

A condição de vida da comunidade, dessa comunidade, melhorou ao longo do tempo. [...] E aí veio essa questão da cisterna, que antes não tinha água, mais hoje essas famílias tá tendo acesso à água. Então, isso faz com que as condições de vida das pessoas aqui tá melhor, se tornou melhor e agora com a questão dos projetos da CONAB. Por que antes as pessoas produziam aqui, e não... As dificuldades eram grandes pra produzir e o que produzia não tinha comércio, né. O que a gente discutia muito era buscar uma forma de, de comercializar e hoje tá tendo, né, hoje tá tendo, tá tendo comércio. (EVERALDO, 2015).

Com a produção de hortaliças, bolos e doces, aos poucos as famílias de Pau Branco tiveram que buscar diversas formas de organização. O trabalho na associação teve que ser aperfeiçoado, porque participar de chamadas públicas, fazer a gestão de projetos, organizar a produção e a comercialização exigem muita dedicação e participação dos associados. Pelos relatos, a produção é de responsabilidade de todas as 71 famílias, que se organizaram em grupos. Todas as pessoas envolvidas tiveram que se capacitar para executar as atividades.

O trabalho coletivo foi importante para melhorar as relações de gênero, assim como a divisão do trabalho promoveu a ocupação de atividades pelos homens que antes eram destinadas apenas às mulheres. Essa questão fica evidente no depoimento de Marlene, quando fala da mudança na definição das funções que a mulher e o homem hoje assumem:

Eu acho que melhorou. Por exemplo, alguns tempos atrás, digamos assim, antes desse projeto, dessa cisterna o pensamento de muitas pessoas era assim: o homem ia pra roça e a mulher ficava dentro de casa cuidando dos filhos né, e às vezes ia pra roça, chegava da roça, o marido ia deitar e a mulher ia cuidar das coisas. Com o projeto o homem vai fazer o bolo, as vezes que a mulher vai fazer o bolo, o homem fica na casa, faz o almoço, leva pra esposa lá na fábrica, cuida da filha. [...] Já não tem mais aquele pensamento que só a mulher deve ficar dentro da casa cuidando da casa, hoje já tem aquele pensamento que os dois têm sua obrigação. Eu acho que melhorou bastante. (MARLENE, 2015).

De fato, a mentalidade está mudando. Os homens estão assumindo funções que não eram sequer pensadas. Essas mudanças ocorreram em virtude das novas demandas de produção assumidas pelas famílias da comunidade. O depoimento a seguir é importante, porque revela a nova posição que um dos homens assume hoje nas relações de trabalho e gênero. Vejamos o que diz Sebastião:

Rapaz, (risos) hoje é o seguinte tem que esperar pra fazer, dar conta do recado. Que se não fica pra trás (risos). [...] Tem que cuidar das hortas, que de primeiro, horta, horta de primeiro era só serviço de mulher. Já vi muitos falando que mulher é que tem que mexer com hortaliça, que homem não sabia mexer e hoje é totalmente... Tarefas divididas, né, 50% pra um, 50% pra outro. Não tem aquilo que isso é trabalho seu e eu fico parado, tem que meter a mão na massa. (SEBASTIÃO, 2015).

Nos projetos assinados entre a associação e o PAA, as mulheres tiveram maior protagonismo ao assumirem compromissos com o banco ou obrigações contratuais, antes reservados aos homens. Nessa perspectiva, houve uma mudança significativa, visto que, segundo Moreira, presidente da associação do Pau Branco, pois as mulheres são maioria (97%) quando se trata das obrigações contratuais. Ele comenta esse protagonismo ao mencionar que os recursos resultantes da venda de hortaliças e bolos são depositados diretamente na conta bancária das mulheres:

Hoje ela tem a sua conta, ela mesma movimenta, ela mesma faz com o seu dinheiro aquilo que ela achar que deve ser feito. A questão da autoestima da mulher principalmente porque a gente sabe que a mulher às vezes ficou sempre a mercê dessa participação até dentro da própria família e aí ela mesma tem a sua conta, recebe o seu recurso, ela que administra seu dinheiro. (MOREIRA, 2015).

Conforme o depoimento de muita gente das duas comunidades, as cisternas também contribuíram para reduzir o êxodo rural. Somente quem viveu a insegurança hídrica e, muitas vezes, alimentar, sabe a dificuldade de se permanecer num determinado lugar onde a escassez de água é uma regra, e não uma exceção. A grande maioria das pessoas que respondeu o questionário nas comunidades de Tanque de Claudiano e Pau Branco, quando perguntadas se sentem necessidade ou desejo de deixar a comunidade, disse que não, que quer viver onde está porque tem água, energia e uma pequena renda⁹³ que dá pra viver. Outros motivos que foram apresentados são: a boa convivência com os vizinhos, gostar do lugar por ser tranquilo e sossegado, por ter nascido ou terem vivido maior parte do tempo ali. Observa-se certo clima de otimismo nas pessoas.

⁹³ A aposentadoria tem forte participação na formação da renda das famílias.

No caso de Pau Branco ficou evidente que a comercialização da produção de hortaliças e bolos para o PAA também contribui para a permanência das pessoas no lugar. Sobre isso, Everaldo afirma:

Acho que um dos fatores que a gente pode dizer, com o projeto e com essa cisterna que diminuiu muito na nossa comunidade foi o êxodo rural, hoje praticamente as famílias não tem mais aquela necessidade de sair lá pra fora, que eu acho que ajudou bastante mesmo em toda comunidade, na minha família também. (EVERALDO, 2015).

Ele continua dizendo que, nos dias atuais, acontece o inverso, ou seja, pessoas que tinham saído da comunidade e acabaram retornando: “Hoje tem, tem casos dessas pessoas que estão voltando pra cá, entendeu?” (EVERALDO, 2015). Também há pessoas que moram na cidade, mas que trabalham na comunidade. Everaldo diz que muitos retornam, porque querem ficar próximos aos familiares, ou porque “a vida da comunidade melhorou e muito e hoje você não encontra pessoas que moram aqui e tem o pensamento de ir pra cidade” (EVERALDO, 2015).

Contudo, é necessário dizer que tem gente da comunidade morando fora, como alguns jovens que são técnicos em agropecuária. As oportunidades de trabalho e a pouca quantidade de terra que as famílias possuem na comunidade são razões para isso, embora seja pequeno o número de pessoas que migram, conforme argumenta Reinaldo:

Não, não. Aí, algum sai! Que cê sabe não tem jeito. Os mais jovens aí vai pra essas fazendas aí. mais é pouco que já tava lá também e acostumou também, e por causa não é tanto... [...] É por causa que não tem a terra, a terrinha é pouca, que quase todo mundo aqui tem um pedacinho de terra. Mais pra, mais pra dizer assim, pra tocar lavoura pra viver nela, tem uns mais novos que não é... [...] mais não dá pra poder tocar o, assim por conta, pra poder viver, viver da renda de 4 ha de terra na lavoura como é aqui pra nois não... (REINALDO, 2015).

Com pouca terra e plantando somente lavoura⁹⁴ de sequeiro, principalmente nestes últimos cinco anos de seca prolongada, em que a produção praticamente foi nula, é realmente muito difícil viver sem um adicional de renda.

As análises e os depoimentos sobre as experiências de captação de água de chuva promovidas através de implementação de tecnologias sociais do P1MC e do P1+2, programas da ASA, como as cisternas de consumo humano, cisternas de produção e barragem subterrânea, mostram que, a partir da aquisição destes equipamentos, as famílias de Pau

⁹⁴ É conveniente comentar que toda a produção de hortaliças das comunidades de Tanque de Claudiano e Pau Branco ocorreu durante uma das mais severas secas das últimas décadas.

Branco e Tanque de Claudiano passaram a consumir água de chuva para beber e cozinhar, melhorando a saúde, e a cultivar hortaliças para consumi-las e vendê-las, melhorando a segurança alimentar e a renda familiar.

Podemos afirmar que as experiências promovidas pelos programas da ASA proporcionaram mudanças nas comunidades de Tanque de Claudiano nesses últimos dez anos. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que outros projetos e ações de outros atores também tiveram importante parcela de contribuição.

Saindo de uma dimensão mais localizada e pensando na região semiárida, visto que a ASA atua em cerca de 1070 dos 1135 municípios do Semiárido Brasileiro, revelamos aqui o que disse, por meio de entrevista, Roberto Malvezzi, sobre as maiores conquistas da ASA nestes quinze anos de sua existência. Ele nos diz que:

São realmente muitas conquistas, mas a principal foi intuir e criar o que chamamos de “convivência com o Semiárido”. Eu já defini num texto para o INSA (Instituto Nacional do Semiárido) que conviver é “viver com”. Simples assim. Então, essa leitura do que seja realmente o Semiárido e tentar viver nele de forma adequada, adaptada, essa intuição, é a chave de todas as outras conquistas. Em segundo a capacidade que mais de mil entidades tiveram de tecer uma rede solidária e construir dois programas práticos como o P1MC e o P1+2. Eles deram unidade e praticidade ao que estava intuído, conceituado. Vale lembrar que com esses programas já foram construídas praticamente 1 milhão com a finalidade de abastecimento humano e mais de 120 mil tecnologias para produção. O resultado é que milhões de pessoas passaram a ter uma água digna de ser bebida, uma produção de alimentos ao redor de suas casas, caiu mortalidade infantil para níveis aceitáveis dentro dos padrões da ONU e o IDH do Semiárido mais que dobrou nesses últimos 15 anos. (MALVEZZI, 2015).

É gratificante saber que nossa região semiárida tem passado por mudanças positivas na melhoria das condições de vida da população mais sofrida. Nas comunidades de Tanque de Claudiano e Pau Branco, as famílias camponesas hoje vivem com mais dignidade. Tem-se a expectativa de que os contratos com a CONAB continuem sendo assinados e que as outras melhorias continuem a ocorrer. A realidade é dinâmica, de modo que as comunidades precisam acompanhar os acontecimentos, principalmente em períodos de instabilidade política e econômica, como estes em que estamos vivendo no país. Contudo, um caminho foi percorrido.

5.2.5 Limites e possibilidades das ações de convivência com o Semiárido

Sem dúvida, as tecnologias sociais de captação de água de chuva trouxeram benefícios que mudaram para melhor a vida das pessoas. A cisterna de consumo resolveu

definitivamente o problema da água de beber, mesmo em período de seca, como tem sido nos últimos cinco anos. Cerca de 80% das famílias que participaram da pesquisa nas comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano disseram que 16 mil litros de água de chuva são suficientes para beber e cozinhar durante todo o ano, e que a utilizam exclusivamente para esse fim. Felizmente, o conhecimento de que é preciso buscar água para os diversos usos, além de beber, como para a limpeza da louça, da roupa, para dessedentar animais, para a produção de hortaliças estão presentes no dia a dia das pessoas.

Contudo, existem limites. A capacidade da cisterna de produção (52 mil litros) foi pensada, prioritariamente, para que as famílias cultivem hortaliças sem veneno para o seu autoconsumo com o objetivo de melhorar a segurança alimentar. Em Pau Branco e Tanque de Claudiano, o excedente de hortaliças está sendo comercializado para o PAA. Produzir para vender aumenta o consumo de água e isto pode ser uma limitação.⁹⁵ Por isso é preciso usá-la de modo racional, nos canteiros econômicos, irrigando as plantas nos horários menos quentes do dia, como no final de tarde, manter a cobertura morta entre as hortaliças e usar cobertura de tela com malha que reduza a luz solar sobre os canteiros.

A partir das diversas situações vividas, as famílias vão encontrando soluções para adequar o consumo da água da cisterna de produção. Em Pau Branco, as famílias já conseguem prever o quanto elas podem plantar em função da água que elas têm. Isso fica claro no relato a seguir:

Eu sei que algumas pessoas, acho que a grande maioria das pessoas, elas, por exemplo, quando vê que ela tá produzindo além do... produzindo a mais e que chegar um certo período, que ela vê que vai acabar a água, elas diminuem, entendeu? Diminui! Certamente eu acredito que se você chegar aqui no mês de setembro, outubro você vai encontrar praticamente todas as caixas com um pouquinho de água, ela não vai ficar seca, entendeu? Porque na medida que a água vai diminuindo, as pessoas, elas têm consciência que a cisterna não vai poder ficar seca e ela vai acabar a água, então elas começam a diminuir, se elas vê que não vai dar pra produzir mais pra vender elas param de plantar pra vender, mais o canteirinho lá do consumo e pra a cisterna não secar ela tem, vai deixar. (EVERALDO, 2015).

Todavia, é importante argumentar que a cisterna de produção cumpre os objetivos para os quais foi concebida: produzir alimentos visando a alimentação das famílias camponesas. Merece ser dito que mesmo nestes anos de seca, as famílias de Pau Branco, pelo quarto ano consecutivo, vendem hortaliças para o PAA e aprenderam a usar a água com mais racionalidade.

⁹⁵ Como foi dito no item “abastecimento hídrico”, as famílias da comunidade recebem a cada 15 dias, entre 500 e 1000 litros de água, que em alguns casos são usados para complementar a água da cisterna de produção. Para terem maior oferta de água dez famílias perfuraram poços tubulares.

A pesquisa demonstrou que o principal limite para o desenvolvimento das famílias, nas duas comunidades, é a estrutura fundiária. Cerca de 60% das famílias em Pau Branco e 70% em Tanque de Claudiano possuem, respectivamente, áreas de no máximo 10 ha. Nas condições de Semiárido, propriedades desse tamanho são insuficientes para a produção de condições dignas de vida para as famílias, sem que haja degradação ambiental. As lavouras anuais de sequeiro, como milho, feijão catador, andu, mandioca e a criação de algumas cabeças de gado, porcos e galinhas, vêm gerando renda reduzida e insuficiente. De 2011 a 2015, a região enfrentou uma das secas mais rigorosas das últimas décadas, provocando uma redução drástica da produção agrícola. Mesmo em períodos normais de chuvas, a área das lavouras de sequeiro vem se reduzindo em virtude de colheitas fracas, de preços pouco competitivos e da renda gerada ser baixa. Por outro lado, a melhoria de renda decorrente do acesso de pessoas das famílias a programas sociais como PAA, PNAE, Pronaf, seguro safra, Bolsa Família e aposentadorias desestimula o plantio de áreas maiores de lavouras de sequeiro visando colher excedente para comercializar, visto que a colheita é incerta. Outro fator, para a redução de plantios das lavouras é aumento da procura pelos créditos do Pronaf e do Agroamigo que nos últimos anos muitas famílias estão acessando e investindo em criatórios de galinhas (Pau Branco) e porcos (Tanque de Claudiano).

Em Tanque de Claudiano, sazonalmente a renda é incrementada com a venda de andu ou feijão Guandu, de março a junho, vendido na feira livre em Riacho de Santana, e umbu, vendido in natura para atravessadores, de dezembro a janeiro. Também em Pau Branco muitas famílias coletam umbu e seriguela para produzirem polpa, doce e geleia.

Entretanto, a redução da produção de alimentos é um problema nacional, ligado à política agrícola. Mesmo com aumento de crédito de custeio agrícola para a agricultura familiar e aumento ainda maior para o agronegócio, constata-se, por parte do governo brasileiro, grande estímulo à produção para exportação. Pereira e Alentejano esclarecem essa opção da agricultura brasileira:

A comparação entre o crescimento da população com o crescimento da produção agrícola evidencia um quadro de insegurança alimentar. Entre 1991 e 2000, a população brasileira passou de 146 para 190 milhões de habitantes, com um crescimento de 29,8%. No mesmo período, a produção dos três alimentos básicos (arroz, feijão e mandioca) aumentou somente 14,5%, o que equivale dizer que caiu a disponibilidade dos referidos alimentos básicos por habitante. Por outro lado, a produção de milho, cana de açúcar e soja aumentou 176,9%, o que confirma que a agricultura brasileira na atualidade está voltada para a exportação ou produção de

matérias primas para a indústria, em detrimento da produção de alimentos para a população. (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 120).⁹⁶

Apesar da diminuição na produção local, os alimentos são adquiridos de outras regiões do país.

Como já dito, a pouca terra que possuem as famílias é o principal limite para o desenvolvimento das comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano, assim como é para todo o Semiárido. Por ser uma região populosa e haver grande concentração de terra, sobra então muita gente para pouca terra. O problema do fracionamento da terra é agravado pelo latifúndio, mas também tem como causa o parcelamento ou divisão das propriedades por meio da herança, conforme esclarece Duque:

Mas esses estabelecimentos familiares foram sofrendo ao longo do tempo um processo de fragmentação, devido, principalmente ao crescimento demográfico e a divisão por herança. Esse processo, que continua até hoje, provoca uma pressão intensiva sobre o uso dos recursos naturais, o que, por sua vez, gera degradação e coloca a propriedade numa trajetória de desertificação e insustentabilidade. (DUQUE, 2008, p. 135).

Essa questão abordada por Duque é um problema que pessoas já estão enfrentando nas comunidades de Tanque de Claudiano e Pau Branco, conforme o relato que segue:

Muitas pessoas já estão enfrentando, porque as terras que existem aqui são terras de herança, hoje cê não acha um pedaço de terra aqui pra você comprar, então as pessoas que vão que tá ficando na comunidade elas estão residindo em terras de herança. Então o pai que tinha...[...] ele passou pra os dois filhos. Os filhos hoje estão só com essa terra, que ele, passou pra eles. E os filhos dele, dos netos dele já vai dividir, entendeu? Então hoje encontra pessoas aí que, que tá na comunidade, jovens que tão formando família, querendo formar família que vai ter, vai tocar pra ele menos de 1 hectare de terra. (EVERALDO, 2015).

A questão da terra no Semiárido é de grande complexidade e a sua democratização impõe limites e desafios cuja solução parece muito distante de se alcançar. A reforma agrária em regiões do país em onde existe terra em abundância tem sido desprezada pelos governantes e políticos. Quando se trata do Semiárido é ainda mais difícil, porque a região

⁹⁶ Original: “La comparación entre el crecimiento de la población con el crecimiento de la producción agrícola evidencia un cuadro de inseguridad alimentaria. Entre 1991 y 2000, la población brasileña pasó de 146 917 459 a 190 715 799 habitantes, con un crecimiento de 29.8%. En el mismo período, la producción de los tres alimentos básicos (arroz, frijol y mandioca) aumentó sólo 14,5%, lo que equivale decir que cayó la disponibilidad de dichos alimentos basicos por habitante. Por outro lado, la producción de maíz, caña de azúcar y soya aumentó 176.9%, lo que confirma con la agricultura brasileña actual a los produtos para la exportación o de la producción de materias primas para la industria, en detrimento de la de alimentos para la población” (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 120 – Tradução: Bruno da Costa Rodrigues).

concentra quase metade das famílias camponesas do país, tem alta concentração da terra e possui um bioma cuja fragilidade ambiental é um fator limitante. As propriedades teriam que ter áreas maiores que permitissem um manejo da caatinga, do solo, etc. com menor degradação possível desses recursos naturais.

A ocupação do Semiárido pelo gado provocou a supressão devastadora da vegetação nativa para a formação de pastos. Monoculturas como a do algodão e o desmatamento ajudaram agravar a degradação ambiental. Grande parte do território do Semiárido está em estado de desertificação. Segundo estudos da Embrapa Semiárido, em determinados espaços da depressão sertaneja o tamanho da propriedade deveria ser de até 300 ha para ser viável econômica e ambientalmente. Entretanto, apesar de ser uma das maiores regiões semiáridas do planeta, não existe tanta terra disponível para adequar o tamanho das propriedades. A reforma agrária continua sendo imprescindível e urgente e é preciso discutir a viabilidade de se produzir em áreas pequenas com menores impactos ambientais. Ainda, o horizonte da democratização da terra jamais pode ser abandonado. Antônio Barbosa, coordenador do P1+2, faz uma reflexão pertinente sobre essa questão:

Enquanto debate específico para o Semiárido, uma questão na pauta exige um pouco mais de reflexão, pois, embora compreensível, a afirmativa de que para uma família viver no Semiárido precisaria de 100ha a 200ha, mesmo considerando as diversas regiões, apresenta limites em si. Pois, mesmo realizando uma reforma agrária radical, a relação área/família não permitiria áreas superiores a 40ha. Trabalhar com estas proposições exigiria aumentar o tamanho do Semiárido, irrealizável, ou migrar parte das famílias para colonizar áreas da Amazônia e dos Cerrados. O que não está em questão. Reconhecer estes limites e discutir o Semiárido a partir de suas peculiaridades traz o desafio de produzir sustentavelmente em áreas menores. O centro passa pelas práticas culturais: roçados permanentes com rotação de culturas, valorização de quintais, agroflorestas e outras. Nos casos de criação extensiva o desafio será ampliar as áreas coletivas, a dos fundos de pasto e outros. Mas conforme já mencionado, esta é uma questão que requer reflexão e aprofundamento. A tarefa imediata é democratizar a terra. (BARBOSA, 2012).

O problema da área reduzida das propriedades em Tanque de Claudiano e Pau Branco já é uma preocupação das famílias. Muitas pessoas estão buscando alternativas, produzindo hortaliças, criando pequenos animais, como porcos e galinhas. Produzindo forragem para o gado. O certo é que parte das famílias está adequando a produção ao tamanho da área. Everaldo, de Pau Branco, fala dessa questão em sua comunidade:

Já pra muitas pessoas, porque começou e vai ter que melhorar essa questão, porque, por exemplo, pessoas que hoje aí tem 3 ha de terra ela não vai poder criar gado [...] vai ter que buscar uma melhoria, uma forma melhor de produzir, de aproveitar melhor aquele espaço de terra. Talvez na questão do plantio da mandioca, talvez uma pequena parte mais ainda é possível e, a questão, por exemplo, da melhoria do

pequeno rebanho, a questão da galinha, se tiver comércio pode ir por essa parte. (EVERALDO, 2015).

Edson Dias Moreira, presidente da associação de Pau Branco, tem a mesma compreensão:

Com as tecnologias né, dá pra pessoa sobreviver, mais depende da atividade que vai trabalhar né. Por exemplo, se for trabalhar com bovinocultura, por exemplo... [...] Essa criação de pequeno porte, essa da galinha, do próprio porco né e de hortaliças que requer uma área menor. (MOREIRA, 2015).

Como se constata, a questão da terra é um dos principais entraves para o desenvolvimento regional e para a convivência plena com o Semiárido. No P1+2, o “1” que significa Uma Terra e o “2” Duas Águas. As duas águas têm sido possível garantir com a instalação de diversas tecnologias sociais, mas a questão da terra é uma proposição muito difícil de concretizar e o principal limite do programa. Entretanto, a questão agrária, seja nas comunidades pesquisadas, na região semiárida ou no país é um problema estrutural da sociedade brasileira. De fato, terra concentrada é um dos pilares da manutenção do poder das oligarquias dominantes e meio de controle e exploração dos recursos naturais pelo capital.

A questão agrária é um problema da sociedade brasileira, e a democratização da terra não depende só dos movimentos de luta pela terra, conforme analisa Malvezzi: “nenhum grupo, nem mesmo o MST, conseguiu resolver a concentração da terra no Brasil. A concentração da terra é o pecado original da nação brasileira. A partir dela se construiu todas as demais injustiças e desigualdades nacionais” (MALVEZZI, 2015). Ele continua dizendo que “a ASA não vai resolver sozinha o problema da concentração da terra no Brasil” (MALVEZZI, 2015). Isso implica que as organizações integradas na ASA precisam continuar mobilizadas e articuladas com outros fóruns de luta pela terra. A reforma agrária continua sendo tão necessária quanto antes e interessa sobremaneira à população da cidade, que depende dos alimentos livres de venenos que devem ser produzidos pelos camponeses de modo socialmente justo e ambientalmente sustentável, construindo segurança e soberania alimentar. Portanto, é fundamental a articulação entre campo e cidade na luta pela democratização da terra, sendo que:

Definitivamente, a questão agrária existente no Brasil não é a falta de recursos financeiros, uma vez que o capitalismo se desenvolveu sem reformar a estrutura agrária. Isto quer dizer que a questão agrária existente no país se refere ao mundo do trabalho. Nesse sentido, a reforma agrária não é uma bandeira anacrônica; pelo contrário, se trata de uma exigência de nosso tempo, não somente pelos efeitos redistributivos que pode gerar, mas também por suas implicações ambientais e

alimentares. Por outro lado, a reforma agrária nunca foi e jamais será uma solução para os problemas de campo e das cidades. Em sociedades marcadas por um alto grau de concentração de propriedade da terra (latifúndio), a reforma agrária constitui uma condição para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, mas não é suficiente, por si só, para alcançar tais fins, como mostra a experiência histórica internacional. (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 129).⁹⁷

Outro limite apontado por vários moradores das comunidades pesquisadas se refere à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Mariano, morador de Tanque de Claudiano, que está envolvido com as organizações da comunidade, se diz preocupado com os créditos⁹⁸ que muitas famílias estão acessando, que mesmo sendo subsidiados, podem ser um problema se não forem bem gerenciados. Tanto em Tanque de Claudiano quanto em Pau Branco não existe assistência técnica que atenda aos produtores. Essa situação é preocupante, como mostra o seu depoimento:

O que preocupa as pessoas, inclusive uma parte que eu até coloquei como sugestão ali na ASA e tal ou na Secretaria da Agricultura tal, seria o acompanhamento técnico, que eu acho que as pessoas pecam muito por falta de conhecimento técnico, porque eu fico preocupado com essas pessoas que vão criar porco. Tem que ver como está o mercado, a visão de mercado, e coisa. São essas informações que as pessoas... Está aumentando, a tendência é aumentar, mais eu acredito a meu ver né, no meu ponto de vista que tá faltando esse técnico das pessoas pra ter um investimento com base sólida. [...] Eu não sei se compete a ASA, assim uma visão que eu tenho é que após, depois que a gente recebeu a caixa da primeira água e como algumas famílias receberam a segunda água, que é a cisterna de produção, se pudesse ter um acompanhamento técnico pra isso, como a produção porque teve o curso, mas entre teoria e prática muitas pessoas se perdem. Ah, e então seria viável se tivesse no alcance da ASA, um período, periodicamente né, ou mensal ou principalmente no início da safra, no meio da safra, no final. (MARIANO, 2015).

Na Bahia, a ATER deixou de ser pública e está sendo executada por organizações sociais, que concorrem entre si em chamadas públicas ou editais que são abertos também pelo MDA ou pela SEDES. Porém, a contratação de organizações sociais para realizar ATER está muito aquém das necessidades.

⁹⁷ Original: “Definitivamente, la cuestión agraria existente en Brasil no es la del capital ya que el capitalismo se desarrolló sin reformar la estructura agraria. Esto quiere decir que la cuestión agraria existente en el país se refiere al mundo del trabajo. En ese sentido, la reforma agraria no es una bandera anacrónica; por el contrario, se trata de una exigencia de nuestro tempo, no sólo por los efectos redistribuivos que puede generar sino también por sus implicaciones ambientales y alimentarios. Por outro lado, la reforma agraria nunca fue y jamás será una panacea para los problemas de campo y de las ciudades. En sociedades marcadas por un alto grado de concentración de la propiedad de la tierra, la reforma agraria constituye una condición para la construcción de una sociedad más democrática e igualitária, pero no es suficiente, por sí mismo, para alcanzar tales fines, como muestra la experiencia histórica internacional” (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 129 - Tradução: Bruno da Costa Rodrigues).

⁹⁸ Em Pau Branco, a situação em relação ao crédito é tranquila, porque, segundo o presidente da associação local, a comunidade é 100% adimplente. Em Tanque de Claudiano não houve reclamações em relação à dificuldade de pagar o banco, apesar de que grande parte das famílias adquiriu os créditos recentemente.

O acompanhamento das famílias beneficiárias pela ASA com tecnologia de produção também é inexistente. Nos contratos firmados pela rede, as famílias são acompanhadas somente enquanto durar a vigência. Sabemos desse limite e acreditamos que o problema se resolverá quando os governos estaduais e federal disponibilizarem recursos que atendam a toda demanda por ATER.

Durante a pesquisa observamos se as capacitações promovidas pelo P1MC e P1+2 estavam surtindo efeito prático, principalmente em relação ao uso racional da água, à limpeza nos arredores das moradias, à não utilização de agrotóxicos em hortaliças e grande redução em lavouras de sequeiro e à não realização de queimadas. No que diz respeito à cisterna de produção, percebemos que as capacitações precisariam ser continuadas. As famílias deveriam ser visitadas por mais dois ou três anos até que certas técnicas, práticas e ações de convivência com a semiaridez se ampliassem e se consolidassem. Para que estes objetivos sejam alcançados é vital avançar nas políticas públicas de assistência técnica.

Apesar das questões apresentadas, Eugênia Pereira, em sua pesquisa sobre as práticas educativas desenvolvidas pela ASA na microrregião de Guanambi, aponta que, embora haja limitações, os resultados são satisfatórios:

Apesar disso, a pesquisa-ação demonstrou que as práticas e os processos formativos desenvolvidos têm atingido muitos dos objetivos propostos pela ASA a partir, especialmente, dos cursos de GRH, GAPA, SSMA, intercâmbios, encontros microrregionais, territoriais e nacionais. Tais processos possibilitam a formação política dos sujeitos, bem como a troca de experiências de convivência com o SAB. (PEREIRA, 2014, p. 130).

Certamente muitas outras limitações poderiam ser apontadas, visto que a realidade é complexa e dinâmica, não sendo possível dar conta de apreender todos os dados e informações.

Após discutirmos os limites das experiências de captação de água de chuva promovidas pela ASA, vamos apresentar algumas das possibilidades surgidas com o acesso à água de beber e produzir hortaliças pelas famílias de Pau Branco e Tanque de Claudiano.

Talvez uma das principais possibilidades surgidas fosse o despertar das famílias de uma realidade ou condição que parecia imutável. O descaso em garantir direitos humanos básicos, como a água, durante tanto tempo levou a que comunidades inteiras acostumassem com aquela “sina” ou “destino” traçados para elas. A descrença em políticas públicas e a falta de conhecimento sobre elas contribuíram para a acomodação. Nessa perspectiva, Everaldo de Pau Branco destaca:

Foi exatamente! As pessoas acordaram pra muita coisa depois do uso, que chegou a cisterna. Porque assim, às vezes as pessoas tinham muitas coisas que tinham como por em prática, mais as pessoas não estavam acordadas pra isso, as pessoas viviam assim de uma forma, sei lá, parece que não tinha um olhar, entendeu? E depois das cisternas, depois que as pessoas começaram a produzir, começaram a enxergar. Então, tá havendo... tendo visões, uma visão maior, mais ampla do que se pode fazer. (EVERALDO, 2015).

Para as famílias contempladas com a cisterna de produção, ter 52 mil litros de água para o cultivo de hortaliças ou fruteiras representa muito em termos de melhoria da qualidade nutricional, sem contar que os alimentos produzidos podem ser limpos de agrotóxicos. Para quem mora no campo um quintal produtivo ao redor da casa conta muito, pois com o trabalho da família é possível ter frutas e hortaliças. Proporcionar essas condições numa região que fica de 6 a 8 meses sem chover é realmente uma grande possibilidade para a convivência com a semiaridez.

O excedente gerado pela produção de hortaliças abriu para as famílias outra possibilidade, pois ao serem comercializadas junto com bolos e doces para a CONAB, essas hortaliças tem proporcionado aumento de renda e consequente melhoria das condições de vida. Contudo, se não existisse a política pública do PAA, isso não seria possível, Uma vez que a reprodução material dos camponeses depende da adoção de um conjunto de ações e políticas públicas interdependentes entre si.

A melhoria da renda possibilitou a muitas famílias reformar a casa, realizar pequenos desejos e necessidades como adquirir eletrodomésticos, etc. Enfim, quando existe melhoria das condições de vida é natural que as pessoas tenham maior autoestima, e para isso os programas da ASA contribuíram.

Na perspectiva de novas possibilidades, devemos pensar de forma mais abrangente. Acreditamos que as organizações e outros atores envolvidos na implementação de políticas públicas e na consolidação da convivência com o Semiárido deram passos de relevância inegável. O caminho percorrido está feito. Contudo, é importante questionarmos: na região semiárida quais possibilidades se apresentam para os camponeses e para a ASA? Para nos ajudar a refletir sobre essa questão, pedimos a Roberto Malvezzi para avaliar a situação atual:

Esse é um momento difícil. Durante os últimos anos, apesar dos percalços, conseguimos avançar. Porém, esse avanço dependeu, e muito, do financiamento público dos programas. Agora o aporte foi cortado em nome do ajuste fiscal. Então, vai depender dos investimentos, da situação política, de quem estiver no poder. Podemos até continuar sozinhos, mas não teremos a escala dos últimos anos. Em todo caso, a esperança está aberta. Como e o que fazer nós já sabemos. (MALVEZZI, 2015).

Realmente o momento político e econômico por que passa o povo brasileiro é de muita instabilidade, de crise. Todavia, concordo com Malvezzi: “como e o que fazer nós já sabemos” (MALVEZZI, 2015).

5.2.6 A convivência com o Semiárido e o desenvolvimento regional sustentável

Os bons resultados das experiências de captação de água de chuva implementadas nas comunidades de Pau Branco e Tanque de Claudiano ocorreram porque, há cerca de três décadas, centenas de organizações sociais, grande parte delas, hoje integradas à ASA, vêm construindo a convivência com o Semiárido. Isso tem sido possível porque os camponeses do Semiárido entenderam que era fundamental, para conviver com o clima da região, abandonar as ideias e práticas de combate à seca. A consciência da convivência vem se difundindo por toda região semiárida. É um conhecimento que muitas vezes não é fácil de ser dito pelos sertanejos, mas que pode ser verificado nas suas práticas em muitos lugares do sertão. José Carlos, de Pau Branco, deixa claro que um dos principais objetivos da convivência é a estocagem de água, de alimentos para as pessoas e animais. Em sua fala ele confirma:

Moço, conviver com o clima quer dizer o seguinte: o cara aqui tem que ver que tem crise de seca né? Então cê tem que aprender viver com o Semiárido, cê tem que, é fazer com que na hora que vim a seca, cê tá abastecido, prevenido. Prevenir! Vamos supor cê... a água, a caixa d'água, saber usar pra isso. Cê tem que plantar a ração pra hora da necessidade maior, cê ter. Então, eu entendo que conviver com a seca é desse tipo aí. (JOSÉ CARLOS, 2015).

A cultura do estoque é um dos princípios da concepção de convivência. Contudo, a convivência precisa da conta não só da dimensão climática, mas também das dimensões, sociocultural, ambiental, política e econômica. Muitos significados são atribuídos à convivência com o Semiárido, em virtude de ser um processo social de construção coletiva. Respeitadas a complexidade conceitual da temática, concordamos que a convivência com o Semiárido,

É um modo de vida e produção que respeita os saberes e a cultura local, utilizando tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático, constrói processos de vivência na diversidade e harmonia entre as comunidades, seus membros e o ambiente, possibilitando assim, uma ótima qualidade de vida e permanência na terra, apesar das variações climáticas. INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA, 2015a).

Ainda falando sobre o significado da convivência com o Semiárido, lembramos que Roberto Malvezzi, em seu livro “Semiárido: uma visão holística”, afirma que a convivência é um novo conceito civilizatório para a região. Questionado sobre quais elementos dão visibilidade a referida questão, ele observa que:

A existência da ASA é o maior exemplo dessa nova concepção. Se você observar que há milhares de entidades por detrás dessa concepção, que trabalha com milhões de pessoas, então poderemos observar que essa civilização do “viver com” já está em andamento. Mas, nós não temos condição de construir esse novo Semiárido sozinhos. Precisamos de políticas públicas, de recursos, precisamos convencer o resto da sociedade nordestina e brasileira que esse é o caminho e que não há outro. (MALVEZZI, 2015).

A ASA atua em todo o Semiárido com a implementação dos seus principais programas, P1MC e P1+2, e também com os programas Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido, além de ações sobre diversas temáticas que estão relacionadas à convivência. Essa abrangência da ASA vem lhe dando grande notoriedade, em nível de nordeste e de país, sobretudo pela enorme contribuição na conquista de resultados de grande alcance, como é o caso da universalização⁹⁹ da cisterna de consumo em grande parte do Semiárido.

Os programas da ASA têm entre as suas principais finalidades o estoque de água, alimentos e sementes visando à garantia da segurança e soberania alimentar das famílias camponesas do Semiárido. Essas proposições estão periodicamente sendo reafirmadas em diversos espaços, muitos deles oficiais.

O debate sobre a convivência saiu das fronteiras regionais e hoje tem sido temática em eventos, como seminários, fóruns e conferências. A fala de Maria Emília Pacheco¹⁰⁰, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-Nacional) reafirma a importância da cultura do estoque e das políticas públicas:

[...] o plano fala algo muito importante, incorpora a visão de estoque na convivência com o semiárido, estoque da água, da semente, do alimento. Isso é muito importante porque esta é uma construção social e política da sociedade, e que hoje reúne milhares de associações e entidades. Há um tempo atrás, se falava do combate à seca, e hoje se fala em algo que tem um sentido completamente diferente. Se fala no reconhecimento da diversidade que há na Caatinga, da biodiversidade e da diversidade dos seus povos. Essa construção social chegou ao governo, que traduziu em políticas importantes, como Um Milhão de Cisternas, Uma Terra Duas Águas etc. (BAHIA, 2015).

⁹⁹ Somente a ASA implementou, até 8 de dezembro de 2015, 578.336 cisternas de consumo na região Semiárida. Sem contar as parcerias firmadas com governos de alguns estados do Nordeste.

¹⁰⁰ Durante a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª Cesan) quando se referia à criação do 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Bahia - 2015/2019 (Plansan), realizada em Salvador-BA entre os dias 26 a 28 de agosto de 2015 (BAHIA, 2015).

A convivência com o Semiárido vem desconstruindo o paradigma do “combate à seca”. Contudo, fica a pergunta: a convivência com o Semiárido está presente no imaginário da população da região Semiárida? Roberto Malvezzi responde:

Não, mas avança. É uma construção, em confronto com o paradigma do “combate à seca”. Muito já se escreveu sobre isso, inclusive há uma tese de Roberto Marinho que tem exatamente esse título. O imaginário está em disputa, mas não tem dúvidas que avançamos muito. Eu mesmo me surpreendo que tenhamos conseguido meter uma cunha no imaginário predominante da terra seca, imprestável, inviável, cheia de gado morto e gente migrando e saqueando. Mas, é preciso cuidar porque o projeto dominante e histórico, da indústria da seca, sempre se alimentou desse imaginário para se perpetuar no poder. (MALVEZZI, 2015).

Essa constatação é certamente animadora. Estamos no caminho certo, muito foi feito, mas ainda é muito pouco para as necessidades da população sertaneja. A convivência é parte de um projeto maior e integra um dos pilares do modelo de desenvolvimento territorial sustentável que alguns sujeitos sociais e políticos pretendem construir para o Semiárido.

A política nacional de desenvolvimento regional para o Semiárido nunca foi efetivamente constituída. Aliás, o Nordeste e o Norte sempre estiveram até meados do século XX fora do eixo central de desenvolvimento do país, as regiões Sudeste e Sul. Os investimentos se destinavam para os espaços onde já havia infraestrutura e maior capacidade econômica. A política de desenvolvimento não era pensada para reduzir desigualdades ou viabilizar regiões com potencial de se desenvolver. Em termos políticos o nordeste tinha relativamente pouca expressão nacional e, em termos econômicos, era tido como inviável na maior parte do seu território e aí se incluía o Semiárido, dependente apenas de políticas compensatórias.

O período em que mais se estudou, pesquisou e planejou uma política de desenvolvimento para o nordeste foi na década de 1950, com a criação em 1958 do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado. Segundo Bacelar, “umas das propostas centrais do relatório do GTDN (como ficou conhecido aquele documento) era estimular a industrialização no Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina” (ARAÚJO, 2000, p. 3).

Além disso, Celso Furtado tinha em mente que a concentração da terra era um grave problema, assim como os problemas ambientais provocados pelo modelo de

desenvolvimento¹⁰¹ vigente no Nordeste e, especialmente, no Semiárido. Sobre essas preocupações tão pertinentes para Furtado, Silva relata que:

O segundo limite indicado por Furtado é o relativo à degradação ambiental como consequência do desenvolvimento. Reconhecia que eram cada vez mais nítidos os sinais de destruição do meio ambiente, com os riscos de esgotamento de recursos naturais não renováveis e de outros processos naturais irreversíveis. (SILVA, 2006, p. 137).

O desenvolvimento desejado por Celso Furtado estava fundamentado na sustentabilidade do Nordeste e da região semiárida em suas múltiplas dimensões, conforme Silva:

Todos esses aspectos ou dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social, cultural, político e ambiental), de diferentes modos, estão presentes no pensamento e nos projetos de Celso Furtado para a região Nordeste, incluindo o Semi-árido. (SILVA, 2006, p.137).

Era preciso criar instrumentos para viabilização dos projetos que mudariam o Nordeste e o Semiárido e, nessa perspectiva, em 1959 foi criada a Sudene pelo presidente Juscelino Kubitschek. Entretanto, grande parte dos objetivos do GTDN foi interrompida com o golpe civil-militar de 1964.

No Nordeste, algumas regiões e setores tiveram forte desenvolvimento e dinamismo econômico, como o polo petroquímico de Camaçari, o polo têxtil e de confecções de Fortaleza e o complexo minero-metalúrgico do Maranhão. Posteriormente, polos de irrigação de frutas em Petrolina, a soja no Oeste baiano, os complexos sucroalcooleiros, entre outros, também.

No Semiárido, a pecuária e a monocultura do algodão contribuíram para o fraco desenvolvimento regional e eram fatores de desigualdade social, conforme analisa Tânia Bacelar: “o tripé básico (gado/algodão/policultura) que estruturava um modelo gerador de miséria e que durou séculos, ruiu... Ao desmonte, seguiu-se uma proposta mais consistente: montar nova estrutura econômica que conviva com o semiárido” (ARAÚJO, 2010, p. 1).

Eis que a saída, para os camponeses sertanejos, está na convivência o Semiárido que conquistou políticas públicas importantes, como o P1MC e P1+2, e que somadas a outras como o PAA, o PNAE, o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o crescimento do

¹⁰¹ O modelo de desenvolvimento do Semiárido que tinha como pilares a monocultura de algodão, a lavoura de sequeiro e subsistência e a pecuária extensiva, o principal deles, provocou a degradação dos ecossistemas da região com a supressão da caatinga para o plantio de pastos e a ausência de um manejo adequado da caatinga.

orçamento do Pronaf e a aposentadoria dinamizaram a economia regional na última década. Nessa perspectiva, a fala de Tânia Bacelar Araújo é bastante otimista:

O potencial de consumo aumentou nos últimos anos por duas razões, duas verdadeiras injeções de renda na veia, eu diria: o Bolsa Família, em que o Nordeste ficou com 55% do programa, e o outro é o aumento do salário mínimo. Duas políticas públicas que pegaram o Nordeste de frente, já que temos mais da metade da pobreza do Brasil. Se trouxe pra cá mais da metade da política de transferência de renda. (ARAÚJO, 2013, p.1).

A autora, entretanto, chama a atenção para que outros passos sejam dados. Não basta só aumentar a renda, é necessário melhorar a qualidade da educação, da saúde, da habitação, da segurança. Esse conjunto de políticas é obrigação do Estado, mas não é garantido para todos do mesmo modo em todas as regiões do país. O Nordeste teve crescimento econômico acima da média do país, mas as desigualdades sociais continuam alarmantes. O governo federal tem descentralizado investimentos em direção ao Nordeste e promovido a implantação de infraestrutura, fomentado o agronegócio, a mineração e a geração de energia eólica. Incentivos fiscais cedidos por governos estaduais atraíram complexos industriais. Essas ações aumentaram a competitividade regional e isso melhorou indicadores sociais¹⁰².

Contudo, para o Semiárido que abriga cerca de 40% das famílias camponesas do país, o desenvolvimento rural precisa ser pensado a partir da base produtiva camponesa. É fundamental viabilizar economicamente a pequena produção da região, mas a partir de outros parâmetros. Tem que ser uma produção ecológica e socialmente sustentável, por isso é imprescindível a agroecologia. Na região semiárida, a complexidade e diversidade exigem da convivência com o Semiárido proposições multidimensionais. Uma política de desenvolvimento regional tem que atentar para todas as especificidades. Não se pode homogeneizar soluções e as ações devem ser planejadas, respeitando as diferenças regionais, como adverte Tânia Bacelar:

O Nordeste é plural, deve ser pensado respeitando as particularidades de cada estado, mas com uma política regional no plano nacional. [...] Para isso, é preciso uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que considere e respeite as variáveis e também as desigualdades, não só em relação ao restante do país, mas as desigualdades internas, entre os estados nordestinos. (ARAÚJO, 2013, p. 1).

As organizações sociais que atuam com a proposta da convivência promoveram um debate que coloca em xeque o atual modelo de desenvolvimento, concentrador de renda e

¹⁰² No entanto, o crescimento econômico tem se dado à custa da degradação ambiental e de conflitos pela terra.

gerador de desigualdades. A partir das ações concretas que viabilizam as políticas de estoque de água e alimentos e da construção de conhecimento que dá visibilidade à viabilidade do Semiárido, demonstraram que a convivência com o Semiárido exige um desenvolvimento regional sustentável. Essa constatação está em consonância com o que relatam Paulo Diniz e Marc Piraux:

Levada a cabo por novos atores sociais, essa concepção de planejar o desenvolvimento regional passou a resgatar e a desenvolver propostas e práticas orientadas pela ideia de que a sustentabilidade do desenvolvimento no Semiárido implica a concepção de “convivência com o Semiárido”. [...] Entretanto, no Semiárido, o conceito de desenvolvimento sustentável vem associado a outra noção muito cara nesse período, quase como irmãs siamesas, qual seja, a convivência com o Semiárido. Quer dizer os novos atores sociais e políticos que entram em cena passaram a apresentar um discurso renovador comprovando com seus “experimentos sociais”, a possibilidade de um desenvolvimento sustentável com base na convivência com o Semiárido brasileiro. (DINIZ; PIRAUX, 2011, p. 228).

Um modelo de desenvolvimento sustentável para o Semiárido pode estar em gestação, mas temos grandes dificuldades e desafios a superar, entre eles a estrutura fundiária muito perversa e a desigualdade social.

O discurso sobre o desenvolvimento sustentável está em permanente disputa, pois o capital buscou adequá-lo à sua lógica mercantil. Criou-se apenas um discurso enganoso, uma cortina de fumaça, que dá a aparência de que se produzem mercadorias preservando o meio ambiente. Para a convivência com o Semiárido o desenvolvimento regional precisa ser construído respeitando as especificidades e particularidades da região. Nessa perspectiva, Silva explica que:

Buscar-se-á compreender e explicitar como a proposição da ‘convivência com o Semi-Árido’ vem constituindo como uma significação do que seria o desenvolvimento sustentável, competindo com outras interpretações e apropriações do termo que, por exemplo, reduzem o foco da sustentabilidade à eficácia econômica no uso dos recursos naturais e reduz a “convivência com a semi-aridez” a uma questão técnica. (SILVA, 2006, p. 211).

A convivência que busca o desenvolvimento precisa fazê-lo de modo que hajam relações mais harmoniosas entre homem e natureza, que a produção se dê de maneira mais sustentável possível. As dificuldades para que tais princípios sejam alcançados são enormes. A herança de um modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico e na concentração da terra, da renda e do lucro deixou um passivo de degradação imensurável, tornando ainda mais difícil a convivência com o Semiárido. Contudo, o desafio está posto, como destaca Silva:

Um dos grandes desafios atuais no Semi-Árido brasileiro é a combinação dos princípios e valores da convivência com a viabilização das atividades econômicas necessárias ao seu desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista da dimensão econômica a convivência é a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais, em atividades produtivas, apropriadas ao meio ambiente. Nesse caso, não é o ambiente que tem que ser modificado ou adaptado às atividades produtivas, como geralmente ocorre em todas as sociedades que buscam ampliar a produtividade do trabalho na exploração e no uso de recursos naturais. Na perspectiva da convivência, ao contrário, são as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados ao ambiente. (SILVA, 2006, p. 234).

Mesmo com todos os desafios que estão postos, a ASA e suas organizações seguem construindo a convivência com o Semiárido, pois têm a certeza para onde se caminha. As diversas frentes de luta e conquistas encorajam seguir adiante. Entre elas, é conveniente citar que, em diversos setores de governo, a concepção da convivência vem ganhando espaço. Em alguns estados existem leis que aprovaram políticas de convivência com o Semiárido. Por exemplo, a Lei nº 14.922, de 18 de março de 2013, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido do Estado de Pernambuco, que afirma:

Art. 2º A Política Estadual de Convivência com o Semiárido tem como objetivo geral estabelecer diretrizes básicas para a implementação de políticas públicas permanentes no meio rural de Pernambuco, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, assegurando às populações locais os meios necessários à convivência com as condições adversas do clima Semiárido, especialmente nos períodos de longas estiagens. (PERNAMBUCO, 2013).

Outros estados estão discutindo políticas de convivência, como Bahia, Alagoas e Ceará. Na pauta da convivência, o combate à desertificação é um dos grandes problemas a ser enfrentado. Recentemente, essa luta foi reforçada, visto que, em 30 de julho de 2015, “a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.153/2015 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca”. A lei também cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (BRASIL, 2015b).

Nas últimas duas décadas aconteceram muitas mudanças importantes para a população do Semiárido, que resultaram na melhoria das condições de vida e relativa diminuição das desigualdades sociais. Todas essas conquistas foram fruto da organização, mobilização e luta do povo sertanejo, que está construindo o paradigma da convivência com o Semiárido ao mesmo tempo em que desconstrói o paradigma do combate à seca.

O modelo de desenvolvimento regional sustentável é algo tão idealizado que parece distante, inalcançável. No entanto, ele é construído por conquistas diárias, cumulativas, que não se medem com fórmulas matemáticas, mas que de forma fragmentada podem ser observadas. A resistência sertaneja diante de tantas adversidades manteve o camponês e

garantiu minimamente a sua existência. Por isso, pensar em sustentabilidade não se restringi apenas a aspectos físicos, climáticos ou biológicos. Como diz Malvezzi, a questão da sustentabilidade tem a ver com todas as outras dimensões da vida:

Nós nos abrimos para dimensão cultural do Semiárido, da música, da arte, da festa, da religião, da alegria. Não dá para explicar o Semiárido só do ponto de vista técnico. É povo, é gente, é arte, é cultural, é música, é dança, daí pra frente. Todas essas dimensões tem peso na hora de pensar um povo vivendo harmonicamente com o ambiente no qual está inserido. (MAVEZZI, 2015).

A convivência com o Semiárido é caminho para a região alcançar o desenvolvimento sustentável nas dimensões social, cultural, ambiental, política e econômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos permitiu conhecer parcialmente a realidade das comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano, assim como as mudanças que ocorreram com as famílias a partir da implantação das tecnologias sociais de captação de água de chuva. Tais mudanças podem ser observadas na paisagem, pois a cisterna ao redor das moradias modifica o ambiente¹⁰³. No entanto, são também de caráter subjetivo e estão presentes no pensamento das pessoas que passam a ter outra visão da região semiárida, novas atitudes em relação à questão da água, com maior aproveitamento do tempo antes dedicado à busca de água.

Nas ações do P1MC e P1+2, as famílias foram mobilizadas pela Comissão Executiva Municipal da ASA e pela equipe técnica do CASA. Participaram de reuniões, foram cadastradas durante visitas em suas casas e deram a sua contrapartida aos programas, ajudando na construção das cisternas como serventes e acolhendo o pedreiro. Estiveram presentes em todas as capacitações e intercâmbios. Durante todo o período de implementação das atividades houve muita movimentação nas comunidades.

As experiências de captação de água de chuva impactaram positivamente as comunidades, visto que se resolveu definitivamente o problema da água para beber e cozinhar, acabaram-se as longas caminhadas das pessoas, principalmente as mulheres, que iam com seus jumentos em busca de água, liberando o tempo gasto nesta labuta para outras atividades. Além disso, ter água boa para beber melhorou a saúde da população, uma vez que doenças como verminose e diarreias hoje dificilmente ocorrem.

As famílias contempladas com a cisterna de produção passaram a produzir hortaliças para o consumo e a comercialização com o PAA. Em Pau Branco, as hortaliças cultivadas por quarenta famílias são vendidas junto com bolos, biscoitos e doces produzidos da comunidade. Organizadas em associação, pelo quarto ano seguido tiveram acréscimo na renda familiar. Na comunidade Tanque de Claudiano um grupo de quinze mulheres também vende para o PAA com o apoio MMC.

As capacitações trouxeram novos conhecimentos que ajudaram as pessoas a consumir a água com racionalidade, a não usarem agrotóxicos na produção dos alimentos em seus quintais produtivos, a manterem o ambiente limpo de lixo e sacolas plásticas. Hoje existe

¹⁰³ É importante salientar que essas mudanças estão ocorrendo em todo o Semiárido, visto que a ASA está presente em 1070 dos 1135 municípios da região semiárida e em milhares de comunidades rurais localizadas nesses municípios.

maior consciência de que devem preservar o meio ambiente, evitando as queimadas e o desmatamento¹⁰⁴.

Ficou evidente que o P1MC e P1+2 estão consolidados como política pública realizada pela ASA, com financiamento da União e de alguns estados do Nordeste, e comprovam que a elaboração e execução políticas públicas pautadas por organizações sociais são possíveis e viáveis, não só porque preenchem a ausência ou omissão do Estado, como também pela qualidade das ações que realizam. Os números de implementações de tecnologias pela ASA nos dão uma dimensão, ainda que parcial, do seu alcance. Até novembro de 2015 foram construídas: 578.336 cisternas de consumo com capacidade de armazenar 16 mil litros de água de chuva, atendendo a cerca 2,5 milhões de pessoas; 87.887 famílias atendidas com tecnologias para produção de alimentos, como a cisterna de produção de enxurrada ou calçadão com capacidade de acumular 52 mil litros de água, a barragem subterrânea, o barreiro trincheira com capacidade de estocar 500 mil litros, os tanques de pedras, as barraginhas, a bomba d'água popular (BAP) e 2.243 escolas do meio rural foram contempladas com uma cisterna de 52 mil litros¹⁰⁵.

Dentre os componentes desses programas destacamos a mobilização social, a formação e a comunicação. A mobilização envolve e compromete entidades, comunidades e famílias nos processos de implementação das experiências de captação e estocagem de água de chuva. A formação possibilita outra visão sobre o Semiárido, sobre a convivência com o clima; novas perspectivas para que uma vida melhor na região possa ser alcançada, conquistando mais cidadania; além de contribuir para que se estabeleça uma nova compreensão sobre a captação, estocagem e diversos usos da água de chuva. A comunicação, por sua vez, difunde a concepção do paradigma da convivência com o Semiárido, desconstruindo o paradigma do combate à seca; ajuda na divulgação do conhecimento produzido pelos camponeses e comunidades tradicionais; contribui para a manutenção do clima de otimismo no Semiárido e fortalece a ASA enquanto rede.

A ASA se fortaleceu politicamente pela sua capacidade de articulação e capilaridade por todo o Semiárido e isso foi demonstrado quando fez uma campanha contra o programa de cisternas de plástico do governo federal. A campanha foi bem sucedida, pois a ASA conseguiu explicitar diversas questões desfavoráveis às cisternas de plástico, como o preço (custava o dobro da cisterna de placas), o custo do transporte, a dificuldade de serem

¹⁰⁴ Embora sendo as propriedades muito pequenas a maior parte da sua área está desmatada.

¹⁰⁵ Para consultar dados atualizados de todos os programas, de todos os estados e de todos os municípios, consultar no site da ASA: <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>.

instaladas nos lugares de difícil acesso e diversos problemas estruturais apresentados. Outra demonstração de força política se deu por ocasião da realização de mobilizações pela defesa dos programas e das políticas de convivência com o Semiárido, a exemplo da última, que reuniu 20 mil camponeses nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE no dia 18 de novembro de 2015 em defesa de uma pauta que consta no documento “Semiárido vivo: nenhum direito a menos!”.

Muitas mudanças foram promovidas pelas ações de convivência nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano. Contudo, também apontamos limites, alguns dos próprios programas e outros decorrentes do modelo de desenvolvimento implantado na região. Durante a pesquisa, percebemos que certas questões sobre a convivência com o Semiárido¹⁰⁶ não eram suficientemente claras. Por isso, acreditamos que a formação deveria continuar em mais dois anos subsequentes às implementações das tecnologias para que as práticas se consolidassem e os conhecimentos fossem ampliados. No entanto, sabemos que os editais ou chamadas públicas¹⁰⁷ para a execução dos programas geralmente são firmados com prazos e metas muito apertados e que outras capacitações somente ocorreriam mediante novas contratações, por meio de editais, para esse fim específico.

A assistência técnica, que tem sido também executada por entidades integrantes da ASA¹⁰⁸, é outra questão que julgamos insuficiente e necessária para a melhoria da produção de lavoura de sequeiro e criação de animais nas comunidades. Assistência técnica deixou de ser pública e hoje é executada por organizações sociais ou por empresas privadas, contratadas por meio de chamadas públicas. A política de assistência técnica vinha sendo gradativamente desmontada pelo Estado e com a sua ausência como executor da política, reduziu-se drasticamente o atendimento aos camponeses. O problema se agrava, porque o volume de recursos destinados à assistência técnica tem sido insuficiente para atender a alta demanda.

Outro entrave que consideramos para o desenvolvimento das comunidades é o acesso à terra, visto que cerca de 60% das famílias possuem até 10 ha, sendo grande o número daquelas que vivem em menos de 5 ha. Na implementação do P1+2, a questão da luta terra não é trabalhada na perspectiva da mobilização para a ocupação de áreas, fica apenas ao nível

¹⁰⁶ Constata-se que as famílias praticam ações de convivência propostas nos cursos e que também têm muita dificuldade em fala sobre elas. É relevante salientar que as famílias já praticavam ações de convivência nas relações de produção. Por exemplo, ainda é comum plantar diversas culturas numa mesma área ou guardar sementes para o plantio do ano seguinte, de modo que determinadas sementes estão com as famílias há anos. Ações como essas hoje são defendidas pela ASA.

¹⁰⁷ A burocracia do Estado é imposta para a gestão dos programas e contraria a dinâmica da convivência com o Semiárido.

¹⁰⁸ A assistência técnica executada e defendida pela ASA e que a convivência com o Semiárido exige é a de base agroecológica.

da discussão. A isso se soma o fato de que os recursos disponibilizados pelos financiadores priorizam a execução das tecnologias de captação de água de chuva. Todavia, como foi dito, a questão agrária no Semiárido é muito complexa em virtude de particularidades do bioma caatinga e pelo fato de que a Reforma Agrária nunca foi prioridade para os governos que se sucederam até então. A política de assentamentos nos últimos anos está em franco declínio por várias razões, entre elas citamos: a falta de vontade e ou condições políticas do governo frente à grande pressão do capital, representado pelo agronegócio, que busca expandir sua fronteira agrícola a todo custo; a criminalização da luta pela terra e dos movimentos sociais do campo e a aliança de políticos e setores do judiciário e da mídia com os latifundiários e com empresas mineradoras e de energia. Diante do exposto, o programa e a ASA, sozinhos, não têm força para promover o acesso a terra. Por outro lado, mesmo tendo pouca terra as famílias entrevistadas não pensam em se mobilizar para conquistar mais terra.

A pesquisa nos possibilitou muita aprendizagem. O contato com as pessoas nos aproximou da realidade. Apesar do conhecimento prévio sobre a temática, pudemos sentir o quanto era sofrida a vida das famílias na busca pela água e como a ausência do direito humano à água potável influenciava o cotidiano das pessoas, de modo que não ter água em casa era uma preocupação constante. A falta d'água impactou fortemente as famílias das duas comunidades durante décadas e, a partir do momento em que tiveram água de qualidade com a chegada das cisternas em suas casas, a vida dessas famílias mudou radicalmente. Muitas pessoas disseram que a cisterna foi o melhor benefício que haviam recebido na vida.

Pudemos constatar que cisternas de consumo foram importantes para que as pessoas tivessem mais saúde; para que o tempo, antes gasto na busca de água, seja aproveitado para outras atividades, além da redução do esforço físico na lida cotidiana de transportar água. Quanto às cisternas de produção, além de contribuir para melhorar a alimentação, também contribuem modestamente para o aumento da renda familiar. Entretanto, a melhoria das condições de vida das famílias das duas comunidades se deu por um conjunto de ações e políticas que foram executadas nos últimos 12 anos, como: a valorização do salário mínimo e consequentemente das aposentadorias rurais, o Programa Bolsa Família, o PAA, o PNAE, os programas de crédito como Agroamigo e Pronaf, o Programa Luz para Todos. Outra condição de grande relevância para o desenvolvimento das comunidades é o fato de muitos jovens terem estudado nas EFAs. O conhecimento adquirido aumentou a capacidade de intervenção na realidade e melhor aproveitamento das oportunidades e das possibilidades. Constata-se que a formação recebida nas EFAs e outras capacitações específicas contribuem para que a propostas de convivência com o Semiárido sejam implementadas nas comunidades e para

maior organização e mobilização pelo o acesso ao crédito, pela venda de hortaliças e outros produtos para o PAA. A participação dos moradores de Tanque de Claudiano e Pau Branco, nos diversos espaços como: a associação comunitária, o grupo de jovens, o movimento de mulheres, o grupo de capoeira e na comunidade religiosa tem sido fundamental para manter minimamente a unidade entre as pessoas, e para a resistência às adversidades provocadas pelo clima, principalmente nesta última seca que se prolonga desde 2011 até os dias atuais.

A pesquisa confirmou o quanto as famílias camponesas foram abandonadas durante séculos e o quanto o Estado brasileiro é omissivo em relação às maiorias do campo e das cidades e comprometido com os interesses do capital. Compreendemos que, mediante pressão popular, políticas públicas podem interferir em favor das maiorias, favorecendo a redução de desigualdades sociais.

Na pesquisa de campo, observamos nas comunidades algumas possibilidades¹⁰⁹ na área da produção e outras no campo da formação. Em Tanque de Claudiano: ampliar e melhorar os tratamentos culturais da cultura do andu e da seriguela; transformar o umbu em doces, sucos e geleias; recaatingar¹¹⁰ a nascente e as margens do córrego Olho D'água; discutir a viabilidade da criação de abelhas. Em Pau Branco: potencializar o cultivo da mandioca e produção de ovos de galinha caipira para fornecer a matéria prima para a produção de bolos; discutir a viabilidade de se criar ovelhas. Para as duas comunidades: fazer recaatingamento nas propriedades; ampliar cultivos de Palma, mandioca, melancia forrageira, sorgo e produzir fenação e silagem com a finalidade estocar alimentos para os animais; promover capacitação sobre a criação de gado e pequenos animais como porcos, ovelhas e galinhas; aproveitar melhor as potencialidades dos quintais produtivos; realizar formação continuada sobre a convivência com o Semiárido e a agroecologia; promover a formação política dos moradores com a finalidade de ampliar o nível de consciência crítica; promover processos de educação de jovens e adultos; dar continuidade ao acesso a políticas públicas como o PAA e PNAE.

Finalizamos dizendo que temos consciência dos limites e lacunas deste trabalho. Entretanto, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para ampliar o debate sobre as

¹⁰⁹ As duas comunidades estão sendo atendidas pelo P1+2 no final de 2015, pois ações foram iniciadas em outubro de 2015. Sete famílias de Pau Branco estão sendo beneficiadas com uma cisterna calçadão, de 52 mil litros, que se somam às outras 40 totalizando 47 famílias atendidas com a cisterna de produção na comunidade. Em Tanque de Claudiano 22 famílias também estão sendo contempladas com a mesma cisterna de produção, totalizando também 47 famílias atendidas pelo programa.

¹¹⁰ Recaatingar significa replantar as áreas devastadas com plantas da caatinga. Entretanto, a proposta é mais complexa e contempla outros temas. Segundo o IRPAA que executa Projeto Recaatingamento a proposta “atua com 5 linhas de ação: 1-Conservação da Caatinga; 2-Recomposição da Caatinga; 3-Educação Ambiental Contextualizada; 4-Melhorias da Renda; 5-Políticas Públicas”. Disponível em: (INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA, 2015b).

experiências de captação de água de chuva e convivência com o Semiárido. Além disso, para o CASA, executor das tecnologias, a investigação pode contribuir na avaliação de suas ações nas comunidades. Já para as comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano, a pesquisa pode representar um convite à reflexão sobre suas práticas e as possibilidades de avançarem na construção da convivência.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA. **História**. Disponível em: <http://www.casadatorre.org.br/> . Acesso em: 4. maio 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Ações - P1+2**. Recife: 2015c. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#objetivo-p1-2> . Acesso em: 8 out. 2105.

_____. Carta de Princípios. ASA, 2000. Disponível em: <http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/8/CARTADEPRINCIPIOSdaASA.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. **Declaração do Semiárido**. Recife: 26 de novembro de 1999. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf - Acesso em: 17 maio 2015.

_____. **História de quintais - A importância do arredor de casa na transformação do Semiárido**. 4. ed. Recife: ASAcom, 2014. Cartilha.

_____. **O lugar da convivência na erradicação da pobreza: reflexões e proposições da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) no intuito de contribuir pra a garantia plena do acesso à água para todas as pessoas**. Recife: Coordenação Executiva da ASA-Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Olugardaconvivenciaaerradicacaodaextremapobreza.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido - P1MC**. Recife, 2003. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira. Recife: AP1MC, 2003.

_____. **Semiárido - é no Semiárido que a vida pulsa!** Recife: 2015a. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/semiárido>. Acesso em: 8 out. 2105.

_____. **Sobre Nós – História**. Recife: 2015b. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> . Acesso em: 8 out. 2105.

_____. **Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. Bomba d'Água Popular**. 3. ed. Recife: ASAcom, 2013b. Cartilha.

_____. Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. **Barragem Subterrânea**. 7. ed. Recife: ASAcom, 2014c. Cartilha.

_____. Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. **Barreiro-trincheira**. 5. ed. Recife: ASAcom, 2014d. Cartilha.

_____. Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. **Cisterna-Calçadão**. 10. ed. Recife: ASAcom, 2014b. Cartilha.

_____. Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. **Cisterna-Enxurrada**. 6. ed. Recife: ASAcom, 2014a. Cartilha.

_____. Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido. Série Estocagem de Água para a Produção de Alimentos. **Tanque de Pedra**. 3. ed. Recife: ASAcom, 2013a. Cartilha.

AQUINO, Yara. EBC. Agência Brasil. **Seca prossegue no Nordeste, provocando perda de 87% na safra de grãos do Ceará**. 26 de julho de 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-26/seca-prossegue-no-nordeste-provocando-perda-de-87-na-safra-de-graos-do-ceara>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ARAUJO, João Mauro. Igualdade e auto-suficiência. **ONG Repórter Brasil**. São Paulo, 17 de setembro de 2006. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/09/igualdade-e-auto-suficiencia/>. Acesso em: 30 nov. 2015.

ARAUJO, Tânia Bacelar. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In. ALVES, Orlando et al. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/216311588/As-Politiclas-Publicas-no-Brasil-herancas-tendencias-e-desafios> – Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. **A vantagem é poder escolher**. Instituto Humanitas Unisinos. Revista IHU On-line. Set. 2010. São Leopoldo-RS – Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/35925--%60a-vantagem-e-poder-escolher%60-entrevista-com-tania-bacelar> – Acesso em: 23 set. 2015.

_____. **Nordeste, Nordestes: que nordeste?** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414 – Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **O modelo nacional e o Nordeste**. Instituto Humanitas Unisinos. Revista IHU On-line. Set. 2013. São Leopoldo-RS – Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523489-o-modelo-nacional-e-o-nordeste-entrevista-com-tania-bacelar> – Acesso em: 23 set. 2015.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Serra Geral**: PDRS Serra Geral – CAR, 2007 - Disponível

em: <http://www.car.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Perfil-Regional-Serra-Geral.pdf> – Acesso em: 18 set. 2015.

_____. Governo do Estado. Casa Civil. **Governo lança 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**. Notícias Postadas em: 28/08/2015. Salvador: 2015. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/2015/08/1033/Governo-lanca-1o-Plano-Estadual-de-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.html> . Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **“Operação Corcel Negro” combate produção ilegal de carvão no oeste baiano**. 2011. Disponível em: <http://mp-ba.jusbrasil.com.br/noticias/2782764/operacao-corcel-negro-combate-producao-ilegal-de-carvao-no-oeste-baiano> - Acesso em: 3 set. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BAPTISTA, Naidison de Quintella. Processo de construção de políticas públicas de acesso à água. In: CONTI, Irio Luiz, SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: MDS/Editora IABS, 2013a. p. 169-181.

_____; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido brasileiro In: CONTI, Irio Luiz, SCHROEDER, Elson, MEDAGLIA, Vicente Rahn (Org.). **Construindo saberes, Cisternas e cidadania: formação para a convivência com o Semiárido**. Brasília: MDS/Editora IABS, 2014, p. 45-46.

_____; CAMPOS, Carlos Humberto. Fatores históricos, culturais e políticos do Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz, SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Estratégias de convivência com o Semiárido brasileiro: textos e artigos de alunos(as) participantes**. Brasília: MDS/Editora IABS, 2013b. p. 27-33.

_____; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz, SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: 2013a, p. 73-86.

BARBOSA, Antônio Gomes. **ASA - Sociedade civil na construção de políticas públicas para a convivência com o Semiárido**. 2012. Disponível em: <http://osemiaridoebelo.blogspot.com.br/2012/04/asa-sociedade-civil-na-construcao-de.html> - Acesso em: 14 jul. 2015.

BARTRA, Armando. **El Campesinado, Base Económica y Caracter de Classe**. Colección índios vivos para estudiar antropólogos muertos. Série La leyenda negra de la ENAH. Mexico: 1986.

_____. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Trad. Maria Angélica Pandolfi. Coleção Vozes do Campo. São Paulo: Fundação Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2011. Cap. I.

BENJAMIM, Cesar. et al. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENTO. **Depoimento** [21 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 70 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

BLOCH, Didier. **Água direito à vida**. Cáritas Brasileira, IRPAA, Unicef. Recife: 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de setembro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **D.O.U. DE 08/02/2007, P. 316**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em: 8 jan. 2015.

_____. Decreto Nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. **D.O.U. DE 22/06/2010, P. 1 (EDIÇÃO EXTRA)**. Brasília, DF, 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7217.htm . Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Decreto 7.535, de 26 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”. **D.O.U. DE 27/07/2011, P. 2**. Brasília, DF, 2011b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm. Acesso em: 26 mar. 2015

_____. Decreto Nº 8.038, de 4 de Julho de 2013. Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências. **D.O.U. DE 05/07/2013, P. 1**. Brasília, DF, 2013. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8038.htm . Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL**. 1850. V. 1., P. 307. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Lei Nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **D.O. DE 28/09/1989, P. 17361**. Brasília, DF, 1989. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm . Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Lei Nº 13.153, de 30 de julho de 2015. Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências. **D.O.U. DE 31/07/2015, P. 1**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13153.htm . Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil**. Universidade Federal da Paraíba. Marcos Oliveira Santana (Org.). Brasília: MMA, 2007a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011a. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf – Acesso em: 04 maio 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova delimitação do Semi-árido Brasileiro**. Brasília. 2005a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil**. Brasília: 2005b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/pan_brasil_portugues.pdf . Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Portal do Governo Brasileiro. Ministério do Meio Ambiente. **Bioma Catinga**. Brasília: 2015a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga> . Acesso em: 4 jun. 2015.

BROCHARDTT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido**: a experiência da ASA. Dissertação de Mestrado em Comunicação. UnB. Brasília, 2013.

CARDOSO, Ciro S. Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In. CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA Edição Especial – julho de 2013.

_____. **O Campesinato Contemporâneo como Modo de Produção e Como Classe Social**. Boletim DATALUTA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, número 53. ISSN 21, maio 2012. Presidente Prudente, 2012.

CARVALHO, Cleide. Desertificação já atinge uma área de 230 mil km² no Nordeste. **O Globo**, São Paulo, 09 jul. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/desertificacao-ja-atinge-uma-area-de-230-mil-km-no-nordeste-8969806#ixzz4YThe1fy9> . Acesso em: 20 fev. 2015.

CASTRO, Anna Maria de. **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAVALCANTI, Edneida Rabelo. Educação ambiental e educação contextualizada com a convivência com o Semiárido com base na convivência com o Semiárido. In. LIMA, Ricardo da Cunha Correia; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barret; PEREZ-MARIN, Aldrin Martin. **Desertificação e Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA-PB, 2011. 209 p. disponível em: http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/desertificacao-e-mudancas-climaticas.pdf - Acesso em: 12 mar. 2015.

CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO. **Estatuto social**. Guanambi: CASA, 2012.

_____. **Histórico**. Guanambi: CASA, 2015a.

_____. **História do CASA**. 2015b. Disponível em: <http://casasemiario.org.br/ocasa/news/newsletter-casa/1> – Acesso em: 19 fev.. 2015.

_____. **Relatórios de execução de projetos**. Guanambi: CASA, 2015b.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. (capítulo I y II) Buenos Aires-Argentina. Nueva Visión, 1974.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **III Fórum CONTAG de Cooperação Técnica** – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Porto Alegre: CONTAG, 2000.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2007.

DINIZ, Paulo César O., PIRAUX, Marc. Das interações de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: Trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no Semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 26, nº. 2, p. 227-238, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/viewFile/1457/1177> – Acesso em: 4 set. 2015.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/13417>. – Acesso em: 02 mar. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste**. BARROS, Alexandre Hugo C.; SILVA, Ademar Barros da; SANTOS, José Carlos Pereira dos (Org.). Recife: 2006. Disponível em: http://www.uep.cnps.embrapa.br/zoneamentos_zane.php – Acesso em: 06 jan. 2015

_____. Código Florestal. **Módulos Fiscais**. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> . Acesso em 22 ago. 2015.

EVERALDO. **Depoimento** [13 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 67 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

FAVERO, Celso Antônio; SANTOS, Stella, Rodrigues dos. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador: UNEB, 2002.

FAUSTINO, Fernanda. **Seca no Nordeste é considerada a pior dos últimos tempos**. Jornal GGN. 20 de maio de 2013. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/blog/seca-no-nordeste-e-considerada-a-pior-dos-ultimos-tempos> Acesso em: 10 jan. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In. AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

FRANÇA, Caio Galvão; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2015.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **O que é tecnologia social**. 2015. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e-tecnologia-social/o-que-e-tecnologia-social.htm> . Acesso em: 10 mar. 2015.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder Entrevista com Celso Furtado**. Entrevista concedida a TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia de; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca_e_poder.pdf . Acesso em: 04 maio 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 7. reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1560-1960**. João Pedro Stédile (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GNADLINGER, Johann. **A Busca de Água no Sertão: Convivência com o Semi-Árido**. 5. ed. Juazeiro-BA: IRPAA, 2011.

_____. O Programa Uma Terra Duas Águas (P 1+2) e a Captação e o Manejo de Água de Chuva. **5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva**. Teresina: 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

HOCSMAN, Luiz Daniel. **Estratégias territoriais, re-campesinização y etnicidad em los Andes de Argentina**. Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Xochimilco. CLACSO. México, 2012 (Cap. VI - El espacio social del ingenio).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bahia – Riacho de Santana**. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/riachodesantana.pdf> – IBGE. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Cidades – Riacho de Santana**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292640&idtema=1&search=bahia|riacho-de-santana|censo-demografico-2010:-sinopse-> Acesso em: 08 jan. 2015.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_2015_0915.pdf . Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Histórico de Riacho de Santana – Bahia**. 2015a. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292640&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico> – IBGE. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Histórico de Bom Jesus da Lapa – Bahia**. 2015b. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290390&search=%7Cbom-jesus-da-lapa&lang=_EN – IBGE. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 04 abr. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Cadastro Rural**. Propriedade Rural. 2015a. Disponível em: http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/propriedade-rural/@@perguntas_frequentes_tema_view . Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/ Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=748&view=detalhes> Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Censo Agropecuário**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm> – Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Total de Imóveis rurais 5.498.505 Total de área cadastrada (em hectares) 605.387.746,06**. 26 de abril de 2012. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/regularizacao_fundiaria/estatisticas_cadastrais/imoveis_total_brasil.pdf . Acesso em: 13 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (INSA). **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande – PB: 2012. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf> . Acesso em: 8 jan. 2015.

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. **A Bomba d'Água Popular**. Juazeiro-BA, 2015c. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FEVEREIRO%202017/bap-artigo-revisado.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Convivência com o Semiárido**. Juazeiro-BA, 2015a. <http://www.irpaa.org/modulo/convivencia-com-o-semiarido>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Projetos. Reaatingamento**. Juazeiro-BA, 2015b. Disponível em: <http://www.irpaa.org/projetos/7/recaatingamento> . Acesso em: 20 nov. 2015.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

JOSÉ CARLOS. **Depoimento** [21 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 22 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

JOSÉ LOURENÇO. **Depoimento** [13 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Tanque de Claudiano, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 28 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

JUVENAL. **Depoimento** [14 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Tanque de Claudiano, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 13 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MADEIRO, Carlos. **Seca no Nordeste. UOL visita cidades afetadas pela estiagem no Nordeste; "nunca vi uma seca como essa", relatam sertanejos**. UOL notícias. Santa Brígida- BA, 15 de maio de 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/15/uol-visita-cidades-afetadas-pela-estiagem-no-nordeste-nunca-vi-uma-seca-como-essa-relatam-sertanejos.htm> . Acesso em: 10 jan. 2015.

MAIA, Gerda Nickel. **Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades**. São Paulo: Leitura & Arte, 2004.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

_____. **Entrevista.** Mensagem recebida por >jr.coqueiro@yahoo.com.br> em 22 de setembro de 2015.

MARGARIDA. **Depoimento** [22 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 16 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

MARIA APARECIDA. **Depoimento** [13 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Tanque de Claudiano, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 44 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

MARIANO. **Depoimento** [24 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Tanque de Claudiano, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 25 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

MARLENE. **Depoimento** [22 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 27 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

MARTINS, João. Adeus, natureza! A floresta nativa do Médio São Francisco está sendo arrasada. **Integração: Revista Informativa e Cultural da Bahia**, Nº 58 p. 15, jan./fev. 2001.

MEDEIROS, Salomão de Sousa [et al.] **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012. 103p. ISBN:978-85-64265-04-2. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>. Acesso: 06 mar. 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MOREIRA, Edson Dias. **Depoimento** [22 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 39 min). O entrevistado era presidente da Associação da Comunidade, à época da pesquisa de campo.

MOURA, David Rodrigues de. **Contribuições da Escola Família Agrícola de Riacho de Santana para o desenvolvimento do meio: um estudo com Ex-Alunos**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Nova de Lisboa-Portugal; Universidade François Rabelais de Tours-França. Riacho de Santana-BA, 2003.

NERI, Ângelo et al. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA): Educação para a convivência com o semi-árido. In: KÜSTER, Angela; MATTOS, Beatriz (Org.). **Educação no contexto do Semi-árido brasileiro**. Juazeiro-BA: Konrad Adenauer: Resab, 2007. p. 133-140.

NEVES, Erivaldo F. Curraleiro, crioulo, peduro: a pecuária como fator de ocupação econômica do semi-árido. In: NEVES, Erivaldo F. (Org.). **Sertões da Bahia – Formação social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Editora Arcádia, 2011.

_____. **História Regional e Local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade.** Feira de Santana: UEFS; Salvador: Editora Arcadia, 2002.

_____. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local).** 2. ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2008.

NOGUEIRA, Edwirges. EBC. Agência Brasil. **Seca leva governo a reconhecer emergência em 296 municípios do Nordeste.** Fortaleza, 21 de julho de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/por-cao-da-seca-situacao-de-emergencia-atinge-296-municipios-em-3-estados>. Acesso em: 22 ago. 2015.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia homem.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

O VENENO ESTÁ NA MESA - Documentário de Silvio Tandler. Produção Ana Rosa Tandler. Agrotóxico Mata. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. 2008. Vídeo (48,23min), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mIwsVL75m8c>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

ONU. Nações Unidas no Brasil. **Pior seca dos últimos 50 anos no nordeste brasileiro confirma estatísticas da ONU sobre escassez.** 8 de abril de 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pior-seca-dos-ultimos-50-anos-no-nordeste-brasileiro-confirma-estatisticas-da-onu-sobre-escassez/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ORTIZ, Fabíola. **Cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar.** A CPT mostra que entre 2011-2014 aconteceram os piores indicadores em matéria de reforma agrária dos últimos 20 anos. 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/02/28/cerca-de-200-mil-camponeses-continuam-sem-ter-uma-area-para-cultivar.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

OSVALDO. **Depoimento** [21 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 31 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PASSADOR, Claudia Souza, PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** / v. 15, n. 56. São Paulo: 2010. ISSN 1806.2261 – Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3203> – Acesso em: 28 mar. 2015.

PEREIRA, Eugênia da Silva. **“Uma andorinha só não faz verão”:** limites e possibilidades das práticas educativas da Articulação Semiárido Brasileiro na microrregião de Guanambi/Bahia. Dissertação de Mestrado em Educação do Campo. UFRB. Amargosa-BA, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegócio. In. ALMEYRA, Guillermo et al. (Org.). **Capitalismo: tierra y poder en América Latina**. Bueno Aires-Argentina: Ediciones Continente; CLACSO, 2014.

PEREIRA, Monica Cox de Britto. Revolução Verde - Educação do campo In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 685-689

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **LEI Nº 14.922, DE 18 DE MARÇO DE 2013**. Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido. Recife: 2013. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14922&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=> Acesso em: 20 nov. 2015.

QUEIROZ, Luciano Paganucci de. **A origem, evolução e diversidade da vegetação do bioma caatinga**. Palestra. Feira de Santana: UEMS, 2013 – Disponível em: <http://www.fapesp.br/eventos/2013/06/bioma-caatinga/Queiroz.pdf> – Acesso em: 3 set. 2015.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 77. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

RAIMUNDO. **Depoimento** [16 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Tanque de Claudiano, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 10 min). O nome que consta nas citações é fictício, para o entrevistado seja preservado.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 89. ed. Editora Record, 2003.

REINALDO. **Depoimento** [21 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 32 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 179-207. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n17/0103-3352-rbcpol-17-00179.pdf> – Acesso em: 06 out. 2015.

RIBEIRO, Manoel do Bomfim Dias. **A potencialidade do Semi-Árido Brasileiro: O Rio São Francisco transposição e revitalização - uma análise**. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2007.

ROCHA, Isabel Xavier de Oliveira. **Uma reflexão sobre a formação integral nas EFAs: contributos do Caderno da Realidade nesse processo na EFA de Riacho de Santana-Bahia**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Nova de Lisboa-Portugal; Universidade François Rabelais de Tours-França. Riacho de Santana-BA, 2003.

ROCHA, José Cláudio. **Teoria do estado democrático: os novos mecanismos de participação popular em debate**. Salvador: Eduneb, 2009.

SAUER, Sérgio. **Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia.**

Revista Fórum, 23 de maio de 2014.

<http://revistaforum.com.br/digital/148/esse-ufanismo-de-que-o-brasil-e-o-celeiro-mundo-e-uma-falacia/> . Acesso em: 04 mai. 2015.

SCHISTEK, Haroldo. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, Irio Luiz, SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social.** Brasília: MDS/Editora IABS, 2013. p. 31-43.

SEBASTIÃO. **Depoimento** [22 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 26 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações – o velho e novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA** – Ano 8, n. 7 – julho/dezembro 2005.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

_____. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. 298p. Tese (doutorado em desenvolvimento sustentável). UnB. Brasília, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** AGGIO, Alberto (Org.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Disponível em:

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Aggio,%20Alberto/Gramsci%20-%20A%20Vitalidade%20de%20um%20pensamento.pdf> . Acesso em: 13 fev. 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In. STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. A questão agrária no Brasil: introdução. In. STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1900.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TELES, Mirian. **Paulistana e Betânia do Piauí iniciam construção do Sistema Barraginhas.** PIAUÍ. Governo do Estado. Coordenadoria de Convivência com o Semiárido. 2010. Disponível em: <http://www.semiarido.pi.gov.br/noticia.php?id=115> . Acesso em: 23 nov. 2015

TORRES, Marina. **Barraginhas e lagos mantêm água o ano todo.** Embrapa Milho e Sorgo, 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2482206/barraginhas-e-lagos-mantem-agua-o-ano-todo> - Acesso: 30 out. 2015.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares, SOUZA, Bartolomeu Israel de, SILVA, Anieres Barbosa da. Secas, desertificação e políticas públicas no Semiárido nordestino brasileiro. *Revista Okara: Geografia em Debate*, v.7, n.1, p. 147-164, 2013. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/viewFile/10741/9184> . Acesso: 16 mar. 2015.

VICENTE. **Depoimento** [13 maio 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 94 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

ZÉ DE MACÁRIO. **Depoimento** [21 jul. 2015]. Depoimento concedido a José da Rocha Couqueiro. Comunidade Pau Branco, Riacho de Santana, 2015. Áudio digital (ca. 19 min). O nome atribuído ao entrevistado é fictício, para preservar sua identidade.

ANEXO A

DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO

Propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a convivência com o Semi-Árido e combate à desertificação

O SEMI-ÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial – a desertificação – do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do semi-árido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: **QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO!**

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o semi-árido é viável

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semi-árido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semi-árido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É preciso levar em consideração a grande diversidade da região

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semi-árido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semi-Árido Brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semi-árido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma

visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas interrelações, impõe-se mais que nunca.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição – fruto de longos anos de trabalho no semi-árido –, destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- **A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido.**
- **A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.**

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O semi-árido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver. Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de convivência com o Semi-Árido inclui:

- **O fortalecimento da agricultura familiar**, como eixo central da estratégia de convivência com o semi-árido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- **A garantia da segurança alimentar** da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.
- **O uso de tecnologias e metodologias adaptadas** ao semi-árido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.

- **A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar**, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.
- **A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico** adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- **O acesso ao crédito e aos canais de comercialização**, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O semi-árido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semi-Árido compreende, entre outras medidas:

- **A descentralização das políticas e dos investimentos**, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido.
- **A priorização de investimentos em infra-estrutura social** (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- **Maiores investimentos em infra-estrutura econômica** (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- **Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.**
- **A regulação dos investimentos públicos e privados**, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante

sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção, a Articulação está propondo, para vigência desse direito:

- **O reforço do processo de organização dos atores sociais**, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- **Importantes mudanças educacionais**, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
 - **A erradicação do analfabetismo** no prazo de 10 anos
 - **A garantia do ensino básico para jovens e adultos**, com currículos elaborados a partir da realidade local.
 - **A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.**
- **A valorização dos conhecimentos tradicionais.**
- **A criação de um programa de geração e difusão de informações** e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semi-árido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5 da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semi-Árido reivindica, entre outras medidas:

- **que seja cumprida a Convenção 100 da OIT**, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- **que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.**
- **que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito** agrícola e pecuário;

- **que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas;**
- **que mais mulheres adultas tenham acesso à escola,** com horários e currículo apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.”

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semi-árido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- **A realização de um zoneamento** sócio-ambiental preciso.
- **A implementação de um programa de reflorestamento.**
- **A criação de um Plano de Gestão** das Águas para o Semi-Árido.
- **O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência** com o semi-árido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- **O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.**
- **A proteção e ampliação de unidades de conservação** e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- **A fiscalização rigorosa** do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e

à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semi-Árido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- **A captação de recursos a fundos perdidos**, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- **A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes**, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- **Um fundo específico** para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através das linhas de crédito existentes.
- **Uma linha de crédito especial**, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (48 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”.

Recife-PE, 26 de novembro de 1999¹¹¹.

¹¹¹ ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semiárido**. Recife: 26 de novembro de 1999. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf - Acesso em: 17 maio 2015.

ANEXO B

CARTA DE PRINCÍPIOS

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

1. A Articulação Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em:
a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú-PE, 15 de fevereiro de 2000.¹¹²

¹¹² ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Carta de Princípios**. 2000. Disponível em: <http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/8/CARTADEPRINCIPIOSdaASA.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.